

HELENA CRISTINA VIANA DOS SANTOS

WILLIAM KINGSTON

E

THE PRIME MINISTER:

UMA REPRESENTAÇÃO FICCIONAL DA ERA

POMBALINA

Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses

**LISBOA
AGOSTO, 2010**



Declaro que esta Dissertação de Mestrado é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de

**Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses
Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa**

Orientação pelo Professor Doutor João Paulo Ascenso Pereira da Silva

*À minha filha, Beatriz,
Ao meu marido, Miguel,
E aos meus pais, Graça e José,
Aqueles que preenchem o meu coração
E fazem com que a minha vida tenha sentido.*

ÍNDICE

Agradecimentos	vi
Sumário	ix
Introdução	1
I. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E TEMÁTICA	4
1.1. Relações Anglo-Portuguesas	4
1.2. Interesse dos Ingleses em Portugal, nomeadamente na Era Pombalina	9
1.3. Mito: Marquês de Pombal	10
II. WILLIAM H. G. KINGSTON	21
2.1. Era Pombalina vista por um autor vitoriano	21
III. <i>THE PRIME MINISTER – AN HISTORICAL ROMANCE</i>	44
3.1. Romance Histórico	44
3.2. Importância do prefácio	65
IV. ESTILO DO AUTOR REFLECTIDO EM <i>THE PRIME MINISTER</i>	77
4.1. Herói da narrativa ficcional	77
4.2. Romance Marítimo: os três capítulos iniciais	80
4.3. Literatura juvenil	89
4.4. <i>Suspense</i> e mistério	93
4.5. Bandidos, ladrões e raptos	95
4.6. Conventos e paixões impossíveis	97
4.7. Judeu errante	102
V. <i>THE PRIME MINISTER – PERSPECTIVA HISTÓRICA</i>	107
5.1. Povo britânico visto pelos portugueses	107
5.2. Os Jesuítas	110
5.3. Terramoto de 1755: A afirmação do poder de Sebastião José de Carvalho e Mello	134
5.4. Motim no Porto: dois romances, duas perspectivas	164
5.5. Tentativa de Regicídio: ficcionalização das versões inscritas na historiografia	174
5.6. Processo e condenação dos Távora	191

5.7. O desfecho do Romance	201
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
6.1. Estudo da recepção da obra <i>The Prime Minister</i>	203
6.2. Conclusão	212
Bibliografia	216
Anexos.....	238
I. Frontispício de <i>The Prime Minister</i> , Vol. I	239
II. Frontispício de <i>The Prime Minister</i> , Vol. II	240
III. Frontispício de <i>The Prime Minister</i> , Vol. III	241
IV. Recensão crítica a <i>The Prime Minister</i> , em <i>The Lusitanian</i>	242
V. Recensão crítica a <i>The Prime Minister</i> , em <i>Ainsworth's Magazine</i>	246
VI. Recensão crítica a <i>The Prime Minister</i> , em <i>The Critic</i>	248
VII. Recensão crítica a <i>Lusitanian Sketches of Pen and Pencil</i> , em <i>The Critic</i>	250
VIII. Recensão crítica a <i>The Prime Minister</i> , em <i>The Times</i>	256

Agradecimentos

Concluir esta dissertação de mestrado revelou-se um percurso bastante longo e moroso por motivos de várias ordens. Todavia, perante as adversidades com que me fui deparando, tive o apoio, incentivo e ajudas preciosas de várias pessoas e instituições, sem as quais não teria sido possível efectuar este estudo. Foi por elas que, nos momentos de fraqueza, desmotivação e hesitação, não desisti. A todas elas o meu agradecimento por terem acreditado em mim e no meu trabalho.

De todos os que cruzaram este meu caminho, não podia deixar de mencionar aqueles que estiveram mais presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de dirigir os meus profundos agradecimentos ao Professor Doutor João Paulo Ascenso Pereira da Silva, que para além de um excelente orientador se revelou uma pessoa extremamente humana, um amigo nos momentos adversos, e um companheiro nos tempos de descontração. Para além das inúmeras obras que me emprestou, amavelmente me facultou pesquisas pessoais realizadas no âmbito da sua tese de Doutoramento. Muitas foram as sugestões, os conselhos, as informações e conhecimentos que me transmitiu, contribuindo para a coesão e coerência do estudo apresentado. Pelas longas horas de paciência dispendidas a mim, à minha insegurança e à minha dissertação, pelo apoio humano, científico e pedagógico, um muito obrigado.

O meu segundo agradecimento vai para a Fundação Marquês de Pombal que desde o início apoiou o projecto “O Marquês de Pombal e a Era

Pombalina vistos pelos ingleses”. Esse apoio revelou-se determinante para a investigação realizada na British Library em Londres.

Não podia deixar de mencionar e deixar aqui expresso o meu agradecimento ao Doutor Rogério Miguel do Deserto Rodrigues de Puga por me ter gentilmente concedido a sua vasta lista de bibliografia sobre o Romance Histórico.

Imprescindível foi a disponibilidade de todos os funcionários das instituições onde dediquei longas horas à investigação e ao estudo: Centro de Estudos Anglo-Portugueses (CEAP, actual CETAPS), Biblioteca Geral da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Biblioteca Nacional e British Library em Londres.

Um agradecimento muito especial ao meu marido, que viveu intensamente este meu projecto, apoiando-me incondicionalmente. De recordar que foi o meu companheiro de investigação em Londres, auxiliando-me pacientemente ao longo de sete dias na British Library, requisitando e fotocopiando documentos necessários para o meu estudo, durante horas a fio. Também sempre me acompanhou às agradáveis visitas à Fundação Marquês de Pombal. Em casa fazíamos jornadas de estudo e partilhávamos impressões das descobertas que eu ia fazendo. Para além do referido, nos momentos que me foram adversos, não me podendo eu deslocar à Faculdade, disponibilizou muito do seu tempo para tratar dos aspectos burocráticos. Sem esta sua dedicação nunca teria conseguido concluir este sonho pessoal vivido a dois.

Aos meus pais, pessoas humildes e trabalhadoras, agradeço por desde sempre me terem incentivado a dar continuidade aos meus estudos, não hesitando em abdicar dos seus próprios projectos para poderem fazer face aos custos inerentes à educação em Portugal. Ao meu único irmão reconheço o apoio silencioso que sempre me prestou.

À minha amiga e comadre, Ângela, companheira desde os primeiros anos de faculdade, e às minhas amigas Paula e Zélia, um muito obrigado pelo apoio

demonstrado ao longo deste percurso. Às minhas amigas e colegas de mestrado, Carla Ferreira e Joaquina Matos, um obrigado pela motivação e companheirismo. Também quero agradecer à minha amiga Isabel Rosa e à Dr.^a Blandina, sem as quais os prazos impostos não teriam sido cumpridos.

Por fim, as minhas últimas palavras de agradecimento vão para a minha bebé, a minha filha Beatriz, que fez com que este sonho pessoal vivido a dois, em determinado momento passasse a ser vivido a três. Nesta última fase em que o desalento tentou sobrepor-se ao árduo trabalho já realizado, a minha filha foi, inegavelmente, a minha principal fonte de inspiração.

Sumário

O trabalho que seguidamente se apresenta tem por objecto de estudo o romance *The Prime Minister* de William Kingston, um Inglês do século XIX estabelecido na cidade do Porto, que tinha como principal actividade a comercialização do vinho do Porto.

Para a análise desta obra, foi necessário efectuar uma contextualização política e temática – primeiro capítulo –, de modo a ser compreensível a ligação entre o povo inglês e o português, cujos auxílios, tratados e alianças remontam ao século XII. Através da apresentação da história que liga as duas nações, tentou-se evidenciar as razões que levaram os Ingleses a incluir Portugal nos seus relatos de viagens, nos quais o Período Pombalino tem sempre um especial relevo.

O segundo capítulo é inteiramente dedicado à vida e obra de William Kingston. Por sua vez, o capítulo seguinte tem por base a análise das características do género de *The Prime Minister*, ou seja, o Romance Histórico. Após a apresentação de diversos estudos sobre esta tipologia, apresentar-se-ão as influências da Literatura Juvenil, género de eleição do nosso autor, em *The Prime Minister*. No quinto capítulo, analisar-se-á a forma como William Kingston romanceou os acontecimentos históricos inscritos nos anais da História que demarcaram a governação do Marquês de Pombal. Aqui, concluir-se-á que o nosso autor tentou demonstrar o Amor e o Ódio direccionados a Sebastião José de Carvalho e Melo através das personagens do romance.

Por fim, este estudo será finalizado com a análise da recepção da obra *The Prime Minister*.

INTRODUÇÃO

Many English travellers have written about Portugal and one and all seem sooner or later to have fallen under the spell of the beauty of its countryside and the natural dignity and charm of its people.

Maurice Rooke Kingsford¹

A dissertação de Mestrado que a seguir se apresenta é o resultado da análise do Romance Histórico *The Prime Minister* de William Kingston. Esta obra publicada em 1845, em Londres, tem por protagonista uma das figuras mais emblemáticas da História portuguesa, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

O Professor Doutor João Paulo Ascenso Pereira da Silva, foi, sem dúvida, a pessoa que mais influência teve na escolha do tema desta investigação, uma vez que ao longo do seminário de Estudos Anglo-Portugueses transmitiu o seu fascínio pela Literatura de Viagens e pelo Período Pombalino. Partilhou a sua admiração por William H. G. Kingston, objecto de estudo da sua tese de Doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses, suscitando a nossa curiosidade pela obra deste autor, que até então nos era completamente desconhecido. Embora Kingston seja um famoso escritor vitoriano de *boys' books*, reconhecido como

¹ Maurice Rooke Kingsford, *The Life, Work and Influence of William Henry Giles Kingston*, p. 35.

autor de literatura juvenil, possui uma quantidade considerável de trabalhos sobre o nosso país. Apesar da existência de alguns estudos dedicados aos valiosos relatos que devotou a Portugal, nas suas vertentes social, histórica, cultural, política, arquitectónica, literária, entre outras, constatámos que não havia sido atribuída a devida atenção à única obra ficcional que compôs sobre o país que o acolheu quando tinha ainda tenra idade. Uma vez que *The Prime Minister* não havia sido objecto de uma análise pormenorizada, decidimos dedicarmo-nos a esta empresa e verificar até que ponto esta H/história poderia ser considerada um “testemunho” do Período Pombalino.

The Prime Minister revelou-se uma obra deveras interessante, pois Kingston, através de conhecimentos que adquiriu durante a sua longa estada em Portugal, de 1814 a 1844, bem como através de consulta de inúmeras fontes, conseguiu, com um estilo muito empolgante, tecer um romance que versa as décadas de governação do ministro de D. José I. Ao longo desta análise, tentaremos demonstrar que o nosso escritor não se limitou a fazer mais uma narrativa sobre este ministro, mas preocupou-se em introduzir quer personagens ficcionais quer personagens com referentes históricos, representativas das diferentes manifestações dirigidas ao Marquês de Pombal. Podemos, assim, encontrar aquelas que o consideram um déspota e outras que admiram a sua coragem e medidas implementadas. O próprio Kingston, na pele de narrador, por um lado, manifesta a sua profunda admiração por o ministro ter tido a coragem de terminar com o fanatismo religioso que corrompia a sociedade portuguesa e por ter revelado a sua imponência ao

lidar com a catástrofe que se abateu em Lisboa em 1755; por outro, critica severamente a forma bárbara como lidou com o processo da família Távora.

A tornar ainda mais apetecível a leitura deste romance, temos a introdução da narrativa amorosa entre D. Luís de Almeida e D. Clara, personagens sem referente histórico, que na tentativa de concretizar o seu amor se vêem enredadas nos principais acontecimentos da época: terramoto de 1755, perseguição dos jesuítas, tentativa de regicídio e condenação dos supostos envolvidos no atentado a D. José I. Ao acompanharmos o percurso destes dois enamorados, personagens que, ao jeito do romance histórico, fazem a ponte entre as personagens meramente ficcionais e aquelas com referentes históricos, somos levados a percorrer o Portugal da Era Pombalina e assistir a um período histórico que ainda hoje fascina todos aqueles que acreditam que a História não é simplesmente a versão institucionalizada e divulgada ao longo dos tempos, mas um conjunto de histórias e visões.

I - CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E TEMÁTICA

1. 1. Relações Anglo-Portuguesas

O que levará um inglês a escrever sobre a sociedade portuguesa? Não é por acaso que William Kingston, à imagem de outros cidadãos britânicos, decide dissertar sobre o país Lusitano. A cultura, a economia, a política e a história portuguesas são aspectos da comunidade lusa que suscitam a curiosidade dos cidadãos britânicos. Este interesse resulta da existência de uma história comum entre as duas nações que não deixa que a distância geográfica afaste os seus respectivos povos².

Durante vários séculos se falou na aliança anglo-portuguesa. Recuando aos primórdios da nossa História, podemos constatar que as relações entre Portugal e Inglaterra estão documentadas desde os primeiros anos da monarquia portuguesa. É sabido que em 1147, há nove séculos atrás, soldados ingleses ajudaram D. Afonso Henriques a conquistar Lisboa aos Mouros³. Kingston estava consciente de que esta ligação já era muito antiga. Dá-nos prova disso quando em *Lusitanian Sketches* ao descrever a procissão do Corpo de Cristo nos conta que a adoração que os portugueses começaram a sentir por S. Jorge se deve à ajuda que militares ingleses prestaram a D.

² «The connexion of Portugal with England has been continued for so long a period, and the fortunes of Portugal have risen and fallen so constantly in the exact degree of her more intimate or more relaxed alliance with England, that a knowledge of her interests, her habits, and her history, becomes an especial accomplishment of the English statesman.», in *Blackwood's Edinburgh Magazine*, Vol. LVI, p. 100.

³ Rose Macaulay, *They Went to Portugal*, pp. 18-20.

Afonso Henriques na reconquista cristã. Como os britânicos eram devotos deste santo, os portugueses adoptaram-no também como seu patrono:

The procession of the Corpus Christi used formerly to be one of the most gorgeous exhibitions. [...] The most important personage in the drama follows next. He is no less a character than the gallant knight St. George, of merry England [...]. How he came to be held in so much veneration by the Portuguese, is a matter of dispute. [...] I suspect he was introduced into Portugal in the early days of the Portuguese monarchy, when Richard Strongbow, with a large body of crusaders, on their way to the Holy Land, put into the Tagus through stress of weather, and being invited to remain, aided the Lusitanians in capturing Lisbon from the Moors. He and his followers were afterwards at the famous battle of Ourique, when Alfonso Henrique put to fight an army of unbelievers, numbering some fifty times his own forces, *if* the Christian chronicles are to be fully believed. It is natural therefore that the Portuguese should pay due respect to the patron-saint of their brave allies, and should institute a procession in his honour. In Lisbon it was far grander than in the north, and formerly all sorts of grotesque mummeries, such as were at the same time common in England, were introduced; so that it was probably originally altogether an English procession, introduced by that nation. Many of the warriors above alluded to settled in Portugal, some of their descendants still existing with their English names.⁴

Desde esse apoio militar até aos nossos dias não mais cessaram as ligações entre os dois países. É verdade que nem sempre as relações entre estas duas nações se pautaram pela cordialidade e amizade, mas no geral, exceptuando um ou outro momento de discórdia, Portugal e Inglaterra foram formando alianças e assinando tratados em benefício das duas potências.

A aliança anglo-portuguesa interessava a ambos os países por diferentes motivos: o político, o económico, o comercial e o militar. No início, esta relação

⁴ *Op. cit.*, Vol. I, pp. 326-327.

assentava essencialmente numa base comercial, desejando os monarcas obter facilidades de comércio para os seus súbditos no reino oposto⁵. Contudo, os vínculos foram-se estreitando e os dois países viriam a constatar que seria vantajoso tornarem-se aliados políticos. A união política que surgiu em 1373, com a aliança entre o rei D. Fernando de Portugal e Eduardo III de Inglaterra, tinha inerente a condição geográfica de cada um dos reinos, bem como as suas respectivas inimizades e interesses de natureza estratégica. Se, por um lado, a Inglaterra estava isolada do Continente Europeu e tinha a França, que contava com o apoio castelhano, como constante inimigo; por outro, também Portugal se encontrava afastado da restante Europa, sofrendo continuamente ameaças de invasão por parte de Castela. Perante estas condições, os dois países comprometiam-se a apoiar-se política e militarmente⁶. Com o decorrer dos anos, a aliança foi-se mantendo e cimentando através da renovação dos tratados comerciais e militares, bem como com a celebração de casamentos entre as duas casas reais. Devido ao seu matrimónio com Filipa de Lencastre, em 1386, D. João I concedeu a Inglaterra o tratamento da nação mais favorecida⁷.

No entanto, a partir desta altura, começaram a acentuar-se as desigualdades, pois os comerciantes portugueses não gozavam dos mesmos benefícios e privilégios em Inglaterra de que os ingleses usufruíam em Portugal. À medida que se renovavam os tratados comerciais, os ingleses ganhavam cada vez mais regalias. Exemplo dessa disparidade foi o tratado de 1654, com Cromwell, que manchou a aliança, pois era vergonhosamente desfavorável à nação portuguesa. Embora Portugal se mostrasse relutante devido às evidentes desvantagens, foi forçado a ratificar o tratado por via de ameaças por parte da esquadra inglesa⁸. Em futuros tratados, embora os portugueses

⁵ Maria da Conceição Emiliano, *William Henry Giles Kingston: Percursos Lusitanos*, p. 52.

⁶ José de Almada, *Para a História da Aliança Luso-Britânica*, pp. 8-9.

⁷ Rose Macaulay, *op. cit.*, p. 35.

⁸ Edgar Prestage, *A Aliança Anglo-Portuguesa*, p. 28.

tivessem consciência das desigualdades, viam-se obrigados a condescender nos benefícios atribuídos aos ingleses, dado que precisavam do seu apoio militar para defesa do território continental e do império ultramarino⁹. Devido às fraquezas e necessidades político-militares portuguesas, os ingleses foram tentando beneficiar cada vez mais do comércio com as colónias portuguesas. Perante todo este cenário, não era de estranhar que houvesse uma considerável comunidade de comerciantes ingleses estabelecidos em Portugal, bem como no Império Luso.

Outro tratado comercial que marcou esta aliança e que teria igualmente grandes repercussões na Época Pombalina foi o Tratado de Methuen. Os artigos que o compõem referem que Portugal recebe a lã produzida pelas fábricas de lanifícios inglesas, e, por sua vez, os vinhos portugueses são recebidos em Inglaterra, pagando apenas um terço das taxas cobradas aos vinhos franceses¹⁰. Se à primeira vista este tratado parece beneficiar mutuamente os dois países, com o passar dos anos, viria a constatar-se que a economia portuguesa se ressentia das condições acordadas em 1703. O facto de os lanifícios ingleses serem mais baratos não ajudou a nossa economia, pois apenas contribuiu para bloquear o desenvolvimento das manufacturas portuguesas; por sua vez, a comercialização do vinho do Porto e o excesso de exportação levou à sua adulteração e conseqüente queda dos preços¹¹.

Quando, em 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, chega ao governo, Portugal é uma nação enfraquecida política e economicamente, que vive da nostalgia dos tempos áureos dos séculos XV e XVI. Pombal, com o seu pulso de ferro, pretende reerguer o país, tentando, ao mesmo tempo, tornar Portugal mais independente da sua aliada. A política do ministro de D. José I em relação a Inglaterra tinha por objectivo manter a aliança política, económica, comercial

⁹ Armando Marques Guedes, *A Aliança Inglesa sob o Signo da Dinastia de Bragança*, pp. 13-17.

¹⁰ Charles Sellers, *Oporto, Old and New*, p. 20.

¹¹ José Mattoso, *História de Portugal*, Vol. IV, pp. 105-108.

e de amizade entre os dois países, mas restringindo os benefícios dos ingleses, para assim diminuir as desigualdades e conservar o comércio português, o da metrópole e o das colónias, nas mãos dos comerciantes nacionais. Enquanto esteve no governo, Pombal actuou de forma a reformar a política mercantilista e imperial de Portugal, promulgando leis que defendessem e protegessem os interesses nacionais. As companhias monopolistas foram uma base importante de regulamentação do comércio, sendo que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi estabelecida com o intuito de estabilizar os preços do vinho do Porto e as condições do mercado, que tinham sido arruinados na sequência do tratado de Methuen¹². Embora a sua política pretendesse diminuir a influência dos britânicos, as medidas tomadas eram envoltas em variadas cláusulas subtis que não punham em causa os termos dos tratados, garantindo assim o apoio político e militar por parte de Inglaterra que era essencial na defesa contra Espanha¹³.

Esta brevíssima análise das relações anglo-portuguesas situa-se entre a Idade Média e o reinado de D. José I, porque é a Era Pombalina que serve de cenário ao romance histórico de William Kingston. Diante destes cerca de seis séculos de aliança, podemos concluir que tão longa união revela o benefício e a dependência mútuos, sendo os sucessivos tratados prova de desejo de conservar e renovar a aliança económica, comercial, política e militar.

¹² *Idem*, pp. 108-110.

¹³ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*, p. 68.

1.2. Interesse dos Ingleses em Portugal, nomeadamente na Era Pombalina.

Perante tão longa e consistente união, é natural que houvesse uma considerável comunidade inglesa a viver em Portugal, que dependesse directamente da aliança anglo-portuguesa e da política praticada pelo nosso país. Assim sendo, não é de estranhar que se encontrem inúmeros relatos de ingleses sobre Portugal, sobre a sociedade, a cultura, a economia e a política portuguesas. No entanto, uma vez que esta aliança tem tantos séculos, qual a razão para o interesse manifestado pela época do Marquês de Pombal? O Período Pombalino é um tema recorrente neste tipo de relatos, registos e na literatura de viagens, porque esta época foi um momento de viragem na política portuguesa. Tal como Zília Osório de Castro pretende demonstrar no prefácio ao livro *O Mito do Marquês de Pombal*, a eleição deste tema para cenário de um romance ou simplesmente como objecto de comentários e reflexões deve-se ao facto de Pombal ser uma figura que não pode passar despercebida:

As marcas que Pombal deixou na memória individual e na memória colectiva são, ainda hoje, evidentes. Presentes na historiografia, na literatura, nas teorias política, económica e educativa, nas comemorações e nos monumentos evocativos, desafiam a imaginação e a crítica como paradigmas da cultura e da sociedade portuguesas da segunda metade de Setecentos.¹⁴

¹⁴ José Franco, Annabela Rita, *O Mito do Marquês de Pombal: A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria*, Prefácio, p. 17.

1.3. Mito: Marquês de Pombal

Sebastião José de Carvalho e Melo tentou mudar o rumo de um país em decadência, que não soube aproveitar todas as potencialidades e recursos provenientes do seu vasto Império. Devido à sua acção política, que inegavelmente marcou não só a sua época, mas também as que se seguiram, Pombal foi-se transformando numa personagem mítica. A sua figura foi sendo abordada ao longo dos séculos por diferentes correntes para veicular pontos de vista favoráveis ou desfavoráveis à sua acção política. Por uns, os chamados “antipombalistas”, era visto como “déspota”; por outros, “os pombalistas”, era considerado o “iluminado”. É evidente que ambas as correntes não conseguem ser imparciais na descrição e interpretação da vida e obra de Sebastião José de Carvalho e Melo. Limitam-se a transmitir mensagens ideológicas às massas, sem terem uma atitude crítica perante os factos históricos, interpretando-os muitas vezes segundo as suas próprias convicções. Desta forma, Sebastião José foi ficando na memória das diferentes gerações de portugueses e estrangeiros, não só como o ministro de D. José I, mas como a alegoria e a personificação do despotismo esclarecido e do Iluminismo. Devido à negligente forma como se foi tratando as vozes da História, Sebastião José foi perdendo a sua identidade histórica e adquirindo uma aura que faz com que o Marquês de Pombal seja um mito que, ainda no século XXI, suscita o interesse e a curiosidade de quem ouve falar nesta personagem.

Na verdade, muito do enigma que envolve esta figura deve-se ao facto de Sebastião José ter vivido quase até aos quarenta anos uma vida praticamente anónima, sem qualquer tipo de notoriedade, sendo subitamente enviado para Londres como embaixador de Portugal. O pouco que se sabe da sua existência até se tornar o homem

mais poderoso de Portugal através do ceptro de D. José I, leva-nos também a sentir um certo fascínio por esta personagem.

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu a 13 de Maio de 1699 em Lisboa. A sua meteórica ascensão política incomodou e ofendeu a nobreza portuguesa, porque provinha de uma família da baixa nobreza¹⁵. Foi o filho primogénito de Manuel de Carvalho de Ataíde, fidalgo da Casa Real e capitão de cavalaria, e de D. Teresa Luísa de Mendonça e Melo, da família dos morgados dos Olivais e de Souto de El-Rei. Com o intuito de enfatizar a sua baixa condição social e denegrir a sua imagem, os inimigos de Pombal faziam questão de recordar que na sua ascendência remota tinha um avô padre, Sebastião da Mata-Escuro, e uma avó negra, Marta Fernandes, provavelmente escrava. Não obstante, tal como se pode verificar nas representações da sua imagem, nada no seu semblante remetia para características africanas¹⁶. Como irmãos teve os conhecidos Francisco Xavier de Mendonça, governador do estado do Grão-Pará e Maranhão e adjunto do Secretário de Estado, e Paulo António de Carvalho e Mendonça, cónego da Sé Patriarcal e membro influente do Santo Ofício¹⁷. É, porém, inegável que os altos cargos desempenhados pelos irmãos do poderoso ministro foram nomeações do próprio, cuja consolidação e perpetuação do poder obtido se deveu em muito ao facto de se ter rodeado de pessoas de sua incontestável confiança.

Com vinte anos, devido à morte de seu pai e segundo casamento da mãe, Sebastião José vê-se obrigado, por razões de ordem patrimonial, a instalar-se numa quinta da família em Soure. Aí, levando uma vida austera e solitária, para além de se ocupar da agricultura investiu na sua instrução. Provavelmente a sua vasta cultura foi adquirida através de padres-mestres numa primeira fase e posteriormente por ele próprio. Vendo-se privado do seu progenitor, passou a contar com a protecção do tio

¹⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal – O Homem, O Diplomata e O Estadista*, pp. 12-13.

¹⁶ Mário Domingues, *Marquês de Pombal – O Homem e a Sua Época*, p. 30.

¹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. VI, p. 20.

paterno, o doutor Paulo de Carvalho de Ataíde, que de lente de Cânones passou mais tarde a cónego da Sé Patriarcal de Lisboa¹⁸.

Em 1723 casou com D. Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, sobrinha dos condes de Arcos. Devido à baixa condição social e escassa fortuna de Sebastião José, os familiares da noiva, que era viúva, opuseram-se a esta união. Não se conformando, raptou D. Teresa e consumou o casamento em Lisboa. A noiva nunca mais se reconciliou com a família e resignada retirou-se com o esposo para Soure, deixando para trás a corte e uma vida abastada que ele não lhe podia proporcionar. Rejeitada pela família, acabaria por falecer no mosteiro de Santos, quando o marido já se encontrava em Londres como embaixador de Portugal, posição prestigiada e tão reclamada na altura do enlace¹⁹.

Com o intuito de alcançar uma posição de destaque na vida social, aos vinte e sete anos Sebastião José assentou praça. O pai, que fora capitão, servia como ponto de referência à ambição deste jovem, que considerava a carreira militar um meio para obter prestígio. No entanto, mesmo na iminência de uma guerra entre Portugal e Espanha, outros soldados subiram de posto, enquanto ele, homem instruído, não passou de um modesto cabo de esquadra. Desiludido por não ser reconhecido o seu mérito e por não lhe ser dada a oportunidade de ascender como havia desejado, demitiu-se do exército em 1735, aos trinta e seis anos²⁰.

Antes de abandonar a vida militar, em 1733, foi feito sócio da Academia Real de História, a mais douta instituição da época. Apesar da tenra idade para ser membro de tão prestigiada organização, foram-lhe reconhecidas as suas capacidades intelectuais. Para além da erudição que manifestamente demonstrava, o apoio dado pelo tio, Paulo de

¹⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁹ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 33-37.

²⁰ J. M. Latino Coelho, *Marquez de Pombal*, p. 15.

Carvalho de Ataíde, na inclusão do sobrinho no cenáculo do conde da Ericeira foi preponderante para que fosse aceite como sócio na Academia²¹.

De 1733 a 1738 Sebastião José, não tendo uma ocupação compatível com as suas ambições, nas horas vagas da lavoura dedicou-se ao estudo da História e do Direito. Os ensinamentos que ia retirando das suas leituras faziam-no sonhar com uma carreira diplomática, que lhe permitisse estudar o funcionamento dos restantes países europeus. Esta oportunidade chegaria através da influência do seu tio, que o apresentou e recomendou ao cardeal D. João da Mota, então primeiro-ministro de D. João V. Paulo de Carvalho morreu em 1737, deixando o seu protegido encarregado e legando-lhe um morgadio constituído por bens em Oeiras e em Sintra, prédios de renda em Lisboa e dinheiro acima de 504 mil cruzados²².

Um ano após a morte do tio, o futuro Marquês de Pombal deixa uma vida de marasmo e de alguma privação na província para iniciar a tão almejada carreira diplomática e, talvez sem ousar sonhar tanto, caminhar para o topo do poder político. Seguindo as recomendações de Paulo de Carvalho, o cardeal D. João da Mota nomeia o humilde fidalgo para a envidatura de Londres. Já com 39 anos, perguntamo-nos se não seria uma idade um pouco avançada para se iniciar uma carreira política, principalmente tendo em conta a natureza da função que lhe fora atribuída, onde a responsabilidade e o prestígio estavam acima do que se esperaria para alguém que se iniciava na política, por mais competências que tivesse. Apesar de não sabermos onde o ministro foi buscar preparação para desempenhar tão altos cargos (talvez nos exaustivos estudos a que se dedicou em Soure), a verdade é que a História veio mostrar-nos que com essa idade apresentou-se com a maturidade necessária para agarrar todas as oportunidades a fim de

²¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 20.

²² Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 36.

alcançar os seus objectivos, que de forma galopante foram sendo cada vez mais ambiciosos mas igualmente mais atingíveis.

Quando em 1739 chega finalmente a Londres, encontra Marco António de Azevedo Coutinho como embaixador de Portugal. Este, perante a morte de António Guedes Pereira, fora chamado a substituí-lo como secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, deixando a sua posição livre para Sebastião José. Marco António, que ainda era primo do seu sucessor, demorou-se oito meses em Inglaterra para finalizar alguns assuntos pendentes. Este tempo foi utilizado igualmente para familiarizar o seu primo com a vida diplomática, ensinando-lhe tudo o que podia sobre a função que deveria desempenhar²³.

Nessa cidade, que se apresentava muito mais desenvolvida em termos políticos, económicos, comerciais, culturais e sociais, o recém-diplomata empenhou-se com a obstinação que o caracterizou sempre que se dedicava a alguma causa. Daí enviava para Lisboa relatórios sobre o funcionamento da sociedade inglesa, com o intuito de os exemplos analisados serem aplicados na sua pátria. Pela análise que fazia da organização britânica do comércio, da navegação e da indústria, o seu projecto para Portugal passava pela fundação de uma empresa mercantil que competisse com a Companhia das Índias inglesa. Em 1742, com o auxílio de Cleland, um ex-colaborador importante da East India Company, já tinha um plano minucioso da empresa a edificar em terras lusas. O grandioso plano a que se dedicara apaixonadamente não despertou nenhum interesse a D. João V, que lia os relatórios do embaixador em Londres com grande enfado²⁴. Sempre empenhado na sua função, o diplomata tentou demarcar a posição portuguesa, defendendo os direitos portugueses perante as investidas comerciais inglesas. Desde sempre Portugal estivera numa posição desigual perante a sua aliada

²³ *Idem*, pp. 37.

²⁴ *Idem*, pp. 47-53.

Inglaterra, deixando que os seus interesses comerciais fossem prejudicados em prol do contínuo apoio militar obtido. Indignado com os óbvios abusos que observava, Sebastião José apresentava continuamente protestos e reclamações ao governo inglês²⁵.

Embora a sua dedicação tivesse sido extrema, os seus esforços para além de não darem frutos também não foram valorizados na corte portuguesa. Desiludido, em 1743 pede licença para deixar a embaixada, justificando-se com os seus problemas de saúde causados pelo clima londrino²⁶. Nesta sua estada em Inglaterra não construiu nada que fosse visível aos olhos dos outros, mas engrandeceu o seu espírito, vislumbrou outros horizontes, adquiriu sem dúvida os alicerces para se tornar o grandioso governador que o tempo não consegue apagar dos anais da História²⁷. Em relação aos benefícios gozados pelos comerciantes ingleses em Portugal, já ministro de D. José I, foi implementando medidas que favorecessem os mercadores portugueses em detrimento dos nossos extorsionários aliados. Do desaproveitado projecto para a sonhada empresa mercantil viria mais tarde a fundar as tão polémicas Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Em 1744 é enviado a Viena de Áustria em representação de Portugal, mediador entre as cortes de Roma e de Viena, cujos conflitos se iniciaram desde a subida de Maria Teresa, rainha da Hungria, ao trono do Império Alemão. Se numa primeira análise esta missão se revela prestigiante, na verdade o verdadeiro propósito era humilhar Sebastião José de Carvalho e Melo, pois estava votada ao fracasso devido ao poder das forças políticas envolvidas e à sua relutância em fazer cedências. Quando lá chegou, nem o título de embaixador levava mas apenas o estatuto de emissário. A alta nobreza, ferida no seu orgulho por um pequeno fidalgo sem tradição familiar, fortuna, carreira política e prestígio ter sido nomeado para a prestigiante e ambicionada posição

²⁵ J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, pp. 22-24.

²⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal – O Homem, o Diplomata e o Estadista*, p. 40.

²⁷ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, pp. 4-8.

de embaixador em Inglaterra, vislumbrou neste conflito a possibilidade de lhe dar uma lição. O representante de D. João V apercebeu-se das dificuldades e dos entraves que eram impostos ao seu papel de mediador desde o momento que chegou à corte da rainha Maria Teresa. Na verdade, o enviado português em Roma, Manuel Pereira de Sampaio, querendo sobressair e ser o responsável pela resolução dos conflitos entre a coroa austríaca e o Papado, uma vez que tinha de ser designado um emissário português em Viena, indica Sebastião José, considerando que este seria fácil de manobrar para atingir os seus objectivos. Tendo consciência que Sampaio agia sem lhe dar conhecimento do desenvolvimento da mediação, o próprio futuro mais poderoso estadista português se lamenta em diversos momentos e a diferentes personalidades da atitude do emissário em Roma e da injustiça de que estaria a ser alvo²⁸.

Se em termos políticos esta missão não foi muito agradável ao seu espírito empreendedor, em termos românticos não poderia ter tido melhores resultados. Meio ano decorrido sobre a chegada a Viena, o Enviado português casava com D. Maria Leonor Ernestina Eva Josefa, condessa de Daun, que pertencia a uma das mais conceituadas famílias nobres da Áustria. A Sebastião José de Carvalho e Melo, o casamento austríaco deu-lhe a promoção social que tanto almejava e que grandemente lhe era exigida. Devido à sua nacionalidade austríaca, a rainha portuguesa, D. Maria Ana, aprovou esta união, abençoada com cinco filhas e dois filhos²⁹.

²⁸ Mário Domingues em *Marquês de Pombal – O Homem e a sua Época*, nas páginas 59 e 60, cita uma carta de Sebastião de Carvalho a Marco António de Azevedo Coutinho, com a data de 31 de Maio de 1746, onde se pode ler os seus queixumes sobre as injúrias de que é alvo por parte de Manuel Pereira de Sampaio.

Outro exemplo desses desabafos pode ser encontrado numa carta que escreve em 5 de Setembro de 1745 ao jesuíta P. Carbone. A propósito desta epístola, António Lopes comenta que «É a primeira carta sobre os conflitos com Manuel Pereira de Sampaio, em que fará do P. Carbone – ao longo de toda a sua correspondência – o seu homem de confiança, para ‘descarregar’ todos os seus mortais ressentimentos contra o Ministro de Roma.» v. *Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus – Correspondência inédita ao longo de 115 cartas*, pág. 85.

²⁹ J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, pp. 27.

Com a morte inesperada de Filipe V, rei de Espanha, a 9 de Julho de 1746, os conflitos europeus começam a resolver-se. A corte de Viena, utilizando Portugal como intermediário, considera a hipótese de se reconciliar com Espanha. Desta feita, Sebastião José vê valorizado o seu papel ao ser chamado por Maria Teresa a desempenhar um papel activo nesta mediação. Com a paz entre a Áustria e a Espanha, a França separar-se-ia desta última e, por conseguinte, o conflito armado perderia importância por falta de intervenientes poderosos. Através de um decreto de 18 de Outubro de 1748, Carvalho e Melo recebe finalmente plenos poderes para negociar, concluir e assinar quaisquer tratados relativos à mediação. Com as respectivas cedências, a reconciliação foi obtida. O conflito entre a corte de Viena e o Papado foi sanado, acabando o Vaticano por reconhecer Francisco I, marido de Maria Teresa, imperador.

Após tantos obstáculos, a missão do enviado português em Viena de Áustria estava terminada com sucesso. Embora pretendesse retomar o seu lugar de embaixador em Londres, já havia sido nomeado outro ministro para a sua anterior posição. A 3 de Setembro de 1749 deixa a corte austríaca para regressar a Lisboa. Quando em Dezembro chega a Portugal com a sua recente família, devido às injúrias e calúnias de Manuel Pereira de Sampaio, não lhe foi atribuído nenhum cargo político compatível com os seus méritos. D. João V não simpatizava muito com este fidalgo, nem com a sua forma enfadonha de relatar os assuntos da política, por isso não acedeu aos pedidos que lhe foram dirigidos para compensar com um cargo o triunfo do seu enviado em Viena. Assim, aos cinquenta anos de idade, o futuro Marquês de Pombal encontrava-se novamente sem perspectivas relativamente à carreira diplomática que passara a ambicionar cada vez mais.³⁰

³⁰ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 53-69.

A reviravolta neste seu percurso inconsistente começa a vislumbrar-se quando devido à doença do marido, D. João V, D. Maria Ana assume a regência. Tendo-se afeiçoado à condessa de Daun, sua conterrânea, a rainha protege Sebastião José. Por sua vez, o príncipe, que não tinha confiança nos ministros de seu pai, começa a reconhecer qualidades no protegido de sua mãe. É a partir de 1750 que a ascensão política do famoso Sebastião José de Carvalho e Melo se torna notória. D. José, três dias após a morte de seu pai, nomeia Carvalho, a 3 de Agosto desse ano, Secretário de Estado com a pasta do departamento dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Como já havia acontecido em 1738, a alta nobreza desaprovou a nomeação de Carvalho para tão altas funções. A velha nobreza criticava a rainha-mãe por esta ter beneficiado os Daun, conseguindo que o seu protegido obtivesse um dos cargos mais invejados e apenas atribuído aos representantes das mais elevadas linhagens³¹.

Para o seu governo, D. José I, que contava já com trinta e seis anos de idade, conservou como primeiro-ministro Pedro da Mota e Silva, tendo nomeado para secretário da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real, e polemicamente atribuído a já referida pasta do departamento dos Negócios Estrangeiros e da Guerra ao inesperado Sebastião José de Carvalho e Melo³². Na verdade, as características destes ministros contribuíram em muito para que em pouco tempo Sebastião José governasse o país praticamente sozinho. Desde o início que os seus colegas pouco intervinham na governação, ostentando apenas os cargos que lhes haviam sido designados pelo monarca. No seguimento da sua actuação no reinado de D. João V, Pedro da Mota e Silva apresentava uma postura completamente inerte para alguém com tamanhas responsabilidades. Para além de nunca sair de casa, onde passava os dias a dormir, só dava audiências a partir da meia-noite. Por sua vez, Diogo de Mendonça Corte Real,

³¹ Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*, pp. 51-56.

³² Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 59-60.

embora fosse muito afamado na corte, não tinha as qualidades necessárias para desempenhar a sua função e como consequência a sua acção no cargo que lhe fora atribuído era nula³³.

Diante de tal cenário de inércia, passividade, indiferença, desinteresse, desleixo e de negligência por parte das entidades responsáveis por solucionar o estado lastimoso em que se encontrava o país – falta de limpeza nas ruas de Lisboa, criminalidade, mendicidade, ausência de industrialização, agricultura subdesenvolvia, dependência das importações, comércio dominado pelos ingleses, erário real negativo, ociosidade do clero e da nobreza, fanatismo religioso, exército decadente, justiça corrupta, e política ultramarina por definir – o carácter activo, empreendedor e arrojado de Sebastião José de Carvalho e Melo não teve dificuldades em sobrepor-se aos outros dois ministros³⁴. A assiduidade do ministro ao trabalho, a clareza do seu entendimento, o manifesto empenho em reformar praxes antiquadas e corrigir abusos passados e recentes atraem a estima do rei. Este vê-se assim aliviado dos cuidados a que era obrigado, podendo livremente entregar-se às diversões que lhe apraziam. O teatro, a caça e a equitação eram os prazeres favoritos da família real. Despreocupadamente, todos os dias D. José ia para a Quinta de Belém, com a rainha e um séquito de fidalgos, passar o dia. Entre as 20 e as 21h voltava-se para o Paço da Ribeira, onde o monarca trabalhava com o seu incansável ministro até à meia-noite. Por sua vez, a rainha-mãe, D. Maria Ana, que tão influente fora na escolha de Carvalho para ministro, lamentava-se pelo facto de o ter protegido e ver-se agora afastada dos assuntos do Estado, por este a impedir de se imiscuir na governação.³⁵

Em linhas muito gerais pretendemos verificar como é que Sebastião José de Carvalho e Melo, num regime claramente absolutista, sai do anonimato e se transforma

³³ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 82-84.

³⁴ Mário Domingues, *Idem*, pp. 72-77.

³⁵ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, pp. 63-66.

num membro imprescindível e indispensável ao governo. A confiança que D. José I depositava no seu ministro era de tal forma inquestionável que durante cerca de 27 anos permitiu que o seu súbdito governasse o país em seu nome. Pelo serviço prestado, a 6 de Junho de 1759, o rei concederia ao seu mais fiel ministro o título de conde de Oeiras³⁶ e a 18 de Setembro de 1770 o de Marquês de Pombal³⁷. Perante a bibliografia consultada e de acordo com a síntese que aqui foi feita até à ascensão política do ministro (já que as medidas que implementou durante a sua governação serão tratadas em capítulos posteriores), concluímos que os enigmas ficam por resolver. A figura do Marquês de Pombal continuará envolta numa aura mítica e apenas a nossa imaginação e a dos romancistas preencherão as lacunas que a História não consegue colmatar.

³⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. VI, p. 46.

³⁷ *Idem*, p. 72.

II. WILLIAM H. G. KINGSTON

2.1. Era Pombalina vista por um autor vitoriano

O autor do romance que constitui o nosso objecto de estudo é um dos exemplos de fascínio pelo “mito do Marquês de Pombal”. Devido à proximidade e afeição que nutria pelo nosso país, inúmeras vezes imortalizou episódios e aspectos da história social, cultural, económica, política e religiosa de Portugal nos seus incontáveis escritos. O facto de ter vivido os seus primeiros anos de vida neste país marcou-o para sempre:

During one of the first moments of my existence to which memory will carry me back, I found my self on board a large ship gently rolling on the blue smooth swell of the Atlantic, off the coast of Portugal.³⁸

Esta ligação com o país que o acolheu está directamente relacionada com a sua família, que desenvolvia actividades comerciais na cidade do Porto desde meados do século XVIII. William Henry Giles Kingston nasceu a 28 de Fevereiro de 1814 em Londres, e era filho de Lucy Henry Kingston e Sophia Rooke. O casal teve onze filhos, dos quais seis tiveram por berço a Cidade Invicta. Embora o nosso escritor tivesse sido o segundo fruto desta união, como a sua irmã faleceu com poucos meses de vida, ocupou o lugar de irmão mais velho. O facto de ter nascido no seio de uma família de elevado estatuto económico e social contribuiu para o tipo de educação que recebeu,

³⁸ William H. G. Kingston, *My Travels in Many Lands*, p. 1.

para as experiências vivenciadas, para as viagens realizadas, para os valores adquiridos, bem como para as actividades profissionais exercidas e o prestígio e reconhecimento daí advindo³⁹.

O primeiro elemento da família Kingston a estabelecer-se em Portugal foi o tio-avô do nosso escritor, Benjamin Kingston. Embora sendo médico, instalou-se na cidade do Porto, onde mantinha actividades comerciais relacionadas com o vinho do Porto. O avô paterno do romancista, John Kingston, acabou por se juntar ao seu irmão Benjamin, instalando-se em Portugal e tornando-se sócio da empresa Lambert, Kingston & Co. O seu filho, Lucy Henry Kingston, pai de William, seguiu as pegadas do tio e do pai, tornando-se um mercador de grande sucesso. William Kingston viria a ser igualmente um comerciante extremamente importante e influente no comércio de vinhos e bastante prestigiado na comunidade inglesa do Porto, tal como os seus familiares haviam sido. Para provar que o prestígio desta família não era só reconhecido na pequena e fechada sociedade portuguesa e no seio da colónia britânica, bastará recordar que, ao decidir regressar a Inglaterra, deixando o filho responsável pelos negócios, John Kingston foi eleito membro do Parlamento por Lymington, *Fellow of the Royal Society* desde 1816 e *Director of Companies*⁴⁰.

Pelo lado materno, Kingston tinha igualmente familiares de elevada condição social. O seu avô, *Sir Giles Rooke*, tinha a nobre profissão de juiz e por isso ocupou as notáveis posições de *Justice of the Common Pleas* e *Fellow of Merton College*, em Oxford. A sua avó, Harriet Sophia Burrard, destacou-se pela sua beleza, ficando imortalizada num quadro que representava a figura da Justiça da autoria de *Sir Joshua Reynolds*. O retrato foi colocado numa das janelas da ante-capela do New College Oxford. Por sua vez, os seus tios foram igualmente figuras de destaque na sociedade

³⁹ Maurice Rooke Kingsford, *op. cit.*, pp. 1-7.

⁴⁰ Maria da Conceição Emiliano, *William Henry Giles Kingston: Percursos Lusitanos*, pp. 14-16.

inglesa. O *Rev. Sir George Burrard* foi *Fellow of Merton* e *Mayor* em Lymington cinco vezes. O Almirante *Sir Harry Burrard-Neale* foi *Lord of the Manor* em Walhampton. Finalmente, o General *Sir Harry Burrard* foi eleito membro do Parlamento em 1802, juntamente com John Kingston, e em 1808, na batalha do Vimeiro, ocupou um posto de chefia no comando do exército britânico⁴¹.

Lugar de destaque terá também de ser atribuído à sua esposa, *Mrs. Agnes Kingston*, que não obstante o papel atribuído às mulheres no século XIX, possuía uma vasta cultura que usava para apoiar o trabalho do marido. Chegou a ajudá-lo na tradução de livros estrangeiros e, tal como ele, tinha o hábito de manter um diário, onde, para além de meditações mais pessoais, registava momentos marcantes da vida de ambos. A consulta destes diários foi muito preciosa para o trabalho dos biógrafos de William Kingston, pois fornecem elementos precisos relativamente a datas, ocorrências e episódios no percurso do escritor. É interessante constatar que a própria sociedade inglesa reconhecia o valor desta senhora, pois, embora ela tenha falecido trinta e três anos após o marido, o *The Times* de 28 de Maio de 1913 homenageia-a perante o público, ao anunciar a sua morte e associá-la ao inolvidável escritor de literatura juvenil.⁴² Perante tão prestigiada família, pilar imprescindível, não admira que o autor tenha conseguido estruturar um percurso de vida que seja de louvar e imortalizar.

A infância e juventude de Kingston foram vividas entre Portugal e Inglaterra. No seu país havia vários locais onde permanecia frequentemente.⁴³ A residência dos seus pais em Londres situava-se no número 8 de York Gate, Regent's Park e a escola onde estudou, Eagle House, ficava em Hammersmith. No entanto, era costume passar temporadas em casa de familiares, quer em Lymington, quer em Hampshire. Em

⁴¹ Maurice Rooke Kingsford, *op. cit.*, pp. 4-13.

⁴² *Idem*, p. 206.

⁴³ Brian Doyle, *The Who's Who of Children's Literature*, p. 163.

Portugal, seu pai tinha residência no Porto, bem como uma casa de Verão em S. João da Foz, onde a família usufruía de belos momentos junto da praia.⁴⁴

Devido a este percurso itinerante, o jovem inglês foi educado em diferentes escolas e por professores particulares. Com dez anos, em 1824, deixa a cidade do Porto para voltar ao seu país. O seu regresso a terras do Douro dá-se em Novembro de 1833, período de grande instabilidade política portuguesa⁴⁵. Durante esta ausência, Kingston completou a sua escolaridade e fez algumas viagens por Inglaterra e pela Europa, algo considerado imprescindível na educação de um jovem. Em 1831 vai até Isle of Wight e no ano seguinte viaja de barco para Northumberland, onde em Embleton visita o tio, o Reverendo George Rooke. A sua primeira viagem pelo Continente Europeu realiza-se nesse mesmo ano. Com apenas dezoito anos, no final do Verão, é convidado a acompanhar a sua tia *Lady Burrard-Neale* pela Europa, mais especificamente França e Itália, onde se detiveram por mais tempo no seu *Tour*. No tempo que esteve em Itália fez questão de aprender Italiano, sendo que passados três meses após a sua chegada ao país já falava fluentemente a língua. Durante essa temporada, frequentou a sociedade italiana, assistindo à ópera e a peças de teatro. A 22 de Maio de 1833 ele e sua tia, de sessenta e um anos, iniciam a viagem de regresso, que termina a 15 de Junho, em Southampton.⁴⁶

O facto de ter viajado imenso ao longo da sua vida contribuiu para que o escritor adquirisse uma cultura vastíssima, que se revela na construção de cada uma das suas narrativas. Perante a vida e a obra do autor, Maurice Rooke Kingsford é peremptório em afirmar que: «Kingston's education was indeed in the University of the world» (1947).⁴⁷

⁴⁴ Maria da Conceição Emiliano, *op. cit.*, pp. 17-18.

⁴⁵ William H. G. Kingston, *My Travels in Many Lands*, p. 231.

⁴⁶ Maurice Rooke Kingsford, *op. cit.*, pp. 18-29.

⁴⁷ *Idem*, p. 204.

Em *My Travels in Many Lands*, o escritor apresenta muitos dos seus dados biográficos, nomeadamente os que estão directamente relacionados com as viagens que efectuou. Logo na primeira página, revela que se tornou viajante com tenra idade, explicando o método que sempre utilizou enquanto viajante e, conseqüentemente, escritor de literatura de viagens. Assim, sempre que ia visitar algum local, levava consigo um bloco de notas onde apontava tudo o que lhe chamasse a atenção e lhe suscitasse curiosidade:

I had scarcely attained the mature age of three years, when I became a traveller. I have always been fond of travelling, and those countries which I could not visit in my own proper person, I have so attentively read about, that as I turn round a globe I can almost fancy that I know the appearance and character of the portions of the great world itself which lie mapped out under my eye, and observe all that is going forward on its surface. At all events, wherever I have wandered I have had my eyes open and my sense awake, and since I could write I have kept a journal, in which I have noted every thing I considered most worthy of remembrance.⁴⁸

Ao relatar as suas viagens, o escritor não podia deixar de falar da sua vivência em Portugal. Como os seus primeiros anos foram passados no nosso país, os quatro capítulos iniciais de *My Travels in Many Lands* são-lhe exclusivamente dedicados. Nessas páginas, Kingston, além de descrever a cidade do Porto, tenta retratar a sociedade portuguesa nos seus diferentes aspectos: social, cultural, económico, político e religioso. É interessante verificar, mas também justificável dado o seu percurso biográfico, que Kingston comece este livro por descrever a sua chegada ao Porto, bem como as razões que levaram a sua família a instalar-se nesta cidade:

⁴⁸ *My Travels in Many Lands*, p. 1.

The northern bank is crowded with vessels, for Oporto carries on a very considerable trade with England, the Brazils, the United States, and many other countries. Port wine, cork, wood, oil, and oranges are her chief exports; and the imports manufactured goods, salt fish, sugar, rice, and other tropical productions, iron ware and furniture. We were very much pleased with the appearance of the town of St. João de Foz or St. John's, at the mouth of the river, and resolved to go and live there, which we afterwards did for some time.⁴⁹

Outro dado curioso sobre a descrição de Portugal neste seu livro é o facto de o escritor considerar imprescindível fazer um resumo da história deste país desde o século XVIII até à sua época. Aqui, poder-nos-íamos questionar acerca da razão que o levou a escolher apenas este período e não outro ainda mais anterior. Como é óbvio, apenas podemos especular sobre as respostas a esta pergunta, contudo, não podemos esquecer as reflexões feitas anteriormente. Como foi referido, o Período Pombalino foi uma época de viragem na sociedade portuguesa que marcou não só esse presente, mas também o futuro, nomeadamente a época vivida por Kingston. Podemos constatar que *My Travels in Many Lands* foi publicado em 1862 e *The Prime Minister* em 1845, o que demonstra que neste livro sobre as suas viagens Kingston já tinha escrito o romance histórico sobre o ministro de D. José I. Podemos então concluir que, para o nosso autor, este período era de extrema importância, quer pela figura mítica que o protagonizou, quer pelas consequências que dele advieram. O próprio autor faz questão de, no prefácio ao seu romance histórico, explicar a razão que o levou a eleger este tema:

Having resolved to employ myself, during a prolonged residence in Portugal, in writing some work of fiction on that country, it struck me that the

⁴⁹ *Idem*, p. 3.

Times of the Marquis of Pombal would afford a good subject, untouched, as it is, by any other author.”⁵⁰

Enquanto em *The Prime Minister* Kingston retrata o “reinado” do Marquês de Pombal em cerca de mil páginas repartidas em três volumes, em *My Travels in Many Lands* faz um resumo em breves linhas:

The reign of Dom Josè the First, of whom I speak, was celebrated for the iron rule of the Marquis of Pombal, and for the banishment of the Jesuits, rather than for any act of his own. During it occurred the dreadful earthquake of Lisbon, when the greater portion of the capital became a heap of ruins, and thousands of persons lost their lives. The Queen, Donna Maria, who had never recovered the shock of seeing some of the chief nobility executed by orders of Pombal for an alleged conspiracy against her father’s life, became perfectly insane in 1799, when her son assumed the reins of government.⁵¹

Possivelmente devido às inúmeras viagens que realizou desde a infância, Kingston, ainda bastante jovem, desenvolveu o gosto pelo mar e pelos navios: «I crossed the Bay of Biscay four times before I was nine years old».⁵² Ao contactar com marinheiros, adquiriu o sonho de entrar para a marinha. Contudo, aos dezanove anos o pai fá-lo regressar a Portugal para ocupar um lugar na empresa de vinhos do Porto da família – Lambert Kingston & Egan –, então uma das principais companhias exportadoras de vinho do Porto. Nesta fase em que exercia o papel de comerciante, dividia a sua existência entre o Porto e Londres⁵³.

Nas temporadas que passava no nosso país, movia-se essencialmente entre os cidadãos da comunidade inglesa, que tinham por hábito isolar-se do resto da sociedade

⁵⁰ *The Prime Minister*, “Prefácio”, p. v. Doravante, sempre que for necessário citar algum excerto desta obra, indicar-se-á apenas o volume e o número de página.

⁵¹ *Op. cit.*, p. 17.

⁵² *Idem*, p. 31.

⁵³ Maria da Conceição Emiliano, *op. cit.*, pp. 20-21.

portuguesa. Desde que se começaram a instalar em Portugal, estes imigrantes iniciaram a criação de um sistema muito próprio que os distanciava de todas as outras comunidades. A contribuir para o seu isolamento encontrava-se a existência de cônsules, leis, juízes, regras sociais e religião próprios. Algumas destas instituições materializavam-se em edifícios que serviam para uso exclusivo dos britânicos, nomeadamente a Feitoria (British Association), a capela anglicana e o cemitério. O nosso autor foi eleito membro da Associação Britânica do Porto a 7 de Janeiro de 1841⁵⁴, tornando-se um dos elementos mais prestigiados desta colectividade. Em *Lusitanian Sketches* esboça também um retrato dos seus compatriotas:

In speaking of the inhabitants of Oporto the English must not be forgotten; for though forming but a small portion of society, they are tolerably conspicuous. There are about fifty families, a part only of whom move in the higher circles, and are much respected by the Portuguese, living on the most friendly terms with them, in the constant exchange of all the courtesies of life. They inhabit some of the best houses in the most airy parts of the city; in truth, there is no city in the Peninsula where an English family can enjoy so much comfort and independence. I must observe, that I believe there are not a more honourable set of men than the gentlemen representing the long-established British mercantile houses in Oporto.⁵⁵

Apesar do afastamento voluntário que caracterizava este povo, Kingston não se abstém de conviver socialmente com a alta sociedade do Porto. Nos seus relatos de viagens dá-nos a conhecer alguns dos agradáveis momentos em que privou com famílias portuguesas. Quanto ao aspecto profissional, com a morte do patriarca a sua responsabilidade na actividade comercial aumentou, pois viu-se obrigado a gerir o negócio da família, o que ocupou a maior parte do seu tempo.

⁵⁴ *Idem*, p. 25.

⁵⁵ *Op. cit.*, Vol. I, p. 272.

O ano em que Kingston regressa para assumir um papel activo na gestão da empresa, 1833, torna-o testemunha de um dos períodos mais marcantes da História de Portugal: a guerra civil entre liberais e absolutistas. O facto de ter assistido ao cerco do Porto marcou-o de tal forma que retratou e descreveu esse acontecimento e a forma como o viveu em *My Travels in Many Lands* e em *Lusitanian Sketches*. Antes de testemunhar as consequências do confronto entre liberais e absolutistas, Kingston considerava que a guerra era uma actividade nobre, mas depois, perante tanta destruição e calamidade, chegaria à conclusão que deve sempre ser evitada:

I had a notion before I paid this visit to Portugal, that fighting was a very fine thing in itself, and I often used to long to engage in it. I now heard enough and saw enough of the effects of warfare to convince me that though it may be a necessity, it is a very stern and dreadful one, and that the sword is the last appeal to which men would have recourse if they were aware of the terrible results which must be produced when once it is unsheathed and the scabbard thrown away. In every direction were villas in ruins, - once blooming gardens now become wildernesses, - whole villages unroofed, battered, and blackened; cannon-balls sticking in the walls of convents, churches, and the mansions of the wealthy, while the marks of bullets, shot, and shell were everywhere discernible. By the bye, in most instances, the marks of the bullets were high above the heads of the troops who were fighting beneath.⁵⁶

Nestas reflexões dos seus diferentes livros e relatos de viagens não deixa de evidenciar um certo orgulho no seu próprio povo, sublinhando o papel que os ingleses tiveram na salvaguarda da independência de Portugal na altura das Invasões Francesas e, posteriormente, no apoio oferecido a D. Pedro para recuperar o trono usurpado pelo seu irmão:

⁵⁶ *My Travels in Many Lands*, p. 241.

When I first went to the country, a large number of the superior officers in the Portuguese service were Englishmen, Lord Beresford was Commander-in-Chief, and Sir Charles Sutton, Sir Maxwell Grant, Sir Charles Ashworth were either Field-Marschals or held other hi commands. Englishmen generally were looked upon with very great respect by the Portuguese. Except in the army, I do not know that any great practical improvements had taken place, though at the same time the mind of the nation was changing. People generally were discovering, from their intercourse with the English, the advantages of constitutional government, at the same time, however, that some were imbibing pernicious republican notions.⁵⁷

Não se pense, no entanto, que o escritor apenas elogia os militares britânicos. Embora enfatize a nacionalidade daqueles que comandavam os exércitos portugueses nestas fases de crise política e militar, admite que o povo lusitano é bastante corajoso, lutando incondicionalmente pelas suas causas:

The Portuguese have often been accused of cowardice, - I think most unjustly so. I may state once for all, that from all I saw and heard of them during the terrible civil war, especially of the Constitutionlists, I have every reason to consider them as brave as any people in Europe. They have both moral and physical courage, and in the cause of their young queen, of civil and religious liberty, which they felt to be so just and holy, they proved themselves true heroes. A relative of mine, a field-marshal in their service, always made the same assertion, and he used to say that, with English officers to lead them, he would as willingly command Portuguese as English troops. They go through great fatigue and suffer privations without murmuring, and subsist on provisions on which Englishmen would starve. Their officers, also brought up in the British army, proved themselves almost invariably brave and intelligent soldiers, as were nearly all those who held the chief commands in the Constitutional force.⁵⁸

⁵⁷ *Idem*, p. 18.

⁵⁸ *Idem*, p. 241.

Ao contar a história das guerras liberais em Portugal, transmite claramente uma visão favorável de D. Pedro em detrimento do partido absolutista liderado pelo usurpador D. Miguel. Tal como todos os britânicos, Kingston considerava que o sistema político inglês era aquele que podia trazer mais benefícios na governação de um país. Mesmo em *The Prime Minister*, onde por várias vezes o autor-narrador elogia algumas acções progressistas do Marquês de Pombal, afirma que só após a instituição de um governo liberal é que a sociedade portuguesa começou a sofrer verdadeiras alterações a nível político, económico, mercantil, cultural, educacional e social. Apesar de toda a destruição física no território português, que havia sensibilizado o escritor, quando em 1843 regressa a Portugal constata que, uma década após a instauração do novo sistema político, o país já revelava significativas melhorias:

Ten years of constitutional liberty have worked wonders – ten years more of internal peace and mercantile prosperity, and I doubt not still greater and more beneficial changes will take place. People who knew it some years ago will say that I have overcoloured my drawing: if this work is read ten years hence by a visitor to the place, he will declare that I have not done it justice; for I feel assured that my prognostications will prove correct.⁵⁹

Embora não tendo seguido a carreira de oficial da marinha, William Kingston teve a felicidade de aprender a arte de navegar. Devido ao seu carácter sociável, curioso e inquiridor, mas igualmente à sua paixão pelo mar e pelos barcos, travava facilmente amizade com os tripulantes dos navios que ancoravam no Douro. Muitos dos seus serões eram passados a bordo na companhia destes homens. Durante o tempo em que os cidadãos do Porto viveram sobressaltados com as possíveis investidas miguelistas, o jovem comerciante foi convidado pelo capitão e marinheiros do navio *Orion* para os

⁵⁹ *Lusitanian Sketches*, Vol. I, p. 50.

acompanhar numa viagem até à costa norte de Espanha⁶⁰. Nessas semanas que passou a bordo do navio de guerra inglês teve oportunidade de aprender a arte de ser marinheiro: «I have always since been very glad that I acted as I did. I thus saw midshipmen as they really are. I identified myself completely with them, and learned their feelings and ways.»⁶¹ Esta experiência, bem como a participação em várias sociedades e movimentos a favor dos marinheiros foram fundamentais para a temática das obras que escreveu ao longo da sua carreira de escritor. Conhecendo tão bem o tipo de vida que estes profissionais levavam e os riscos em que incorriam, fundou a Society for Mission to Seamen, uma sociedade que zelava pelo bem-estar e direitos dos marinheiros e em 1845 tornou-se um dos primeiros membros da Royal Victoria Yacht Club⁶².

O sonho que tinha desde muito novo de enveredar por uma carreira na marinha, que não teve oportunidade de concretizar, realizou-o em muitas das suas ficções. Foram principalmente os seus romances marítimos que o tornaram conhecido, popular e imortal perante o público leitor. Na sua vasta obra, entre muitos outros, podemos encontrar títulos como *Peter the Whaler* (1851), *The Ocean Queen and the Spirit of the Storm* (1851), *The Pirate of the Mediterranean* (1851), *The early life of Old Jack: a Sea Tale* (1859), *The Boy's Own Book of Boats* (1860), *My First Cruise* (1861), *The Pirates' Treasure* (1868), *Adrift in a Boat* (1869), *Captain Cook: His Life, Voyages, and Discoveries* (1871), *In the Eastern Seas* (1871), *The History of Little Peter the ship-boy* (1873), *The Three Lieutenants* (1875), *Saved from the Sea* (1876), *A Yacht Voyage round England* (1879), *The Boy who sailed with Blake* (1880), *The Cruise of the "Dainty"* (1880), *The Missing Ship* (1913), que remetem indubitavelmente para o romance marítimo⁶³. Toda esta literatura dedicada aos mais jovens já foi composta no

⁶⁰ *My Travels in Many Lands*, p. 259.

⁶¹ *Idem*, p. 260.

⁶² Maurice Rooke Kingsford, *op. cit.*, pp. 1-2.

⁶³ *Books Collecting and Library Monthly*, pp. 18-23.

seu país, pois, em 1844, regressa a Inglaterra, onde inicialmente se dedica à carreira dos negócios em Londres.

Embora o nosso romancista seja recordado como um grande escritor de literatura juvenil da Época Vitoriana, na verdade os seus primeiros escritos e publicações não foram sobre este género literário. Antes de ser conhecido perante os seus jovens rapazes, dedicou-se a outros géneros da literatura, que, apesar de não serem tão conhecidos, não deixam de ser tão importantes quanto os que o tornaram famoso e prestigiado. O primeiro romance que escreveu e publicou não tinha como público-alvo as camadas mais jovens, mas sim adultos. *Circassian Chief* foi editado em 1844⁶⁴, um ano antes da publicação de *The Prime Minister*.

Ainda que *Circassian Chief* tenha sido o primeiro romance que Kingston publicou, desde muito novo que o autor relatava as experiências vividas nas suas viagens e anotava as suas reflexões sobre o que se passava à sua volta. Esse espírito observador e crítico levou a que a sua primeira produção escrita, de carácter essencialmente auto-biográfico, tratasse principalmente de assuntos portugueses. Apesar da distância física a que a administração dos bens da família o obrigava, Kingston manteve sempre contactos em Portugal. Na década de 40 publica vários artigos sobre o nosso país em jornais ingleses, que ao serem posteriormente traduzidos para português se revelaram bastante importantes na elaboração do Tratado de Comércio e Navegação entre Inglaterra e Portugal. A 3 de Julho de 1842 o tratado é assinado por *Lord* Howard de Walden e o duque de Palmela em nome das respectivas soberanas, a rainha Vitória e a rainha Maria da Glória. Nesses textos, o jovem inglês, que tinha interesses económicos no Porto, defendia sempre que a relação comercial que unia as duas nações há tantos séculos podia continuar a ser benéfica. Enquanto os seus conterrâneos

⁶⁴ Brian Doyle, *op. cit.*, p. 163.

menosprezavam a parceria portuguesa, enfatizando a pobreza do nosso país, ele sublinhava a injustiça com que Inglaterra por vezes tratava Portugal⁶⁵. Como sinal de apreciação, em 1846 Kingston recebeu a “Portuguese Knighthood”⁶⁶, ou seja, foi nomeado Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo pela rainha de D. Maria II.⁶⁷

Este tratado também tinha por objectivo combater a escravatura, assimilando-se o tráfico negreiro à pirataria. A Marinha de Guerra britânica passava, deste modo, a poder inspecionar os navios com bandeira portuguesa. Tal como os seus conterrâneos, o nosso escritor era completamente contra a escravatura. Em *Lusitanian Sketches* relata aos seus leitores uma conversa que teve com um português, um homem rico do interior, onde este lhe conta que os filhos estão a fazer uma grande fortuna no Brasil à conta deste negócio. O escritor mostra-se indignado com a naturalidade e orgulho com que tal indivíduo falava das actividades económicas da família. Por outro lado, não deixa escapar mais esta oportunidade para mostrar a sua opinião de que o povo inglês é iluminado pelo dom da justiça, tendo assim o dever de intervir:

He all the time was perfectly unconscious of the effect he had produced on my mind. The slave-trade he had been taught to look on as a lawful traffic: he could not comprehend its foulness – its enormity. We Englishmen must thank Heaven that we have been brought to think rightly on the subject. By the aid of that merciful Heaven may the free sons of Britain at length put a stop to such deeds of darkness!⁶⁸

Mas não foram apenas artigos ou alguns capítulos das suas obras que o autor dedicou ao país onde viveu parte da sua vida. Para além do já referido *The Prime*

⁶⁵ «Commercial Treaty with Portugal, Letter to the Editor of the Portfolio», in *The Portfolio*, London, Printed for John Olivier, and Sold by Simpkin Marshall and Co., Vol. IV, n.º 18, March 1st., 1845, pp. 244-249.

⁶⁶ Brian Doyle, *op. cit.*, p. 163.

⁶⁷ Maurice Rooke Kingsford, *op. cit.*, pp. 44-45.

⁶⁸ *Lusitanian Sketches*, Vol. I, p. 66.

Minister (1845), William Kingston publica no mesmo ano *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil* (1845), que Maria da Conceição Emiliano descreve como “um relato de viagens em dois longos volumes, onde o autor conta a sua experiência de viagens em Portugal e comenta os relatos de outros viajantes, apresentando, desta forma, uma imagem muito própria do país onde viveu.”⁶⁹ Nesta sua aventura de descobrir o país lusitano, o escritor não se limitava a descrever o que via. Mais do que meras impressões do que observava, para os seus *sketches* transpunha análises e interpretações pessoais do modo de vida deste povo que tantas vezes caracteriza de pitoresco. O seu método incluía o convívio com os habitantes dos locais por onde passava, para desta forma apreender com precisão os seus usos e costumes. Não tendo tido oportunidade de confraternizar com os “locais” numa das suas visitas a Coimbra, considera que mais importante do que descrever a cidade teria sido conviver com os estudantes, futuros alicerces do país:

I confess that from the short visit I made I have been unable in my account of it to do justice to Coimbra. I saw and heard a great deal, and I have noted most that I saw, but there are many places I did not visit. It is not, however, mere sight-seeing which can afford most interest in such a place as Coimbra. As the University of Portugal, it is the nursery of the statesmen, the legislators, the professors of law, of medicine, the leaders of parties; indeed, of the talent of the country. It is by mixing among the students, by conversing with them, by learning their habits and ideas, that one may be able to prophesy, with some approach to accuracy, the destinies of the kingdom, in which most of them must perform some prominent part.⁷⁰

Em *My Travels in Many Lands*, um livro de viagens que não é exclusivamente sobre o nosso país, mas onde vários capítulos lhe são dedicados, o nosso autor, que

⁶⁹ *Op. cit.*, pp. 28-29.

⁷⁰ *Lusitanian Sketches*, Vol. II, p. 69.

navegou em diferentes mares e oceanos, que conheceu vários países e sociedades ditas mais avançadas, confessa que Portugal foi o local onde gostou mais de viajar:

People could travel only in litters, on mule-back, or on foot, while the carts used were drawn by oxen, and were of the rudest and most primitive description. The inns were also of a very rude description as was often the fare to be found at them; and yet, from the spice of adventure, and the slight risk to be run from encounters with bandits, the chance of losing my way or being tumbled over a precipice, I have enjoyed my travels in Portugal more than in any other part of Europe.⁷¹

Nesta mesma obra, bem como na maior parte dos escritos sobre esta temática, Kingston apresenta a sua opinião favorável acerca do povo português:

From a long acquaintance with the Portuguese, I have formed a very favourable opinion of them as a people. They are patient, amiable and inoffensive, enduring hardships without grumbling, industrious, honest and brave.⁷²

Os retratos que fazia das suas deambulações pelas terras lusas, quer através de palavras quer através de desenhos que ilustram alguns dos seus livros, nunca foram isentos de uma preocupação de não ferir a susceptibilidade do povo que era objecto das suas observações:

To describe the society of a country in which one has resided a long time on intimate terms with a large portion of its members, may be easy; but it is certainly a delicate task: praise may be considered as flattery,

⁷¹ *My Travels in Many Lands*, p. 21.

⁷² *Idem*, p. 19.

and censure would be condemned as ingratitude towards those from whom one has received constant attention and kindness.⁷³

O comerciante e escritor inglês era ainda colaborador da revista *The Lusitanian*, publicada no Porto por ingleses estabelecidos nesta cidade. Em *Lusitanian Sketches*, no capítulo que dá a conhecer a cidade do Porto, para além de descrever os edifícios e as instituições, tece considerações sobre a produção literária da região. Embora não se assuma como autor de muitos dos textos de *The Lusitanian*⁷⁴ apresenta a revista e os seus objectivos:

And the *Lusitanian*, a magazine in English, started for the purpose of describing Portugal correctly, and of publishing all the information which may be useful to Englishmen visiting the country. A few numbers only have yet appeared, containing some interesting tours, translations from Portuguese poetry, tales illustrative of Portuguese history, and descriptions of places, &c. I hope sincerely it will succeed, as it deserves.⁷⁵

Para além dos artigos de carácter mais factual que ia escrevendo, de 1845 a 1847 publica em periódicos ingleses vários contos e lendas portuguesas, que havia recolhido nas suas viagens pelas terras lusitanas. Histórias sobre bruxas, lobisomens, almas d' outro mundo, feiticeiras e feiticeiros faziam parte das crenças populares portuguesas. O interesse e curiosidade suscitados no autor advém precisamente do facto

⁷³ *Lusitanian Sketches*, Vol. I, p. 72.

⁷⁴ «Ao longo da última década, outros estudiosos vieram de novo a debruçar-se sobre o periódico em análise [...]. Estamos precisamente a referir-nos às dissertações inéditas de Miguel Nuno Alarcão e Silva, *Edward Quillinan e Portugal*, e de Maria da Conceição Emiliano, *William Henry Giles Kingston: Percursos Lusitanos*, que não só viriam a confirmar plenamente a colaboração daqueles dois autores em *The Lusitanian*, como chegariam igualmente a identificar as iniciais por eles utilizadas, nomeadamente a sigla J., usada por Edward Quillinan, e a letra C., à qual recorreu frequentemente (embora não exclusivamente) William Henry Giles Kingston.», in João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto, The Lusitanian (1844-1845)*, pp. 233-234.

⁷⁵ *Lusitanian Sketches*, Vol. I, p. 313.

de o povo acreditar piamente naquilo que contava. “Legend of the Lobishome”⁷⁶, “Gil Perez and the bruxa”⁷⁷, “The Bruxa”⁷⁸, “The Feiticeira and the Magic Cavern”⁷⁹ e “The Vampire; or Pedro Pacheco and the bruxa”⁸⁰ foram algumas das narrativas de tradição oral que publicou em Inglaterra. Esta sua intenção já a havia confidenciado aos leitores dos seus relatos de viagens:

I am led to believe that if deep research was made respecting the legendary lore of Portugal, we should find as much of romantic interest among it as in other countries. I intend therefore to collect, for a future work, all the legends and tales I can find among the peasantry; but for the present my readers must be contented with the information I possess.⁸¹

A dedicação deste admirável escritor ao país que o acolheu, bem como à sua família, não só mereceu o reconhecimento da monarca portuguesa e dos seus súbditos, mas igualmente daqueles que empreenderam o estudo da sua vida:

It all sounds like the care-free Utopian existence of an early-Victorian gentleman of leisure, but the young man justified his existence by producing a three-volume novel, a two-volume travel book, and numerous newspaper and magazine articles, both in England and Portugal, which helped to bring about better mutual relations between the peoples of the United Kingdom and the subjects of our oldest ally.⁸²

Em meados da década de 40 regressa a Inglaterra, onde vive provavelmente dos rendimentos da firma da família. Ao mesmo tempo que geria os negócios, William

⁷⁶ *Ainsworth's Magazine*, Vol. VIII, 1845, pp. 140-148.

⁷⁷ *New Monthly Magazine*, Vol. LXXVIII, 1846, pp. 90-94.

⁷⁸ *Ainsworth's Magazine*, Vol. X, 1846, pp. 421-430.

⁷⁹ *Ainsworth's Magazine*, Vol. XI, Chapman and Hall, London, 1847, pp. 502-508.

⁸⁰ William Kingston, *Tales for Old and Young, of all classes, by many writers*, William Kent & Co., London, 1862, pp. 72-80.

⁸¹ *Lusitanian Sketches*, Vol. I, p. 342.

⁸² Maurice Rooke Kingsford, *op. cit.*, p. 52.

Kingston dedicou-se aos movimentos de emigração e aos problemas dos emigrantes, tendo sido secretário honorário da “Colonisation Society”. Em 1849 deu, em vários locais do país, uma série de conferências sobre a colonização e a emigração. Esta sua preocupação social, que não se encontra dissociada da sua própria experiência pessoal enquanto imigrante em Portugal, reflectiu-se essencialmente na escrita. De 1849 a 1852, foi editor das revistas *The Colonist* e *The Colonial Magazine and East India Review*, que tinham como temática a emigração. Durante este período publicou também *Some suggestions for a System of General Emigration* (1848) e o manual *How to Emigrate* (1850).⁸³

Ao mesmo tempo que produzia textos de carácter interventivo, Kingston começava a esboçar histórias que mais tarde fariam as delícias dos jovens e o distinguiriam como um dos maiores escritores de literatura juvenil para rapazes. Em 1848 escreveu o seu primeiro livro para crianças – *The Albatross* – de temática marítima. Todavia, é o sucesso que o seu livro *Peter the Whaler* (1851) obteve junto das camadas mais jovens que leva Kingston a desistir dos negócios para se dedicar exclusivamente à literatura. Apesar da importância dos trabalhos já referidos, é na área da literatura juvenil que o escritor se vai destacar: “with Henty⁸⁴ and Ballantyne⁸⁵ was one of the three giants who wrote adventure stories for boys in the Victorian era”⁸⁶. Escrevia uma média de três a quatro títulos por ano, deixando de herança à literatura cerca de duas centenas de livros de vários géneros e diferentes temáticas. Na sua dedicação aos mais novos, traduziu ainda várias obras de Júlio Verne, contribuindo

⁸³ J. S. Bratton, *The Impact of Victorian Children's Fiction*, pp. 116-117.

⁸⁴ George Alfred Henty (1832-1902) – Grande romancista da Época Vitoriana. Com os seus escritos, essencialmente livros de aventuras para rapazes, adquiriu o título de “The Prince of Story-Tellers”. Para além das histórias que escrevia para revistas, publicou cerca de cento e quarenta e quatro livros.

⁸⁵ Robert Michael Ballantyne (1825-1894) – Escritor escocês bastante conhecido e apreciado pelo público juvenil masculino. Escreveu cerca de oitenta livros.

⁸⁶ *Book Collecting & Library Monthly*, n° 3, London, July, 1968, p. 18.

desta forma para a divulgação deste incontornável autor francês entre o público britânico.

A notoriedade do nosso romancista era reconhecida pelos diferentes editores de revistas e periódicos, principal meio de divulgação da literatura no Período Vitoriano, que o convidavam a publicar a sua produção literária nas suas edições. Kingston colaborou em várias revistas juvenis, nomeadamente em *The Boy's Own Paper*, uma das mais populares e prestigiadas entre as camadas mais jovens. No número de abertura, a 1 de Janeiro de 1879, encontrava-se o capítulo inicial da história “From Powder Monkey to Admiral”. Finalizada esta narrativa, em 1880 os leitores de *The Boy's Own Paper* foram presenteados com a publicação de “Peter Trawl”. Além do seu papel enquanto escritor, foi editor de duas importantes revistas para rapazes. Em 1859 fundou e editou a revista *Kingston's Magazine for Boys*, que teve uma duração de três anos. Tendo em conta a relevância que as revistas literárias tinham enquanto repositório e meio de divulgação de literatura para crianças e adolescentes, em 1880 edita uma nova revista, *The Union Jack*, que dirigiu até ao nº 18 de 29 de Abril de 1880.⁸⁷ O seu ritmo frenético de produção é então traído por problemas de saúde, que o obrigam a abandonar os seus projectos. Devido à forte ligação que mantinha com os seus jovens leitores, sentiu necessidade de lhes escrever a despedir-se. Neste mesmo número escreve uma carta onde justifica a sua renúncia ao cargo de editor, agradece o sucesso da revista e apresenta o novo editor:

TO THE READERS OF “THE UNION JACK”

With much regret I have to bid you farewell in my character of Editor of “THE UNION JACK”.

⁸⁷ Brian Doyle, *op. cit.*, pp. 163-164.

The task I undertook has been far more laborious than I expected, and prevents me from accomplishing my other important duties. I have therefore transferred it to younger and abler hands, though I hope still to contribute to the paper.

Most sincerely do I thank my numerous friends who have so diligently laboured for my sake to promote its circulation, as also those who have so kindly expressed their warm approval of the tales I have provided for their amusement.

I have now to bespeak your favour for my successor. Mr. Henty is well known to boys as the author of those capital books “The Young Buglers,” “The Young Franc-Tireurs,” and “Out on the Pampas.”

[...]

I sincerely trust that under his experienced management “THE UNION JACK” will prove as useful as was intended, and attain the renown you all, I am sure, wish for it. Again thanking you,

I remain, faithfully yours,

WILLIAM H. G. KINGSTON.⁸⁸

É então por causa da sua debilidade física que Kingston é substituído por G. A. Henty, que confessa aos leitores não estar à altura do anterior editor: “I suffer at a disadvantage in succeeding so old and tried a friend of boys as your late editor – his name was in itself a tower of strength – but he has promised to continue to write for you, and will aid me with his advice.”⁸⁹ Com o decorrer dos meses, o estado de saúde do escritor foi-se agravando, acabando por falecer no dia 5 de Agosto de 1880. Com uma nota na revista *The Union Jack*, Henty dá a conhecer aos jovens leitores a morte do autor das histórias que andavam a ler. Num texto sintético, mas bastante profundo, em género de obituário traça o percurso biográfico e literário do escritor, enfatizando a sua

⁸⁸ *The Union Jack*, Vol. I, Nº 18, Edited by W. H. G. Kingston, April 29, 1880, p. 288.

⁸⁹ G. A. Henty, «To the readers of *The Union Jack*», *The Union Jack*, Vol. I, Nº19, Edited by G. A. Henty, May 6, 1880, p. 289, *apud* Maurice Rooke Kingsford, *op. cit.*, p. 191.

importância no campo da literatura juvenil e o seu consequente papel na formação de jovens:

DEATH OF MR. W.H.G. KINGSTON.

I am sure that not only the readers of THE UNION JACK, but every English boy, will have felt a thrill of regret at hearing that, on the 5th instant, Mr. W. H. G. Kingston passed away, at his residence at Willesden. Owing to the fact that the magazine is printed two weeks before publication, the editor was unable to announce the sad news in an earlier issue. More than to any man now living, English boys owe to Mr. Kingston. As Cooper⁹⁰ may be said to have invented Indian tales, and Marryat⁹¹ sea stories, so Kingston was the father of the school of writers of healthy stirring tales for boys. Before he entered upon the career of a writer, the works for boys were few in number and poor in quality. His example set many at work, and not only was Mr. Kingston the most voluminous as well as the most interesting of writers for boys, but it is to him that boys to no slight extent owe the books which those later in the field have written. Mr. Kingston was, as any one may see in his works, a man of a tender heart, of an upright and honourable disposition, full of love for what is good and noble, and of contempt for what is mean and base. He sought in his writings not only to amuse but to elevate; and there are tens of thousands of men now alive who have as boys learned lessons of truth, of honour, and of true courage, from the lads whose adventures they read in the pages of Mr. Kingston's books. (...) There are few men whose death will be so widely regretted, whose loss so truly felt, as will that of W. H. G. Kingston, the true friend of boys, and late editor of THE UNION JACK.⁹²

Para além destas palavras de apreço pelo escritor que tanto trabalhou pelos seus jovens leitores, e cujos livros transmitiam valores morais aos mais novos, os

⁹⁰ James Fenimore Cooper (1789-1851) – Nasceu em New Jersey e foi o primeiro grande romancista americano. Escreveu cerca de trinta romances, nomeadamente *The Last of the Mohicans* (1826).

⁹¹ Captain Frederick Marryat (1792-1848) – Romancista inglês que deixou a sua vida profissional no mar para se dedicar exclusivamente à escrita. É reconhecido como o pioneiro da “sea story”, que escrevia essencialmente para rapazes.

⁹² *The Union Jack*, Vol. Nº 35, Edited by G. A. Henty, August 26, 1880, p. 560. [Griffith and Farran, London, 1880].

responsáveis de *The Union Jack* quiseram prestar-lhe uma última homenagem. Com a última edição da revista em 1833, entregaram o dinheiro que havia no fundo à *Lifeboat Association* para comprar um barco salva-vidas. O barco adquirido obteve o nome de W. H. G. Kingston.⁹³

⁹³ Maurice Rooke Kingsford, *op. cit.*, p. 192.

III. *THE PRIME MINISTER – AN HISTORICAL ROMANCE*

3.1. Romance Histórico

Ao lermos *The Prime Minister* constatamos, desde as primeiras páginas, que há uma ligação intrínseca entre a narrativa apresentada e a História. O leitor depara-se com referências temporais distantes de si, com personagens históricas que marcaram uma determinada era que não a sua, bem como com acontecimentos que jamais poderão ser apagados dos anais da História. Embora esta relação seja óbvia e inegável, através do título – *The Prime Minister, An Historical Romance* – William Kingston quis deixar evidente que o seu romance tinha como subgénero literário o romance histórico. A classificação do género literário no próprio título não é uma inovação do autor. Desde os meados do século XIX que os escritores faziam este tipo de especificações nos títulos, remetendo estes muitas vezes para o tempo histórico, para o espaço geográfico ou para figuras históricas – no nosso romance para o Marquês de Pombal.

Ao longo de todo o texto, o autor faz uso da voz do narrador, que constantemente afirma a veracidade dos factos narrados, para reiterar a ideia de que o seu romance é composto por elementos retirados da historiografia. Contudo, não nos podemos deixar iludir por essas estratégias narrativas, esquecendo a parte ficcional inerente a qualquer romance. Embora esta obra de Kingston esteja povoada de elementos históricos, não é uma obra historiográfica, mas sim um romance.

O subgénero indicado pelo autor revela a natureza híbrida deste género literário: se por um lado temos a ficção, por outro temos a História. É a exploração desta relação que vai culminar no romance histórico. Carlos Reis e Ana C. M. Lopes são peremptórios em afirmar que para uma definição narratológica deste conceito deve-se partir da ponderação das relações existentes entre o romance como género e a História como fenómeno capaz de ser textualmente representado. Se o romance tem uma condição histórica que se impõe pela sua origem e pela sua consolidação sociocultural a partir do século XVIII, muitos textos historiográficos têm um cariz narrativo que os liga ao romance⁹⁴. Esta dualidade de características vai ser usada pelos escritores para servir os seus propósitos. No caso concreto do nosso autor, textos historiográficos, acontecimentos históricos documentados e correntes de pensamento sobre o estadista são utilizados para servirem de base à criação de uma narrativa ficcional, com o propósito de retratar uma era, um povo, um governo e uma personalidade incontornáveis na História portuguesa.

Na variada bibliografia com que nos deparamos sobre este subgénero literário, constatamos que nas diferentes teorias que têm vindo a ser apresentadas, uns autores dão mais relevância a uns aspectos, enquanto outros destacam outras características, mas todos são peremptórios em evidenciar o carácter híbrido conseguido pela presença, nem sempre em harmonia, da ficção e da realidade.

Segundo David Roberts o romance histórico caracteriza-se pela consciencialização da diferença temporal entre o momento presente da representação e a realidade passada representada, que é actualizada pela poética da ficção, enfatizando neste processo os binómios facto/ficção e passado/presente⁹⁵. Devido à importância dada à factualidade e conseqüente surgimento do conceito «romance não ficcional»,

⁹⁴ Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, p. 370.

⁹⁵ David Roberts, «Introduction», in David Roberts e Philip Thompson (eds.), *The Modern German Historical Novel: Paradigms, Problems and Perspectives*, pp 1-18.

Neil McEwan declara que qualquer romance é sempre ficção, pois predominantemente ou não os acontecimentos históricos estão sempre inseridos na intriga, que é o resultado da imaginação criativa do romancista⁹⁶. Por sua vez, Alessandro Manzoni, acusa a falta de harmonia entre a ficção e a realidade, porque considera que a verdade factual é incompatível com a ficção, uma vez que a História apenas pode apresentar acontecimentos conhecidos do exterior, pois as palavras, o pensamento e os sentimentos humanos, dado que permanecem em silêncio, só podem fazer parte do domínio da poética⁹⁷.

É então no domínio da poética que Kingston vai recriar parte do que a historiografia factual e documentada seria incapaz de registar, dando voz ao que poderiam ter sido os móveis e os pensamentos mais secretos do primeiro-ministro; a cobardia, passividade e desinteresse de D. José I; as angústias e sentimentos dos Távora. Em *The Prime Minister*, o leitor é constantemente convidado a entrar nos pensamentos das personagens ou na intimidade dos seus lares. No seu papel de ficcionista e não de historiador, o autor tem a liberdade e o privilégio de harmonizar a relação entre História e ficção, apresentando uma versão, que embora imaginada por si, poderia ter acontecido.

Esta preocupação de verificar até que ponto um romance histórico pode ser considerado fidedigno a nível dos acontecimentos registados ao longo dos anos, bem como a confirmação da veracidade do que é narrado, faz desvalorizar o facto de que a própria historiografia não está isenta de subjectividade, sendo esta igualmente mais uma versão dos acontecimentos. Por outro lado, não nos podemos esquecer de que um leitor informado não lê um romance com o intuito de aprender História. Se o seu objectivo for adquirir conhecimentos sobre uma determinada época, procurará manuais específicos

⁹⁶ Neil McEwan, *Perspective in British Historical Fiction Today*, p. 25.

⁹⁷ Alessandro Manzoni, *Del Romanzo Storico: On the Historical Novel*, pp. 72-73.

que supostamente o informarão de forma mais esclarecedora e rigorosa. Embora muitos dos factos relatados possam estar imbuídos da verdade histórica, estão sempre mesclados com a ficção, impedindo que haja qualquer tipo de pretensão sobre a cientificidade do narrado. Assim sendo, Avrom Fleishman acaba por considerar que as verdades encontradas num romance só podem ser vistas como simbólicas.⁹⁸

Apesar de um leitor informado não esperar que a leitura de um romance seja o equivalente ao estudo de um livro historiográfico, é com este tipo de leitor que a narrativa vai adquirir mais sentidos. Através dos seus conhecimentos históricos, culturais e literários, poderá fazer interpretações mais profundas da diegese enquanto fusão do contexto histórico e da ficção. Um leitor atento terá a possibilidade de apreender determinadas referências factuais, analisar e interpretar as intenções subjacentes à sua utilização. Para Mary Lascelles e Haskell M. Block, o facto de o leitor poder investigar o material histórico apresentado numa obra de ficção, demonstra que nesta relação entre ficção e História o escritor tem poder de incentivo⁹⁹. Por sua vez, Rogério Puga enfatiza a necessidade de um leitor informado e envolvido no processo de leitura para a contribuição de uma vasta rede de significados:

Para além de marcadores da passagem do tempo, os episódios históricos, tal como as personagens com referentes ou ecos históricos e as referências a figuras históricas, estabelecem uma relação profunda entre a acção do romance e o período e os factos históricos ficcionalizados, exigindo o contrato de (co)interpretação do leitor informado competência literária e cultural no que diz respeito ao contexto histórico da acção, para que possa ser feita uma leitura profunda dos subtextos históricos/historiográficos que também constituem o universo ficcional, uma vez que a presença da História no

⁹⁸ Avrom Fleishman, *The English Historical Novel: Walter Scott to Virginia Woolf*, p. xi.

⁹⁹ Mary Lascelles, *The Story-Teller Retrieves the Past: Historical Fiction and Fictitious History in the Art of Scott, Stevenson, Kipling, and Some Others*, p. 20 e Haskell M. Block, *Naturalistic Triptych: The Fictive and the Red in Zola, Mann and Dreisden*, p. 78.

romance não pode ser totalmente ignorada, em prol de uma leitura da obra como fruto apenas do poder criativo que dá lugar à ficção.¹⁰⁰

Quanto mais conhecimentos o leitor tiver do contexto histórico da acção, mais percepção terá dos “mundos possíveis” veiculados pela narrativa. Este conceito é, segundo David Herman, mais abrangente do que “mundos ficcionais”, pois o romance histórico quando imagina e narra diferentes visões do que poderia ter acontecido no passado reproduz intencionalmente universos ficcionais com alguns referentes extratextuais explícitos.¹⁰¹ Por outro lado, embora o discurso histórico tente o mais possível ser rigoroso na transmissão da verdade histórica, é impossível produzir realidades, conseguindo no máximo uma aproximação do real. Assim sendo, acabamos por concluir que ambos os discursos, o da ficção histórica e o da historiografia, são “mundos possíveis”, com a diferença de que o da historiografia está condicionado por métodos rígidos, precisos e inflexíveis, enquanto o da ficção tem a liberdade para construir a sua própria verdade, os seus “mundos possíveis”, de acordo com o arbítrio do autor.

Como exemplo, constatamos que as personagens de *The Prime Minister* que têm correspondência com as figuras históricas com quem partilham o nome, dados biográficos e condutas registadas na História – Marquês de Pombal, D. José I, os Távara, padre Malagrida, entre muitos outros – não são seus reflexos exactos. A correspondência verificada é uma estratégia narrativa inerente à construção do romance histórico. Na caracterização da personagem histórica Sebastião José de Carvalho e Melo, Kingston mescla as diferentes visões propagadas pela História, isto é, de déspota, tirano, corajoso e visionário, com a sua própria ideia de quem foi este ministro.

¹⁰⁰ Rogério Puga, *O Essencial sobre o Romance Histórico*, p. 5.

¹⁰¹ David Herman, «Introduction: Narratologies», in *idem* (ed.), *Narratologies: New Perspectives and Narrative Analysis*, p. 22.

Numa tentativa de compreender em que pontos o mundo possível da História e o mundo possível ficcional se aproximam e em quais se afastam, Lubomír Doležel¹⁰² enumerou as principais diferenças constatadas. Uma delas, por ser evidente, já foi por nós referida algumas vezes, e diz respeito à movimentação nos mundos possíveis, em que se o historiador está condicionado, o romancista tem a liberdade que deseja para construir, inventar e/ou reescrever uma realidade passada. Outro aspecto focado tem a ver com a presença e interação entre figuras históricas e personagens ficcionais num mesmo mundo possível. Em *The Prime Minister*, assistimos, por exemplo, ao convívio entre D. Luís de Almeida, uma personagem puramente ficcional, e toda a alta nobreza do rei D. José I. D. Luís, um jovem de uma das famílias mais ilustres do reino, tem o papel do herói romântico, que, mantendo-se sempre fiel aos seus nobilíssimos valores, luta incessantemente para que a sua sofredora história de amor com D. Clara seja premiada com um final feliz. Nesta sua odisseia, vê-se envolvido na conspiração de regicídio e vítima de um tribunal, instituído pelo primeiro-ministro, que já tinha os condenados antes mesmo dos julgamentos. Esta relação entre as figuras reconhecidas pela historiografia e as personagens idealizadas pelo autor impossibilita que o universo ficcionalizado seja um mundo histórico.

Por outro lado, Doležel, não deixa de reconhecer que nem os mundos ficcionais nem os históricos são preenchidos por pessoas reais, mas sim pelos seus supostos correspondentes, que, devido também à já referida liberdade do romancista, podem ser transformados quando invocados na ficção. Embora todos saibamos que a marquesa de Távora foi uma figura proeminente na História portuguesa, Kingston ao tentar invocá-la na sua narrativa não se referia a uma pessoa real, mas sim ao que na sua concepção teria sido D. Leonor. Além de toda a informação que pôde obter para construir uma

¹⁰² Lubomír Doležel, «Fictional and Historical Narrative», pp. 256-258.

personagem com um referente extratextual, teve a liberdade conferida pelo seu estatuto de romancista para a tornar mais complexa e sedutora do ponto de vista narrativo.

Por fim, o crítico constata que, quer no mundo ficcional quer no histórico, há sempre lacunas, que no caso do ficcionista são preenchidas por elementos condicionados por factores meramente estéticos e literários. Sentindo necessidade de colmatar as falhas difundidas através dos anos, o nosso autor em vários momentos da narrativa ficcionaliza determinados episódios que poderiam preencher alguns vazios da História. Um dos diferentes casos encontrados no romance é precisamente quando o padre Jacinto da Costa, um poderoso jesuíta, tenta aliciar o seu sobrinho Luís de Almeida, a associar-se à causa dos jesuítas. Esta personagem fictícia revela os seus planos maquiavélicos para destruir o homem de confiança do rei, Sebastião José de Carvalho e Melo, e para alcançar o objectivo do fundador da Companhia de Jesus de juntar todos os reinos do mundo sob o governo dos jesuítas:

But how far, how immeasurably superior is the power at which we aim! – we would rule over the minds of men – we would bend their insane passions to our own will, and would make them, by those means, the tools to work out our glorious projects. Hear me, then, and learn the sublime idea of our founder, [...] his aim [...] was to join all the kingdoms of the earth under one sceptre, and that sceptre swayed by our hands; ay, by the humble friars of the order of the mystical Jesus; and yet, far different would it be from the power to which the Pontiff of Rome can ever hope to attain. (Vol. I, p. 118)

We learn the passions, the frailties, the foibles of every one; and thus many, unknown even to themselves, are our tools, and while they fancy that they are obeying the rules of their own sect, are but working out our ends. The end with us sanctifies the means, and thus, to attain our objects, we consider every disguise, every fraud, allowable. (Vol. I, p. 121)

Esta série de revelações imaginadas acaba por ser um “mundo possível” justificativo de todos os aspectos negativos imputados à Companhia de Jesus e consequente necessidade da sua extinção, primeiramente por parte de Portugal e posteriormente pelo resto da Europa.

Se o romancista goza de grande liberdade na construção da sua narrativa, o leitor logo no primeiro contacto com a obra, de acordo com os indícios com que se vai deparando, pode ser mais ou menos condicionado na sua leitura. O título de um texto tende a ser um dos primeiros e principais determinadores das linhas de interpretação. À partida, nenhum autor intitula a sua obra ao acaso. As palavras escolhidas são intencionais e servem propósitos muito específicos. Quando estamos perante uma narrativa que se autoclassifica de romance histórico, não esperamos outra coisa senão a referência a acontecimentos passados, a descrição de elementos espaço-temporais específicos de uma dada época e a presença de figuras históricas. O adjetivo histórico adquire uma carga tão intensa que faz com que o leitor se deixe conduzir por um discurso ficcional com pretensões históricas. As próprias repetidas afirmações ao longo da narrativa da veracidade dos acontecimentos descritos leva a que a procura pelo real se sobreponha à consciencialização de que um romance, por mais referências históricas que contenha, não deixa de ser ficção. Desejando sobrevalorizar os elementos históricos patentes nas suas ficções, intencionalmente muitos autores, a partir do século XIX, começaram a fazer a classificação de género no próprio título que atribuíam aos seus escritos. Esta classificação tinha como objectivo condicionar o mais precocemente possível a recepção da obra. No caso do romance que nos serve de objecto de estudo, constatamos que o título comporta duas referências que inevitavelmente condicionam as directrizes com que se processa a leitura. A mais óbvia é “an historical romance”, classificação literária, que mesmo inconscientemente dirige o leitor numa comparação

entre o que são os elementos fictícios e os que têm referentes extratextuais verificáveis no discurso historiográfico. A segunda referência presente no nosso título – “The Prime Minister” – remete para uma figura político-histórica, cuja identidade terá de ser desvendada pelo leitor através do contacto directo com o texto. Nas páginas iniciais, quer com a referência a marcas espaciais e temporais quer com a invocação directa a Sebastião José de Carvalho e Melo, fica-se a saber que a figura retratada é o célebre Marquês de Pombal. A contribuir para um ambiente histórico mais verosímil encontraremos, ao longo desta extensa narrativa, a existência de pormenorizadas descrições de lugares e de factos reconhecidos pelo público em geral, bem ao estilo scottiano.

Ao reflectirmos sobre o género literário de *The Prime Minister* não podíamos deixar de referir aquele que é considerado por toda a crítica literária o pai do romance histórico. A maneira como *Sir Walter Scott* utilizou os pormenores históricos levou a que este subgénero ganhasse uma grande popularidade e importância entre os romancistas. Inúmeros foram os imitadores deste grande escritor, levando a que o romance histórico continue a ser alvo de grande notoriedade, embora nos dias de hoje a sua concepção seja diferente da forma adquirida no século XIX.

Ainda muito jovem Walter Scott¹⁰³ já era conhecido no meio literário e aos vinte e dois anos consideravam-no o primeiro poeta nacional por ter composto “The Lay of the Last Minstrel”. Desde cedo começou a emocionar os seus leitores com os dramas de personagens que se movimentavam em ambientes verosímeis, em cenários reconhecidos pelos leitores e em situações também identificadas como pertencentes ao passado. Embora inicialmente seja conhecido como um grande poeta, em 1814 publica anonimamente *Waverley*, acolhido com um enorme sucesso e considerado pela crítica o

¹⁰³ *Sir Walter Scott* nasceu a 15 de Agosto de 1771 em Edinburgh, na Escócia, e morreu a 21 de Setembro de 1832 no seu país, em Melrose.

primeiro romance histórico. A inovação presente no seu estilo tinha a ver com o facto de as suas ficções terem por base episódios reconhecidos, que no caso do seu primeiro romance, sobre o levantamento jacobita de 1745 no Reino Unido, revelavam os conhecimentos que adquiria em incessáveis pesquisas. Scott distancia-se dos autores que antes de si se referiram a épocas distantes, pois salienta não só os acontecimentos históricos como também as mudanças políticas, sociais e económicas que daí advinham, destacando o povo em todo esse processo. Por outro lado, para dar a imagem do passado, não se limita a movimentar as suas personagens em cenários longínquos, atribui-lhes as características, maneiras de agir, falar e pensar próprias da época em questão.¹⁰⁴

Este sentido de realidade acaba por se apreender também pela valorização que Walter Scott atribui ao diálogo, pois quando numa narrativa as personagens são apresentadas a actuar e a interagir com outras, o leitor pode depreender o que as motiva e extrair as suas próprias conclusões sobre a caracterização das mesmas. Um texto que dê primazia ao diálogo envolve muito mais o leitor do que as por vezes extensas e monótonas descrições e narrações. Com esta estratégia discursiva, quem lê acaba por se esquecer que o está a fazer, tendo a sensação de que está a assistir aos diálogos das personagens. Além disso, o ritmo da acção também se torna mais rápido, revelando-se mais realista, empolgante e atraente.

Devido aos efeitos referidos e seguindo as estratégias do iniciador desta nova forma de apresentar uma h/História, o nosso romancista também atribui uma grande importância ao diálogo. Delicia os seus leitores ao dar-lhes a oportunidade de serem testemunhas oculares dos discursos mais importantes para o desenrolar da narrativa, tais

¹⁰⁴ «The so-called historical novels of the seventeenth century (Scudéry, Calpranède, etc.) are historical only as regards their purely external choice of theme and costume. [...] What is lacking in the so-called historical novel before Sir Walter Scott is precisely the specifically historical, that is, derivation of the individuality of characters from the historical peculiarity of their age.», in Georg Lukács, *The Historical Novel*, p. 15.

como as conversas secretas do primeiro-ministro, as conspirações dos inimigos de Sebastião José de Carvalho e Melo, as promessas de amor eterno entre os protagonistas da bela história de amor que encanta e emociona os leitores, bem como as frívolas tagarelices do povo nas ruas e nas casas de seus senhores, que em muito contribuem para caracterizar esta classe social.

Por outro lado, até mesmo através do título da obra que o consagrou como romancista, Walter Scott demonstrava ter ideias bem definidas sobre este novo subgénero literário. Ao adicionar ao título *Waverley* o subtítulo *Tis Sixty Years Since* delimita uma distanciação entre o momento da acção e o da escrita. A ênfase dada aos sessenta anos tem como objectivo salientar o passado que se irá retratar, bem como a perspectiva histórica inerente. Tendo em conta esta particularidade do título daquele que é considerado o primeiro romance histórico, vários autores, entre eles Avrom Fleishman e Fátima Marinho, consideram indispensável a existência de pelo menos duas gerações entre o momento de enunciação e o tempo cronológico retratado, para que se possa estar diante de um romance histórico.¹⁰⁵ Em *The Prime Minister* esta característica está igualmente presente, pois, embora publicada em 1845, a obra reproduz o Período Pombalino, verificando-se um lapso de várias décadas entre o momento da escrita e a acção narrada. Consciente da importância desta característica para que a sua narrativa fosse considerada um romance histórico, o autor, pela voz do narrador, evidencia o distanciamento entre a época que está a relatar e o momento de enunciação: «it must be recollected that we are writing of nearly a hundred years ago» (Vol. I, p. 71).

Para além da importância atribuída ao título para demarcar a época narrada e o momento de enunciação, concluímos que, no seu conjunto de obras, Scott dá primazia à sua pátria. Verificamos que, ao longo de cinco anos, no seguimento de *Waverley*,

¹⁰⁵ Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal*, p. 11.

continuou a escrever e a publicar romances que tinham como cenário histórico o seu país. Com *Ivanhoe* (1819) deixa esse ciclo de obras onde o espaço de eleição era a Escócia, para passar a retratar momentos históricos ocorridos em Inglaterra. Embora haja uma mudança espacial, constatamos que o escritor escolhe outro país que por ser igualmente parte integrante do Reino Unido mantém uma certa identidade cultural e histórica comum com a sua pátria.

Por sua vez, não é por acaso que Kingston, sendo inglês, escreve um romance sobre uma época marcante de um país que não o seu. Como vimos, o autor viveu muitos anos em Portugal, local onde cresceu, estudou e se envolveu com a cultura, a História e os valores desta nação. O facto de haver uma comunidade inglesa a viver no nosso país há algumas gerações, fazia com que, embora sem se integrarem na nação que os acolhera, vários britânicos escrevessem diversos tipos de documentos onde descreviam quer as suas vivências na pátria adoptiva, quer os usos e costumes que consideravam diferentes dos seus. Kingston, desde cedo, revela curiosidade e atracção pelo *modus vivendi* deste povo. Através da escrita, descreve as viagens que fez por Portugal, o contacto que teve com a população, a recolha que fez da literatura popular portuguesa, dando conta das aprendizagens que efectuou. Portanto, tal como Walter Scott e os primeiros cultores deste subgénero, o nosso escritor elegeu Portugal como cenário para o seu romance porque se identificava e considerava que no período eleito tinham ocorrido grandes mudanças nos contextos social, cultural, económico, religioso e político que tinham de ser transmitidas às outras gerações. Aliado à identificação com um determinado espaço estão sempre momentos marcantes que os autores deste género literário consideram dignos de serem imortalizados e recordados pelas gerações futuras.

Segundo Georg Lukács, a partir da Revolução Francesa ocorreram enormes transformações a nível social, económico, político, ideológico e, conseqüentemente, cultural que propiciaram o surgimento do romance histórico:

We have attempted to outline the general framework of those economic and political transformations which occurred throughout Europe as a result of the French Revolution [...]. These events, this transformation of men's existence and consciousness throughout Europe form the economic and ideological basis for Scott's historical novel.¹⁰⁶

Para Lukács os anos compreendidos entre 1789 e 1814, devido aos vastíssimos acontecimentos que se desencadeiam em França e alastram ao resto da Europa, foram um período de viragem na própria concepção que o homem ocidental tinha da História. Com as sucessivas mudanças abruptas com que se deparavam, as massas começaram a depreender que faziam parte da História, que eram agentes activos. À medida que a burguesia foi ascendendo socialmente, ganhando poder político e prestígio, o seu orgulho de pertença a uma nação e de interveniente do devir histórico eleva-se. Os sentimentos da nacionalidade vão sendo cada vez mais aclamados e a representação de momentos passados dignos de memória vai sendo mais abundante.

Georg Lukács defende que o surgimento deste novo subgénero em Inglaterra em vez de outro país europeu não foi acidental. Emerge no desenvolvimento do romance social realista do século XVIII, que já descrevia a ascensão da burguesia e as incessantes lutas de classes, resultado da Revolução Industrial. Todo o progresso social retratado durante o Iluminismo, teve como consequência uma maior consciência do desenvolvimento histórico e conseqüente necessidade de identificação com uma determinada cultura e nação. É em Inglaterra que primeiramente se começa a sentir um

¹⁰⁶ Georg Lukács, *op. cit.*, p. 29.

desconforto ligado à desumanidade do capitalismo, ao caos da competição e da produção, às reivindicações e à transformação do conceito de cultura. Perante todas estas profundas mudanças em tão curto espaço de tempo, é com entusiasmo que são recebidos os novos romances sobre uma época mais distante, menos confusa e desordenada. Não é de estranhar que a Época Medieval, considerada um período de pacífica cooperação entre classes e em que os valores culturais e nacionais ganhavam importância, fosse maioritariamente eleita o cenário de um novo tipo de texto narrativo, o romance histórico. É óbvio que na Idade Média também houve revoluções, mas este foi um período de construção de identidade. Todas as classes estavam unidas pela sua nação, quer pela sua defesa, quer pela sua expansão. Em todo o tumulto constatado nos séculos XVIII e XIX eram os ideais de nacionalidade que davam alguma ordem a um mundo com o qual era difícil encontrar pontos de identificação.

Esta característica da exacerbação nacional e defesa de uma identidade cultural própria passa a ser recorrente nos escritores do século XIX. O romance histórico ganha o papel de meio de divulgação dos valores, cultura e História nacionais. Muitos dos romances históricos do século XIX eram, declaradamente, nacionalistas e, na maioria dos casos, o facto de a acção decorrer no passado aumentava o tom melodramático, ao mesmo tempo que proporcionava um enquadramento informativo. Os romancistas apologistas deste novo subgénero passaram a acreditar que tinham a obrigação de se documentar para que através das suas narrativas veiculassem conhecimentos históricos e contribuíssem para o enriquecimento cultural e educativo dos leitores, em especial daqueles que não tinham outro meio de adquirir conhecimentos senão através de uma literatura, que, à partida, tinha como principais funções a fruição estética e o ludismo. De uma forma prazerosa, sem as contingências rígidas e metódicas das ciências,

romanceavam acontecimentos e/ou eventos que haviam marcado uma época, para assim verem cumprido o que consideravam ser o seu dever.

Uma personagem de *Um Motim Há Cem Anos*, ao encomendar um texto narrativo para ensinar História aos seus eventuais leitores, retrata as convicções dos escritores dos séculos XVIII e XIX:

Queria... queria uma novela, um romance histórico, que toda a gente lesse, que toda a gente quisesse ler; porque enfim, meu caro amigo, estou convencido que a maneira de ensinar a história àqueles que não se aplicam aos livros, àqueles cuja profissão os arreda de poder fazer estudos sérios e seguidos, é o romanceá-la, dialogando-a, e dando vida à época, dando vida aos personagens, dando vida às localidades [...] Isto torna a história interessante e amena, despe-a daquela severidade grandiosa, mas fria e veneranda [...].¹⁰⁷

Devido a este papel didáctico e instrutivo atribuído ao romance histórico, durante bastante tempo não se constatou qualquer tipo de inovação literária neste género. A preocupação dos escritores recaía numa rígida fidelidade ao passado, tentando narrar e descrever os acontecimentos históricos o mais fielmente possível. Em *The Prime Minister* esta intenção de reproduzir os factos tais como a História os viera divulgar é notória desde o início ao fim do romance. Constatamos que as questões mais marcantes do Período Pombalino são contempladas sempre de uma forma muito fiel à versão oficial. O questionamento e abordagem crítica do discurso histórico que actualmente se faz sentir ao lermos romances históricos como *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* de José Saramago não se colocavam nas ficções dos séculos XVIII e XIX. Neste seu romance, o nosso Nobel da Literatura não só parodia, como subverte a versão oficial de um acontecimento que até hoje tem impactes religiosos, culturais, sociais, políticos e económicos no mundo inteiro. Pelo contrário, no romance de Kingston não

¹⁰⁷ Arnaldo Gama, *op. cit.*, p. 13.

há qualquer tipo de pretensões de questionar a História divulgada por entidades oficiais. Após a leitura de *The Prime Minister*, podemos depreender que o autor também veicula essa mesma versão, contudo de uma maneira mais colorida e apetecível do ponto de vista da fruição estética. Enquanto os escritores actuais questionam, criticam, subvertem e apresentam outras versões do que poderia ter acontecido, os primeiros cultores deste género têm tal como os historiadores o objectivo de transmitir informações sobre uma determinada época ou acontecimentos. Todavia, recorrem a técnicas literárias, realçando mais ou menos determinado pormenor, atribuindo maior ou menor destaque à vida privada, aspectos normalmente descurados pela História.

Segundo Fátima Marinho «[...] a interligação diegese e História salda-se, frequentemente, pela inclusão de dados rigorosamente históricos no meio da intriga[...]»¹⁰⁸. Afirma que a referência a episódios concretos é uma característica deste tipo de romance, pois até em escritores modernistas essa característica se verifica. Se não houvesse uma inclusão de informações históricas reconhecidas pela maioria dos leitores, então deixaríamos de ter um romance histórico para ter uma ficção com outra tipologia.

Não podemos deixar de concordar que os autores do século XVIII já demonstravam alguma preocupação em serem fiéis aos factos, mas a verdade acaba por ser relativa, pois preocupam-se mais em defender a moralidade e os bons costumes do que em dar a conhecer o passado. Os textos deste século que invocavam acontecimentos históricos não eram considerados romances históricos porque não era visível qualquer tipo de análise, apenas a enumeração dessas ocorrências. A evolução ocorre no século seguinte com a importância atribuída à verdade. As excessivas reiteraões de fidelidade e de diminuta efabulação tornam-se importantes dados discursivos. Nos diferentes tipos

¹⁰⁸ Fátima Marinho, *op. cit.*, p. 20.

de discursos são introduzidos elementos que contribuem para criar a ilusão do real: manuscritos imaginários encontrados pelos autores, aparecimento misterioso de diários, introdução de pormenores sobre os antecedentes familiares das personagens, ou as supostas memórias de uma pessoa de idade. No romance histórico as atestações de veracidade enunciadas assumem diferentes características, pois acumulam e mesclam todos estes ingredientes com as tentativas de recriação e fidelidade histórica.

Os autores de romances históricos sofrem desta dificuldade de atestar a veracidade, pois aquilo que expõem poderá ser contestado. A fiabilidade aumenta quanto mais forem invocados acontecimentos que realmente se passaram ou personagens cuja existência é atestada pelo discurso histórico. Para se precaverem contra qualquer tipo de censura relacionada com a falta de fidelidade à verdade histórica que possa surgir é que nos deparamos muitas vezes com afirmações do narrador de que o que está a narrar é da responsabilidade de documentos que encontrou.

Devido a esta preocupação com a transmissão da suposta verdade histórica a presença do narratário ganha uma grande preponderância. Este acaba por ter um papel relevante, pois, como já referimos anteriormente, é em função do seu suposto conhecimento historiográfico que a narrativa, enquanto romance histórico, vai funcionar. Em alguns dos momentos em que o nosso narrador reafirma a natureza do seu projecto, ou seja, a intenção de escrever uma história verdadeira, negando a ficcionalidade dos factos e das personagens, dirige-se aos leitores para esclarecer o método utilizado:

Indeed, were we not writing a true history instead of a romance, we might be supposed to have brought him in merely for dramatic effect; but we can assure our readers, that in this, as in every other instance, we are adhering closely to the very voluminous, though rather illegible manuscripts, from which, with infinite labour, we are culling the present volumes. (Vol. I, p. 197)

Nesta insistente tentativa de credibilizar o que é narrado – muito típico do romance histórico – há a constante referência às fontes utilizadas. Normalmente, tal como se verifica na citação, invoca-se a utilização de manuscritos, que constituem a fonte de informação para relatar a «true history». Com este método, pretende-se que o leitor acredite realmente que ao ler um romance histórico não está perante situações ficcionadas mas que ocorreram mesmo, alcançando-se, deste modo, o pretendido efeito de verosimilhança.

Como não podia deixar de ser neste tipo de obras, o narrador é onisciente. O seu conhecimento, por um lado, justifica-se pelos documentos que revela possuir e que o informam daquilo que conta ao leitor, por outro lado, o próprio distanciamento espaço-temporal entre o momento da acção e o da enunciação implica que tenha uma visão mais abrangente do que ocorreu no passado. No nosso romance, a onisciência do narrador é verificável não só nos factos que nos dá a conhecer, mas nas diferentes perspectivas dos acontecimentos que nos são apresentadas¹⁰⁹.

Ao longo de quase todo o romance a voz narrativa é na terceira pessoa, contudo, em determinados momentos, o recurso à primeira pessoa tem como consequência uma drástica redução do efeito de distanciamento, criando a ilusão de participação e não só de observação. A utilização da primeira pessoa torna-se também uma estratégia para tentar disfarçar a desconfiança que o leitor possa ter em relação ao que é narrado. Se o narrador, através da sua própria voz, atestar como verídico o que enuncia, o seu relato torna-se mais credível. Por vezes o narrador parece querer recordar o leitor da sua presença, evidenciando que é ele que tem o poder de fazer com que o próprio narratário

¹⁰⁹ Este aspecto será desenvolvido mais pormenorizadamente, quando nos debruçarmos sobre a questão do terramoto de 1755, acontecimento que será relatado por várias personagens e visto de diferentes perspectivas.

se mova nos espaços onde decorre a diegese, para que desta forma possa acompanhar o desenrolar da acção, bem como o percurso das diferentes personagens:

We must now quit the free, boundless, evervarying ocean, on which we delight to dwell, with its exciting incidents of the chase, the tempest, and the fight, for the confined space of a crowded city. (Vol. I, p. 79)

Outras vezes, o uso da primeira pessoa serve para que o narrador desconstrua perante os seus leitores, as estratégias narrativas que utiliza ao contar o que ele designa de “history of the times of the great Marquis” (Vol. I, p. 101):

Here we have arrived at the last chapter of our first volume, without having advanced any way in our story; but it is, we conceive, an error on the right side, as the chief interest will be found in the two following ones, without any fear of our materials being exhausted. (Vol. I, p. 270)

Por outro lado, encontramos ainda exemplos da utilização da voz narrativa na primeira pessoa quando o narrador sente necessidade de introduzir dados relacionados com a sua própria pessoa. Embora tenhamos de ter a capacidade de diferenciar entre narrador e autor, na verdade os elementos pessoais sobre o narrador encontrados na diegese correspondem aos dados biográficos de William Kingston. Concluimos que o autor, na construção do seu romance, nem sempre se consegue distanciar da narrativa. Ao tentar demonstrar o quanto as ruas lisboetas eram inseguras nos tempos de D. José I, acaba por contar um episódio em que ele próprio, cerca de um século mais tarde, testemunhou a morte de um soldado miguelista por falta de assistência por parte dos guardas:

But few years ago, we remember returning at early dawn from a party, when we encountered several persons, and two guards, standing round a man on the ground weltering in blood yet flowing warm from a deep wound in his side. A convulsive shudder passed through his frame, yet no one attempted to aid him, the guards keeping every one off with their bayonets, saying it was their duty to allow none to touch him till the officers of justice had arrived to inquire into the case. The man was then past recovery; but had aid been afforded him when first discovered, he might probably have been saved; yet, surrounded by his fellow creatures, he was allowed to bleed to death without saving hand held forth. If we recollect rightly, he had been an officer in the Miguelite army, and had committed several atrocious acts; but had he been a friend the same would have occurred. (Vol. I, p. 133)

Como que acordando das suas próprias divagações, o autor-narrador retoma a narrativa do seguinte modo: «But to return to earlier times.»

Embora esteja na posse de toda a informação, o narrador vai revelando os dados de forma bastante estratégica, procurando aguçar a curiosidade do leitor, obrigando-o a ler os três volumes deste romance, pois só no final do terceiro é que a maior parte dos mistérios é revelada e é concluída a narração da Época Pombalina. Sendo assim, não é de estranhar que as últimas páginas tenham um ritmo muito mais acelerado, resultante das sínteses aí presentes. Por vezes, para que a sua narração pareça mais verosímil, o narrador prefere ocultar ou fingir que desconhece determinadas informações. Na última página, não resiste e deixa cair o mistério do destino da personagem mais caricata desta narrativa:

The only person of whose fate we are not quite certain was Frè Diogo, though we have our fears that he figured in an Auto-da-fé in 1765; his crimes being, speaking ill of the holy office, not paying due reverence to the holy sacrament, and entertaining scandalous and heretical opinions. (Vol. III, p. 348)

Como temos vindo a afirmar, num romance deste tipo, para que os leitores consigam reconhecer alguns elementos pertencentes ao seu conhecimento cultural e histórico, é imprescindível, para além de referências espácio-temporais, a existência de figuras que constem nos anais da História. Contudo, quando os autores de romances históricos decidem colocar como heróis dos seus livros personagens referenciais de primeiro plano, neste caso Pombal e toda a nobreza, a diegese poderá correr o risco de apresentar-se com menos interesse aos leitores, uma vez que o seu desfecho acaba por ser à partida conhecido. Para evitar o desinteresse, Kingston dá cor à sua narrativa através da inclusão de uma arrebatadora paixão e de bastantes peripécias vividas por personagens fictícias. Neste jogo de utilização de personagens com referentes históricos e outras meramente criadas pelo escritor, há que haver um certo equilíbrio entre a necessidade de cativar o interesse do leitor e ser minimamente fiel a alguns factos que têm vindo a ser divulgados e confirmados ao longo dos tempos. Embora o escritor tenha mais autonomia do que um historiador, devido ao suposto conhecimento dos leitores, acaba por ter menor liberdade de efabulação e de caracterização das personagens no que respeita os aspectos da narrativa que estão mais relacionados com a suposta “verdade histórica”. É essencialmente nos silêncios da historiografia que romancistas como William Kingston vão dar azo à sua imaginação e criar “mundos possíveis” que preenchem os vazios deixados pela ciência.

Ao longo destas reflexões sobre o Romance Histórico, fomos analisando algumas características que o distinguem de outros géneros literários e que contribuem para que possa ser estudado e analisado independentemente dos outros tipos de romance. Embora todas as características enumeradas sejam importantes, a que é imprescindível neste género literário é a coexistência de personagens fictícias com históricas, no mesmo espaço e tempo, ora ficcionais, ora reais. Apesar de, no nosso

romance, a narrativa de cariz ficcional se interligar com a de cariz histórico, por uma questão de método, analisar-se-á primeiro a intriga romântica e posteriormente dedicarmo-nos-emos ao estudo da narrativa histórica. Com este estudo pretendemos verificar até que ponto William Kingston foi fiel à veracidade dos factos ou de que modo é que reinterpretou e reescreveu a História e o mito do Marquês de Pombal.

3.2. Importância do prefácio

Ao analisarmos *The Prime Minister* não poderíamos deixar de atribuir destaque a um elemento paratextual que muito contribui para a rede de significados que descobrimos ao longo da narrativa. Embora muitas vezes o prefácio passe despercebido à maioria dos leitores, tem por objectivo transmitir determinadas informações, que desvalorizadas ou até mesmo desconhecidas poderão dificultar a compreensão da obra. Não se trata de um resumo do texto que a antecede, mas sim da sua apresentação. Aqui poder-se-á encontrar dados relativos ao assunto, aos objectivos, ao contexto de produção e às metodologias seguidas na elaboração da obra, que pretendem ser facilitadores da leitura. Através deles, o leitor pode esclarecer as suas dúvidas, contextualizar as histórias e buscar outras fontes para complementar as leituras realizadas, tornando-as mais produtivas e frutíferas.

Um romance não tem de ter obrigatoriamente um prefácio, o que nos leva a concluir que não foi por acaso que o nosso autor sentiu necessidade de introduzir este texto. Tendo em conta todos os aspectos que analisámos e comentámos relacionados com o subgénero romance histórico, é compreensível que uma das estratégias para atestar a veracidade da narrativa apresentada passe pela sua afirmação antes mesmo de

ela ser iniciada. William Kingston recorrerá a este paratexto para apresentar um conjunto de informações que subtilmente começarão a condicionar a leitura do seu romance. Reconhecendo a oposição entre ficção e História, o autor está consciente de que para levar o leitor a acreditar que o que vai narrar corresponde ao que aconteceu durante o Período Pombalino tem de ser bastante convincente na redacção do prefácio. Utilizando a sua autoridade de escritor, adopta uma postura que dificilmente poderá ser contestada pelo seu público.

No prefácio aos três volumes de *The Prime Minister*, o romancista tem como primeira preocupação esclarecer o leitor sobre a razão que o levou a escrever sobre Sebastião José de Carvalho e Melo:

Having resolved to employ myself, during a prolonged residence in Portugal, in writing some work of fiction on that country, it struck me that the Times of the Marquis of Pombal would afford a good subject, untouched, as it is, by any other author. (Vol. I, p. v)

É interessante constatar que a primeira informação transmitida se refere aos seus dados biográficos, nomeadamente ao tempo que residiu em Portugal. Este esclarecimento não é inócuo, pois o seu objectivo é induzir o leitor a considerar que, tendo o escritor vivido durante uma longa temporada nesse país, tem autoridade e conhecimentos sólidos para se aventurar em tão ousada empresa. Para evidenciar que a sua narrativa não se baseará simplesmente em relatos orais, que foi colhendo nas suas inúmeras viagens pelas províncias portuguesas, Kingston indica-nos o método e as fontes que utilizou para ser o mais fiel possível à verdade dos factos. É evidente que, tendo vivido muitos anos em Portugal, o inglês conhecia minimamente a história, ou melhor, o mito do Marquês de Pombal. No entanto, de modo a construir um romance histórico interessante, embelezado por façanhas vivenciadas por famílias portuguesas,

que lhe dão um toque de autenticidade, fez uma longa pesquisa que envolveu os dados facultados pelos seus amigos:

For a considerable time I delayed commencing my undertaking, almost in despair of finding the necessary materials. I wrote frequently to Lisbon to procure information, and mentioned my purpose to several Portuguese friends, who, at length, put at my disposal all the documents they possess relating to the private history of their families. From them I have composed the following work. (Vol. I, Prefácio, pp. v-vi)

Embora afirme que tenciona escrever uma obra de ficção, ao percorrer este seu texto introdutório, o leitor ficará convicto de que o objectivo do autor é narrar os acontecimentos tal e qual como eles ocorreram. O facto de confessar que teve acesso a documentos relacionados com as histórias familiares da Era Pombalina cedidos pelos seus amigos, leva a que um leitor mais atento os relacione com os manuscritos que o narrador com o desenrolar da acção constantemente refere serem a fonte da história do herói romântico D. Luís de Almeida:

It has just occurred to us, that our readers will begin to suppose we design to make Don Luis d'Almeida our hero; [...] he might, very properly, be considered in that light; indeed, we take great interest in his fate, for we cannot help sympathizing with the sorrows of one, whom the blind archer has treated so cruelly; and we therefore omit many incidents mentioned in the voluminous manuscripts before us. (Vol. I, p. 101)

É evidente que numa obra de ficção, por mais que se afirme a veracidade dos acontecimentos narrados, o que, como vimos nas reflexões sobre o romance histórico, é uma estratégia característica deste subgénero literário, tudo o que diz respeito à suposta fiel correspondência com o que o discurso da historiografia nos transmite pode ser

questionado. Desta forma, o prefácio, embora seja um elemento exterior à narrativa e por isso possa conferir maior credibilidade à suposta sinceridade do autor, também pode e deve ser alvo das nossas interrogações. Quem nos garante que neste texto introdutório o escritor não está já a delinear todo um estratagema para que autor e narrador sejam identificados como a mesma figura, sendo praticamente impensável duvidar daquilo que é afirmado ao longo dos três volumes? Logo, mesmo que acreditemos que os referidos documentos de histórias privadas existiram e foram utilizados por Kingston, temos de ter o discernimento de não os considerar os mesmos referidos pelo narrador. Se alguma dúvida houvesse, seria dissipada com a análise de um nobiliário das famílias portuguesas da época, pois aí não encontramos nenhuma referência a um conde de nome Luís de Almeida. Para sermos mais precisos, o primeiro conde de Almeida foi Carlos Augusto de Almeida, nascido em Lisboa a 10 de Maio de 1846, um ano após a publicação de *The Prime Minister*.¹¹⁰ Este dado esclarece-nos que D. Luís é uma personagem fictícia. Embora simbolize os mais nobres valores da realeza portuguesa, se movimente entre figuras reconhecidas pelo público e personifique um ilustre aristocrata do século XVIII, a sua personagem não tem um referente histórico. Trata-se de uma criação meramente ficcional do escritor, que teve por base para a sua construção aquilo que considerava ser um fidalgo das mais antigas e ilustres famílias portuguesas, transmitindo os costumes, as ocupações, a educação e os valores de um filho varão desta classe.

Para além da relevância atribuída aos documentos facultados pelos amigos, Kingston assevera como imprescindível a contribuição das pesquisas efectuadas por ele na Biblioteca Pública do Porto, onde consultou livros sobre a administração do Marquês, sobre a questão dos jesuítas e sobre o terramoto de 1755:

¹¹⁰ Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal*, 1960.

I enjoyed, also, free access to the public Library at Oporto, a magnificent establishment, containing many thousands volumes, in all languages. Nor must I omit to mention the courteous attention I received from Senhor Gandra, the chief Librarian, in aiding me in my search for the works I required. Here I found several valuable volumes, in French and Italian, relating to the administration of the Marquis of Pombal, and the intrigues of the Jesuits; and some, in Portuguese, giving an account of the earthquake. (Vol. I, Prefácio, pp. vi)

Este aspecto merece duas observações. Por um lado demonstra que para a elaboração do seu romance histórico o escritor tentou ser o mais rigoroso e fiel possível ao discurso impresso nos anais da História. Embora já tenhamos visto a diferença entre historiador e romancista, temos de concordar que nesta fase William Kingston usou métodos de pesquisa muito semelhantes aos dos historiadores. Não se limitou aos testemunhos emotivos e parciais dos seus amigos, tendo o cuidado de procurar e obter informações, bem como esclarecimentos, em obras que à partida seriam isentas de juízos de valor. Nesta etapa de preparação do cenário histórico, estudou e confrontou documentos que o elucidaram sobre uma era de interesse não só português como também europeu.

Este aspecto é igualmente curioso para nós, pois o escritor faz questão de referir que entre as fontes bibliográficas que examinou não se encontravam apenas livros portugueses como também de autoria francesa e italiana. Isto revela que este período histórico não marcou apenas a sociedade portuguesa mas toda a Europa, que não conseguiu ficar indiferente a todas as mudanças que ocorreram durante os vinte e sete anos de governação do Marquês de Pombal. Ao longo destas duas décadas e nas que se seguiram, foram inúmeros os cidadãos europeus que passaram por Portugal e registaram os acontecimentos de maior destaque ocorridos no reinado de D. José I. Para além das

incontáveis descrições do terramoto de 1755, nas diferentes bibliotecas portuguesas e europeias encontram-se depositados relatos sobre as medidas políticas tomadas por Sebastião José de Carvalho e Melo. Mesmo os viajantes que visitaram o nosso país após o Período Pombalino descreveram a sociedade que descobriam, evidenciando ser o resultado da governação do estadista. Como temos vindo a verificar, as observações que faziam dos aspectos social, económico, político, militar, cultural e religioso, levavam a que tivessem uma opinião favorável em relação à política praticada por Pombal ou, pelo contrário, consideravam que havia sido um tirano que não olhou a meios para impor as suas convicções.

Nesta sua tentativa de mostrar ao seu público que não é simplesmente mais um autor que vai mitificar a figura do Marquês de Pombal, ora seguindo a corrente que via o ministro como um “iluminado”, ora colocando-se ao lado dos que o acusavam de “déspota”, Kingston compara o seu romance à obra do conde da Carnota, *Memoirs of The Marquis of Pombal*¹¹¹. Para que o leitor possa ter a sua própria opinião sobre o que o Secretário do marquês de Saldanha escreveu nestas *Memoirs of Pombal*, sugere-lhe que as leia:

For the particulars of the history and state of the country antecedent to the time I speak of, I refer my readers to the introduction to the “Memoirs of Pombal”, lately published, written by the Secretary to the Marquis of Saldanha, Mr. Smith, though in many points I differ from that gentleman in the view he takes of the great Minister’s character and actions.¹¹²

Apesar da sugestão dada ao leitor, o autor é peremptório em afirmar que não concorda com muitos aspectos referidos por John Smith. Kingston explica que esta obra não é imparcial, pois foi escrita pelo Secretário do marquês de Saldanha, descendente de

¹¹¹ John Smith, *op. cit.*, Vol. I, Prefácio, pp. viii-ix.

¹¹² *Idem*, pp. viii-ix.

Pombal. É evidente que este facto vai fazer com que o conde da Carnota pertença à corrente que tem Sebastião José como o “iluminado”. Por outro lado, quase que interiorizando o papel de historiador, o romancista critica o facto de terem sido utilizadas poucas fontes para a elaboração da obra *Memoirs of Pombal*. Uma vez que para obter material significativo para o seu romance afirma ter pesquisado e consultado vários livros alusivos a esta temática, deixa assim transparecer a sua incredulidade perante a informação de John Smith apenas ter consultado um livro, a que ele próprio teve acesso. Para além de insuficientes, parece considerar as fontes tendenciosas, pois o seu comentário revela que o referido livro havia sido redigido por um admirador de Pombal e, por sua vez, os documentos oficiais acabam por ser provas que se prestam a confirmar qualquer uma das correntes de opinião sobre a governação pombalina, porque são decretos que faziam vigorar as leis do estadista. Assim, bem manipulados, tanto serviam para ilustrar que determinada lei havia sido bem aplicada ou que, pelo contrário, tinha trazido consequências negativas:

The only book he appears to have consulted, besides the documents in the State Paper Office, is that above-mentioned, which I have before me, in Portuguese, though written originally in French, by an admirer of the Minister. (Vol. I, Prefácio, pp. ix)

Como temos vindo a constatar, embora não o consiga, William Kingston revela uma grande preocupação em demonstrar a sua imparcialidade e isenção no relato dos acontecimentos. Por seu turno, John Smith não apresenta qualquer tipo de ansiedade em querer revelar neutralidade no seu discurso. Pelo contrário, todas as suas palavras são de veneração. Nos seus relatos não deixa de enaltecer o ministro de D. José I, deixando perpassar uma imagem heróica ou até mesmo divina:

The genius of Pombal rose out of the ashes of Lisbon: the minister was formed for the emergency, and, being elevated to the plenitude of power, availed himself of the opportunity to regenerate his country.¹¹³

Perante todos os pormenores que foi descobrindo acerca da governação pombalina, William Kingston também reconhece mérito nas acções do Marquês de Pombal, elogiando-o várias vezes ao longo do seu romance: «Sebastian Joseph de Carvalho, afterwards created Marquis of Pombal, one of the most energetic men his country has ever produced.» (Vol. I, Prefácio, p. viii). No entanto, tenta ter uma atitude mais crítica face às acções do ministro, mostrando a que custos a sua política foi levada avante. Kingston comenta a benevolência com que John Smith refere as questões mais controversas da administração de Pombal. Enquanto o nosso autor é extremamente crítico das decisões pombalinas em relação à questão dos Távora e ao motim originado pela fundação da Companhia dos Vinhos, o conde da Carnota revela uma atitude de compreensão e de desculpabilização. Por um lado, Kingston, no prefácio e ao longo dos três volumes, considera que a condenação dos Távora e dos supostos envolvidos na tentativa de regicídio foi uma atrocidade e até mesmo injustiça; por outro, o secretário do marquês de Saldanha acha que a sentença executada, para além de ser merecida neste tipo de crimes, foi uma forma de evitar futuras conspirações:

It cannot be doubted, though contrary to the spirit of the milder code of modern laws, that these severe punishments served to repress further conspiracies, and contributed not only to the safety of the king, but to the peace of the country. For had a greater relation taken place in the mode of carrying into effect such cruel, I may add such barbarous, punishments as the law awarded to traitors, it would have been construed into timidity, and would only have given rise to fresh conspiracies, and perhaps more successful attempts at assassination. A severe example was necessary to stamp the enormity of the

¹¹³ *Idem*, p. xix.

crime of regicide by the enormity of the punishment, so that fear and horror might be guardians of the lives of kings. What at first may seem harsh is frequently the most merciful course on such occasions. Two or three lives sacrificed at the commencement of a tumult, have often prevented a serious insurrection; and this principle, now acted upon in most occasions of popular riots, is found to be most consonant to humanity, and to public security.¹¹⁴

But if we consider the difficulties of Pombal's situation, and contrast the circumstances of these executions in Portugal with the horrors that have attended capital punishments in other countries, for crimes of a less heinous nature, instead of accusing Pombal of inhumanity, we shall rather be disposed to wonder that he yielded so little to the sanguinary spirit of the times.¹¹⁵

Ainda sobre os condenados de 1759, o nosso escritor mostra-se indignado com o facto de o conde da Carnota declarar que os prisioneiros eram bem tratados:

Before dismissing this episode in our Memoirs, we shall allude to the punishment awarded to those conspirators who did not expiate their offences on the scaffold or at the stake. This I am enabled to do from a manuscript written by the Marquis d'Alorna during his imprisonment. It appears that they were not used harshly, for the Marquis informs us that he was treated with much less rigour than he expected. They had been led to believe that they would be put to the torture; but he confesses that this horrible engine was not employed. The Marquis, however, was not altogether comfortable, for he complains bitterly, in very inflated language, that the sheets on his bed were not changed sufficiently often!¹¹⁶

Para contestar as afirmações irónicas do seu conterrâneo, Kingston afirma ter consultado a cópia do documento escrito pelo marquês de Alorna, dando-nos a sua interpretação do texto examinado por ambos:

¹¹⁴ *Idem*, pp. 198-199.

¹¹⁵ *Idem*, p. 203.

¹¹⁶ *Idem*, pp. 203-204.

I have perused an exact copy of the MS Mr. Smith has seen, if not the identical one. In it, the unhappy Marquis speaks indignantly of the dark, narrow, and damp cell which was his abode in the Junguiera prison for many years, he being scarcely supplied with the common necessaries of life, while the Marchioness was confined in some other equally wretched place, separated from her children, who were distributed in different convents. [...] It must be remembered, neither were found guilty of any crime. (Vol. I, Prefácio, p.xi)

Nestes excertos constatamos que enquanto Mr Smith considera que os castigos atribuídos aos condenados foram ligeiros e acompanhados de privilégios, William Kingston para além de realçar que os marqueses de Alorna estiveram encarcerados durante muitos anos sob desumanas condições, faz questão de evidenciar que não foram considerados culpados. Este comentário é recriminatório não só da injustiça com que este processo foi conduzido, como também da ousadia do conde da Carnota de considerar aceitáveis as atrocidades que foram cometidas sobre aqueles que, inocentemente ou não, se viram envolvidos na tentativa de regicídio. O nosso autor, educado no seio de um regime liberal, mais evoluído do ponto de vista legislativo, judicial e executivo, e conseqüentemente mais tolerante, considerou simplesmente hedionda a forma como se procedeu às prisões, inquirições e condenações. Para si, bárbaro foi também o espectáculo que se montou em praça pública no dia 13 de Janeiro para a execução dos condenados. Esta sua visão será bastante evidente quando dedicar parte da sua narrativa a este acontecimento que manchou a História Portuguesa.

A forma como o Marquês de Pombal lidou com a questão do motim do Porto também levantou muita celeuma. Kingston faz questão de evidenciar que, mais uma vez, John Smith deu pouca importância à severidade com que o ministro a resolveu. Quando este assunto é referido em *Memoirs of Pombal*, só através da citação de um relato do ministro inglês Hay, que aparece em nota, é que o leitor fica a conhecer as

sentenças atribuídas aos acusados. Na sua típica forma de desculpabilizar Pombal, John Smith comenta que se Mr. Hay não censurou os castigos foi porque eles foram merecidos: «It may not be amiss to remark, that, notwithstanding these severe punishments, the English minister mentions them without comment – a clear proof that they were merited».¹¹⁷ Para o nosso autor é inconcebível que este acontecimento seja apresentado com tamanha indiferença. Mostra-se indignado com a forma severa como os envolvidos no motim foram tratados, pois ele próprio revela-se compreensivo e solidário para com os que se insurgiram contra a formação da Companhia dos Vinhos, que caracteriza de «obnoxious Wine Company» (Vol. I, Prefácio, pp. xii). Não podemos deixar de comentar que este seu menosprezo pela Companhia prende-se com o facto de esta ter limitado os benefícios e privilégios dos comerciantes ingleses de vinho do Porto, actividade da qual o autor e sua família extraíam os seus rendimentos.

Embora o nosso romancista sugira que o seu leitor leia as *Memoirs of Pombal*, tem o cuidado de elucidar que esta obra não foi uma das fontes que utilizou para a elaboração do seu romance, pois quando teve conhecimento da sua existência, já havia enviado *The Prime Minister* para Londres a fim de ser publicado. Consciente da possibilidade de serem encontradas algumas informações semelhantes e alguns evidentes paralelos entre ambas as obras, afirma que tal facto só poderá ser justificado através da utilização das mesmas fontes, pretendendo, com tal declaração, livrar-se de uma hipotética acusação de plágio:

Mr. Smith's work did not reach me at Oporto, until my own manuscript had been forwarded to England; which circumstance I mention, to exonerate myself from any appearance of ingratitude in speaking thus of a person of whose labours I might be supposed to have taken advantage. When any

¹¹⁷ *Idem*, p. 155.

similarity appears, we have drawn from the same source. (Vol. I, Prefácio, pp. ix-x)

Com este prefácio, o nosso romancista tenta mostrar que ao contar a sua História vai adoptar uma atitude imparcial e crítica, pois embora reconheça que Sebastião José de Carvalho e Melo empreendeu reformas fundamentais e benéficas, como a extinção da Companhia de Jesus, há outras que na sua óptica não são dignas de tamanho louvor.

I am not a greater friend to the system of the Jesuits than is Mr. Smith; but do not wish to abuse them for the sake of exhibiting the Minister in brighter colours.

Pombal, like Napoleon, was never prevented from doing what he considered necessary to forward his own views either political or private, by any laws, human or divine. (Vol. I, Prefácio, pp. xiv-xv)

Ao comparar o Marquês de Pombal a Napoleão Bonaparte, procura demonstrar que a figura histórica que o inspirou a escrever um romance histórico não olhou a meios para atingir os seus fins.

IV. O ESTILO DO AUTOR REFLECTIDO EM *THE PRIME MINISTER*

4.1. O herói da narrativa ficcional

Embora o título *The Prime Minister* nos sugira que Sebastião José de Carvalho e Melo é o protagonista deste romance, na verdade grande parte da narrativa é dedicada ao percurso de uma outra personagem de nome Luís de Almeida. Através da leitura e análise do romance, e posteriormente com a certificação em obras do domínio de historiografia, enciclopédias e nobiliários, concluímos que esta figura faz parte do universo ficcional criado pelo autor, não tendo nenhuma correspondência com alguma figura que realmente tenha existido e que tenha ficado imortalizada nos anais da História. Como verificámos ao analisar as características do romance histórico, a relação entre personagens com referentes históricos e personagens fictícias, num mesmo espaço e tempo históricos, tem de ser contemplada neste tipo de narrativa. Contudo, esta condição não implica que essas personagens imaginárias tenham um papel de relevo no desenrolar da acção.

Se o autor pretendesse poderia ter elaborado um romance onde, tal como fica indiciado no título, o estadista e a sua política de governação seriam o centro da narrativa, para onde todas as acções e personagens secundárias convergiriam e à qual se submeteriam. Todavia, não é o que se observa ao longo dos três volumes. Para além do destaque conferido a Sebastião José de Carvalho e Melo, é criada uma personagem que conquistará a simpatia dos leitores. Uma vez que as técnicas do romance histórico não

impunham que o autor transformasse este jovem em personagem principal, quais terão sido os motivos que o levaram a optar por construir uma narrativa que tem por objectivo transmitir os acontecimentos de uma dada época, onde a par do protagonismo atribuído ao primeiro-ministro de D. José I é dada extrema importância a uma personagem que é mero fruto do seu imaginário? Devido ao grau de atenção que é direccionado ao percurso de Luís de Almeida e até mesmo à extensão da obra que lhe é dedicada, acabamos por nos questionar sobre qual das duas personagens será o protagonista. Se, por um lado, temos o relato de vários acontecimentos que desencadearam as acções do Marquês de Pombal, por outro temos a narração de várias aventuras centradas no jovem conde Almeida.

Analisando o romance, inferimos que embora o objectivo do escritor seja descrever a forma como a política pombalina influenciou e mudou a sociedade portuguesa setecentista, teve consciência de que um romance que apenas se centrasse em acontecimentos históricos poderia revelar-se de pouco interesse para o leitor, principalmente para um leitor informado e conhecedor dos momentos marcantes desta era. Se este tipo de público não se deparar com alguma inovação que mantenha aguçada a sua curiosidade, facilmente se desiludirá e possivelmente abandonará a leitura. Assim, a solução passa pela inserção de episódios que tornem a leitura excitante devido às novidades proporcionadas, surpreendendo e entusiasmando o seguidor da narrativa. Todos os casos efabulados têm a função de deixar o público expectante e ansioso por descobrir o desfecho do que não conseguirão encontrar na historiografia.

No que diz respeito a toda a acção em torno de Luís de Almeida, para além da novidade que vai imprimir a um romance cujos eventos já são conhecidos da maior parte dos leitores, tem por objectivo retratar a sociedade pombalina na sua vertente económica, política, social e cultural. Esta personagem revela-se de extrema

importância para a caracterização deste período, pois observamo-lo a conviver com as diferentes classes sociais e a movimentar-se por vários pontos do país, dando-nos a conhecer o que teria sido o Portugal anterior e posterior ao terramoto de 1755. Nesta sua odisséia pela conquista de um amor impossível, Luís de Almeida mostra-nos quais são os valores que deverão distinguir a conduta de um fidalgo das mais conceituadas famílias portuguesas, a importância da marinha portuguesa e a arte de navegar, a forma como eram acordados os casamentos entre a nobreza, a influência e intromissão do fanatismo religioso na sociedade portuguesa, a prepotência e indigência da aristocracia, a violência e criminalidade patentes na sociedade setecentista e a relação entre o povo e as já referidas classes sociais. Através do seu trajecto, este jovem serve de elo de ligação entre as personagens com referentes históricos e as ficcionadas pelo escrito. Tanto o encontramos a conviver com a nobreza portuguesa e o primeiro-ministro, figuras imortalizadas na História, como o observamos na companhia da sua amada, de seus criados ou a combater bandidos, figuras imaginadas. Sendo o elemento de ligação entre estes dois universos, serve também amiúde, através de episódios onde tem o protagonismo total, para colmatar os vazios e os silêncios encontrados nos discursos historiográficos.

Conclui-se que, embora este romance seja sobre o Marquês de Pombal e a sua governação no reinado de D. José I, a inclusão de uma personagem fictícia a quem é atribuído tamanho relevo não vem ofuscar a importância do primeiro-ministro, bem pelo contrário, pois vem acrescentar muitos elementos que contribuirão para a caracterização da sociedade portuguesa setecentista e desta forma para a compreensão das acções tomadas por Carvalho e Melo. Além disso, qual seria o sucesso de um romance, mesmo que histórico, sem uma bela história de amor protagonizada por dois

jovens inocentes, cheios de valores e sonhos, numa sociedade impregnada de decadência, fanatismo, obscurantismo e tirania?

4.2. Romance Marítimo: os três capítulos iniciais

Tal como podemos constatar através das datas de publicação, embora esta narrativa seja anterior à produção literária de William Kingston destinada aos jovens, ela está impregnada de elementos que, a partir da década de 50, deliciarão os seus jovens leitores. O estilo que Kingston utiliza nos livros que compõe para os seus rapazes já se encontra na ficção sobre a sociedade portuguesa. Apesar de no subtítulo o próprio autor classificar *The Prime Minister* de “historical romance”, podemos encontrar claramente nos três primeiros capítulos o subgénero “Romance Marítimo”, que, como vimos, é um dos subgéneros literários de eleição do escritor.

A acção desta narrativa histórica tem início em 1755, antes do terramoto de Lisboa:

My history commences in the summer of 1755, the year of the great earthquake of Lisbon, some time before which period, the weak, bigoted, and profligate King John the Fifth of Portugal, after allowing his country to sink into a state bordering on ruin, had finished his pernicious reign, and worthless life, being succeeded by his son, Joseph I. (Vol. I, prefácio, p. vii)

Este pequeno excerto aponta o ano do terramoto como um ponto de viragem na sociedade portuguesa. Não podemos deixar de observar que o narrador é extremamente crítico e mordaz na forma como caracteriza o reinado de D. João V, que indubitavelmente se oporá ao Período Pombalino.

Quanto ao espaço, é interessante constatar que o escritor elegeu como local para iniciar a sua trama narrativa o mar. Nestes três capítulos é-nos dado a conhecer o herói da narrativa romântica que será contada ao longo dos três volumes. Esta história de amor que o leitor acompanhará avidamente, serve de pretexto para Kingston retratar o Período Pombalino e descrever as acções e atitudes do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo no contexto de uma sociedade e de um tempo concretos. O herói é então Dom Luís d'Almeida, um fidalgo português que regressa ao seu país vindo de Inglaterra. Ele está a bordo de um navio lusitano pertencente à coroa. O escritor vai ao ponto de especificar que o navio tinha sido um barco de guerra, mas que fora transformado em iate. O facto de Kingston estar consciente da importância das relações anglo-portuguesas, faz com que, logo no primeiro capítulo, evidencie as ligações existentes entre os dois países. O navio onde viajam o Capitão Pinto, uma personagem discreta mas com bastante relevo no desenrolar da acção, e Dom Luís d'Almeida havia transportado um embaixador inglês a Londres.

Ao observarmos a conduta e os comentários do comandante, verificamos que é a personificação de um dos tios de Kingston, que serve de exemplo para a construção de personagens presentes nos seus romances marítimos:

Kingston's ideal man was the senior naval officer, whom he imagined commanding ships in the heroic days of the 'great war' with France sixty years before. The living exemplar had been his great-uncle, Admiral Sir Harry Burrard Neale, of whom he spoke in the dedication of *Peter the Whaler*, recommending him as a model to his young cousin, then joining the navy. Neale, Kingston affirmed, was a friend and father to his men, never swore, and his crew alone remained faithful at the Mutiny of the Nore.¹¹⁸

¹¹⁸ J. S. Bratton, *op. cit.*, p. 126.

Se analisarmos este início da narrativa à luz da aliança anglo-portuguesa, verificamos que não é por acaso que o autor ficciona uma personagem, Dom Luís, um fidalgo português, que passou uma temporada em Inglaterra. Adiantando-nos bastante, se olharmos para o final do romance notamos que o destino do jovem fidalgo será viver “refugiado” até ao fim dos seus dias em Inglaterra. Portanto, sem termos, nesta primeira instância, a preocupação de analisar o desenrolar da narrativa, concluímos que há uma ligação circular entre Inglaterra e Portugal, pois o herói do romance sai da Grã-Bretanha em 1755, em direcção à sua pátria, e poucos anos depois volta ao país aliado em busca de segurança, estabilidade e felicidade. Para além deste elemento de ligação entre as duas nações, estão patentes nestes capítulos a biografia e o estilo do autor.

Em relação à biografia, quando lemos um pouco sobre a vida de Kingston e depois nos deixamos levar pelas primeiras páginas de *The Prime Minister*, não podemos esquecer a passagem já citada de *My Travels in Many Lands*, onde o escritor relembra as suas viagens a Portugal. Através das suas palavras podemos estabelecer um paralelo entre o jovem Kingston, que se encontra no meio do mar, num navio, a caminho do nosso país e o jovem Luís d’Almeida, que se encontra no meio do Oceano Atlântico, de regresso à sua pátria. Como já foi referido, o cenário escolhido pelo autor não constituiu uma opção sem sentido, mas uma escolha consciente, que, para além dos aspectos enumerados, revela uma certa nostalgia das suas próprias viagens.

Sobre o estilo do autor, desde logo se destacam no romance os aspectos directamente ligados ao Romance Marítimo. Mas estes traços não se esgotam na já mencionada viagem marítima que D. Luís realiza para regressar para junto de seu pai. Estes três capítulos, concretizados em setenta e oito páginas, continham elementos mais que suficientes para Kingston compor um romance marítimo para os seus futuros jovens leitores. Um aspecto muito importante e que serve para tecer a trama narrativa de uma

forma mais viva e realista é o vocabulário técnico utilizado. Este texto inicial está repleto de termos do campo semântico de mar: “waves”, “Atlantic”, “vessel”, “canvass”, “sails”, “floating”, “ship”, “corvette”, “deck”, “frigate”, “starboard”, “poop”, “mast”, “first lieutenant”, “bows”, “rigging”, “yards”, “bark”, “topmen”, “bulwarks”, “helm”, “beam”, “topsails”, “seamen”, “grapnels”, “hammocks”, “beacon”, “haven”, entre muitos outros.

Sobre a ficção, podemos verificar que a jornada efectuada pelo fidalgo português não se revela serena e monótona. Após vários dias de navegação, os tripulantes deparam-se com vários acontecimentos que dificultam a chegada à pátria. Um deles é uma terrível tempestade que atemoriza os marinheiros, levando-os a pedir protecção a entidades divinas e a entregar o destino do barco nas mãos de Nossa Senhora de Belém. Para dificultar a sobrevivência no meio da intempérie, surge um barco fantasma que aterroriza ainda mais os supersticiosos navegadores, os quais acreditam que o surgimento desse barco é um presságio de morte:

The old pilot, who had just come on deck to relieve the second lieutenant from his watch, gazed earnestly towards the void in which she had disappeared, as if he would penetrate its thick curtain of darkness, and shook his head as he observed, “I like not thus to meet a bark such as that we have just passed. She is an omen of death and destruction to some who float on these seas; and if she was built in any known port, I am very much mistaken. (Vol. I, p. 26)

Este género de episódios, tipicamente românticos e góticos, remete-nos para textos literários bem conhecidos como *The Rime of The Ancient Mariner* de Samuel Taylor Coleridge¹¹⁹. Este poema, incontornável pelo facto de ter marcado o início da

¹¹⁹ William Wordsworth e Samuel Taylor Coleridge, *Lyrical Ballads*, Macdonald and Evans, London, 1976 (1ª Ed. 1805).

literatura romântica em Inglaterra, é constituído por muitos elementos que podemos encontrar desenvolvidos na literatura juvenil de Kingston e nestes três capítulos iniciais deste seu romance histórico. A narrativa fantástica deste velho marinheiro, publicada em 1798, em *Lyrical Ballads*, faz-nos recordar alguns dos suplícios que o jovem Luís de Almeida sofreu no mar, principalmente a indomável tempestade e o confronto com o suposto barco fantasma. Assim sendo, podemos concluir que o nosso escritor não só conhecia este poema, como foi influenciado pelos versos de Coleridge.

De modo a tornar esta aventura marítima mais surpreendente, o autor condimenta-a com outros ingredientes bem ao gosto de rapazes que idealizam as peripécias vividas por corajosos marinheiros¹²⁰. A esta jornada, já marcada por uma infernal tormenta e um barco fantasma, o escritor acrescenta um barco pirata, uma batalha naval e um naufrágio. Na tentativa de escaparem ao barco do além, os marinheiros acabam por descobrir que o perigo a que estão expostos ainda é maior do que imaginavam, pois em vez de almas tenebrosas a atormentá-los numa terrível tempestade, têm uma multidão de piratas cruéis que fará tudo para conseguir saqueá-los, aprisioná-los ou até mesmo matá-los:

“Ah, I know the rascal now,” continued the Captain, “he is a Salee rover, the greatest miscreant that ever sailed the ocean – with a crew that will not fight except they fancy themselves secure of conquering, and then show very little of a victor’s mercy. Slavery or death is the only fate those they capture must expect at their hands.” (Vol. I, p. 38)

Para além dos comentários do Capitão Pinto sobre estes criminosos do mar, o narrador tece várias considerações sobre o principal temor dos mercadores marítimos,

¹²⁰ J. S. Bratton, «Evangelical into Imperialist: W. H. G. Kingston’s Books for Boys», in *op. cit.*, pp. 115-133.

problema que ainda no século XVIII era bastante evidente e no século XIX, época do autor, fazia as delícias da imaginação das crianças e adolescentes do sexo masculino:

The Salee rovers of those days were strongly armed ships, fitted out by the piratical states of Algiers, Tripoli, Tunis, and the town of Salee, and other places on the north coast of Africa, their crews composed of robbers, murderers, and malefactors of every description, chiefly the refuse of the Levant, and of every nation under the sun, though calling themselves Turks. [...] As they seldom fought, except in the hopes of booty, they were feared by all the mercantile navies in the world (for their depredations extended far beyond the straits of Gibraltar); and all the European governments succumbed, in the most extraordinary way, to their tyrannical power, actually paying tribute to be free from their impositions. (Vol. I, p. 39)

No entanto, no meio de toda a dificuldade vivida pela tripulação portuguesa, o autor, indirectamente, aproveita para fazer elogios à marinha inglesa e fazer novamente referência às relações anglo-portuguesas. Antes de os tripulantes concluírem que estão a ser interpelados por um barco pirata, julgam estar perante um barco inglês, devido à agilidade com que navegam em condições tão adversas.

“But he is, probably, one of our fire-eating friends, an Englishman, who will never let a ship on the high seas escape their scrutiny, in the hopes of finding an enemy worth engaging.” (Vol. I, p. 28)

“If yonder ship does not carry the devil and a whole host of his imps on board, she must be an Englishman,” said the old Pilot, coming up to the captain’s side; “for no other mortals would have dreamed of engaging in a night like this, and she must fancy that she has got alongside a Frenchman: there’s no doubt of it” (Vol. I, pp. 31-32)

Mas as certezas de que estão a ser confrontados por um barco inglês depressa se dissipam: «‘That fellow is no Englishman, or he would not for a moment have lost sight of us, if he thought us an enemy,’ cried the Captain.» (Vol. I, p. 32) Todavia, só ao amanhecer é que os portugueses viram a bandeira pirata no navio inimigo, ficando conscientes do perigo que os cercava. O narrador descreve uma sangrenta batalha naval entre os dois navios, fazendo igualmente comentários sobre os objectivos de cada um. O capitão português queria afundar o outro navio, pois estava convicto de que, se os piratas ficassem em vantagem, o barco lusitano seria aprisionado, saqueado e o destino dos tripulantes teria um desfecho terrível. Foi já ao fim de um dia e de uma noite de batalha, sem que a tempestade cessasse, que o navio lusitano, com a ajuda da intempérie, conseguiu afundar o barco pirata. Após a recuperação de toda a agitação, a esta aventura marítima não faltou um detalhe menos excitante, mas importante para conferir veracidade à acção: o funeral marítimo dos marinheiros portugueses que pereceram no combate. Além disso, ao longo dos três capítulos, tal como depois será tão típico nas narrativas de Kingston, tenta-se transmitir constantemente valores, tais como a honra, a coragem, o patriotismo, a religiosidade, que deveriam pautar a vida de qualquer homem e servir de exemplo aos mais novos¹²¹:

“Give him a shot for the honour of Portugal,” shouted the Captain. “We will convince him that we, at all events, are perfectly ready to fight.” (Vol. I, p. 34)

“Well done, my gallant fellows!” cried the Captain; “remember that you are Portuguese and good Catholics, and that yonder ship contains a crew of

¹²¹ «The Victorian modulation from evangelical Christianity to work ethic and expansionism, eventually leading to a quasi-religious belief in the British Empire, has been explored from many points of view. Its progress can be clearly seen in boys’s books by individuals who made use of modest talents to further beliefs which were neither controversial nor unique, but which flowed with the stream of current opinion. One such man was William Henry Giles Kingston, who wrote over a hundred books for boys between 1850 and 1880.», in *idem*, p. 115.

vile infidels. Our colours are still flying at our peak, and there they shall fly till I am knocked overboard; so all you have to do is to fire away as hard as you can, and by the blessing of the Holy Virgin we shall be the conquerors.” (Vol. I, p. 46)

The infidel had wrongly calculated on an easy victory, when he attacked a ship commanded by so hardy and brave a seaman as Jozé Pinto; for his crew, confiding in his courage and seamanship, fought as well as any seamen in the world – as the Portuguese always will do when well led. (Vol. I, p. 48)

Nestes excertos é clara a intenção de demonstrar que os valores morais devem fazer parte da conduta do ser humano, pois, com maior ou menor dificuldade, acabam por se sobrepôr às acções vis e ignóbeis de quem as pratica. Perante tal concepção, verificamos que William Kingston se afasta dos ideais do Romantismo, onde se elogia e enaltece o anti-herói, a amoralidade do herói bandido ou o herói salteador¹²². Afastando-se dos protótipos românticos, o nosso autor concebe um protagonista que em vários momentos narrativos se debaterá com personagens representativas de seres humanos amorais, cujos feitos infames e desprezíveis serão sempre vencidos pela nobreza de espírito de Luís de Almeida. Esta atitude de defesa e exaltação de comportamentos modelares e admiráveis parece-nos ser bem mais característica da mentalidade vitoriana:

The essence of that morality is summed up in the single Word “respectability”. [...] Respectability was not subject to private definition; its attributes represented a consensus. They included sobriety, thrift, cleanliness of person and tidiness of home, good manners, respect for the law, honesty in business affairs, and, it need hardly be added, chastity.[...] Adding weight to

¹²² Richard D. Altick, *Victorian People and Ideas*, pp. 1-11.

these moral qualities was “seriousness” a bent of mind often designated by that word in Victorian fiction.¹²³

Se por um lado encontramos elementos românticos na narrativa, por outro verificamos que o autor segue a tendência da sua época e enriquece o seu romance com valores tipicamente vitorianos. Perante toda a rápida evolução e transformação da sociedade oitocentista inglesa, a literatura tinha um papel pedagógico importante, sendo uma grande parte dos textos produzidos nesta época imbuídos de mensagens sobre a conduta que quer os cavalheiros quer as senhoras deveriam adoptar. Eram prolíferas as publicações de manuais e revistas dirigidas ao público feminino ou ao masculino, que orientavam a sua maneira de ser e de estar em sociedade. Desejou-se igualmente nesta época que as Artes tivessem o poder de condução formadora. Mais do que o seu valor estético, a literatura devia prestar-se à exaltação da moral.¹²⁴ A importância dada às virtudes e consequentemente a austeridade visível nas atitudes dos ingleses contrastava com toda a dinâmica vivida neste século¹²⁵. Os alicerces da sociedade eram erigidos a partir do seio da própria família, cultivando valores como rectidão, seriedade e decoro.

¹²³ *Idem*, pp. 174-175.

¹²⁴ *Idem*, pp. 190-202.

¹²⁵ «Not only the tempo of work but the tempo of living had increased with striking impact [...]. Until the Victorian period the rate of locomotion and communication had remained almost what it had been for centuries. [...] But within a few years the speed of travel by land increased from twelve to fifty miles an hour on the new railroads (over 400 per cent) and the new steamships were doing fifteen knots “with wonderful regularity, in spite of wind and tide.” But it was less the mechanical speed of the new inventions than the speed of living they produced which impressed the Victorians. Faster locomotion, of goods and letters and people, simply increased the number of things one crowded into a day, and the rush from one to another.», in Walter E. Houghton, *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870*, p. 7.

4.3. Literatura juvenil

A literatura produzida no Período Vitoriano versava essencialmente sobre a vida quotidiana, a família, a sociedade, a política e sobre os ideais que deviam pautar a conduta dos cidadãos. Estes fundamentos encontrados nos textos dos adultos eram igualmente utilizados pelos escritores que tinham como alvo um público mais jovem¹²⁶. Uma das revistas com que as crianças eram presenteadas era a *Sunday School magazine*, cujo único objectivo era a transmissão de valores religiosos, morais e comportamentais¹²⁷. Os anos 50 revelaram-se um marco de viragem, altura em que começaram a surgir textos e histórias, que iam ao encontro dos gostos das crianças e adolescentes. A crescente edição de periódicos destinados aos mais jovens foi basilar para o desenvolvimento de uma literatura que, embora continuasse a transmitir os valores vitorianos, se coadunava mais com os interesses deste tipo de leitores¹²⁸. William Kingston teve um papel fundamental na evolução e proliferação da literatura juvenil, quer com a publicação de romances, quer com a sua colaboração nas recentes revistas literárias:

¹²⁶ «The Victorians loved to read about themselves and their way of life and found their high priest Anthony Trollope whose novels are so real, so detailed, so even-toned in their picture of English parishes, politics, social groups and domestic relations that one is forced to believe completely in the existence of his men and women. This kind of story was again reflected in children's literature and went into the nurseries and play-rooms of the middle-class, mid Victorian child through magazines such as *Aunt Judy's* (1866-85) and *Little Wide-Awake* (1875-92). Here were stories by Mrs. Ewing and Mrs. Molesworth, without plot, without climax, centring rather on family and nursery life and the varied faults and virtues of the children. Their accounts of the dear, daily existence made these stories miniature journals of manners, utterly real and charming.», in Sheila A. Egoff, «Children's Periodicals of the Nineteenth Century», in *Library Association Pamphlet N.º 8*, London, The Library Association, 1951, p. 5.

¹²⁷ *Idem*, p. 6.

¹²⁸ «In addition to books for young children, the Victorian age developed definite categories of books for boys and girls in the teens. The type of the books for girls, strongly sentimental in cast [...]. The books for boys descended in some measure from the later books of Captain Frederick Marryat – *Masterman Ready* and *The Children of the New Forest*. Stories of adventure in far corners of the globe were written by Robert M. Ballantyne, Captain Mayne Reid, and William H. G. Kingston.», in John D. Cooke, Lionel Stevenson, *English Literature of the Victorian Period*, New York, Appleton-Century-Croft, Inc, 1949, pp. 421-422.

It was now 1853, and both Kingston and Ballantyne had begun to write for boys and girls the kind of romantic adventure they had yearned for since *Robinson Crusoe*. Kingston's *Peter the Whaler* was published in 1851, and Ballantyne's *The Young fur-traders* in 1856. It was this understanding of the needs of boys and girls and this kind of story that was carried over into *The Boy's own magazine*, which ran from 1855 to 1874, swallowing in its career many another less successful magazine, including *Kingston's magazine* in 1863.¹²⁹

O nosso autor, embora tenha demonstrado que o seu estilo de escrita e a sua imaginação agradavam aos leitores saturados de uma literatura exclusivamente moralista, sempre que compunha não conseguia dissociar-se do seu papel social de contribuir para a formação de bons cidadãos, isto é, aqueles que regiam a sua conduta de acordo com os valores morais vitorianos. Todas as suas histórias para o seu público mais jovem estão imbuídas de lições de vida. Porém, esta característica não fazia com que as suas narrativas perdessem o interesse. Habilmente, Kingston transmitia este tipo de ensinamentos através da conduta do herói. Este último, por ser jovem, movimentar-se em ambientes atraentes para os rapazes sonhadores e encontrar-se constantemente envolvido em aventuras, fazia com que os adolescentes se identificassem com o protagonista e aspirassem ser como ele¹³⁰. A importância que William Kingston teve na formação do carácter dos seus leitores é descrita por J. S. Bratton da seguinte forma:

[...]he represented in his breeding, however, the union of gentle birth, gentlemanly public service, earnest evangelical Christianity, and wealth drawn from overseas trade which constituted the ideal Englishman as envisaged by his generation when they came to educate the young.¹³¹

¹²⁹ Sheila A. Egoff, *op. cit.*, p. 14.

¹³⁰ J. S. Bratton, *op. cit.*, pp. 115-133.

¹³¹ *Idem*, p. 115.

Apesar dos três capítulos iniciais do romance serem claramente uma espécie de “ensaio” das obras juvenis que Kingston publicará mais tarde, ao longo dos três volumes, onde se ficciona um período histórico português, não deixamos de ter presentes as marcas características que apelam ao público mais jovem. Para além do Romance Marítimo, a literatura juvenil que William Kingston produziu pautava-se, entre outros, pelas seguintes características: a aventura, o *suspense* e o mistério, a presença de bandidos e ladrões, que para além dos seus hediondos crimes ainda chegavam à mais sórdida vilania de raptar indefesas donzelas, conventos e paixões impossíveis. Estes ingredientes muito ao gosto de um autor ainda muito marcado pelo Romantismo, tal como foi referido anteriormente, são sempre acompanhados de uma tentativa de transmissão de valores morais vitorianos aos leitores, através do comportamento e das atitudes das personagens envolvidas. Neste caso concreto, a personagem que desempenhará esse papel é o nosso herói Luís d’Almeida que, desde o início até ao fim do romance, terá uma conduta exemplar, guiando-se por valores como a honra, a justiça, a verdade e a bondade. Embora represente um aristocrata da era setecentista, o protagonista, possuidor de tais características, é, poder-se-á afirmar, um autêntico *gentleman* vitoriano.

Após a leitura de *The Prime Minister*, um “historical romance”, constatamos que os elementos enumerados estão presentes no texto e que, apesar de estarem essencialmente ligados aos acontecimentos claramente ficcionais, se misturam com os de carácter mais histórico. Eles servem para embelezar, conferir vivacidade, despertar interesse e prender o leitor ao texto paralelo, no qual se procede à descrição do governo pombalino. No entanto, embora estes factores estejam bastante marcados ao longo do romance, não nos podemos esquecer de que as peripécias que envolvem a personagem

fictícia Luís d'Almeida e que tanto seduzem o leitor, não são mais do que uma espécie de cenário para apresentar a sociedade pombalina e não o contrário.

Tendo sempre em conta que a intriga romântica está ao serviço da intriga histórica, dedicarmo-nos-emos um pouco à análise do enredo ficcional imaginado por Kingston, para desta forma confirmarmos que as matrizes que o escritor utilizará na sua literatura juvenil já se encontram de facto patentes neste seu romance. Como já ficou explícito, nos seus livros para rapazes a aventura, quer fosse no mar, quer fosse em terra, nunca podia faltar. Tal como tivemos oportunidade de verificar, em *The Prime Minister* este tópico está presente desde o início. O próprio Capitão Pinto, no final da viagem, caracteriza a experiência vivida pelo nosso herói como sendo uma aventura da qual ele se deve orgulhar:

“Ah, my young friend, Heaven be praised that you have escaped uninjured; for, had you suffered in the engagement, I should have blamed myself for treating you with sad want of hospitality on the ocean. But you have now added to the wonders of your travels a sea adventure worth talking about; and do not forget to mention a brave youth who saved his captain's life; at all events, Jozé Pinto will not be ungrateful, if he ever has the opportunity of showing his gratitude.” (Vol. I, p. 54)

Para além desta perigosa façanha, o protagonista ver-se-á envolvido em muitas outras, onde a sua vida ou de outras personagens indefesas estarão dependentes não de forças sobrenaturais, mas da sua atitude corajosa e interventiva. Em terra, o jovem continuará a apresentar um comportamento não só irrepreensível como de enaltecer. Ao acompanhar o percurso do fidalgo, o público juvenil entusiasma-se com todas as peripécias que ele terá de ultrapassar e indirectamente absorve valores morais que contribuirão para a sua formação enquanto cidadãos conscientes e responsáveis, embora em épocas diferentes e em contextos igualmente distintos dos de Luís de Almeida.

4.4. *Suspense* e mistério

As aventuras que vão ser protagonizadas pelo nosso herói estão envoltas por outro tópico indispensável na literatura juvenil: o *suspense* e o mistério. Logo no início da narrativa, Kingston introduz um acontecimento fortemente misterioso que só será desvendado no final do romance. Quando da luta entre o navio português e o barco pirata, um dos piratas que saltou para dentro do barco onde seguia D. Luís conseguiu esconder-se. Ao ser descoberto pelos marinheiros portugueses, o Capitão Pinto dá ordens para o prenderem, mas depois altera a sua decisão: “Gentlemen, I take this stranger under my protection; for I have reason to suspect that he is not what he seems.” (Vol. I, p. 57) Surpreendentemente, o pirata afinal é um cidadão português que tinha sido aprisionado pelos bandidos dos mares:

“You see before you a Christian gentleman and a Portuguese, though ’tis long, long since I saw my beloved country. Know me by the name Senhor Mendez, no willing companion, believe me, of the vile pirates you sent to destruction.” (Vol. I, p. 58)

Para além de o surgimento desta personagem ocorrer de forma algo inesperada, mais estranho ainda é o facto de ela insistir em manter a sua identidade anónima, justificando tal pretensão no perigo que eventualmente o detentor deste segredo correria:

“It is as well that you should remain in ignorance for the present, my friend,” answered the stranger. “I know that I can fully trust you; but remember that there are some secrets which are dangerous to the possessors, and I would not make you incur peril on my account if possible.” (Vol. I, p. 59)

Para que o Capitão Pinto e Luís d'Almeida confiassem nele e compreendessem a sua presença no barco pirata, o Senhor Mendez revela-lhes parte da sua história. Sem confessar quais os motivos que o fizeram sair de Portugal, conta que ainda era muito jovem quando chegou à Índia, onde arranjou um emprego na área comercial. Pelo facto de comentar com os seus conterrâneos que os membros da sua classe social não achavam dignificantes os trabalhos ligados à actividade mercantil, concluímos que faz parte da nobreza portuguesa. Tal como este, o narrador vai fornecendo outros indícios para que o leitor, ao longo do romance, descubra a verdadeira identidade do Senhor Mendez. Embora as suspeitas se vão transformando em certezas, o *suspense* vai-se mantendo e só no final é revelada a origem deste fidalgo. O desconhecido conta ainda que foi posteriormente obrigado a refugiar-se na China com receio do poder civil e eclesiástico, nomeadamente da Inquisição. Da China viu-se obrigado a partir para a Índia Inglesa onde conseguiu juntar fortuna. No entanto, quando decidiu partir para Inglaterra, o barco onde seguia foi interceptado por piratas que o fizeram prisioneiro. Após acrescentar mais alguns pormenores à sua história, o Senhor Mendez volta a suplicar aos seus dois novos amigos que guardem segredo de tudo o que acabam de descobrir:

“I must beg, too, that even what I have now mentioned regarding myself may not pass your lips; for surmises, with the slightest clue, may lead to inquiries, and my secret be discovered.” (Vol. I, p. 70)

Esta estratégia narrativa da utilização do secretismo leva a que, perante tal pedido por parte da misteriosa personagem, o leitor se sinta mais curioso e interessado no desenrolar da acção. Ou seja, o facto de constatarmos que o *suspense* é introduzido essencialmente nos acontecimentos ficcionalizados, leva-nos a estar conscientes que

aqueles que têm um referente histórico não surpreendem um leitor supostamente informado e conhecedor deste período. Por isso, uma vez que o tema desenvolvido neste romance é conhecido do público, o escritor teve que investir em elementos ficcionais que aguçassem o seu interesse e suscitassem emoções perante o desvendar destes segredos.

4.5. Bandidos, ladrões e raptos

Como foi referido anteriormente, no que respeita a trama aventurosa, não são apenas as peripécias vividas no meio marítimo que embelezam e enriquecem este romance. Ao longo da narrativa, já em território português, o leitor acompanhará Luís d'Almeida nas aventuras em que este se verá envolvido. As peripécias pelas quais ele terá de passar estão directamente ligadas a outros tópicos muito recorrentes na literatura romântica e na juvenil, ou seja, os bandidos e os seus crimes. Neste tópico não podemos deixar de fazer referência à peça *Os Bandidos (Die Räuber)* do dramaturgo alemão Friedrich Schiller¹³², pois embora Kingston recorra a um tema sobejamente popular no Romantismo, na verdade no seu texto os malfeitores são os vilões que o protagonista com todos os seus valores vai defrontar e vencer. Se na peça de Schiller o herói é Karl Moor, um idealista que com o seu bando e à margem da lei tenta combater a injustiça e corrupção do regime feudal, em *The Prime Minister* os bandidos são amorais, movidos apenas pela cobiça, vilania e crueldade.

É exactamente devido à acção de uns ladrões que o jovem fidalgo conhecerá o amor da sua vida, lutando contra tudo e contra todos para conseguir unir-se à sua amada pelos laços do matrimónio. O encontro dos dois dá-se no meio duma floresta, quando

¹³² Friedrich Schiller, *Die Räuber*, Stuttgart, Reclam, 1958.

Dona Clara estava a ser raptada por um grupo de bandidos. Estes haviam sido informados por um padre que àquela hora um fidalgo, juntamente com a sua filha e os seus criados iriam passar por aquele caminho. Devido à surpresa do ataque, o pai de Clara, o ilustre fidalgo Gonçalo Cristóvão, não conseguiu evitar o assalto e o rapto da sua filha. Para além de ficarem com o saque, os ladrões decidem raptar Clara para conseguir um bom resgate:

The robbers, having effectually rifled every one of the travellers, even making the muleteers deliver up the few coins they possessed, collected their booty, and driving the baggage mules together, took a pathway which appeared leading out of the main track across the forest. The captain remained the last, to see that nothing was left behind; when, bearing Donna Clara before him on his saddle, deaf to her prayers and entreaties, and regardless of her father's agonized glances, he turned his horse's head to follow his companions. (Vol. I, p. 193)

Entretanto, chega um jovem cavaleiro seguido de quatro criados. Perante este terrível cenário, deixa um dos seus seguidores a soltar as vítimas, enquanto ele e os outros seguem o rasto dos bandidos. Como é evidente, este jovem destemido é o herói do romance, D. Luís d'Almeida. O cavaleiro fazia o percurso inverso dos outros fidalgos. Enquanto vinha de Lisboa em direcção a Coimbra, onde seu pai tinha uma quinta, o Senhor Cristóvão dirigia-se a Lisboa, vindo do Porto, local de sua residência. Quando se aproximou dos raptadores, D. Luís bateu-se corajosamente com a sua espada, conseguindo resgatar a donzela e a maior parte do saque: «the banditti lost courage, and turning their horses, galloped after their wounded leader, leaving Don Luis master of the field, with all the booty, except the jewels and Money they carried about them.» (Vol. I, p. 200) Apesar de ficar bastante agradecida ao seu salvador, Clara ficou triste pela perda

das jóias, uma vez que elas haviam pertencido à sua falecida mãe. Como seria de esperar do nosso nobre herói romântico, ele promete tentar recuperá-las:

Don Luis, of course, as a man of gallantry, vowed that he would use every exertion to recover them, though he could scarcely tell how he should set about the task. Donna Clara, we need not say, thanked him, with many blushes, for his kind intentions; at the same time more minutely describing her lost treasure, for she could not resist a sort of presentiment that he would recover it. (Vol. I, p. 218)

As jóias acabam por ser outro motivo que levam o protagonista a viver outras aventuras. Para as recuperar vê-se novamente envolvido com bandidos e com um velho padre de uma ermida isolada num monte, que afinal é o padre que foi conivente com o assalto feito ao Senhor Gonçalo Cristóvão. Ao descobrir a identidade deste charlatão, que depois se identifica como sendo Frei Diogo, acaba por ganhar um amigo, que o ajudará nos momentos mais difíceis. Embora tenha recuperado as jóias, D. Luís teve de passar por muitas dificuldades até ser recompensado com a união com Dona Clara Cristóvão.

4.6. Conventos e paixões impossíveis

As dificuldades que o jovem Almeida teve para concretizar o seu amor ficaram a dever-se a vários factores que se revelaram bastante difíceis de ultrapassar. O pai de Clara não aceitava o sentimento de Luís e de sua filha, pois já a tinha prometido ao conde São Vicente. Além disso, apesar de o jovem pertencer a uma das mais nobres linhagens portuguesas, o seu pai estava praticamente falido e, por isso, Gonçalo Cristóvão considerava que ele não reunia as condições necessárias para ser marido da

sua filha. Esta oposição acaba por transmitir um pouco do que era a alta nobreza setecentista, uma classe social muito fechada em si própria, cheia de preconceitos, agarrada a valores ultrapassados, que em nada favoreciam uma sociedade que precisava de mudança. Uma vez que já constatámos que muitos dos valores morais vitorianos se encontram presentes neste romance, tal facto leva-nos a concluir que William Kingston, apesar de pretender retratar a Era Pombalina nem sempre se consegue distanciar da sociedade britânica do século XIX. Assim, para além da crítica explícita à alta nobreza portuguesa do reinado de D. José I, poderemos também estar perante uma outra, muito mais subtil, à própria aristocracia britânica do Período Vitoriano, já que o verdadeiro motor da mudança na sociedade inglesa era agora a classe média.

O pretendente de Clara, o conde de São Vicente, tornou-se igualmente um obstáculo aos desejos dos dois apaixonados, chegando mesmo a usar meios ilegais, nomeadamente contratando bandidos para agredirem D. Luís e, posteriormente, raptarem a sua prometida. Como Clara estava perdidamente apaixonada pelo seu salvador, não se deixou persuadir pelo pai para casar com o conde. Perante a recusa da filha, Gonçalo Cristóvão obriga-a a entrar para um convento, pois, influenciado pelo padre da sua casa, acreditava que essa era a última vontade da sua esposa. Embora também esta seja uma situação ficcionalizada, demonstra muito bem como na época os padres tinham uma grande influência na sociedade, nomeadamente no destino que os pais traçavam para os seus filhos. Não é por acaso que existiam centenas de conventos repletos de religiosos¹³³, sendo que muitos eram provenientes de famílias muito importantes e prestigiadas. Até impedir que a sua amada se tornasse freira, D. Luís vai passar por muitas aventuras e perigos, tendo de evidenciar muita argúcia e coragem.

¹³³ «[...] havia em Portugal 308 conventos masculinos e 129 femininos, somando, portanto, 437 estabelecimentos monásticos, ocupados por umas 30 000 pessoas ou mais.», in Mário Domingues, *op. cit.*, p. 191.

Ao longo destes três volumes, esta intriga romântica vai-se desenvolvendo a par da narrativa histórica. Já quase no final do romance, D. Luís consegue provar a Gonçalo Cristóvão que o conde de São Vicente é um assassino sem escrúpulos e, através da ajuda do seu amigo Frei Diogo, recupera uma carta da mãe de Clara, que fará com que o fidalgo não obrigue a filha a tomar votos. Nas suas últimas palavras, a moribunda revela ao marido que o padre Alfonzo é um hipócrita, pedindo-lhe para alertar a filha sobre os perigos da vida monástica e para nunca a obrigar a casar com quem ela não quisesse:

“Do not, as you value her happiness or your own, confide in the Father Alfonzo. He is a wretched hypocrite; yet till lately I discovered it not. For many days past has he been endeavouring to persuade me to devote our Clara to the service of the Church; but I know too well the misery and wretchedness it will entail on her, and firmly have I refused to sanction his plan. [...] As you love me, as you prize our child’s happiness, let her select her own lot in life; but warn her against the dangers of a convent. She will never insist on wedding on beneath her in family; but never insist on her marrying one she cannot learn to love.” (Vol. III, pp. 327-328)

Perante a carta, Gonçalo Cristóvão constatou que tinha sido induzido em erro e que agora a sua filha estava a sofrer por causa da sua inflexibilidade. No entanto, os impedimentos deste grande amor não ficam resolvidos com a descoberta da carta que andara perdida desde a altura em que as jóias haviam sido roubadas a Dona Clara. Segundo o pai da noviça, parecia não haver hipóteses de a salvar do convento: “What hope is there?” (Vol. III, p. 328); “Alas, I fear such is but a hopeless chance”. (Vol. III, p. 329) D. Luís estava diante do maior dos obstáculos. Encontrava-se preso por supostamente ter estado envolvido na tentativa de regicídio contra D. José I. Devido à austeridade com que o ministro do rei lidou com esta questão, o pai de Clara, que

também se encontrava encarcerado, não tinha quaisquer esperanças em relação ao salvamento da filha.

No entanto, o Senhor Mendez, que acreditava inquestionavelmente na inocência de D. Luís, intercedeu pelo rapaz junto do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. É neste momento que o mistério desta personagem é desvendado. O Senhor Mendez era, afinal, o irmão do pai de Luís d'Almeida, que havia sido condenado ao degredo em África por manifestar ideias contrárias à Igreja e ao Governo. Todos o julgavam morto, pois o barco onde seguia afundara-se. Para surpresa dos leitores, o Senhor Mendez, que tem o mesmo nome que o seu sobrinho, consegue demover o Marquês de Pombal, porque tinha sido um grande amigo de Sebastião José quando este ainda era desprezado pela nobreza, isto é, antes de alcançar o poder. Inicialmente, o ministro mostra-se inflexível: «'He is in prison with others equally culpable, and I have vowed to show no mercy to any,' returned the Minister. 'If I waver, they deem mercy arises from weakness, and my power is at an end.'» (Vol. III, p. 336) Contudo, acabará por aceder ao apelo do amigo, na condição de que quando o rapaz fosse libertado teria de abandonar o país imediatamente e no maior segredo possível. Ao ser informado de que antes de partir D. Luís queria salvar a sua amada do convento, o ministro, que era declaradamente contra esses sistemas eclesiásticos que só promoviam a ociosidade, passou um documento para que o jovem conseguisse resgatar Dona Clara.

Embora a situação descrita seja obviamente ficcionalizada, o autor tenta com este acontecimento narrativo ilustrar a opinião adversa que o ministro tinha destas instituições religiosas. Como sabemos, ao longo da sua carreira política, travou uma luta desmedida com a mais poderosa ordem religiosa do seu tempo, que culminou na expulsão dos jesuítas de Portugal e posteriormente a sua extinção¹³⁴. Ao deixarem o

¹³⁴ Miguel Real, *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*, p. 40.

país, os seus inúmeros conventos e colégios foram encerrados. Para além de ter terminado com a influência que a Companhia de Jesus detinha nos assuntos do Estado, o Marquês de Pombal conseguiu igualmente diminuir o poder da Igreja Romana no país¹³⁵, o que foi visto, muito mais tarde, como uma medida precursora da dissolução das ordens religiosas e do fecho dos mosteiros e conventos por parte dos liberais, aquando da sua vitória em 1834.

Usando minuciosamente a técnica do *suspense*, o escritor deixa o reencontro dos dois enamorados para as últimas páginas do romance, onde, após ter ultrapassado todas as dificuldades, D. Luís chega ao Convento da Serra, no Porto, e salva a sua amada da clausura do convento, mesmo no momento de ela professar os votos. Kingston, nas suas narrativas, demonstra um gosto especial em resgatar as jovens raparigas desse destino, pois ele próprio afirma em *My Travels In Many Lands*, tal como em outros textos de teor mais biográfico, que foi com bastante aprovação que viu o encerramento das ordens monásticas:

Both the Serra and San Antonio Convents have been destroyed, as indeed have happily all the convents in Portugal, for they were a sad incubus on the industry of the people, irrespective of other important considerations. Most of the nunneries have also been abolished, and no fresh nuns are allowed to profess.¹³⁶

Their numbers [nuns] were kept up by various means; very few, it was said, went in of their own free choice. If a gentleman had several daughters and very little fortune to give them, he sent those less likely to marry into a convent.

If he wished one of them to marry a person whom she did not like, he gave the poor girl her choice of taking the husband of his selection or of assuming the veil.¹³⁷

¹³⁵ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, pp. 207-210.

¹³⁶ William H. G. Kingston, *op. cit.*, pp. 22-23.

¹³⁷ *Idem*, p. 23.

Como se pode constatar por estas palavras de Kingston, embora não se refira à acção do Marquês de Pombal, a coragem que o ministro teve ao abolir estes conventos é admirada e apoiada pelo escritor.

4.7. Judeu errante

Tal como o autor afirma, a maioria das mulheres que se tornaram freiras foi contra a vontade delas. Em «The Jew's Revenge»¹³⁸, um folhetim do nosso romancista, deparamos igualmente com uma jovem, Beatrice de Rio Santo, que se vê forçada por sua mãe a entrar para um convento, pois esta descobriu a sua relação amorosa com D. Ramiro, o assassino de seu irmão. Para tornar esta paixão ainda mais impossível e inconcretizável, outro mistério será desvendado, ou seja, D. Ramiro é o primogénito do conde de Rio Santo, que todos julgavam morto, sendo irmão de Beatrice. Toda esta desgraça que envolve esta família se deve à vingança do Judeu Salomon, que perdeu todos os seus bens e viu toda a sua família perecer às mãos do conde de Rio Santo. O interesse de referir esta história aquando da análise do romance *The Prime Minister*, deve-se não só aos temas das paixões impossíveis e dos conventos, mas ao facto de terem também em comum a alusão à figura mítica do Judeu Errante.

No nosso romance, apesar de já ser tão rico na contemplação de diferentes temas e mitos literários, Kingston não descurou mais este assunto, que desde a Idade Média, passando pelos seus tempos e continuando pelos nossos, serviu de tema aos mais

¹³⁸ Folhetim publicado, tal como *The Prime Minister*, em 1845, em *The Lusitanian*, uma revista literária inglesa do Porto, onde o escritor era colaborador e eventualmente o próprio editor da publicação. A publicação deste texto fez-se segundo a seguinte ordem temporal e textual: Porto, Tipografia da Revista, nº 4, March 1845, pp. 107-118; nº 5, April 1845, pp. 219-229; nº 6, June 1845, pp. 273-281.

diversos géneros literários¹³⁹. Nesta narrativa de cariz histórico, o escritor ficcionou um judeu, que similarmente a Solomon de «The Jew's Revenge» vagueia misteriosamente na sombra da noite. Contudo, as duas personagens diferem quanto aos objectivos que as movem. Enquanto Solomon deseja a vingança pelo mal infligido à sua família e ao seu povo, António, disfarçado de sapateiro, através dos préstimos do seu suposto ofício, move-se por entre todas as camadas sociais, tentando descobrir conspirações contra o rei e o seu ministro. As informações que colhe, entrega-as ao primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho, no intuito de conseguir a abolição do epíteto Cristãos-Novos e consequentes discriminações:

“Friend, you have well won any reward you may please to ask, - the treasury shall supply you -”

“Stay, your Excellency,” interrupted Antonio. “I before said, I serve you not for money. I am, as you well know, of the race of Abraham; but I am not, therefore, of necessity, mercenary. Think you that any gold you can bestow could repay me for all I have endured to serve you, - for the degradation, the toil, the dangers I have undergone, - the deceit, the disguises, the watchfulness I have practised, for many years past, because you assured me you could find no other to do the work you required, in whom you could confide? Think you that it was for gold I abandoned my home and my kindred, to mingle with the most base and vile on earth, to curb their passions, and to guide them according to your will? - that for this I introduced myself into the palaces of the rich and powerful, to learn their secrets, and to act as a spy on their actions? No! your Excellency has known me long, and knows me better. What I ask, you have power to grant. I demand freedom for my people! We have in all things conformed to the customs of those among whom we dwell; to their religion, in every outward-observance, which is all you can require; we pay tithes to your priests; we give alms to the poor; our manners, our language, have become the same; we obey the King and the law; and yet have we not been allowed to enjoy the rights of citizenship in the land which we enrich by our industry and our

¹³⁹ João Paula Ascenso Pereira da Silva, «Transforma-se o Perseguidor na Coisa Perseguida: A “Vingança do Judeu” Segundo William Henry Giles Kingston», in *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Prof.^a Doutora Maria Leonor Machado de Sousa (Dir.), pp. 280-281, 286.

commerce. A mark has been set upon us; and wherever we move, still is the stigma of being New Christians attached to us. I demand, then, as my reward, that you should abolish that invidious distinction, and that, from henceforth, if we conform to the worship of your Church, we may likewise enjoy all the privileges of the other subjects of his Majesty.” (Vol. III, pp. 197-198)

Através deste discurso, podemos constatar que António é uma versão moral e respeitável de Solomon. As duas personagens são representações de valor e sinal oposto da figura do judeu. Embora ambas tenham por base das suas acções o mal infligido ao seu povo, a de «The Jew’s Revenge» é movida apenas pelo ódio e vingança¹⁴⁰, enquanto a de *The Prime Minister* tem como motivação obter benefícios para os judeus em Portugal. Por outro lado, este tipo de argumentação pode estar relacionado com a emancipação dos católicos e dos judeus recentemente ocorrida em Inglaterra. Na primeira metade do século XIX, os judeus e os católicos passaram a ter os mesmos direitos sociais e políticos que os restantes ingleses, podendo ser eleitos membros do Parlamento, como o próprio Benjamin Disraeli, primeiro-ministro da Era Vitoriana.¹⁴¹

Tal como tem sido referido ao longo destas reflexões, todo o enredo ficcional criado por Kingston está ao serviço da narração dos factos históricos que marcaram o Período Pombalino. Esta história do judeu António tem igualmente como objectivo servir de ilustração à exposição da História deste povo. Uma vez que esta narrativa constitui um “historical romance”, o autor considera adequado fazer um resumo dos momentos que marcaram a perseguição dos cristãos-novos em território lusitano. Esta síntese desenrola-se da página 7 à 12 do segundo volume, começando no reinado de D. João I, altura em que os judeus viviam em plena comunhão com os portugueses, até à

¹⁴⁰ «O Judeu está, neste caso, longe de ser apresentado como um ser passivo, vítima do fanatismo e da ira dos cristãos, assumindo precisamente o papel oposto, de ser activo e vingador, que retribui plenamente (e em total concordância com a tradição bíblica) as injúrias de que fora vítima, às mãos dos seus perseguidores.», in *idem*, p. 283.

¹⁴¹ *Idem*, p. 286.

chegada do Liberalismo, quando as distinções foram extintas, passando pelos diferentes reinados e respectivas leis aplicadas a este assunto.

Dado que o Marquês de Pombal foi um dos governantes que marcou a diáspora deste povo¹⁴², Kingston, mesclando os dados ficcionais com a realidade, dá a entender ao leitor que a acção do ministro serviu para compensar os serviços de António. Ficcionalmente, esta é mais uma versão do que poderia ter acontecido:

The Marquis of Pombal, with that liberal policy which marked many of his actions, finally abolished all such distinctions. [...] On the death of Joseph, and the banishment of his Minister, when bigotry and priestcraft reigned their supremacy, the New Christians were again subject to persecutions, and it is only under the present free constitution that all difference has been finally, and, we trust, for ever, abolished. (Vol. II, pp. 11-12)

Deste pequeno excerto é de salientar o adjectivo “liberal” para caracterizar a política do ministro, pois é representativo da forma como Kingston concebe Pombal e o representa. Tendo em conta que é peremptório em afirmar que muitas das suas acções foram liberais, ou seja, não todas, poderá revelar que em alguns aspectos considera que Sebastião José de Carvalho e Melo antecipou o Liberalismo, imagem do estadista que os liberais e os republicanos portugueses fizeram questão em difundir. Por outro lado, este adjectivo pode ser apenas sinónimo de que as medidas do Marquês foram avançadas para a sua época. Para interpretar a sua concepção deste mito que o levou a escrever um romance, não nos podemos esquecer dos diferentes elogios que o autor-narrador vai tecendo na narrativa a algumas medidas postas em prática, tais como a reconstrução da cidade num momento de crise nacional, a expulsão dos jesuítas e o

¹⁴² «No século XVIII, porventura o menos anti-semita da história, na frase de Cabral de Moncada, o problema dos cristãos-novos foi encarado pelo racionalismo histórico em todos os seus ângulos. [...] D. José I fez publicar, a 25 de Maio de 1773, uma “piíssima Ley” a acabar de vez com a “sediciosa distinção”, restituindo as habilitações de família aos acusados em matéria de fé.», in Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 132-133.

respectivo encerramento dos seus conventos. Contudo, para uma análise imparcial e mais plausível, é imprescindível que não se ignorem as severas críticas que faz à criação da Companhia dos Vinhos, ao modo como actuou no motim do Porto, e à condenação dos Távora. Perante tais observações, William Kingston poderá ter interpretado a acção do ministro como algo contraditória, uma vez que nuns aspectos se revelava liberalizadora e noutros autoritária e repressiva. Por outro lado, se o Marquês era um homem avançado, lúcido e pragmático, como demonstrou nas medidas que lhe mereceram elogios, era-o também por influência da Cultura Inglesa e da sua estada em Inglaterra, onde absorveu muito do modelo político britânico, sentido por Pombal, e obviamente pelo próprio Kingston, como superior ao português.

Esta confusão entre ficção e realidade histórica, isto é, o sapateiro enquanto personagem fictícia e as medidas de Pombal como pertencentes à historiografia, é gerada intencionalmente pelo próprio autor, pois tenta conferir veracidade ao que narra, justificando a existência de António através da referência a manuscritos que consultou:

It has just occurred to us, that we have never given our cobber's name. By diligent search through the vast pile of manuscripts before us, we have discovered the important piece of information that he was called Antonio, generally with *O Remendão*, or the Mender, added thereto. (Vol. II, pp. 15-16)

Esta técnica analisada, a que damos o nome de encenação da historicidade, é uma das especificidades do género literário que temos estado a estudar. Ao longo dos três volumes, o leitor vai-se deparar constantemente com um narrador a declarar que o que está a contar são informações provenientes de manuscritos e outros documentos que consultou.

V. *THE PRIME MINISTER* – PERSPECTIVA HISTÓRICA

5.1. Povo britânico visto pelos portugueses

Na descrição dos acontecimentos que marcaram esta época, William Kingston não vai deixar de ter em conta a sua própria identidade cultural e nacional, pois tal como já vimos, a comunidade britânica alcançara uma grande importância na Época Pombalina. Apesar de o escritor não pretender introduzir nenhum episódio relacionado com estes imigrantes na sua narrativa, nem aludir ao tipo de vida que levavam no nosso país, por vezes, através de personagens do romance, vai fazer comentários que demonstram o tipo de sentimentos que os portugueses nutriam em relação aos seus compatriotas.

Aquando da análise da aventura marítima vivida pelo jovem Luís d'Almeida, verificámos que os portugueses admiravam a arte de navegação do povo inglês, que demonstrava ser hábil, corajoso e destemido. Contudo, não nos podemos esquecer que esta imagem é transmitida por Kingston, que revela uma postura pró-britânica ao adoptar esta atitude parcial e tendenciosa. O nosso autor pretende sistematicamente vincar a superioridade cultural e civilizacional britânica, acentuada pelo facto de a Inglaterra se encontrar no auge do seu poderio económico e da sua expansão imperial.

Outro aspecto posto em relevo tem a ver com a criminalidade. Deste modo, servindo-se de um episódio ficcional em que D. Luís é atacado na rua, o autor estabelece a comparação entre os dois países aliados:

“Ah, Senhor Don Luis,” he said, “you have lately been travelling, I understand from Captain Pinto, in a country where such disorders as these do not occur, and where a man may walk the streets at night, or journey from one end of the kingdom to the other, without fear of losing either his purse or his life.”

“Scarcely so, senhor,” answered Don Luis, “robberies are constantly occurring even in the public streets; but the English have, in general, an abhorrence of shedding blood, except that of their enemies”

“[...] it gives me pleasure to hear accounts of England, a country I much admired, during my short residence there. [...] Ah! I am glad to hear we are not so very much less civilized than our old friends and allies, who are apt to boast themselves so much our superiors.” (Vol. I, pp. 139-140)

Partindo apenas da leitura deste pequeno excerto, podemos constatar que, por um lado, os ingleses eram admirados, mas por outro havia o sentimento de que estes gostavam de evidenciar uma certa superioridade em relação aos outros povos, nomeadamente ao português. No que diz respeito à criminalidade, apesar de se admitir a existência de furtos em Inglaterra, a ênfase recai na forma violenta como estes são praticados no nosso país, como se até no crime os britânicos fossem uns *gentlemen* em comparação com os malfeitores encontrados em Portugal.

Pretensamente imparcial, Kingston elabora pequenos episódios onde evidencia uma perspectiva mais crítica e severa de alguns portugueses em relação ao povo britânico. Vivendo durante tantos anos em Portugal, o autor está consciente de que os ingleses não eram amados pelos portugueses, que se sentiam explorados e economicamente colonizados pelos ingleses. Desta forma, tenta projectar no seu romance a dualidade de sentimentos manifestada pelos lusitanos em relação aos seus aliados e à sua política de dominação económica e estratégica do nosso país:

“Now, you are going to defend your friends, but don’t attempt it; I hate them, with their stiff pride and supercilious airs, thinking every people their inferiors who do not possess such good roads and fine horses as themselves.”
(Vol. I, p. 85)

Naquilo que numa primeira análise se assemelha a uma crítica às características do povo britânico, as quais não podemos deixar de admitir que surgem em termos depreciativos, salienta-se indirectamente que a nível de infra-estruturas o território inglês está mais bem equipado, e que até mesmo os seus cavalos são os melhores.

O que também deixava a maioria dos portugueses algo confusa e reticente em relação ao povo aliado era o facto de este praticar uma religião diferente do Catolicismo:

The old man, looking with a melancholy glance at his young master, shook his head, thinking that some serious illness must have attacked him. “Ah! This comes of going to sea, and wandering in strange countries among heretics,” (Vol. I, pp. 142-143)

Tentando ser fiel ao que eventualmente seriam os pensamentos do povo português, Kingston não se importa de empregar o adjectivo “heretics” para qualificar os seus compatriotas, pois mais do que atingi-las está a demonstrar o quão preconceituosos eram os lusitanos. Estes, devido ao fanatismo religioso vivido na altura, negavam tudo o que se opunha ao que desde sempre lhes havia sido incutido como verdade absoluta.

Ao longo de todo o romance, o autor tenta demonstrar que neste período de viragem na história portuguesa os ingleses, apesar da aliança centenária que ligava os dois povos, não eram bem vistos pelos portugueses, que se sentiam em desvantagem nestas relações. Embora em alguns trechos os conterrâneos de Kingston sejam

apontados como arrogantes e petulantes, a mensagem transmitida é que eles assumem tal postura justificadamente, ou seja, na verdade são superiores aos seus aliados. Essa superioridade é sublinhada quando são abordados tópicos como o regime político vigente no Reino Unido, o modo como a justiça aí era praticada, a dimensão e poderio da frota inglesa, a qualidade das infra-estruturas daquele país, bem como os ideais liberais, referências constantes através das quais Kingston faz questão de destacar o avanço civilizacional patenteado pelo seu país.

5.2. Os Jesuítas

Focando agora a nossa atenção na narrativa histórica propriamente dita, embora conscientes que se trata de uma ficcionalização da versão oficial apresentada pela historiografia, verificamos que o nosso romancista deu essencialmente relevo a cinco aspectos que marcaram a política pombalina: a expulsão dos jesuítas, o terramoto de 1755, o motim do Porto, a tentativa de regicídio e o processo e condenação dos Távora. Fora deste romance ficou a política externa praticada pelo ministro de D. José I, pois não há referências às várias medidas que Sebastião José teve de tomar em relação ao império ultramarino nem às posições que teve de adoptar face aos outros países. Há simplesmente algumas alusões às relações anglo-portuguesas, aspecto já aqui abordado.

Kingston preferiu centrar o seu romance na política interna, mas consideramos que para explicar alguns acontecimentos que a marcaram seria importante ter dado uma panorâmica do que era decidido sobre o exterior. Referimo-nos essencialmente ao caso dos jesuítas. Quando a narrativa tem início, em 1755, o autor transmite-nos a tensão que era vivida entre o ministro e esta ordem religiosa. Como o jovem Luís d'Almeida tinha

estado ausente do país durante algum tempo, há várias personagens que lhe contam como a sociedade portuguesa mudou durante a sua ausência:

“His health does not fail him, nor his mind, though the latter is sorely vexed by the attacks which are daily made against our order, and which require all his energy and talents to combat.”

“You know not, my son, the changes which have taken place during your absence; for it is now dangerous to be seen holding conversation with one of our order, so hated are we by the secretary of state, Sebastião Jozé de Carvalho” (Vol. I. p. 108)

Como se constata através deste pequeno excerto, a narrativa de cariz histórico tem como primeiro foco a tensão vivida entre esta ordem religiosa e o ministro de D. José I. Uma vez que esta fala pertence a uma personagem que representa a Companhia de Jesus, transmite-se a perspectiva de que este sector do clero é vítima da acção de Sebastião José, o qual, segundo a personagem, é movido pelo ódio que lhe tem. Dado que se está perante uma congregação religiosa, o leitor esperaria que esta, de acordo com os ensinamentos de Jesus Cristo, tivesse uma atitude mais submissa perante a autoridade, mesmo que terrestre. Embora se registre uma tentativa de vitimização, afirma-se por outro lado que os ataques por ela sofridos não são vividos de forma pacífica e conformada, mas activamente com uma atitude de contra-ataque.

Na verdade, não é inconscientemente que o escritor descreve esta congregação como sendo astuta, ardilosa e pró-activa. Não nos esqueçamos que para além dos jesuítas desempenharem um papel preponderante no Brasil, mesmo em Portugal conquistaram um lugar de destaque no reinado de D. João V. Nada se resolvia no reino sem a sua consulta e aprovação. Mário Domingues, no seu livro *Marquês de Pombal – O Homem e a sua Época*, cita o padre jesuíta Georgel para demonstrar a consciência que eles tinham da sua importância:

Não havia na Europa, nem nos dois hemisférios, nação alguma onde a nossa Sociedade fosse mais acatada, mais poderosa e estivesse mais solidamente estabelecida do que em Portugal, e em todos os países ou reinos sujeitos ao domínio português...

Éramos mais do que os directores da consciência e do procedimento de todos os príncipes e princesas da família real, pois que o rei e seus ministros nos consultavam nos negócios, ainda os mais importantes, e nenhum lugar se provia para o governo do Estado ou da Igreja sem consulta nossa ou sem interferência do nosso valimento. Deste modo, o alto clero, os grandes e o povo disputavam à porfia a nossa protecção e favor.¹⁴³

Da corte, a sua influência alastrava por todos os domínios da sociedade, isto é, a nível religioso eram a congregação mais forte e poderosa, no plano cultural dominavam o ensino, a nível político eram os conselheiros do soberano e no plano económico, como consequência do seu poderio, ostentavam um incomensurável património quer nas colónias quer na metrópole. Se nestes diferentes vectores tinham uma intervenção directa, não há dúvida de que através da educação, de forma mais subtil, podiam moldar e manipular consciências. Miguel Real, embora faça questão de afirmar que a Companhia de Jesus não era a exclusiva responsável pelo ensino no nosso país, admite que o controlava quase na totalidade. Indica-nos que dos estabelecimentos existentes no reino a congregação possuía cerca de vinte colégios espalhados pelo país e, a nível superior, a Universidade de Évora e dois Colégios universitários em Lisboa (Santo Antão) e Coimbra (Colégio das Artes). Nas colónias eram da responsabilidade dos pedagogos jesuítas mais de uma dezena de colégios no Brasil, um em Luanda, outro em Goa e ainda um em Macau.¹⁴⁴

¹⁴³ *Apud* Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 82-83.

¹⁴⁴ Miguel Real, *op. cit.*, p. 47.

Apesar de a intriga tecida em *The Prime Minister* ser construída de modo a que o conflito existente sobressaia, o leitor não sabe quais foram as razões concretas que levaram a que a situação de poder e prestígio vivida pelos jesuítas se alterasse. Nos diferentes estudos que se têm realizado, os historiadores têm apontado como principal causa para a desavença entre o Marquês de Pombal e esta ordem religiosa o poder que a congregação tinha no Brasil. De forma a extinguir a soberania e a autoridade que estes missionários possuíam na colónia, o ministro implementou algumas medidas governativas, que desde logo foram contrariadas pelos religiosos:

A execução do tratado de limites no Brasil, o estabelecimento da Companhia do Grão-Pará, a declaração da liberdade dos indígenas da América, pertencem a este período do Governo pombalino, antecedente ao terramoto, e constituem na sua ligação o facto culminante de todo o reinado. Com efeito, esses actos levaram Carvalho à luta com os jesuítas, e daí para diante toda a sua administração se orienta pela ideia sobreposta a tudo o mais, de os vencer e aniquilar.¹⁴⁵

Aquilo que o grande estadista conseguiu, primeiro a expulsão e posteriormente a extinção da Companhia de Jesus, parece algo inconcebível, tendo em conta o peso que esta congregação tinha não só na sociedade portuguesa como no resto do mundo. Quando o ministro se apresenta como opositor declarado das acções dos jesuítas, estes já tinham conquistado o seu lugar na sociedade portuguesa há mais de dois séculos, enquanto o desprezado Sebastião José de Carvalho e Melo se encontrava ao serviço do reino há pouco mais de uma década. Não nos esqueçamos que o primeiro cargo político que alcançou foi o de embaixador em Inglaterra em 1738, ainda durante o reinado de D. João V, mas só quando D. José sobe ao trono é que é nomeado Secretário de Estado. A partir deste momento a sua ascensão política é célere e notória, tornando-se,

¹⁴⁵ J. Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a Sua Época*, p. 95.

principalmente após o terramoto de 1755, o ministro mais influente e poderoso da corte portuguesa. Todavia, apesar da notoriedade que conquistou, a sua posição incomodava e revoltava os que até então tinham sido os dominantes na governação – a alta nobreza e os jesuítas –, por não lhe reconhecerem linhagem nem percurso político que dignificasse o seu elevado cargo.

Por sua vez, ao contrário do emergente Sebastião José de Carvalho e Melo, a Companhia de Jesus iniciara a conquista da sua posição em Portugal em meados do século XVI, quase imediatamente após a sua fundação em 1534. Em 1540 chegam a Portugal dois jesuítas, a pedido de D. João III, para participar na evangelização do Oriente. Os seus préstimos também são solicitados para o mundo novo que se começava a construir e em 1549 desembarcam no Brasil. Com o propósito da evangelização, fundaram aldeamentos missionários, organizados de acordo com os ideais católicos. Analisando os dois séculos de trabalho dos jesuítas, podemos concluir que realizaram uma obra cultural incontornável. Simultaneamente à doutrinação dos povos indígenas, estudaram as línguas, os costumes, as crenças e as histórias locais. Por outro lado, foram grandes difusores da língua e da cultura portuguesas no mundo.¹⁴⁶ A este propósito não podemos deixar de referir o emblemático padre António Vieira, cuja obra literária continua a fazer parte dos conteúdos programáticos da disciplina de Língua Portuguesa e constitui um marco incontornável das letras seiscentistas. Se o empenho e obstinação do futuro Marquês de Pombal foram capazes de extinguir uma congregação com tão vasta obra, não conseguiram remeter para o esquecimento as individualidades que fizeram parte dessa ordem, nem mesmo os muitos aspectos positivos sumariamente supracitados.

¹⁴⁶ Miguel Real, *op. cit.*, pp. 30-31.

Se os jesuítas foram mandados pelo próprio monarca para o Brasil e se efectivamente conseguiram evangelizar um número bastante elevado de indígenas, objectivo que os levou a terras de Santa Cruz, o que ocorreu para que dois séculos decorridos a coroa portuguesa não lhes reconhecesse o seu mérito e lhes pagasse com a expulsão? Quando Sebastião José chega ao governo, as suas medidas vão essencialmente no sentido de sanar as contas públicas e não de retirar os largos privilégios de que tanto a Igreja, de um modo geral, como os jesuítas usufruíam no reinado de D. João V. No que respeita a estes últimos, os conflitos apenas surgiram no momento em que a política delineada para o Brasil colidiu com os interesses da Companhia de Jesus, tal como referimos anteriormente.¹⁴⁷

Desde o início da colonização do Brasil que a escravização dos indígenas causou muita celeuma entre os colonos e os missionários. Os religiosos, representados essencialmente por jesuítas, opunham-se contundentemente ao aprisionamento que os colonizadores faziam dos aborígenes em nome do cultivo da terra. Após abruptas e desumanas capturas, eram levados para as povoações dos brancos, onde eram forçados a trabalhar nas lavras do tabaco, no cultivo da cana-de-açúcar, na mineração do ouro e dos diamantes, bem como nos serviços domésticos. Na sua defesa do índio escravizado, os jesuítas conseguiram por parte da metrópole decretos reais de protecção ao índio, onde se estabelecia que a fiscalização da lei caberia às missões da Companhia de Jesus. Estas teriam que garantir que as entradas no sertão para a captura dos aborígenes seriam feitas o mais humanamente possível, evitando o destroçamento de famílias e o desmantelamento de aldeias. Além disso, o trabalho prestado pelo indígena teria de ser remunerado, uma vez que era considerado um homem livre.¹⁴⁸

¹⁴⁷ *Idem*, pp. 20, 28-29.

¹⁴⁸ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 112-114.

Por sua vez, os proprietários agrícolas acusavam os padres de se oporem à captura dos indígenas mas de aceitarem a importação de escravos negros de África em nome da defesa do índio da América. Na sua óptica, esta era uma falsa questão humanitária e ideológica, pois os defensores dos valores cristãos não tratavam os índios e os negros de igual forma e nem lhes reconheciam os mesmos direitos. Uma vez que os colonos não tinham grandes capacidades financeiras para importar escravos negros na quantidade que necessitavam para trabalhar os infundáveis terrenos que possuíam, no seu interesse económico era-lhes indiferente escravizar índios ou negros, desde que se traduzissem em mão-de-obra gratuita.¹⁴⁹

Além disso, se por um lado os missionários eram ferozes opositores à utilização dos indígenas como mão-de-obra escrava, eles próprios, encobertos pelos argumentos da evangelização, com o tempo tornaram-se grandes proprietários rurais que dependiam do trabalho dos seus protegidos índios. No entanto, se os colonos precisaram de os escravizar para obrigá-los a trabalhar, os jesuítas fizeram-no de uma forma mais diplomática. Ao aprenderem os idiomas indígenas, essencialmente o tupi, familiarizaram-se com os aborígenes e transmitiram os seus ideais. A par do trabalho evangélico que desenvolveram junto da população autóctone, a sua influência perante os indígenas foi crescendo de tal modo que em pouco tempo não só governavam aldeias e vastos territórios, como também populações inteiras. No entanto, para sustentar as missões que geria, para suportar os custos de construção de santuários, conventos, escolas, hospitais, entre outras infra-estruturas, a Companhia de Jesus viu-se obrigada a tirar lucro das riquezas extraídas das terras brasileiras, o que só foi possível à custa do labor do povo evangelizado. Com o elevado desenvolvimento das missões, os valores económicos foram-se sobrepondo aos objectivos doutrinários, fazendo com que as

¹⁴⁹ *Idem*, pp. 114-115.

instituições eclesiásticas passassem a agir da mesma forma economicista que os colonos. Estes últimos sentiam-se injustiçados pelo facto de, por decreto régio, serem impedidos de utilizar os índios como escravos, enquanto na prática eles não passavam disso sob a tutela dos missionários.¹⁵⁰

Embora à corte chegassem denúncias sobre os abusos cometidos sobre a mão-de-obra indígena nas missões e de alguma forma o governo os tentasse reprimir, o que aniquilou a relação entre a Companhia de Jesus e a vontade régia foi a questão da delimitação da fronteira do Brasil com os territórios espanhóis. No tratado entre os dois países ibéricos ficara decidido que Portugal cederia a colónia de Sacramento a Espanha em troca da região do Rio Grande do Sul. A revolta dos jesuítas deve-se ao facto de se terem considerado fortemente prejudicados com a resolução imposta. Perante tal tratado, a Espanha tinha que abandonar uns territórios a Leste do Uruguai, onde existiam sete colónias da Companhia de Jesus. Nessas missões viviam cerca de trinta mil índios evangelizados por estes religiosos. Com a alteração das fronteiras, os habitantes do território visado podiam seguir os seus missionários e estabelecer-se em outros domínios espanhóis. Apesar de os superiores da Companhia de Jesus em Roma terem determinado que os seus súbditos deveriam cumprir o tratado assinado na Europa, os missionários opuseram-se às ordens superiores. Para eles era inconcebível que após tanto investimento, ideológico mas principalmente financeiro, tivessem que ser forçados a abandonar tudo o que haviam construído para recomeçar do zero noutra local. Afinal, se podiam levar consigo os seus tão protegidos índios, já não conseguiam transportar todo o património material que haviam construído: edifícios, templos, escolas, hospitais,

¹⁵⁰ «Os jesuítas, em virtude do número e do valor de suas propriedades, do governo temporal sobre as numerosas aldeias das missões e da utilização da mão-de-obra de muitos outros povoados indígenas, detinham um capital e um poder havia muito cobiçado pelos colonizadores portugueses do Grão-Pará e Maranhão. [...] Como seus colegas em todo o Brasil, os jesuítas, além das suas atividades religiosas, administravam uma operação comercial de considerável sofisticação que resultava de anos de acumulação de capital, reinvestimento e administração cuidadosa.», in Kenneth Maxwell, *op. cit.*, pp. 58-59.

culturas agrícolas, manufacturas. Por sua vez, os índios, apegados às terras onde haviam nascido e crescido, preferiam ver os missionários partir do que acompanhá-los.¹⁵¹

Ainda que obrigados a abandonar as sete colônias por imposição régia e também pela sua congregação, os jesuítas desobedeceram. Devido à sólida influência que exerciam nas mais elevadas esferas da sociedade, no Brasil e na metrópole começaram a surgir protestos e apoios à causa dos missionários. Uma vez que o seu desagrado não seria suficiente para permanecerem nas suas missões, os religiosos começaram a manipular os índios no sentido de estes se oporem à sua transferência para outro território e combaterem todos aqueles que os forçassem a isso. Quando obrigados a abandonar as suas povoações, os índios defenderam as terras com as suas próprias vidas. Desta forma se iniciou uma rebelião que resultou em muitas mortes. Inicialmente, os índios, protegidos pelas florestas que tão bem conheciam, desfalcaram as tropas portuguesas e espanholas que os tentavam combater. No entanto, quando se encontravam fora do abrigo das matas eram dizimados pelos soldados, que, cumprindo ordens régias, acabavam por ocupar os territórios em causa.¹⁵²

Tendo a ordem de execução do tratado a assinatura do secretário dos Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo, surge neste conflito a primeira grande animosidade entre os membros da Companhia e Jesus e o ministro de D. José I. Como resposta à insubordinação desta ordem religiosa, Sebastião José toma medidas que travem a sua influência e os seus privilégios no Brasil. Uma delas é declarar definitivamente livres os indígenas e transferir o governo das mãos dos eclesiásticos para a coroa portuguesa. Com esta reforma, os jesuítas são atingidos no seu ponto mais sensível. Retirar-lhes o índio da sua protecção era na verdade subtrair-lhes a mão-de-obra forçada que lhes proporcionava a soberania económica e política. Por outro lado,

¹⁵¹ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 119-120.

¹⁵² J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, pp. 71-74.

passando as missões a ser governadas pelo Estado, para além da perda de receitas económicas deixavam de ter a exclusiva influência sobre as populações.¹⁵³

Outra medida implementada pelo ardiloso ministro que atingiu não só os jesuítas como os colonos foi a fundação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a 6 de Junho de 1755. A instauração desta companhia trouxe muitos protestos, pois a ela ficou confinada a exclusividade da navegação, o tráfico dos escravos africanos, o transporte de géneros do Brasil para a Europa e a compra e venda dos produtos da colónia a preços tabelados pela própria empresa. Os privilégios concedidos a esta companhia de navegação arruinavam o comércio livre. Perante esta nova realidade, os colonos, e os jesuítas, com uma longa tradição de conflitos, e os negociantes juntam-se em forma de protesto contra a Companhia Geral.¹⁵⁴

Usando o sermão como arma, os jesuítas fazem-se ouvir tanto no Brasil como na metrópole. O ministro, tal como a História nos mostrará, intransigente perante qualquer tipo de manifestação, pune exemplarmente aqueles que deram voz aos protestos. Em Portugal condena ao desterro um jesuíta pregador e o padre Bento da Fonseca, procurador das Missões do Maranhão, que colaborara na redacção de um protesto apresentado pela Mesa do Bem Comum. Os outros membros desta corporação foram igualmente desterrados. Expulsos do Brasil para Lisboa, a fim de serem severamente punidos, foram quatro missionários que acabaram por ser salvos pela tragédia que assolou Lisboa. Ao desembarcarem no dia a seguir ao terramoto, tiveram oportunidade de fugir ao seu malfadado destino.¹⁵⁵

Diante de tal insubordinação, o ministro de D. José I toma como causa sua o extermínio desta ordem que desde sempre havia sido privilegiada pela coroa portuguesa, mas que no momento em que os interesses régios se sobrepuseram aos seus intentos se

¹⁵³ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 134.

¹⁵⁴ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, pp. 59-61.

¹⁵⁵ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 126-127.

revelou sedenta de poder em detrimento dos seus nobres ideais cristãos. Num regime claramente absolutista e com um ministro cujo carácter começava a desvendar características tiranas, nem uma tradição de dois séculos de prestígio e de obra de valor realizada no Brasil, fariam esquecer e perdoar a insolência dos membros da Companhia de Jesus.

William Kingston em *The Prime Minister* não alude à soberania dos missionários nem aos conflitos surgidos entre estes e a Coroa a propósito das medidas governativas aplicadas à tão prezada colónia. As razões apresentadas não vão ao âmago do que originou tamanha ruptura. Os argumentos invocados pelo nosso autor desvalorizam a vertente histórica e empolam os pontos que, conquanto envoltos em alguma verdade, pertencem mais ao campo da fábula. Para explicar uma contenda tão complexa, fundamenta a acção do ministro no fanatismo e na ignorância que esta ordem propagava:

When Carvalho first returned to Portugal, after his embassy to the Court of London, he had paid every respect to the Jesuits, particularly to Father Moreira, the confessor to the Prince of Brazil, in order, by his aid, to gain the confidence of the heir to the throne; but no sooner did he find his power secure, than he threw off the mask and proclaimed himself the enemy of the whole order, whom he declared the chief cause of the ignorance and bigotry of the people. (Vol. I, p. 232)

Tal como podemos constatar através deste pequeno excerto, a origem do conflito entre a influente Companhia de Jesus e o futuro Marquês de Pombal é muito romanceada. Se em outras questões o nosso autor prima pelo detalhe e rigor históricos, aqui a sua veia literária sobrepõe-se aos métodos historicistas. Através da imagem apresentada, que apesar de imbuída de um sentido metafórico acaba por ser muito forte em termos visuais, faz-nos observar o ministro a tirar literalmente uma máscara do rosto

e a deixá-lo a descoberto. Em termos simbólicos, julgamos que o desvelar do rosto representa o evidenciar da personalidade do ministro e a demonstração das suas convicções em relação ao seu recente inimigo. Todavia, em simultâneo e de uma forma subtil é-nos transmitida a imagem de Sebastião José como o herói que surge para salvar o reino e a população da influência negativa desta ordem religiosa, que em contraponto é a vilã da história. Se nesta passagem há algum intuito por parte do autor de conceber o Marquês de Pombal como um herói, em muitos outros pontos, nomeadamente na condenação dos Távora e no motim do Porto, é apresentado como o anti-herói, o vilão.

Sobre esta passagem há ainda a referir a relação que Sebastião José mantinha com os elementos desta ordem antes de serem declaradas públicas as hostilidades entre ambos. Tal como o autor-narrador nos indica, sabe-se que no início da sua carreira política o fidalgo tinha uma ligação muito próxima com os membros desta congregação. Em *Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus – Correspondência inédita ao longo de 115 cartas*¹⁵⁶, António Lopes apresenta 115 epístolas trocadas entre o embaixador português e sete padres jesuítas no período compreendido entre 1743 e 1751. Dessa correspondência podemos depreender que havia alguma intimidade entre eles, pois nela o diplomata fazia confidências e desabafava com os religiosos acerca do seu papel na Áustria. Além de expor os seus ressentimentos, através das respostas dos jesuítas, constatamos que a sua intimidade ia ao ponto de ajudarem Sebastião José em algumas das suas causas pessoais¹⁵⁷.

Dos sete membros da Companhia de Jesus, era com o padre João Baptista Carbone que o embaixador mantinha uma correspondência mais sistemática. Numa carta de 30 de Outubro de 1745 redigida por Sebastião José podemos ler o pedido de

¹⁵⁶ Lisboa, Principia, 1999.

¹⁵⁷ Numa carta que envia para a Áustria a Sebastião José, o padre Rafael Mendes confirma-nos a sua prontidão para auxiliar o embaixador nos seus assuntos pessoais: «A nossa cauza me diz o Senhor seo Irmão, que esta descaçando, e os amigos quietos: eu chamo-lhe também minha; porque tudo o que toca a Vossa Senhoria, eu o tenho por couza muito minha.», in António Lopes, *ibidem*, p. 63.

favorecimento para o seu desempenho na sua missão em Viena de Áustria.¹⁵⁸ A 20 de Novembro de 1745 escreve ao jesuíta para lhe agradecer o dinheiro que lhe enviou em nome do monarca como ajudas de custo para a sua estada na corte da rainha Maria Teresa. Sabendo nós do destino que esta ordem religiosa padecerá nas mãos do implacável ministro de D. José I, admiramo-nos com os elogios rasgados tecidos ao padre Carbone, bem como à exaltação da amizade cultivada por ambos: «O verdadeiro conhecimento, que tenho, de que em Vossa Reverendissima sobre as virtudes que deixo referidas concorre da bondade com que me fez o precioso presente e da sua gratissima, e fidelissima amizade.»¹⁵⁹ A relação entre o embaixador e o padre Carbone, uma das pessoas mais importantes e influentes na corte, era de tal forma próxima e conhecida do público em geral que a este jesuíta se reconhece alguma contribuição no acesso de Carvalho ao poder. No entanto, quer Joaquim Veríssimo Serrano¹⁶⁰ quer Mário Domingues¹⁶¹ discordam, justificando-se com o facto de Carbone ter falecido a 5 de Abril de 1750, antes mesmo de D. João V, o que inviabiliza a hipótese de ter sido de algum modo responsável pela nomeação de Sebastião José a ministro de D. José I. Por outro lado, Mário Domingues considera que a opinião da rainha Maria Ana, que protegia e favorecia o esposo da sua conterrânea, a condessa Daun, não havia sido descurada. Além disso, o historiador acrescenta que o padre jesuíta José Moreira, confessor da rainha-mãe e correspondente do embaixador, apoiara este favorecimento¹⁶².

Com mais ou menos intervenção directa, tendo em conta os discursos dos historiadores, parece que pelo menos estes dois padres jesuítas foram importantes no

¹⁵⁸ «Agora vou para Viena, onde me esperam as consequencias de taes antecedentes. Para ellas recori já ao favor de Vossa Reverendissima. A elle torno a recorrer agora: suplicando-lhe que empregue a sua grande e util efficacia em beneficio do meu desempenho, que entressa o decoro do Amo, a quem temos a honra de servir com zello e amor.» in António Lopes, *idem*, p. 110.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 117.

¹⁶⁰ *Op. cit.*, p. 24.

¹⁶¹ *Op. cit.*, p. 76.

¹⁶² *Idem*, p. 81.

caminho político que o futuro Marquês de Pombal iniciou. Se não foram os principais responsáveis pela sua nomeação a ministro e consequente ascensão política, pelo menos foram essenciais para que deixasse de estar no anonimato e as suas competências passassem a ser reconhecidas, bem como temidas, na corte. Se as relações cordiais que Sebastião José manteve com os jesuítas foram alimentadas no intuito de se aproveitar do poder e influência que tinham na corte portuguesa, tal como o autor-narrador faz questão de afirmar acerca da ligação com o padre José Moreira, a correspondência analisada não revela esse estratagem. Pelo contrário, através da sua leitura poderíamos deduzir que a cumplicidade que transparece seria impossível de ser alterada para uma relação de puro ódio. Esta constatação é tão inusitada que o próprio António Lopes, a propósito de uma carta que o padre José Maria envia a Sebastião José, não consegue deixar de informar o leitor que, apesar da suposta amizade, o jesuíta é uma das vítimas da inclemência do ministro: «Quando os confessores jesuítas foram expulsos da Corte, este morava na Casa Professa de S. Roque. Depois, na noite de 11 para 12 de Janeiro de 1759, com mais 9 jesuítas, dará entrada nos Cárceres da Quinta do Meio de Belém. Finalmente, será transferido para a prisão política da Junqueira.»¹⁶³

Não obstante nos seus primeiros anos enquanto diplomata ter contado com o apoio dos jesuítas, a História relata-nos que a partir do momento em que a intervenção do ministro de D. José no Brasil colidiu com os interesses dos membros da poderosa Companhia de Jesus foi declarada guerra aberta entre estas duas facções do poder. Enquanto uma usou toda a sua eloquência nos púlpitos para fazer chegar as suas convicções aos seus rebanhos, e a sua influência no círculo íntimo e intransponível da nobreza para incentivá-la a reagir às acções movidas pelo novo ministro; a outra

¹⁶³ António Lopes, *op. cit.*, p. 68.

empunhou a vontade régia para impor o que considerava ser o interesse da nação e assim acabar por vencer e aniquilar o seu adversário.

A animosidade entre estes dois partidos era de tal forma colérica que em ambas as partes se considerava haver planos mirabolantes para atingir o inimigo. Embora alguns historiadores considerem que o Marquês de Pombal não tinha razão ao estar convencido de que os jesuítas tinham planos para governar o mundo¹⁶⁴, Kingston, através de um episódio meramente ficcional, valida esta ideia do ministro. Numa cena em que Luís d'Almeida está a conversar com um seu primo jesuíta, o religioso confessa-lhe os planos da ordem para dominar o mundo:

“But how far, how immeasurably superior is the power at which we aim! – we would rule over the minds of men – we would bend their insane passions to our own will, and would make them, by those means, the tools to work out our glorious projects. Hear me, then, and learn the sublime idea of our founder [...]. His aim [...] was to join all the kingdom of the earth under one sceptre, and that sceptre swayed by our hands; ay, by the humble friars of the order of the mystical Jesus; and yet, far different would it be from the power to which the Pontiff of Rome can ever hope to attain.” (Vol. I, p. 118)

“The day will arrive when all those who acknowledge the symbol of the cross will again be joined under one ruling power, – the glorious aim of our order. [...] The end with us sanctifies the means, and thus, to attain our objects, we consider every disguise, every fraud, allowable.” (Vol. I, p. 121)

“In the seats of learning, in every university of the kingdom I speak of, are the seeds sown which will, sooner or later, bring their fruit to perfection.

¹⁶⁴ «O espírito regalista do secretário de Estado estava decidido em acabar com uma congregação que acusava de ‘rezistir positivamente a Papas e Reys’ ou de ‘estabelecer Republicas de Vassallos, por elles rebelados aos seus Reys, e Senhores naturaes’, o que em nenhum dos casos era verdade. Como aceitar que os padres da Companhia ‘aspirassem á uzurpação de Reinos, e Impérios inteiros’, apenas não o alcançando porque foi decoberto o “seu ambicioso e clandestino plano”?» Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 52.

And it is among the young and pliant minds, while they fancy themselves most secure, that we most easily work our way.” (Vol. I, p. 122)

Tal como referimos, o autor não contemplou no seu romance a política externa, mas um leitor conhecedor da História identifica nestes excertos alguns aspectos que o remetem para acontecimentos que não são aqui abordados. Falamos da expressividade perceptível na fala desta personagem, que enfatiza o poder da ordem no mundo. Se analisarmos esta questão, constatamos que por altura do terramoto de 1755 já os jesuítas eram a congregação com mais importância no mundo, pela influência e poder que haviam alcançado nos diferentes continentes, nomeadamente nas colónias portuguesas. No império ultramarino, principalmente no Brasil, através das missões, eram eles que dirigiam, não só religiosamente como também económica, social e politicamente, populações inteiras. Por outro lado, na metrópole era essencialmente este sector do clero o responsável pela educação escolástica daqueles que pelo seu estatuto social (clero e nobreza) tinham acesso ao ensino. Os professores de então, quer nos colégios, quer nas universidades, eram essencialmente os jesuítas¹⁶⁵.

É evidente que, através da leitura de bibliografia sobre a época, William Kingston era conhecedor das funções exercidas por eles, daí muito subtilmente mencionar tais aspectos, os quais só um leitor conhecedor deste período histórico é capaz de reconhecer. A nossa questão reside na razão que levou o autor a omitir factos tão importantes na compreensão da ascensão e queda desta ordem. Uma hipótese poderá estar relacionada com a extensão deste tema, pois, como sabemos, na época a Companhia de Jesus já tinha dois séculos de tradição e de obra, que alicerçaram a sua consistência enquanto ordem religiosa e enquanto força política. Se Kingston quisesse dar a conhecer todo o percurso da congregação até ao momento dos conflitos visados,

¹⁶⁵ Mário Domingues, *op. cit.*, p. 192.

certamente este romance não seria composto por apenas três volumes, mas por muitos mais. Por outro lado, não nos podemos esquecer de que esta não é uma obra historiográfica, mas um romance, ou seja, uma obra ficcional, e só por isso o escritor tem toda a legitimidade para tecer a intriga como entender, para omitir factos históricos ou ficcionar outros que não fazem parte da versão oficial. Temos de admitir que os aspectos implícitos já referidos tornam a leitura do público informado mais aliciante pelas diversificadas ligações que pode estabelecer com a História, bem como pelas inúmeras interpretações que a sua imaginação e perspicácia alimentam.

Para sublinhar a ligação que havia entre esta congregação e a nobreza no descontentamento contra a governação de Pombal, o romancista imagina um diálogo onde um jesuíta alerta um aristocrata, D. Luís d’Almeida, para ter cuidado, pois o ministro não poupará a nobreza se isso significar destruir os seus inimigos:

“Learn, then, that Carvalho is using every effort to crush our order, – so strong a barrier to his ambition, – and, knowing that the nobles are our firm upholders, he intends to weaken their influence in the state, by bringing accusations of all sorts against them; when he will imprison, banish, or execute all whom he fears. I have reason to think that he, at present, suspects there is a plot hatching against him; but he allows it to proceed, anxious to get as many as possible drawn into it, and, amongst them, your father. (Vol. I, pp. 125-126)

Tal como podemos constatar através do texto transcrito, os alertas da personagem, para o leitor informado, são como que uma prolepse da narrativa historiográfica. Neles antevemos a conspiração que foi congeminada entre os opositores do odiado ministro, que escreveram um relatório dirigido a D. José I com graves acusações contra o homem em quem depositava mais confiança. As denúncias contra Sebastião José de Carvalho e Melo, encabeçadas por Diogo de Mendonça Corte Real, Martinho Velho Oldemberg, o advogado Teixeira de Mendonça, entre nobres e jesuítas,

não surtiram efeito perante o rei, acabando os delatores punidos com prisão e exílio¹⁶⁶. Apesar dos castigos severos aplicados, ou talvez por isso mesmo, os insatisfeitos concluíram que apenas o regicídio iria repor a ordem a que estavam acostumados¹⁶⁷. Nesta espécie de antevisão da personagem, podemos então vislumbrar o encarceramento e a expulsão massiva dos padres jesuítas pela sua oposição ao governo, o aprisionamento de todos aqueles que foram considerados cúmplices na tentativa de regicídio e a consequente execução em praça pública daqueles que foram condenados como intervenientes directos na conjura.

De acordo com a sua versão dos acontecimentos históricos, Kingston ficciona um episódio em que um secretário de Sebastião José revela ao padre Jacinto da Costa, o primo jesuíta de Luís d'Almeida, que descobriu um documento do ministro onde se encontravam delineados os seus planos para extinguir a congregação:

“Yesterday, while the Minister was absent, I opened his bureau with the key you gave me. With trembling hands I search each paper, and from all of importance I have made notes. At last I came to one roughly drawn out in Carvalho’s writing: it was a plan to be submitted to the King for abolishing your whole order throughout the kingdom. He proposes to implicate you in some act of rebellion, or some illegal practice; then to surround your colleges, and to embark all who are professed, on board vessels for the coast of Italy, banishing you for ever from Portugal. He advises the King to allow no delay in executing his plan; for that every day you are increasing in power and malevolence, and that you will in time sap the very foundation of his throne.” (Vol. III, pp. 66-67)

Este plano ficcional apresentado pela personagem acaba por adquirir alguma credibilidade na narrativa, pois alguns factos, nomeadamente a imagem da expulsão

¹⁶⁶ J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, pp. 75-80.

¹⁶⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 38.

destes religiosos em barcos para Itália, podem ser confirmados pela historiografia¹⁶⁸. O facto de o escritor ser conhecedor da História permite-lhe criar situações possíveis, levando a que o leitor, cada vez que confirma a concretização destes planos, neste caso a expulsão dos jesuítas, confie no que lhe é narrado. Desta forma, toda a encenação feita pelo autor-narrador para conferir veracidade aos seus relatos atinge o seu objectivo.

Após vários anos de intenso ódio, marcados pelos constantes contra-ataques destas duas grandes facções, Sebastião José acaba por vencer um dos seus maiores inimigos, atingindo o seu objectivo. A 3 de Setembro de 1759 a coroa decreta a expulsão dos jesuítas. Os colégios e as universidades jesuítas são fechados e, para além de todos os seus bens terem sido confiscados, alguns padres são presos e os outros são deportados para países africanos e para Itália. São acusados de não cumprirem a vontade régia e de se terem oposto às medidas da coroa no Brasil; de caluniarem o rei, nomeadamente nos discursos que proferiram aquando do terramoto de 1755; de estarem envolvidos na tentativa de regicídio; e de serem os instigadores do motim do Porto.¹⁶⁹ No romance são referidos todos os crimes imputados aos jesuítas, excepto o que diz respeito à política governativa no Brasil. Sobre a conspiração contra o rei, Kingston apresenta os religiosos como os manipuladores dos nobres para que estes assassinassem o monarca:

“But haste, inform all those who are willing to become the instruments of Heaven’s vengeance that they must delay the work no longer. Let them take what means they think fit; it matters little, so that the deed be performed.”

“ ‘Tis enough for me to know that it must be done,” answered Malagrida. “Fear not, my brother, I will take measures that it shall be done. By to-morrow night, I will assemble all those who are inimical to Joseph, and will

¹⁶⁸ *Idem*, p. 53.

¹⁶⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, pp. 134-138.

so persuade them, that they shall no longer hesitate to execute my commands.”(Vol. III, pp. 76-77)

Pela leitura deste diálogo, constatamos que para o escritor não é suficiente representar os membros da Companhia de Jesus como os mentores da conjura. Numa tentativa de personalizar os responsáveis directos deste crime, exhibe o mais polémico dos jesuítas como o líder do plano que foi posto em prática para assassinar o rei. No entanto, não podemos deixar de observar que de certa forma Malagrida é manipulado pelos elementos da sua congregação, que o incitam a não adiar por mais tempo o regicídio. Não compreendendo que está a ser induzido a ir ao encontro dos desejos da sua ordem, age emotivamente. Neste sentido, somos confrontados com esta personagem com um referente histórico, que é caracterizada na narrativa como manipulável, emotiva, obstinada e insana.

O padre Malagrida é uma figura histórica e uma vez que inspirou tanto ódio a Pombal, o romancista não podia deixar de lhe atribuir um papel de relevo. Apesar de ser uma figura central no desenrolar da intriga, Kingston não considerou importante pormenorizar a vida do sacerdote antes de este começar a agitar consciências contra o ministro de D. José I. Todavia, para compreendermos a importância e influência que este jesuíta tinha na corte, pensamos ser necessário revisitar a vida deste clérigo até ao momento em que os seus sermões já não são tolerados por Sebastião José.

Gabriel Malagrida nasceu a 5 de Dezembro de 1689 em Menaggio, em Itália. Aos vinte e dois anos tornou-se padre jesuíta e desde logo manifestou o seu desejo de se dedicar às missões. Em 1721 chega ao Brasil e desde logo começou a colher simpatias entre a população, que delirava com os seus eloquentes e expressivos sermões. No entanto, o que ele realmente almejava era evangelizar os índios, tendo solicitado permissão para ir prestar serviço no sertão. Aí viveu durante doze anos, onde foi

adquirindo fama pelas aventuras que lá viveu, sobrevivendo aos perigos a que se expunha. Já em 1730, quando foi chamado a São Luís para ensinar Teologia no Colégio dos jesuítas, era considerado santo pelas multidões que escutavam extasiadas as suas pregações e que acreditavam piamente nos milagres que lhe eram atribuídos. Com o passar dos anos, a sua fama ia-se avolumando e para além de já ser conhecida no vasto Brasil chegara a Portugal. Na colónia, para além da evangelização, a sua intervenção foi fundamental para a construção de conventos, seminários e reedificação de igrejas arruinadas.¹⁷⁰

Em 1747, como queria fundar no Pará um convento, resolveu vir a Portugal pedir a contribuição monetária de D. João V. Devido à aura de santidade que granjeara, a notícia da sua visita à corte foi recebida com muita exaltação, principalmente por parte do rei, que, doente, esperava ser abençoado com um milagre. Quando desembarca em Lisboa em 1749 foi recebido com honras de estado. Em troca de uma imagem da Virgem, tida como milagrosa, o rei acedeu a todos os pedidos do jesuíta. Os frequentadores da corte, principalmente a rainha Maria Ana, passaram a ser fervorosos devotos deste eclesiástico. A sua popularidade também era notória nas ruas de Lisboa, onde era constantemente seguido por admiradores que lhe suplicavam bênçãos e milagres. Nos dois anos que ainda permaneceu na capital, assistiu à morte de D. João V, à aclamação de D. José I e à nomeação de Sebastião José para secretário dos Negócios Estrangeiros. Na sua partida, a rainha-mãe pediu-lhe que regressasse para a acompanhar nos seus derradeiros momentos de vida, ao que ele anuiu prontamente.¹⁷¹

Ao chegar ao Brasil, contrariamente às aprovações que havia obtido do anterior monarca, o eclesiástico defrontou obstáculos à construção do Colégio de Jesuítas do Pará. As mudanças relativamente à política governativa no Brasil e à forma como os

¹⁷⁰ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 166-170.

¹⁷¹ *Idem*, pp. 171-173.

missionários eram tratados começavam a fazer-se sentir. No entanto, o padre Malagrida não se deixou abalar e por outros meios, que não os régios, obteve dinheiro para erguer o seu colégio. Em 1753, ao receber a notícia de que a rainha-mãe se encontrava doente, regressou a Portugal a fim de cumprir a promessa que havia feito à sua devota, rainha Maria Ana. Todavia, quando chegou à metrópole a sua popularidade já não era tão evidente como na última vez que aí estivera. As populações já não vibravam com a sua presença, os seus confrades pouco crédito davam às lendas que se haviam criado em torno dos seus supostos milagres, e no paço foi-lhe vedado o acesso à agonizante rainha. A sua figura só viria a reconquistar a reputação de outros tempos com a tragédia natural que se abateu sobre Lisboa. Perante a desgraça, os seus sermões voltaram a ter impacto nas almas atemorizadas pelo terramoto. Os seus discursos proféticos e apocalípticos tornaram-se uma referência para as melindradas e vulneráveis multidões, e um incómodo para o governo.¹⁷²

Se até então os jesuítas não tinham dado crédito aos devaneios do “santificado” padre Malagrida, agora anteviam nesta ocasião e nas suas pregações anti-governamentais uma forma de combater opositor da sua obra¹⁷³. William Kingston, através do conhecimento que a História lhe deu, estava consciente de que este padre, movido pela presunção da sua popularidade e pela manipulação dos membros da sua congregação, se mobilizou para combater aqueles que considerava inimigos dos seus ideais. Assim, apresenta-nos uma cena que retrata um dos muitos afamados discursos de Malagrida. Na passagem que abaixo se transcreve, o padre jesuíta, vendo que a sua congregação estava a perder poder perante o monarca, insurgiu-se veementemente quando se deu o terramoto de 1755, fazendo propaganda contra o governo entre diferentes camadas sociais:

¹⁷² *Idem*, pp. 173-179.

¹⁷³ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 129-130.

“See, the once proud palace of the King a heap of stones and ashes! Why was this? Who is the culprit? Who but the King? And why? because he retains in his councils that impious despiser of the commands of the Lord, – that hater of our holy religion, – that persecutor and vile calumniator of the ministers of the faith, – that man in whom none ought to place trust, – whom all must hate, – that man accursed by Heaven, Sebastião Jozé de Carvalho! Do any here think I fear him? No, I scorn his hatred – I laugh at his fury.” (Vol. II, p. 288)

Com este discurso, cheio de expressividade e emotividade, marcado pela pontuação e vocabulário utilizados, o escritor conseguiu transmitir a impetuosidade com que a personagem defendia as suas causas e convicções, as quais eram em parte motivadas por laivos de insanidade. Declarar publicamente que o rei é o culpado pela tragédia que assolou a cidade, justificando-a como castigo divino pelo monarca admitir no seu governo o odiado Sebastião José de Carvalho e Melo, pode demonstrar bastante coragem. No entanto, o facto de acrescentar que não teme o ministro, principalmente após este ter dado provas da sua intransigência, é um autêntico acto de loucura, que o autor faz questão de evidenciar.

Perante tamanha insubordinação, o ministro de D. José I canalizou todo o seu ódio pela Companhia de Jesus para este jesuíta. Após ter tido a audácia de publicar em 1756 um folheto intitulado *Juízo da verdadeira causa do terramoto*, e de oferecer cópia ao monarca e seu ministro, Malagrida é desterrado para Setúbal¹⁷⁴. Aí era regularmente visitado por vários nobres, facto que levaria Pombal a acusá-lo de cumplicidade na tentativa de regicídio¹⁷⁵. Aproveitando igualmente os seus devaneios, o implacável ministro denuncia-o à Inquisição como falso profeta, impostor e, pior de tudo, acusa-o de heresia, o que equivalia à morte na fogueira. O jesuíta acabou por ser queimado no

¹⁷⁴ *Idem*, p. 130.

¹⁷⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 42.

Auto-de-Fé de 1761¹⁷⁶. Para transmitir os sentimentos que o ministro nutria por Malagrida, o autor não resiste a colocar Pombal a exclamar uma frase que, em particular, é prova de mais um sucesso e, no geral, do seu poder: «As his ashes were scattered to the wind – “Now!” exclaimed the Prime Minister, “I have no other foes to fear!”» (Vol. III, p. 302). Esta campanha movida por Sebastião José de Carvalho e Melo contra os jesuítas acabou por dar frutos no resto da Europa, pois também Espanha e França, algum tempo depois, tomaram o mesmo tipo de medidas. Através de um documento do Papa, a Companhia de Jesus é declarada extinta em 1773¹⁷⁷.

Embora já o tivesse afirmado no prefácio, William Kingston, usando a voz do narrador, faz questão de reafirmar que a medida governativa mais benéfica para o país foi a expulsão dos jesuítas de Portugal: «The most beneficial act of his life to Portugal was the expulsion of the Jesuits, nearly all of whom he transported to Italy, the rest he imprisoned.» (Vol. III, p. 300) Não é por acaso que a descrição que é feita de todas as personagens que representam os jesuítas, sem excepção, é sempre efectuada em termos depreciativos. Todos os membros desta ordem aparecem como detentores de mau carácter, pois ao invés de transmitirem os ideais cristãos que motivaram a fundação da Companhia de Jesus, surgem permanentemente a agir em favor dos seus próprios interesses. Os seus objectivos em vez de terem um fundamento nobre são reveladores de ambição pelo poder económico, político e cultural. Em quase todas as cenas onde surgem os jesuítas, visualizamo-los a congeminar planos que punham fim ao poderio do ministro de D. José I e que os fariam ascender ainda mais.

O facto de William Kingston ter investido tanto nesta imagem negativa dos membros da Companhia de Jesus não pode ser dissociado dos seus próprios ideais em relação à religião, à política, à economia, à educação e à liberdade de pensamento e de

¹⁷⁶ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, pp. 150-151.

¹⁷⁷ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, pp. 19-20.

expressão. Esta é sem dúvida a visão de um britânico, de um anglicano que considerava que o clero mantinha Portugal no obscurantismo, no fanatismo religioso, não permitindo que ideais liberais, como os vividos em Inglaterra, pudessem existir num país tão obsoleto, tão intolerante para com novas ideias, culturas e valores. Além disso, não nos podemos esquecer que a Companhia de Jesus é uma ordem religiosa que assenta em ideais católicos, que em muitos aspectos são divergentes dos princípios anglicanos, religião professada pelo romancista.

5.3. Terramoto de 1755: A afirmação do poder de Sebastião José de Carvalho e Melo

O terramoto que abalou a cidade de Lisboa em 1755 foi preponderante no rumo político que Portugal seguiu¹⁷⁸. A catástrofe teve de tal forma impacto que nenhum historiador estuda o reinado de D. José I sem se dedicar a esta questão. Consequentemente, também o nosso romancista não pôde descurar este assunto, devotando-lhe a maior parte do segundo volume do seu romance.

Nestas cerca de mil páginas sobre o homem que governou durante o reinado de D. José I, Kingston, que conheceu Portugal no século seguinte, não consegue deixar de fazer comparações entre a Lisboa que está a retratar e a Lisboa que conhece. Segundo o narrador, em 1755, antes do terramoto, a cidade era muito mais pequena, as ruas eram estreitas, desorganizadas e sujas:

¹⁷⁸ «Um tremendo successo natural decidiu em grande parte da sorte de um paiz e da gloria de um legislador. O terremoto de Lisboa no 1.º de novembro de 1755, é como um ponto de inflexão na curva descripta pelo povo portuguez. Com elle se transmudam as condições da vida social. Com elle se descortinam amplíssimos e novos horizontes ao estadista, que teria acaso, no meio da quieta natureza e de pacificos humanos, escondido na sombra de um governo de um governo domestico e vulgar os dotes singulares do seu espirito.» in J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, p. 49.

But it was in those days very inferior in point of size and beauty to what it is now, and, alas! on entering it, its outward promise was found to be sadly deceptive; the streets were narrow, ill ventilated, and badly constructed, with a degree of dirt far surpassing that of any other European city [...]. Amid this collection of dirt were, however, to be found numerous fine palaces, rich convents for both sexes, highly adorned churches of elegant architecture, and various other public buildings surpassed by few cities of the time. (Vol. I, p. 76)

Além da decadência das ruas, a violência e a criminalidade são outros aspectos bastante focados:

At the time of which we write, the streets of Lisbon were, perhaps, the most rugged, the most ill-lighted, the worst paved, and the most filthy, of any city in Christendom. [...] Indeed, it was considered often a service of danger, by the wealthy citizen, to venture out without a torch-bearer and several armed men to protect him, from the bands of marauders, who were constantly prowling about, and hesitated at no kind of atrocity. (Vol. I, p. 131)

Apesar das melhorias impostas pelo estadista, Kingston considera que as verdadeiras mudanças só surgiram quando chega ao poder um governo liberal. Talvez procure demonstrar de forma implícita e sublinhar a superioridade de um sistema liberal sobre um autoritário e ditatorial, por muito iluminado que este fosse:

Such was the state of Lisbon in 1755, and, as far as cleanliness was concerned, it was not much improved in 1830; but since then, under the beneficial influence of a liberal and more enlightened government, vast improvements have taken place; drains have been formed; it is paved and well lighted, and as well patrolled as any city in Europe, though not more so than the second city of the kingdom, Oporto, through any part of which a person may walk at night without the slightest fear of robbery, owing to a highly efficient municipal guard. (Vol. I, p. 133)

Um aspecto interessante na forma como o autor redige a sua história é dar-nos diferentes perspectivas do mesmo acontecimento. Em vários momentos da narrativa somos presenteados com esta técnica, obtendo-se, deste modo, uma visão mais abrangente daquilo que vai sendo narrado. Onde esta estratégia adquire bastante relevância é na narração de tudo o que sucedeu durante o terramoto de 1755. O autor não se limita a fazer uma descrição de um único ponto de vista. Laboriosamente, dedica diferentes capítulos às principais personagens do romance, para assim mostrar como é que cada uma delas testemunhou e viveu esses momentos de sofrimento. É de notar que as figuras escolhidas para protagonizar cada um destes capítulos acabam por ser representantes das diferentes classes sociais da sociedade portuguesa do século XVIII. Perante esta multiplicidade de perspectivas narrativas, bem como de vozes narrativas, podemos concluir que Kingston teceu uma narrativa polifónica e poliédrica.

Apesar do aspecto ficcional inerente à génese do romance histórico, o nosso escritor foi exímio na elaboração do retrato de Lisboa atingida pelo terramoto. Não descurando as diferentes narrativas de encaixe que fazem parte do seu romance e que o ávido leitor acompanha atentamente, consegue apresentar-nos uma pintura viva, cheia de movimento e acção das ruas da capital, onde se entrecruzam personagens históricas e ficcionais. Embora Kingston ficcionalize os momentos dramáticos que repentinamente assolaram e devastaram a sociedade lisboeta, manteve-se muito fiel aos dados inscritos na historiografia. Ao longo de treze capítulos, do IX ao XXI do segundo volume, o narrador onisciente descreve minuciosamente como é que os três elementos da natureza – a terra, a água e o fogo – se uniram na destruição de uma cidade que demorou séculos a ser construída.

Das diferentes fontes bibliográficas consultadas sobre este tema, os autores são unânimes na narração deste dia fatídico. Todavia, poucos são os que conseguem fazer

uma descrição objectiva. Perante tamanho cenário, compreende-se que seja difícil não abusar de adjectivos e até mesmo de romancear um pouco o desespero vivido pela população.¹⁷⁹ Segundo os textos que foram sendo escritos ao longo destes dois séculos e meio, baseados em relatos dos sobreviventes, nada fazia antever tamanha catástrofe, bem pelo contrário. O agradável amanhecer, com temperaturas elevadas para o Outono¹⁸⁰, fazia prever um excelente dia de descanso e convívio. Todavia, por volta das 9h40 da manhã o primeiro abalo sísmico apanhou desprevenidos todos aqueles que se encontravam essencialmente nesta região do país. Os edifícios mais débeis sucumbiram a este primeiro sinal da natureza. Ainda não repostos do susto, os habitantes foram submetidos a um novo tremor de terra, que continuou a obra de destruição do primeiro sismo. O pânico instalou-se nas ruas e iniciava-se uma luta desmedida pela sobrevivência. Os lisboetas, agindo irracionalmente, fugiam sem destino apenas com o intuito de não ficarem soterrados debaixo dos edifícios que se desmoronavam como castelos de cartas. Nesta fuga, muitos foram os que se refugiaram nas margens do Tejo, julgando que estariam seguros dos pedregulhos que choviam e rolavam pela zona urbanizada. Má escolha. O mar deu mostras da sua onnipotência e com uma onda gigante transbordou o leito do rio, demoliu o luxuoso cais de mármore de D. João V e inundou a parte baixa da cidade, causando mais destruição e morte. Com a mesma fúria com que se apoderara da cidade, a vaga recuou levando consigo barcos, destroços e cadáveres. Todavia, o suplício ainda não havia terminado. Por volta das 11h um terceiro

¹⁷⁹ A este propósito leia-se a descrição do terramoto feita por Mário Domingues em *Marquês de Pombal – O Homem e a sua Época*, pp. 127-135, que mais do que um texto historiográfico, parece oferecer-nos uma versão romanceada da catástrofe que atingiu Lisboa.

¹⁸⁰ «Sabbado, primeiro de Novembro, e vigessimo oitavo da Lua, amanheceu o dia sereno, o Sol claro, e o Ceo sem nuvem alguma. Durava já esta serenidade por muitos dias do mez de Outubro, sentindo-se mayor calor, que a estação do Outono promettia. Pouco depois das nove horas e meya da manhã, estando o Barometro em 27 polegadas, e sete linhas, e o Thermometro de Reaumur em 14 grãos a cima do gelo, correndo hum pequeno vento Nordeste, começou a terra a abalar [...]», Joaquim José Moreira de Mendonça, *Historia universal dos terremotos (...)*, Lisboa, na Off. de Antonio Vicente da Silva, 1758, apud Joaquim M. F. Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, *1755 A Memória das Palavras*, p. 225.

abalo deitou por terra quase todos os edifícios que, gloriosamente, ainda permaneciam de pé. Estes dois elementos deixaram estragos incalculáveis, mas o terceiro, o fogo, não foi mais piedoso¹⁸¹. Após o megassismo deflagrou um incêndio que durou entre cinco e seis dias. Segundo José-Augusto França, o fogo completou a obra do terramoto, tendo sido o responsável pela maior parte dos prejuízos, uma vez que a ruína teria sido mais facilmente reparada se a cidade não tivesse ardido durante tanto tempo¹⁸².

Para além da devastação física, milhares de pessoas perderam a vida. Devido à falta de método e de censos populacionais, bem como à ausência de registos paroquiais que ficaram sepultados debaixo dos destroços, não é possível indicar um número concreto de habitantes de Lisboa e conseqüentemente a quantidade de óbitos resultantes da tragédia¹⁸³. Os números avançados na época foram exagerados devido ao impacto causado pelo cenário apocalíptico. Cada autor que descrevia a tragédia indicava uma quantidade diferente de vítimas mortais, havendo relatos que registam de 20 mil a 100 mil baixas. O ministro de D. José I, demonstrando mais uma vez o seu espírito pragmático, calculou os mortos entre seis a oito mil¹⁸⁴, número que se coaduna mais com o cálculo efectuado por Joaquim José de Mendonça, uma das testemunhas desta fatalidade¹⁸⁵.

¹⁸¹ Isabel Maria Barreira de Campos, *O Grande Terramoto (1755)*, pp. 171-257; Rui Tavares, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, pp. 71-90.

¹⁸² *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p. 62.

¹⁸³ «Os registos de baptizados e de enterramento não são melhor alternativa. Estes livros só terão interesse quando se passar a fazer o censo geral da população, antes disso são inúteis; mas se tudo isto poderia ter feito alguma luz sobre o volume da população de Lisboa, o próprio fenómeno inviabilizou-o, pois destruiu a maior parte das igrejas, & o incêndio que se seguiu queimou todos estes livros de registo.», Ange Goudar, *Rélation historique du tremblement de Terre survenu à Lisbonne [...]*, A la Haye, chez Philantrope, à la Vérité, 1756, p. 191, *apud* Joaquim M. F. Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, *op. cit.*, p. 187.

¹⁸⁴ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 121; Mário Domingues, *op. cit.*, p. 134; José-Augusto França, *op. cit.*, pp. 65-66.

¹⁸⁵ «De todos estes calculos, em que por cada hum dos apontados meyoys achei pouca differença, julgo, que no dia do Terramoto entre pessoas, que acabáráo nas ruinas, no mar, e no incendio desta Cidade chegaria o numero a cinco mil pessoas pouco mais, ou menos. He verdade, que dos muitos feridos, que entráráo em cura, das muitas pessoas, que a perturbação de saude fez adoecer, morrerião no mez de Novembro outras cinco mil pessoas. Esta he a mais exacta conta, que se póde fazer nesta materia.», Joaquim José Moreira de Mendonça, *Historia universal dos terremotos [...]*, Lisboa, na Off. de Antonio

Para não cair na tentação de copiar os relatos daqueles que viveram *in loco* o terramoto, William Kingston, apesar de se manter muito próximo dessas versões, enriquece-as com a introdução das personagens já conhecidas do leitor, que acompanha este enredo deste o primeiro volume. Os primeiros olhos que o narrador nos apresenta a contemplar esta tragédia são os do nosso herói, Luís d'Almeida. Esta personagem fictícia, que tenta vislumbrar a sua amada numa das janelas do convento onde ela se encontra enclausurada, encarna o papel de todos aqueles que se encontravam em Lisboa no dia 1 de Novembro de 1755 e que vivenciaram, sofreram e muito padeceram com a catástrofe que assolou a cidade:

Luis, now in front of the principal entrance to the convent, was uninjured; and, disengaging himself from his fallen steed, which, rising, galloped madly away, he turned towards the gateway of the building. Again the dread-inspiring convulsion wrenched the solid ground. Shrieks and cries of terror rose on every side. The great gates were thrown open, and crowds of nuns were seen issuing forth, in the wildest confusion and despair, flying they knew not whither, the hopes of self-preservation urging them onward, thoughtless of all they left behind; and from the door of the adjacent church, a like panic-struck mass were rushing forward – men, women, and children – the wealthy and the poor – the noble and the beggar – ladies in their silken robes, and priests in their sacerdotal vestments, in one confused concourse, all trying to pass each other; the aged and the feeble overthrown and trampled on by the young and vigorous. (Vol. II, pp. 153-154)

Não é por acaso que o narrador foca o pânico das freiras e das pessoas que fogem da Igreja. Por um lado, como havia muitos conventos, há a necessidade de mostrar que o próprio clero foi afectado; por outro, o facto de nesse dia se comemorar o dia de Todos os Santos, levou a que as igrejas repletas de gente fossem bastante

Vicente da Silva, 1758, *apud* Joaquim Manuel Ferreira Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, *1755 A Terra Tremeu – O Mar Transbordou*, p. 54 e *apud* Joaquim M. F. Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, *op. cit.*, p. 235.

afectadas, tornando-se sepulcros de muitas vítimas. José-Augusto França dá-nos conta dos elevados danos materiais sofridos pelas ordens religiosas. Na sua enumeração dos bens terrenos da Igreja, indica-nos que de quarenta paróquias, dezasseis igrejas desmoronaram-se ou arderam, dezanove transformaram-se em ruínas e as outras cinco ficaram danificadas. Além destas, mais dezasseis igrejas foram consumidas pelo incêndio que fustigou a cidade durante cinco longos dias. Quanto aos sessenta e cinco conventos existentes só onze puderam continuar a ser habitados apesar de também terem sofrido danos. Por sua vez, dos sete recolhimentos apenas um manteve as suas funções após a catástrofe.¹⁸⁶

Outra classe que o narrador faz questão de mostrar que foi atingida por esta catástrofe, tal como todas as outras, é a nobreza. Entrando mais no campo da ficção, Kingston escolhe como cenário o casamento de D. Teresa d'Alorna com Luís de Távora, o jovem marquês de Távora. É no meio da festa que a elite aristocrática, a classe dominante, vai sentir os abalos sísmicos e assistir horrorizada a toda a destruição subsequente:

The guests had just taken their seats at a sumptuous breakfast, prepared for the occasion; the bridegroom being placed at the head of the table, when that strange sound of chariot-wheels was heard.

“ ’Tis the King, for some cause, returning home again,” exclaimed one. (“ ’Tis the King of Terrors, riding on the whirlwind of destruction,” he might, more properly, have said.)

“No, ’tis a sudden blast, or the roaring of the breakers against the rocks of St. Julian,” answered another.

“Mother of Heaven! See, the glasses tremble!” cried several.

At that moment the noise increased. “An earthquake! An earthquake!” shrieked the guests, rushing from their seats towards the window.

The building shook, but scarce a stone fell.

¹⁸⁶ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 67.

“ ’Twill be over soon,” exclaimed the Marquis of Tavora, preserving his presence of mind. “There is more danger in the street than here.”

The wildest dismay was visible in the countenances of all, yet none sought to fly, but rushed together towards the recesses of the windows, fancying that numbers might cause security. (Vol. II, pp. 163-164)

Como podemos constatar com este excerto, estes pequenos episódios ficcionais que vão sendo introduzidos no ambiente histórico retratado permitem que o romance do nosso autor não se transforme numa mera cópia dos relatos que consultou sobre esta catástrofe. Mesmo para um leitor informado, que neste caso lê um romance não com o objectivo de aprender História, é muito mais interessante verificar as estratégias utilizadas pelo escritor para desenvolver a intriga ficcional sem deixar de ser fiel aos dados históricos do que deparar-se com romances que retratam ao pormenor o que é propagado pelas versões oficiais sem os colorir com tramas que poderiam ter ocorrido, mas das quais a historiografia não nos dá conta. Ainda em relação ao texto transcrito, um aspecto interessante observado é que mesmo no momento de representar o drama vivenciado pela nobreza, o escritor é capaz de conjugar diferentes assuntos e passar de forma subtil o descontentamento desta classe perante as opções de D. José I. Fazendo uso do facto de vários relatos indicarem que os primeiros abalos sentidos se assemelhavam a carruagens em movimento¹⁸⁷, William Kingston coloca uma

¹⁸⁷ «[...] pelas nove horas e quarenta e cinco minutos da manhã, a terra tremeu, mas de modo tão fraco, que toda a gente pensou que era uma carroça a passar com toda a velocidade.» Miguel Tibério Pedegache, «Lettre du Correspondant du Journal Etranger, écrit à M. de Courcelle», *Journal Etranger*, Paris, Dez de 1755, *apud* Joaquim M. F. Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, *op. cit.*, p. 33.

Também um comerciante inglês ao escrever para um amigo em Inglaterra dá conta desta primeira impressão associada aos barulhos das carruagens: «Enquanto reflectia comigo mesmo qual poderia ser a causa daquilo, mas sem ter a mais leve percepção do verdadeiro motivo, toda a casa começou a abanar desde os alicerces, o que a princípio atribuí ao estrondo provocado pelos muitos coches na rua principal, que habitualmente por ali passavam àquela hora, vindos de Belém para o palácio.» Carta anónima apresentada por Charles David, em *Letters addressed chiefly to a young gentleman upon subjects of literature* [...], 2 vols., Bury St. Edmonds, 1787, *apud* Joaquim M. F. Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, *op. cit.*, p. 35.

Muitos outros exemplos poderíamos apresentar que demonstram esta unanimidade na associação dos primeiros trépidos ao passar das carruagens, elemento bem absorvido por William Kingston, mas transcreveremos apenas mais um relato de uma freira britânica residente em Portugal. Devido ao número

personagem a identificar o estrondo ouvido com a carruagem do rei. Perante esta fala, temos um aparte do narrador que faz uma crítica a D. José, dando indícios ao leitor de que medidas severas e punitivas serão aplicadas neste reinado. Por seu turno, o leitor informado conseguirá interpretar este comentário e associará a imagem do rei como metáfora para o seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, imortalizado como Marquês de Pombal, o déspota iluminado da História Portuguesa, esse sim o “King of Terrors”.

Apesar de o narrador ao longo dos capítulos dedicados ao terramoto não mencionar que a nobreza foi a classe mais poupada, talvez o leitor o consiga depreender pelo facto de na narração e descrição da tragédia não serem invocados casos de nobres que aí tenham perecido. Até mesmo perante uma calamidade deste género parece que a classe com mais poder é imune às fúrias da natureza. No entanto, não foi devido ao seu poder ou estatuto social que as forças naturais foram mais complacentes com a maior parte da aristocracia portuguesa. Como referimos anteriormente, muitas das vítimas do terramoto ficaram sepultadas nas igrejas que as acolhiam no serviço religioso que prestavam nesse dia de Todos os Santos. Poderemos afirmar que estavam no lugar errado à hora errada. Por sua vez, a maioria dos nobres foi salva porque celebrava as missas nas suas capelas privadas ou então dirigia-se às igrejas da cidade para assistir à Eucaristia a meio da manhã e não tão cedo como as camadas populares. Dos mais prestigiados, consta que apenas perderam a vida o embaixador de Espanha, a marquesa de Louriçal e a condessa de Lumiares. Também a família real sobreviveu incólume,

elevado de membros da comunidade inglesa estabelecida no nosso país, proliferam os seus testemunhos acerca deste acontecimento devastador: «[...] we was all in different places in the Convent, some in the Refectory, some in there Cells, others here and there; my Lady Abbys her two neces Sisters Clark and myself was att Breakfast in a little Room by the Common, which when they had done they went to prepair for Hye Mass, which was to begin at ten a Clock. I was washing up the tea things, when the Dreadfull affair hapned. itt began like the rattleing of Coaches, and the things before me danst up and downe upon the table, I look about me and see the Walls a shakeing and a falling down then I up and took to my heells, with Jesus in my mouth, and to the quire I run, thinking to be safe there, but there was no Entranc but all falling rownd us, and the lime and dust so thick there was no seeing.», *apud* Rose Macaulay, *op. cit.*, pp. 268-269.

salva pelo seu costume de quase todos os dias de manhãzinha se ausentar do Paço da Ribeira para passar o dia no seu Palácio de Belém¹⁸⁸. Quanto aos cidadãos ingleses, sabe-se que foram atingidos mortalmente setenta e sete, dos quais quarenta e nove eram mulheres¹⁸⁹.

Embora por circunstâncias do estilo de vida da aristocracia não tenham sido registadas baixas significativas nesta classe, o mesmo já não se pode dizer dos seus bens materiais. O Paço da Ribeira ficou irreconhecível; o incêndio que fustigou a cidade concluiu a obra de demolição daquilo que o terramoto ainda havia deixado intacto. Apesar de nem o rei nem os seus familiares terem sido atingidos, esta catástrofe atemorizou de tal modo o monarca, que este preferiu viver durante vinte anos em barracas de madeira em detrimento dos edifícios de pedra. D. José I não foi o único a optar por habitar na célebre Real Barraca da Ajuda. Outros nobres adiaram o regresso às suas casas, mantendo-se em aposentos improvisados no campo, com receio das pequenas réplicas dos sismos que durante muito tempo ainda persistiram¹⁹⁰.

William Kingston em *The Prime Minister*, no cenário apocalíptico apresentado, também introduz momentos narrativos e descrições que apontam para o facto de nem mesmo os luxuosos palácios terem resistido a tamanha devastação:

“I will order my horses and carriage from my palace,” said the Duke of Aveiro; but, when he looked towards his palace, he beheld it one heap of ruins: the proud residence of the Tavoras had shared the same fate, as had those of many other persons present.

The palace of the King, which he and all the royal family had, a few minutes before, so providentially quitted, was overwhelmed in the common destruction; and the Opera-house, a solid and magnificent building, a short time

¹⁸⁸ José-Augusto França, *op. cit.*, pp. 66-67.

¹⁸⁹ T. D. Kendrick, *The Lisbon Earthquake*, p. 35.

¹⁹⁰ Rui Tavares, *op. cit.*, pp. 84-85.

before only finished, had shared the same fate, the side walls remaining alone standing. (Vol. II, p. 168)

Se no nosso romance apenas é referenciada a destruição do palácio do duque de Aveiro, o dos marqueses de Távora e o do rei, podemos concluir que é por uma questão de economia narrativa e talvez até de estética literária, pois decerto não ficaria bem uma elencagem do património perdido pelas famílias nobres. Por outro lado, a amostragem escolhida para representar os edifícios dos aristocratas que não resistiram à força da natureza, prende-se com o facto de estes pertencerem às personagens que o leitor acompanha na narrativa. Já o historiador José Augusto-França indica que das propriedades da aristocracia foram destruídos trinta e três palácios, entre eles os da Casa de Bragança, dos duques de Cadaval, de Lafões, de Aveiro, o da Casa do Infantado e o do marquês de Louriçal - conde da Ericeira, que possuía uma vasta biblioteca¹⁹¹.

Ainda em relação ao texto acima transcrito, é interessante verificar que o nosso autor, de tantos edifícios que poderia destacar, fez questão de evidenciar a ruína da Casa da Ópera. Não é por acaso que o narrador a refere nem que a qualifica de magnífica. Na verdade, mais do que uma construção em pedra, a Casa da Ópera simbolizava o principal centro de actividade cultural e encontro social dos primeiros anos do reinado de D. José I. Desde a sua subida ao trono, o objectivo do monarca era erguer a ópera da corte. Para isso, foram contratados grandes cantores, compositores, pintores de cenários e arquitectos teatrais. A 31 de Março de 1755 foi inaugurada a Casa da Ópera, posteriormente conhecida como Ópera do Tejo. De acordo com o desejo do rei, o edifício mostrava-se imponente não só pela sua estatura como também pela decoração rica e ostensiva, sendo um dos mais majestosos teatros de ópera de corte de toda a Europa. Não obstante todo o investimento feito neste magnífico monumento, o

¹⁹¹ *Op. cit.*, p. 67.

impiedoso terramoto fê-lo ruir sete meses após ter sido representada a peça de David Perez, segundo libreto de Pietro Metastasio, *Alessandro in India*¹⁹².

Retomando a forma como o terramoto se manifestou, Kingston, tal como os historiadores nos indicam, também faz questão de evidenciar terem sido três os abalos sísmicos que assolaram a capital do país¹⁹³. Para fornecer este dado, vai servir-se das personagens fictícias Senhor Pinto e Senhor Mendez, que, apanhadas igualmente nesta catástrofe, tentam escapar à morte:

When their conversation turned upon matters of yet greater interest, and so engrossed were they in their subject, that they did not attend to the first dread signals of approaching confusion. Soon again, the noise grew louder, the house shook, and the upper story, with a loud crash, fell in, destroying several unfortunate beings who were residing there.

“ ’Tis an earthquake!” exclaimed Captain Pinto. (Vol. II, p. 174)

Then came the second and most violent shock: the back part of the house was heard to fall, the shrieks and cries were redoubled, crash after crash succeeded; but still the friends were safe, and the captain firmly kept his post. The third shock, which followed some minutes afterwards, was less violent, though a greater number of buildings, shaken by the former ones, were overturned by it. (Vol. II, p. 176)

Na sua tentativa de reproduzir o mais fielmente possível o que foi a verdadeira dimensão deste fenómeno, o autor não deixou de descrever o *tsunami* que logo após o terramoto afectou a cidade, deixando nela marcas ainda mais nefastas. O criado de D. Luís d’Almeida vai ser a personagem que, com maior precisão, relatará esta calamidade:

¹⁹² Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, pp. 63-64.

¹⁹³ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 131-133.

“I clambered over the ruins of the church, which had just fallen, crushing hundreds of people beneath it, and reached the broad quay by the river’s side, where I thought I should be safer than anywhere else, but I had not been there more than two minutes when a second shock came on, and I was thrown with my face flat on the ground, and had just risen again, when I heard a general cry that the sea was coming in on us. I looked towards the river, and though there was no wind blowing, I beheld an immense wave, rising like a mountain, of its own accord, come foaming and roaring towards the shore. I cast not another look at it, but ran for my life, regardless of the falling stones in the streets; but the water came faster than I could fly, and had I not caught hold of a beam of timber projecting from some ruins, I should have been swept away, as many other unfortunate people were; for the river immediately returned again to its proper level.” (Vol. II, p. 182)

Perante este pequeno excerto, o leitor é levado a esquecer que esta fala é de uma personagem fictícia. A vivacidade e o movimento impressos nesta narração são de tal forma marcantes que este discurso atinge o objectivo de simular o testemunho de alguém que viveu esta catástrofe. Ao acompanhar o percurso desta personagem, o narratário poderá por momentos confundir este relato com alguns dos que a História perpetuou. Em jeito de comparação, leia-se, por exemplo, a carta do capitão de um navio inglês, fundeado no rio Tejo, a relatar as suas observações a partir do mar quando ocorreu o *tsunami*¹⁹⁴. A leitura deste testemunho ou de outros semelhantes, leva-nos a concluir que William Kingston para além de ter lido alguns destes textos, conseguiu transmitir no seu romance o mesmo dinamismo, as mesmas emoções e a mesma luta pela sobrevivência.

Na tentativa de não descurar nenhum aspecto relacionado quer com as consequências directas do terramoto, quer com as repercussões sociais e políticas daí advindas, o nosso autor incluiu na sua narrativa a faceta mais perversa desta

¹⁹⁴ Esta carta poderá ser encontrada em Joaquim M. F. Boiça e Maria de Fátima Rombouts de Barros, *op. cit.*, pp. 55-57.

calamidade, que neste caso se prende com o aproveitamento por parte de alguns seres da desgraça instaurada. Num dos capítulos dedicados a este assunto, o narrador mostra que no meio de toda a catástrofe, os únicos que estavam felizes eram os criminosos que se encontravam encarcerados nas prisões de Lisboa. O megassismo também arruinou estes edifícios¹⁹⁵, abrindo assim as portas para a liberdade dos homens, mulheres e crianças que lá permaneciam:

“Since this Minister, Carvalho, has taken it into his head to interfere in the affairs of the city, it is easier to get into a prison than to get out of it again,” observed the other.

“Fear not, we will manage to escape in spite of him,” said Miguel.

Scarcely had he uttered those words, when the dogs beneath the prison walls set up a piteous howl, which was followed by a low, rumbling noise – the walls of the prison shook. All started on their feet, consternation and dismay depicted on every countenance; – a thundering crash was heard, as the side of the vaulted chamber was seen to fall outward, carrying with it the unfortunate wretches who were assembled in the windows.

Regardless of their cries, the remainder of the prisoners made a rush over the fallen ruins; “Hurra for the earthquake! liberty, liberty!” they shouted, some, with wanton barbarity, seizing the muskets of the guards stationed in front of the prison, and dashing out their brains, before they had time to defend themselves. (Vol. II, pp. 192-193)

Para além de este excerto oferecer ao leitor uma imagem daquela que poderá ter sido a reacção dos reclusos ao serem libertados do seu cativoiro pelas forças da natureza, apresenta indícios de um dos aspectos que caracterizou a política de Pombal. Através da fala de um dos bandidos pertencentes à trama narrativa de cariz ficcional, sublinha-se a acção do ministro no campo da Justiça. Quando chegou ao governo, Sebastião José de Carvalho e Melo deparou-se com um país onde prevalecia a

¹⁹⁵ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 67.

insegurança, consequência da elevada taxa de criminalidade existente. Tentando pôr fim à impunidade reinante, o Secretário de Estado criou a Intendência-Geral da Polícia e a legislação existente foi reformada e aumentada para que se pudesse julgar e condenar todos aqueles que faziam de Lisboa, bem como do resto do país, uma das cidades mais inseguras da Europa¹⁹⁶.

Indo ao encontro dos relatos históricos, Kingston, na sua narrativa, demonstra como este grupo de indivíduos eufóricos serviu apenas para espalhar ainda mais pânico por entre a população. Como supostamente os presos não haviam perdido nenhuns bens materiais, aproveitaram a ocasião para pilhar tudo o que conseguiam. Sem se compadecerem com o que se passava à sua volta, não se viram rogados em fazer uso da violência¹⁹⁷:

With wild cries and imprecations, the savage band hurried on, regardless of the dreadful convulsions of nature, attacking, in their blind fury, the affrighted inhabitants, who were flying from their falling houses. (Vol. II, p. 193)

At length the savage horde appeared satiated with plunder, and other yet more brutal passions excited them to fresh deeds of violence. Hapless, alas! were the unfortunate beings who fell into their power: they laughed at the tears and prayers of their victims – wealth could not bribe them; the whole of the city was at their disposal – fear could not intimidate them; they thought not of the morrow, and that day they were lords of all. [...] Not greater atrocities were ever committed in a town taken by assault, and given up to the indiscriminate license of an infuriated soldiery, than did those vile monsters of humanity perpetrate during that and the following days. (Vol. II, pp. 197-198)

¹⁹⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, pp. 26-27.

¹⁹⁷ Mário Domingues, *op. cit.*, p. 135.

Para além do propósito de narrar os factos que ocorreram no fatídico dia 1 de Novembro de 1755, há uma clara intenção por parte do autor de apelar à piedade do leitor. Este último, através da hiperbolização das atrocidades cometidas, da ênfase atribuída à desumanidade das acções cometidas, não fica imune à carga emotiva expressa e é levado a compadecer-se das vítimas dos perversos criminosos.

Tendo em conta os diferentes relatos que os historiadores foram devotando a este cataclismo, podemos concluir que William Kingston pintou Lisboa deste dia com muita expressividade, vivacidade e todo o sentido de realidade. Embora não tivesse vivido esta experiência, o autor tem o engenho de fazer com que o leitor se imagine nas ruas de Lisboa no dia 1 de Novembro de 1755, fugindo, tal como todas as personagens de *The Prime Minister* e as pessoas daquela época, do pânico, da destruição e da morte.

Após toda a catástrofe que assolou a capital, parecia não haver forma de reerguer tudo o que fora em escassas horas arruinado. Mas é neste momento e nesta situação que todos os historiadores apontam Sebastião José de Carvalho e Melo como o homem providencial e messiânico que conseguiu fazer o que todos achavam impossível naquele momento:

Às urgências da situação Carvalho acudiu com a firmeza e inteligência que tornaram famoso o seu nome. Nas horas angustiosas, em que foi preciso proporcionar socorros, mantimentos, abrigo, defesa; prestar consolo a milhares de criaturas, vencidas de terror; enfim, *cuidar dos vivos e enterrar os mortos*, na frase sintética que lhe é atribuída; dos três ministros, Pedro da Mota, inválido, Diogo de Mendonça, fugitivo, ele foi só a dispor, agir e mandar.¹⁹⁸

O nosso romancista reescreve o momento histórico em que o rei D. José I, igualmente em pânico, se dá conta da desgraça que se abateu sobre a sua cidade:

¹⁹⁸ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 121.

“Alas, alas!” he cried, “my beautiful Lisbon! where art thou? It is hopeless to attempt restoring it. Alas! What shall I do?”

“Bury the dead, and take care of the living,” answered the Minister, promptly. “’Tis all that can be done.”

“Carvalho, you are truly fit to govern my people,” exclaimed the King, embracing him.

“Will your Majesty give me full powers to act as I judge fit, without let or hindrance of any sort, and I will undertake to restore order, to supply food, and to rebuild the city.”

“Do all that you will; I place implicit confidence in your judgement, and promise to sanction all the measures you pursue.” (Vol. II, p. 172)

Ao verificarmos que nem mesmo Kingston ignorou a tão famosa frase atribuída a Pombal, não podemos deixar de assinalar que Joaquim Veríssimo Serrão é peremptório em afirmar que ela não foi pronunciada pelo ministro, mas por «D. Pedro de Almeida, marquês de Alorna, que a exprimiu como lema da actuação governativa.»¹⁹⁹ Por sua vez, J. Lúcio de Azevedo descarta a questão da autoria desta expressão, para destacar a acção governativa a ela inerente:

As célebres palavras pode ser que as não proferisse. Mas, neste caso, como em muitos outros da história, o inexacto é mais verdadeiro que a própria realidade. O dito permaneceu na tradição como a fórmula de um carácter, e ficará para sempre vinculada ao nome de Pombal.²⁰⁰

Perante tal celeuma, o escritor e historiador Mário Domingues demonstra a sua convicção de que tais palavras só poderiam ser proclamadas pelo mentor das medidas tomadas para minimizar a catástrofe instalada na cidade: «Contudo, o espírito de decisão que a frase revela e o bem que ela se ajusta às providências de Sebastião de

¹⁹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 28.

²⁰⁰ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 121.

Carvalho naquela calamidade, levam-nos a acreditar que a resposta teria sido sua.»²⁰¹

Com toda a certeza, Kingston, embora tendo como objectivo ser o mais exacto possível no que respeita a verdade histórica e perante tantas incertezas, partilhava da mesma opinião do biografista J. Lúcio de Azevedo, daí que tenha preferido manter-se fiel à lenda ao invés de buscar o rigor na atribuição de tão famosas palavras. Este pequeno episódio ilustra bem a questão das diferentes verdades históricas, ou seja, apresenta-se aqui uma versão hipotética daquilo do que poderia ter acontecido.

Para além da autoria da frase atribuída a Pombal, este excerto revela-se de uma grande importância para a nossa análise, pois dá-nos conta do momento em que o monarca se depara com a destruição do seu reino. A leitura que Kingston fez deste momento histórico levou-o a construir a personagem do rei como sendo destituída de autonomia, de iniciativa, impotente, débil e ineficaz. No romance, estamos diante um rei fraco, que deparando-se com a desgraça sucumbe perante quem lhe apresentar uma solução, que ele não tem capacidade de encontrar. Um leitor desconhecedor de alguns pormenores deste período até pode considerar que Kingston faz uma encenação exagerada desta situação, no entanto ele terá seguido a versão de alguns historiadores que apresentam igualmente D. José como impotente diante tamanha calamidade²⁰². Já Mário Domingues, muito ao estilo a que nos habituou, de uma forma muito semelhante à do nosso autor, dramatiza o pânico do rei em oposição à prontidão, autoridade e sensatez do ministro²⁰³.

²⁰¹ *Op. cit.*, p. 137.

²⁰² «Paralysado o animo pelo máximo infortúnio, temendo a cada instante que a terra, zombando da sua regia e divina potestade, convellisse com concussões novas a cidade devorada pelo incendio, e apagassem os últimos vestígios da antiga e assolada povoação, deixava cair das mãos nativamente irresolutas as rédeas já frouxas do governo, olhava em torno de si, e anceiava por que um animo exornado da mais inquebrantavel fortaleza, do arrojo mais indómito e da providencia mais enérgica lhe viesse acudir no lance desesperado.», in J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, p. 51.

²⁰³ «O rei, desamparado de um conselheiro de ânimo forte que lhe despertasse energia e decisão, num momento em que lhe eram tão necessárias, como chefe supremo de um povo desvairado e abatido pela fatalidade, perdera totalmente a cabeça e não sabia que providências se deviam tomar naquelas

Ainda através da leitura do diálogo transcrito, podemos constatar que, para além da demonstração da inércia do rei quando confrontado com a gravidade do problema, William Kingston fez também questão de retratar o momento em que o carácter de Sebastião José de Carvalho e Melo se evidencia e destaca dos restantes ministros²⁰⁴. Tendo em conta a audácia e presteza do Secretário de Estado, o escritor ficciona o reconhecimento das capacidades de Carvalho e Melo por parte de D. José I. Se só a 4 de Maio de 1756 é que o futuro Marquês de Pombal foi indigitado Secretário de Estado do Reino, em substituição de Pedro da Mota e Silva, na verdade desde o momento do cataclismo que assumiu essa função, actuando desenfreadamente para restabelecer a ordem que o terramoto em horas transformara em caos²⁰⁵. Este manifesto reforço da posição política do ministro através da sua transferência para a Secretaria de Estado do Reino é representado no nosso romance quando D. José entrega todo o poder nas mãos do seu súbdito, considerando-o a pessoa indicada para governar o seu povo. Em vários momentos da narrativa, Kingston concebe o Marquês de Pombal como um indivíduo manipulador, com objectivos muito bem delineados. Neste caso, esta postura é reforçada, pois a personagem aproveita-se da trágica circunstância para reclamar ao seu soberano plenos poderes para actuar de acordo com o seu entendimento. Fragilizado, o rei não hesita em aceder a esta imposição. O autor, após apresentar um monarca em pânico, no curso do diálogo transmite-nos uma imagem onde ele se encontra mais apaziguado. Essa tranquilidade, ironicamente, é consequência da sua submissão ao seu próprio súbdito.

gravíssimas circunstâncias. Só sabia apertar a cabeça entre as mãos e perguntar repetidamente, a cada passo:

- Que se, há-de fazer? Que se há-de fazer para merecer a misericórdia de Deus?

Resposta firme de Sebastião de Carvalho:

- Senhor! Sepultar os mortos e cuidar dos vivos!», in Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 136-137.

²⁰⁴ Nuno Gonçalves Monteiro, *op. cit.*, p. 85.

²⁰⁵ *Idem*, p. 87.

Apesar de o autor pretender recontar a História, não nos podemos esquecer que o faz através de um romance. Portanto, é muito natural que determinados momentos históricos sejam abrilhantados na sua forma romanceada:

The King, taking his Minister's advice, rode back to Belem, while Carvalho, throwing himself into his carriage, which had driven up, immediately commenced issuing orders for the regulation of the inhabitants who had been driven from their homes, and, sending messengers in all directions, to desire the farmers at a distance to bring food to the neighbourhood of the city for their use. Every one obeyed him with alacrity; for, on a great emergency, the mob are ever ready to be ruled by any one who can exhibit confidence in himself. (Vol. II, p. 173)

Neste pequeno excerto, o narrador mostra-nos um estadista dinâmico, confiante e empreendedor. Em vez de se deter nos pormenores das medidas tomadas por Pombal, esta síntese da sua actuação remete-nos para a prontidão e eficácia das acções. Para além da incidência na actuação do ministro, manifesta-se igualmente a intenção de revelar a sua popularidade. Como é evidente, e tal como é referido no comentário do narrador, a simpatia que colheu nos meses que se sucederam ao terramoto deveu-se ao facto de ter demonstrado a capacidade de liderar um povo que no meio da tragédia se viu desprovido do pulso firme do seu monarca.

Na sua preocupação de veicular a maior quantidade possível de informação sobre o estado da cidade e da sociedade após o terramoto, o narrador vai fazendo várias sínteses daquilo que visualiza:

Twice had the sun risen over the city of desolation since the dreadful catastrophe of the 1st of November; and the flames yet raged in every part. Nearly twenty thousand persons, it was supposed, had been destroyed by the earthquake; and the greater number of the remaining citizens had quitted the

fatal spot, and were encamped in the open fields in the neighbourhood; some with scarcely clothes to cover them, and without food to supply the cravings of hunger. Here all classes and orders of people were promiscuously mingled [...]. The whole fabric of society was completely disorganized; murders, robberies, and all species of crimes were committed with the most flagrant daring; and naught was heard but groans and cries of distress. Slight shocks still continued to be felt at intervals of every half-hour; famine also had visited them; and, to add to their disasters, the effluvia arising from the vast number of dead bodies which choked up the streets, threatened them with a pestilence; so that hundreds of those who were able had already taken their departure to other towns. (Vol. II, pp. 223-224)

Segundo o nosso narrador onisciente, o estado da cidade era tão deplorável que se não fosse por Pombal ela teria ficado deserta: «the city would have been completely deserted, had not Sebastião Jozé de Carvalho, now created Prime Minister, exerted his utmost power to prevent so unfortunate an event to the kingdom.» (Vol. II, p. 224) Deste facto também nos dá conta Joaquim Veríssimo Serrão, esclarecendo que a população foragida foi obrigada a regressar à cidade²⁰⁶.

Embora no prefácio o autor elucide que ao relatar o que foi o Período Pombalino irá adoptar uma postura imparcial, não deixa de elogiar e de deixar transparecer uma certa admiração pela acção do ministro nesta fase de calamidade:

It was now that he exhibited, in the greatest degree, that energetic character, and those extraordinary abilities which distinguished him among his countrymen. Having received full powers from the King to act as he judged expedient, both day and night he drove from place to place in his carriage, to observe what was most necessary to be done. (Vol. II, p. 224)

²⁰⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal – O Homem, o Diplomata e o Estadista*, p. 72.

Quanto às medidas tomadas por Carvalho e Melo, podemos constatar, percorrendo estudos que se têm vindo a acumular ao longo dos anos, que Kingston pouco ou nada se desviou do que está inscrito nos anais da História:

His first care was to cut off all communications between the burning part of the city and that which remained entire; for to extinguish the conflagration was beyond his power, or the means of man to accomplish; his next was to despatch messengers into all the surrounding districts, to collect provisions for the houseless inhabitants; and his third was to send round to all the parochial clergy and heads of yet existing convents, to urge them to impress on their congregations and inferiors, as a duty both grateful to Heaven, and called for by man, to bury the dead without delay. (Vol. II, pp. 224-225)

Das providências tomadas pelo ministro e enunciadas pelo narrador, alguns historiadores indicam-nas através de sínteses²⁰⁷, outros apresentam mais pormenores²⁰⁸, mas todos remetem para o facto de apenas um homem com um carácter excepcional poder ter empreendido tamanha obra perante tão devastadoras circunstâncias²⁰⁹. Embora Kingston transmita em diversos momentos a imagem do ministro a percorrer incansavelmente a cidade na sua carruagem, mesmo as medidas mais urgentes que tomou, como o impedimento da fuga da população lisboeta, a extinção do incêndio, o enterro dos mortos, a providência de comida e abrigo para os sobreviventes, a punição

²⁰⁷ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 121; Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 72; Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 24.

²⁰⁸ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 138-143.

²⁰⁹ «[...] there is so much to be said against Pombal, that this one thing at least should be left indisputably to his credit, namely that his bravery and common sense rescued ruined Lisbon, inspired its citizens with the courage that resolute leadership can give, and in a large measure prevented his country from suffering an appalling economic and social disaster. He was in undisputed command from the day of the earthquake, and letters and dispatches written in Lisbon in the following days by foreigners reporting the terrible events contain sincere and admiring tributes to Senhor de Carvalho's firm handling of the situation.», in T. D. Kendrick, *op. cit.*, p. 45.

dos criminosos, foram postas em prática através de inúmeros decretos, que embora assinados pelo monarca eram de autoria de Sebastião de José de Carvalho e Melo²¹⁰.

Outra medida que o ministro se viu obrigado a tomar prende-se com os criminosos que continuavam espalhados por Lisboa. Mesmo passados alguns dias, as pilhagens, os crimes e a violência eram factores que enegreciam ainda mais a paisagem de destroços e ruínas que se avistava ao longo do Tejo²¹¹. A segurança pública foi um dos aspectos que deteve a atenção de Sebastião José. Nesse sentido, decretou que não haveria complacência para com os réus destes crimes, os quais seriam de imediato julgados, e, caso o veredicto assim o decretasse, sujeitos à pena capital²¹². Esta era aplicada através do enforcamento em cadafalsos que foram construídos em diferentes locais da cidade, para que servissem de exemplo a todos os habitantes²¹³. Ao relatar o que Pombal fez para acabar com a criminalidade e a insegurança, o escritor deixa transparecer a severidade com que lidou com tais problemas:

He declares that, if these atrocities, which have disgraced humanity since the fatal day, do not cease, he will inflict such severe chastisement on all malefactors as will effectually terrify others from continuing the like excesses. (Vol. II, p. 228)

Then the Minister despatched orders to the magistrates of every barrier of the city, to erect as lofty gibbets as they possible could; another decree ordering that the condemned should be immediately hung up, and there left to rot in the sun; and before many days had passed, two hundred persons graced the gibbets. (Vol. II, p. 230)

²¹⁰ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, pp. 86-87.

²¹¹ Jacome Ratton, *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do Seu Tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 150.

²¹² Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. VI, p. 30.

²¹³ Rui Tavares, *op. cit.*, p. 100.

Numa cena de carácter ficcional decorrida entre D. Luís d'Almeida e o seu amigo Diogo Lopez, o autor coloca uma frase irónica na boca do suposto frade, que remete para a forma como a criminalidade era combatida: «‘There they hang, like fruit on the trees, thanks to the mild clemency of the Minister!’» (Vol. II, p. 298) Embora se possa pensar que o ministro agiu de uma forma tirânica, o narrador, tendo em conta a gravidade da situação, acaba por o desculpabilizar: «as the Minister observed, violent diseases require violent remedies. This proved the truth of the saying; for the atrocities were at length put a stop to for a time.» (Vol. II, p. 230)

Após as principais prioridades terem sido resolvidas, é focado o aspecto da reconstrução da cidade, sendo que também aqui, o autor-narrador não consegue fazer uma observação neutra, deixando escapar novamente a sua admiração pelo estadista:

Now was the time that the sagacity, energy, courage, and perseverance, of the Minister were most conspicuous in restoring order, and preventing the site of the city from being deserted altogether. No sooner had the ashes cooled, than, assembling workmen, he caused roads to be cut through the ruins, and immediately commenced rebuilding the city, he himself planning those streets which now form by far the handsome part of Lisbon. (Vol. II, p. 271)

Ao lermos este excerto, podemos concluir que um leitor não informado poderia depreender que o ministro de D. José I, para além das competências reveladas ao nível da governação, também dominava a área da arquitectura. Todavia, todos aqueles que estejam minimamente esclarecidos acerca do Período Pombalino entendem que o facto de o narrador referir que o próprio Sebastião José planeou as ruas da nova Lisboa é uma metáfora para todo o seu envolvimento neste grande projecto e para o acompanhamento minucioso que fez da reconstrução da cidade. Na verdade, todos os projectos dos arquitectos envolvidos que foram aprovados, para além da assinatura dos autores

levaram também a assinatura do ministro. No romance *O Terramoto de Lisboa e a Invenção do Mundo*, Luís Rosa insurge-se contra esta ideia difundida ao longo dos séculos de que a reconstrução de Lisboa se ficaria a dever única e exclusivamente ao Marquês. No romance, o autor denuncia esta falsa glória, mostrando que o nome do arquitecto que realmente planificou a reedificação da cidade foi relegado ao esquecimento, enquanto o de Pombal foi enaltecido:

Foi o arquitecto Eugénio dos Santos quem com mais brilho concebeu o plano da cidade. Com geometria, com novas formas de resistir aos terramotos, com racionalidade, cada função no seu lugar e cada lugar com a sua função.

Outros planos houve. Mas o dele foi o mais brilhante e adequado. Por isso o escolheram.²¹⁴

Embora Luís Rosa indique Eugénio dos Santos como o arquitecto responsável pela reconstrução de Lisboa, não podemos descurar o facto de que ele pertencia a uma equipa eleita pelo governo para concretizar este projecto. Ao contrário do que William Kingston afirma no seu romance²¹⁵, a árdua tarefa de planificação e reedificação da cidade foi atribuída a Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino, e não a arquitectos ingleses e franceses. Com cerca de oitenta anos, este engenheiro militar contava com uma vasta experiência em trabalhos de fortificações e na resolução de alguns problemas urbanísticos de Lisboa, para a qual já tinha traçado planos em 1718. Após a catástrofe, fora-lhe encomendado um estudo para reerguer a capital. A 4 de Dezembro de 1755 as suas conclusões são dirigidas ao duque de Lafões, regedor das Justiças, apesar de na verdade o destinatário do documento ser Sebastião José de Carvalho e Melo. Na sua dissertação, apresenta uma discussão de hipóteses de urbanismo, uma proposta de

²¹⁴ *Op. cit.*, p. 13.

²¹⁵ «fine broad streets were planned by able architects invited by him [Prime Minister] from England and France.», Vol. II, p. 301.

modelos arquitectónicos, observações sobre a segurança dos edifícios a construir e preocupações relacionadas com a higiene das ruas e habitações²¹⁶. José-Augusto França é peremptório em afirmar que se devem «[...]realmente a Manuel da Maia os princípios básicos a que a Lisboa pombalina obedeceu. Durante anos ainda (faleceu só em 1768) Maia está vigilante por detrás dos arquitectos da Reconstrução, dos seus planos e das suas obras.»²¹⁷

No seu memorando, o engenheiro-mor expõe as cinco hipóteses possíveis para a reconstrução de Lisboa. Depois de analisadas pelo ministro, a hipótese eleita foi a quarta, aquela que previa que a Baixa da cidade fosse inteiramente refeita de acordo com um novo paradigma²¹⁸. Para esboçar as suas ideias, Manuel da Maia escolheu o capitão Eugénio dos Santos, arquitecto do Senado da cidade, de 45 anos de idade, e o tenente-coronel Carlos Mardel, húngaro imigrado em Portugal desde 1733, arquitecto dos paços reais e das Ordens Militares, de 60 anos²¹⁹. Do trabalho intenso dos seus colaboradores resultaram seis projectos que o engenheiro-mor apresentou a 19 de Abril de 1756. Destes, o aprovado pelo ministro e posto em execução, foi o desenhado por Eugénio dos Santos²²⁰.

Para se dar início à construção da nova cidade, a área defronte do Tejo e a zona ribeirinha até à praça do Rossio foram niveladas e a gradação dos declives do lado oeste diminuída. Em oposição às antigas vias estreitas, Lisboa ressurgia com ruas rectilíneas, sendo que as principais tinham dezoito metros de largura, três dos quais eram para a calçada, e as secundárias contavam com doze metros. Nesta continuação de vias direitas, os cruzamentos obedeciam a rigorosos ângulos rectos. Uma vez que toda a construção tinha de ser realizada no menor tempo possível de modo a fazer face às

²¹⁶ José-Augusto França, *op. cit.*, pp. 77-78.

²¹⁷ *Idem*, p. 78.

²¹⁸ Rui Tavares, *op. cit.*, pp. 127-128.

²¹⁹ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 93.

²²⁰ *Idem*, pp. 103-104.

necessidades da população, neste período intensifica-se a produção em massa e a utilização de artigos pré-fabricados, que contemplavam desde trabalhos em ferro, a artigos de cerâmica, entalhes de madeira, telhas, entre muitos outros, que contribuíram para a padronização dos edifícios da baixa pombalina²²¹. Com o objectivo de evitar semelhantes consequências num eventual futuro sismo, Manuel da Maia havia proposto casas apenas com dois andares. Por uma questão de economia, essa opção foi substituída por uma onde os edifícios teriam quatro pisos. Para garantir a sua segurança em catástrofes como a ocorrida, os arquitectos de Lisboa inventaram a técnica da “gaiola”²²² que, aplicada em todas as construções, iria tornar os prédios mais resistentes a abalos sísmicos.

Para além destes pormenores técnicos, outros foram tidos em conta para que a nova cidade ressurgisse sem alguns dos problemas que a caracterizavam negativamente. A fim de evitar a propagação de chamas em caso de incêndio, as paredes laterais das casas ficavam acima do nível dos telhados. Outra preocupação patente nos projectos de Manuel da Maia relacionava-se com a saúde pública. No estudo que havia efectuado sobre a reedificação de Lisboa, o saneamento constituía uma das prioridades. Indo ao encontro das suas reflexões, as plantas desenhadas pelos seus colaboradores contemplavam os planos sanitários²²³. No entanto, Jacome Ratton tece severas críticas ao trato que foi dado ao saneamento da cidade, pelo facto de os problemas existentes antes do terramoto não terem sido sanados:

Mas o que hé imperdoavel nesta nova reedificação, hé que todas as ruas não tenhaõ canos, e todas as casas, cloacas, para o despejo das primeiras

²²¹ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, pp. 24-26.

²²² «A ‘gaiola’ é uma estrutura de madeira que, em caso de terramoto, poderá suportar os sobrados, no meio do desmoronamento das alvenarias que delas se separam. A sua elasticidade, obtida por um jogo maleável de peças de madeira, garante-lhe uma resistência muito grande.», in José-Augusto França, *op. cit.*, p. 167.

²²³ *Idem*, pp. 90-91, 169.

immundicias; he verdade que o dito architecto [Eugénio dos Santos] deo o risco dos canos, que se achão em algumas ruas da Cidade nova; mas taõ dispendiosos pela pedra lavrada, que nelles se empregou, que julgo ser esta a causa de os não haver nas mais ruas; e taõ defeituosos na sua configuração que não preenchem, ou preenchem mui mal os fins para que são destinados.²²⁴

Através deste testemunho de Ratton, podemos constatar que, apesar da reconstrução de Lisboa ter sido cuidadosamente planificada e projectada, nem todas as soluções pensadas por Manuel da Maia e desenhadas por Eugénio dos Santos foram executadas com êxito. Embora desde o primeiro dia do terramoto tenham sido tomadas providências para que a cidade fosse reedificada com a maior brevidade possível, esse projecto foi sendo desenvolvido ao longo de vários anos. Esta obra foi comemorada com a colocação da estátua equestre do rei D. José I na Praça do Comércio a 6 de Junho de 1775, dia do aniversário do monarca. Embora a sua imagem não tivesse a proeminência do seu soberano, a efígie de Pombal aparecia num medalhão sob o cavaleiro real²²⁵. Apesar de dois anos após a inauguração da estátua, aquando da sua saída inglória do governo, o medalhão da sua efígie ter sido lapidado pela população e substituído pelas armas da cidade, a sua obra não foi relegada ao esquecimento e ainda hoje, dois séculos e meio decorridos, esta zona da capital continua a ser conhecida por Baixa Pombalina.

Para além da devastação física que causou, o terramoto de 1755 foi aproveitado para fomentar descontentamentos com o objectivo de fazer ruir a ordem política e social instaurada. Tal como já havíamos referido, os jesuítas foram a ordem religiosa que mais usou esta catástrofe para instigar a população contra o governo. O já nosso conhecido padre Malagrida, entre outros, amedrontava os que o ouviam, apregoando que o sucedido era um castigo divino pelos pecados humanos. Para além dos sermões que

²²⁴ *Op. cit.*, p. 235.

²²⁵ José-Augusto França, *op. cit.*, pp. 219-237.

proferia, os quais são retratados em *The Prime Minister*, o jesuíta chegou mesmo a escrever um folheto, intitulado *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto*²²⁶, onde expunha as suas convicções religiosas e a sua campanha contra o governo.

Algum tempo antes do primeiro aniversário do terramoto, apareceram várias pessoas em Lisboa a passarem-se por profetas, prevendo o fim da cidade para esse dia. Pelo facto de o padre Malagrida ter sido um desses falsos profetas, o narrador cita parte do seu discurso: «‘Fly from the city of destruction, all ye who would be saved!’ he exclaimed. ‘Escape, ere the crimes of your impious rulers be visited on your heads.’» (Vol. III, p. 9) Perante este cenário, mais uma vez, o ministro teve de actuar firmemente para que a população, ludibriada pelo fanatismo religioso, não entrasse novamente em pânico e abandonasse a capital. Uma vez que Malagrida fez questão de afrontar Sebastião José durante este período, a acção implacável do estadista recaiu imediatamente sobre ele, prendendo-o e exilando-o em Setúbal²²⁷. Kingston, tendo em conta este facto histórico, ficciona a prisão do jesuíta no momento em que ele falava ao povo:

Malagrida had chosen for the scene of his oratory the ruins of a church outside Lisbon, where he had collected a large assemblage of people [...] who were listening to the insane ravings of blasphemy proceeding from his lips. (Vol. III, p. 9)

Malagrida, making no further resistance, was conducted before the judge of the district. He protested vehemently against the treatment he was receiving, but to no purpose; he was ordered forthwith to retire to his college, and the next day, he received a command from the government, to proceed to the town of Setubal, and there to remain till desired to quit it. (Vol.III, p.10)

²²⁶ *Apud*, J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 130.

²²⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 42.

O nosso romancista faz ainda referência à prisão de outros falsos profetas, bem como ao decreto que proibia os lisboetas de abandonarem a cidade na altura do aniversário do terramoto:

Though Malagrida was silenced, there were yet a number of prophets, perfectly in their senses, who continued to give utterance to predictions, threatening the utter destruction of Lisbon. The Minister, in consequence, issued a decree, ordering that all such persons should be seized and committed to prison, as rogues and vagabonds. Lest also, the easily beguiled citizens should, trusting to their prophecies, desert their homes on the fatal day, he commanded that no one should quit the city on that or the two previous days; and, to enforce this decree, troops were collected round the barriers, who would allow no one, on any pretext whatever, to pass. (Vol. III, pp. 11-12)

Como sabemos pela História, as profecias anunciando novas calamidades para o aniversário do terramoto de 1755 revelaram-se uma fraude, que apenas serviu para atemorizar a população. O narrador, admirando novamente esta fase de actuação do ministro, sintetiza deste modo o reerguer da cidade:

More than a year had passed since the dreadful earthquake of Lisbon, as the violent convulsion of the globe in 1755 is commonly called, although it was felt over the greater part of Europe, to the north of England, and to the shores of Africa, where many towns were destroyed or severely damaged. Under the energetic superintendence of the Prime Minister, the city was rapidly rising from its ashes; and instead of the dark, narrow, and winding lanes of the old town, fine broad streets were planned by able architects invited by him from England and France. (Vol. II, p. 301)

Apesar de Sebastião José de Carvalho e Melo ter estado ao serviço de D. José I desde 1750 como ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não há dúvida que foi a partir do seu desempenho em prol da reconstrução de uma sociedade devastada

física e moralmente que o ministro passou a ser a personalidade mais importante na governação do país. Sobre a actuação de Pombal neste contexto, em nota de rodapé à frase «Se todos já reconheciam a marca do estadista, foi a partir de então que Carvalho e Melo a soube afirmar como primeira figura do Governo[...]», Joaquim Veríssimo Serrão afirma que «Mesmo os historiadores críticos de Pombal jamais puseram em dúvida este aspecto positivo da sua actuação governativa.»²²⁸

5.4. Motim no Porto: dois romances, duas perspectivas

Depois de dedicar um longo trecho do romance ao terramoto, que marcou o reinado de D. José I, o escritor abordará outros aspectos da política pombalina que não lhe despertaram tanta admiração, mas sim algumas críticas menos positivas. A forma como Sebastião José lidou com a revolta dos populares do Porto, a 23 de Fevereiro de 1757, contra o estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, levou a que a sua fama de déspota e tirano fosse ganhando consistência²²⁹.

Tal como já constatámos e comentámos, William Kingston, no seu romance, não faz referência à política externa levada a cabo pelo Marquês de Pombal. Por sua vez, embora por vários momentos seja contemplada a relação entre Portugal e Inglaterra, não há menções específicas aos acordos existentes entre os dois países. Todavia, um leitor informado quando se depara com a narração da escaramuça na cidade Invicta não consegue dissociar este tema da influência determinante dos ingleses na comercialização do vinho do Porto²³⁰. Apesar de em nenhum momento da narrativa o autor afirmar que a criação de uma empresa que monopolizava quer a produção quer o

²²⁸ *Idem*, pp. 28-29.

²²⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, p. 99.

²³⁰ J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, pp. 87-88.

comércio do vinho prejudicava o negócio dos ingleses, principais exportadores deste produto, estes eram uns dos que viam os seus benefícios diminuídos²³¹.

O ministro resolveu fundar esta Companhia porque o sector do vinho do Porto estava a sofrer uma grave crise. Em 1755, Sebastião José deparou-se com o facto de, após três décadas de prosperidade ininterrupta, este produto ter atravessado quatro anos de instabilidade de comercial. De 1750 a 1755, o preço do vinho foi decaindo 8,61% ao ano, o que gerou vários conflitos e protestos entre os produtores portugueses e os exportadores ingleses, bem como entre os grandes e os pequenos produtores, sendo que os primeiros acusavam estes últimos de saturarem o mercado. No Alto Douro, zona de produção do vinho do Porto, os principais produtores eram grandes proprietários de terras. Os mais abastados tinham por hábito viver parte do ano nas suas quintas e a outra na cidade do Porto, onde exerciam grande influência no governo local, nos assuntos da região e nas confrarias locais de prestígio²³².

As contendas entre os grandes e os pequenos produtores deviam-se ao facto de a partir da década de cinquenta estes últimos venderem duas a oito vezes mais vinho aos comerciantes ingleses que os primeiros. Com a procura que este produto tinha, o cultivo destas vinhas espalhou-se para outras regiões de Portugal, mas o vinho delas produzido era vendido pelos próprios produtores do Douro como sendo do Porto. Sentindo-se prejudicados, os principais proprietários de vinhedos, em 1755, pediram apoio ao governo²³³. A resposta do ministro a estes apelos foi o estabelecimento, a 10 de Setembro de 1756, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro²³⁴. Frei João de Mansilha, cuja família possuía vinhedos no Vale do Douro, foi quem lançou a ideia da fundação da Companhia, isto é, sugeriu que se estabelecesse uma zona

²³¹ Rose Macaulay, *op. cit.*, pp. 234-236.

²³² Kenneth Maxwell, *op. cit.*, pp. 61-62.

²³³ *Idem*, p. 62.

²³⁴ Mário Domingues, *op. cit.*, p. 183.

destinada oficialmente à produção de vinho do Porto e que qualquer vinho produzido fora dessa área demarcada não poderia ser exportado. Mansilha tornou-se um dos mais activos colaboradores de Pombal e representante oficial da Companhia em Lisboa²³⁵.

Esta empresa mercantilista tinha como principais objectivos proteger os proprietários de vinhedos do Alto Douro da vasta expansão do cultivo da vinha por produtores menores, como ocorrera nas décadas precedentes, e estabilizar os preços e as condições do mercado²³⁶. Toda a oposição aos direitos de monopólio da Companhia do Douro foi implacavelmente reprimida. Importa sublinhar que a zona exclusiva do Douro só incluía os vinhedos dos grandes proprietários, religiosos e aristocratas, e, excepcionalmente, o vinho produzido na propriedade do próprio Marquês de Pombal, em Oeiras, cerca de 300km ao sul da área do vinho do Porto²³⁷.

Embora um dos grandes objectivos do ministro de D. José I no que respeita a economia externa fosse minimizar os benefícios que os britânicos obtinham da aliança anglo-portuguesa, com estas medidas Sebastião José de Carvalho e Melo não pretendia retirar o comércio de vinho do Porto aos exportadores ingleses, pois via esta negociação como vantajosa. Todavia, o novo monopólio punha termo ao da Feitoria Inglesa. Consciente de que os britânicos tinham um vasto e imprescindível conhecimento deste sector comercial, o ministro permitia que os estrangeiros participassem no capital social da instituição. Na verdade, não podia ignorar que eram os detentores do mais importante dos mercados e que sem eles o escoamento dos vinhos dificilmente se realizaria²³⁸. O seu objectivo era proteger os agricultores, tentando controlar a produção e, dessa forma, assegurar mercados estáveis. Como é evidente, os únicos prejudicados com o

²³⁵ António Barros Cardoso, «Pombal e a Reforma Agrária do Douro», in *História*, Setembro 1999, nº 17, p. 22.

²³⁶ Mário Domingues, *op. cit.*, p. 182.

²³⁷ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 63.

²³⁸ António Barros Cardoso, *op. cit.*, pp. 22-23.

estabelecimento da Companhia foram os pequenos produtores e comerciantes deste néctar do Douro²³⁹.

Como a Companhia dos Vinhos detinha o monopólio da comercialização do vinho, foram encerradas muitas casas de venda na cidade e encareceu o vinho ao quartilho. Estas medidas atingiam essencialmente os taberneiros, bem como as classes mais pobres, que se encontravam assim impossibilitadas de comprar esta bebida. Devido à injustiça que sentiam, os populares do Porto, manifestaram-se exigindo o encerramento da Companhia. Empolgada pelos festejos do Entrudo e incitada pelos taberneiros, a plebe assaltou a sede da empresa, destruiu livros, documentos e móveis do provedor, mas não agrediu ninguém, dando-se por satisfeita com a eventual abolição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do alto Douro²⁴⁰.

Na sua ficção, Kingston não esclarece o leitor acerca das razões que levaram Pombal a fundar esta Companhia que tanta celeuma causou e que, conseqüentemente, manchou a popularidade do rei e do seu representante. Em vez de contextualizar o surgimento desta instituição, Kingston prefere focar a forma cruel como os que se insurgiram publicamente contra tal medida foram punidos. Seguindo um caminho paralelo à História²⁴¹, o escritor relata as providências tomadas pelo ministro:

No sooner did the Minister receive intelligence of these disturbances, than he despatched three regiments against the city. The inhabitants yielded without striking a blow; but their submission availed them not; their city was given up to the unbounded license of the savage soldiery; and had it been taken by storm, scarcely could more frightful excesses have been committed. The soldiers were then distributed at free quarters on the inhabitants; the unfortunate Judge of the People was dragged through the streets by the common hangman, with a halter round his neck, and then executed with every mark of ignominy.

²³⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, p. 96.

²⁴⁰ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 131-132.

²⁴¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, pp. 215-216.

Eighteen of the principal citizens shared his fate, and three hundred persons, who were accused of being concerned in the sedition, were imprisoned, or condemned for life to the galleys. (Vol. III, p. 2)

Criticamente, no seu texto não deixa de evidenciar que não era necessária tanta violência na repressão destes desordeiros, considerando que, para além de pilharem as casas daqueles que consideravam estar a beneficiar das medidas impostas pela Companhia (Vol. III, p. 2), não cometeram actos tão graves que merecessem severas sanções. Se autores como Joaquim Veríssimo Serrão partilham da mesma opinião que Kingston, afirmando ironicamente que «a coroa podia justificar o severo castigo imposto aos réus e coniventes» uma vez que «tumultos impeditivos da execução das ordens régias deviam considerar-se delitos de lesa-majestade»²⁴², outros, tal como J. M. Latino Coelho, de uma forma claramente tendenciosa, não se admiram com a sentença proferida, justificando que em outros países a justiça política não era julgada com mais brandura²⁴³.

Embora sendo um comerciante inglês que narra os acontecimentos um século após este sucesso, Kingston tem naturalmente uma opinião negativa da Companhia, que, mesmo depois de ter causado tanto sofrimento, foi restabelecida: «The obnoxious and tyrannical Company, their charter sealed with blood, was established; for, after the dreadful examples of the Minister's unswerving vengeance, fear prevented the people from making any further attempts to overthrow it.» (Vol. III, pp. 2-3) Kingston, através

²⁴² *Idem*, Vol. VI, p. 215.

²⁴³ «Attentemos, porém, em que não era de maior doçura e lenidade a justiça política em países de mais temperada monarchia. Poucos annos eram apenas decorridos após as cruas e inexoraveis condemnações, com que tinham sido castigados na que chamavam livre Gran-Bretanha os sectarios do pretendente, Carlos Stuart, depois da insurreição de 1745, e da perda da batalha de Culloden pelo romanesco aventureiro. As summarias e crueis execuções, em que foram immolados os insurgentes, passavam-se n'uma nação parlamentarmente governada. Mas aquellas terriveis represálias foram taes, que o proprio filho do rei George II, o duque de Cumberland, ficou perpetuamente cognominado *the butcher*, o carniceiro. E estes actos de ferocidade politica eram exercidos quasi sem figura de juízo, emquanto que nos julgamentos mais severos durante o ministério de Carvalho, se respeitaram quanto á fórma as legaes solemnidades.» in J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, p. 96.

do narrador, não resiste a fazer juízos de valor acerca de toda esta situação: «It has since been, if we may be allowed to judge, one of the greatest banes to the country.» (Vol. III, p. 3)

Arnaldo Gama²⁴⁴, no seu romance histórico *Um Motim Há Cem Anos*, tal como o título indica, adopta a questão do motim do Porto como tema da sua narrativa histórica. Mesclando dados verídicos com ficcionais, o escritor conta o porquê da revolta dos populares, a forma como puseram em marcha a sua manifestação e as consequentes condenações. Ao falar da severidade com que o Marquês de Pombal lida com este tumulto, Arnaldo Gama assume uma postura diferente da de William Kingston, não atribuindo a impiedade verificada nas sentenças apenas ao ministro de D. José I, mas essencialmente ao escrivão da alçada, José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo, figura a quem os historiadores não negam culpa:

D. José I não podia ignorar o desacato, que logo se interpretou como de desobediência à vontade régia; e, para o efeito, a 28 de Fevereiro, o desembargador João Pacheco Pereira de Vasconcelos era nomeado juiz da alçada para averiguação e castigo dos tumultos. Como escrivão ia o próprio filho do desembargador, João²⁴⁵ Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, que segundo as fontes do tempo – e nenhuma o absolve – teve um comportamento indigno na audição das testemunhas, a quem por ameaça ou tortura arrancou falsos depoimentos.²⁴⁶

Em *Um Motim Há Cem Anos*, o escrivão foi o único mentor do desenrolar do processo deste caso:

²⁴⁴ Arnaldo Gama (01/08/1828 – 29/08/1869), escritor português que nasceu, viveu e faleceu no Porto. Embora se tenha formado em Direito na cidade de Coimbra, dedicou-se à Literatura. Na sua época era um romancista muito popular. Elegeu o Romance Histórico como o género em que mais gostava de compor. (Álvaro Manuel Machado (coord), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, pp. 208-209.)

²⁴⁵ Julgamos estar perante uma lacuna tipográfica, devendo ler-se José.

²⁴⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, pp. 214-215.

A alçada fora, desde o primeiro dia, o que elle dissera que havia de ser. José Mascarenhas sujeitara-a totalmente ao despotismo da sua vontade. O presidente, João Pacheco, tímido por quasi octagenario, subscrevia a todos os caprichos do filho, por que lhe tinha medo da ferocidade e da soberba altaneira. Os outros desembargadores não ousavam affontar-lhe francamente os intentos, porque tinham reconhecido, desde o principio, que não haviam sido convocados para mais que para comparsas d'aquella tragedia de antemão premeditada, e receiavam-se ao mesmo tempo do character despotico de Sebastião de Carvalho, que por mais de uma vez lhes fizera conhecer que depositava no escrivão a mais plena confiança.²⁴⁷

Segundo a versão do escritor português, o tirano ministro foi, desnecessariamente, inclemente neste caso, porque foi ludibriado pelo malvado José Mascarenhas:

“Sebastião de Carvalho, illudem-te. O levantamento do Porto não passa de um motim de populacho embriagado. A pena de morte está muito distante da culpa commettida. A sentença da alçada é um crime monstruoso. [...] A alçada não passa de ser um phantasma: a alçada, o verdadeiro tribunal é um villão que por motivos de vingança própria e para allegar serviços deante de ti, quer fazer-te acreditar revolução audaciosa o que pouco mais foi do que arruido de feira. José Mascarenhas é um grande infame, sem honra nem coração. Para se tornar benemérito, avultou até ás proporçoens da pena de forca o que na realidade pouco mais merecia do que pena de alguns dias de cadeia.” (*Um Motim Há Cem Anos*, p. 445)

No intuito de revelar uma outra faceta de Pombal, Arnaldo Gama explora a questão de o escrivão ter sido encarcerado, propagando a ideia de que o ministro também tinha um lado humano e que apenas agia sem misericórdia porque o seu dever enquanto ministro do rei a isso o obrigava. O romancista segue a versão que J. Lúcio de

²⁴⁷ *Op. cit.*, pp. 367-368.

Azevedo chama de “Lenda do Pombal Justiceiro”²⁴⁸. Quase nas últimas páginas do romance, deparamo-nos com um governante a tentar rectificar o seu erro de ter confiado na forma como José de Mascarenhas deu seguimento ao processo:

Para completar a historia da revolução de 23 de Fevereiro de 1757, resta-me relatar ao leitor o que aconteceu a José de Mascarenhas na missão, de que o severo ministro de el-rei D. José o encarregou, para lhe premiar a benemerencia de ter illudido el-rei e abusado da confiança que n’elle tinha sido depositada.

Cinco dias depois da scena a que o leitor assistiu no capitulo antecedente, Mascarenhas recebeu ordem de partir immediatamente para Lisboa; e quinze dias depois de chegar, embarcou na nau *Pérola* para o Brazil, soberbo e vanglorioso de se vêr nomeado para missão, que o ministro lhe declarara ser tão importante, que só d’elle se atrevia a confial-a, para lhe remunerar os serviços que tinha prestado ao estado no castigo dos revoltados do Porto. [...]

Quando chegou a occasião de lhe communicar as ordens, que havia recebido acerca d’aquella missão, o marquez disse-lhe que el-rei ordenava que s. s.^a partisse para a ilha de Santa Catarina, e ahi presidisse á construcção de uma prisão, que fosse digno castigo de um grande criminoso, de um homem emfim que tinha enganado el-rei e abusado, em prejuízo do povo, da auctoridade que sua magestade lhe tinha confiado.[...]

– Parece-me, senhor marquez – disse Mascarenhas ao vice-rei, depois de lhe fazer observar todas as medonhas condições da prisão – parece-me que cumpri as ordens de el-rei, e que este carcere é digno do crime que sua magestade quer punir. [...] Agora falta o criminoso.

– O criminoso está perto, está á mão – replicou o marquez, indignado da ferocidade d’aquelle cynismo – o criminoso é o traidor e infame escrivão da alçada do Porto. Guardas, lançai este homem n’esse calabouço. [...]

Ali viveu aquelle perverso durante vinte annos, até que os ministros da snr.^a D. Maria I abriram as portas de todos os calabouços do reino, sem indagar quaes eram os dos verdadeiros criminosos e quaes os das victimas dos caprichos despóticos do ministro de el-rei D. José. (*Um Motim Há Cem Anos*, pp. 483-487)

²⁴⁸ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 133.

William Kingston não demonstra partilhar a ideia de que a severidade com que se julgou este caso se deva apenas ao homem que Sebastião José incumbiu de investigar o que se passara. Na sua história coloca o narrador onisciente a invadir os pensamentos mais íntimos do ministro, mostrando assim ao leitor que este apenas quer impor a sua vontade, mesmo que seja através do terror:

“Ah!” he exclaimed, “thus shall all suffer who dare oppose my will. I have given the people of Oporto a lesson they will not easily forget. Their chief magistrate and eighteen of his seditious companions executed; three hundred of the principal people sent to the galleys, and their city given up to the licence of a brutal soldiery. This will, methinks, put a stop to further conspiracies against my authority; and, if not, in every town and village throughout the kingdom I will have gibbets erected, and hang every one who dares to utter a word of complaint. By terror... to govern them” (Vol. II, p. 305)

Sobre esta questão falta ainda referir o suposto envolvimento dos jesuítas na revolta. Embora o ministro de D. José pretendesse provar que estes religiosos eram os instigadores do motim, a História parece não lhe ter dado razão:

Quando dos motins do Porto, a 23 de Fevereiro seguinte, contra a instituição da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, pretendeu o conde de Oeiras envolver os jesuítas nessa manifestação que o Governo veio a castigar com grande dureza. Para além de críticas verbais que alguns dos seus padres tivessem feito à Companhia, jamais se provou a participação de inacianos nos distúrbios de que a capital do Norte foi teatro.²⁴⁹

O próprio Kingston, que ao longo de todo o romance se declara contra esta ordem religiosa, admite que deste crime eles estão inocentes:

²⁴⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 50.

The Jesuits were accused of being the instigators even of this transaction; but we, although no friends of theirs, as may have been guessed, acquit them completely of having had any share in the affair. By an unsuccessful rebellion they could have gained nothing, and must have been aware that such would only strengthen the power of the Minister. We feel assured, therefore, that they were innocent of this charge; nor was it at all in accordance with their usual mode of proceeding: they would have acted far more cautiously and sensibly, so that nothing might be attempted without an almost certain confidence of success. However, the old proverb, "Give a dog a bad name," was fully exemplified in their case, and every disturbance in the country was imputed to them. (Vol. III, pp. 4-5)

Sabendo os interesses que os ingleses tinham no vinho do Porto, não podemos deixar de observar a falta de referência a estes comerciantes nesta questão. Com a fundação da Companhia, os ingleses seriam uns dos principais prejudicados, pois pretendia-se reduzir os seus benefícios na comercialização deste produto português. Devido à sua nacionalidade, é compreensível que Kingston não levante a hipótese de a revolta ter sido instigada por comerciantes ingleses²⁵⁰. No entanto, o facto de se referir à Companhia como "obnoxious and tyrannical" (Vol. III, p. 2) revela o tipo de sentimentos que o povo aliado nutria pela medida tomada pelo ministro português para reduzir as vantagens que tinham com a aliança.

Nesta procura dos mentores da revolta, é surpreendente que Arnaldo Gama, um cidadão nascido e residente no Porto, conhecedor da influência e importância dos comerciantes ingleses, não tenha sugerido no seu romance a hipótese de estes terem instigado o povo à revolta.

²⁵⁰ Miguel Real, *op. cit.*, pp. 64-65.

5.5. Tentativa de Regicídio: ficcionalização das versões inscritas na historiografia

Por fim, passaremos à forma como William Kingston interpretou e reescreveu a tentativa de regicídio e o consequente processo e condenação dos Távora. Ao folhearmos livros sobre a Época Pombalina, constatamos que neste período o descontentamento era constante entre todas as classes sociais, sendo que as únicas que tinham voz eram a nobreza e o clero. Em relação à classe que zelava pelas almas humanas, já vimos que a que tinha mais motivos para se mostrar descontente com a política do ministro de D. José I era a Companhia de Jesus. Por sua vez, os nobres davam mostras de desagrado por sentirem que os benefícios e privilégios de que a sua classe tinha usufruído desde sempre estavam a ser afectados por um ministro que nem sequer pertencia à alta nobreza²⁵¹. Reconhecendo que os fidalgos não passavam de um conjunto de indolentes que nada faziam pelo país, Sebastião José foi determinante na tentativa de mudança desta situação. Lutando contra a inércia nacional, retira aos aristocratas muitos dos cargos que lhes eram atribuídos apenas pela sua elevada linhagem e concentra nos órgãos do Estado a função de administrar a sociedade. Ao terminar com a força política da nobreza e dos eclesiásticos, principalmente os jesuítas, o Estado passa a concentrar em si a actividade de dirigir e supervisionar o comércio, a economia, as finanças, a educação, a ciência, a cultura, a religião, a saúde e a justiça²⁵².

Kingston, após ter encarnado o papel de historiador, ficou consciente do ambiente de tensão e ódio que reinava entre a nobreza e o ministro²⁵³. É perante estes dados e todos os factos históricos que descobriu sobre a tentativa de regicídio, o processo e a condenação dos envolvidos na conspiração, que o romancista vai completar

²⁵¹ J. M. Latino Coelho, *op. cit.*, pp. 106-107.

²⁵² Miguel Real, *op. cit.*, pp. 73-74.

²⁵³ José Mattoso, *op. cit.*, Vol. IV, pp. 365-374.

a sua narrativa. Ciente de que toda esta onda de insatisfação levava à premeditação da morte do rei, o escritor elabora a trama narrativa de modo a que o leitor fique a par de todos os factores subjacentes aos episódios que mais marcaram este período. Para cumprir este objectivo, o próprio narrador faz uma breve apresentação da classe dominante:

Until the time of Pombal, the Fidalguia had exclusively retained among themselves every post of power and authority, wreaking their vengeance on any who ventured to interfere with what they considered their privileges. (Vol. I, p. 183)

Outra estratégia utilizada consiste em colocar as diferentes personagens a agir e a fazer comentários. O ministro é sempre visto pela nobreza e pelos jesuítas como um inimigo: «‘Sebastião Jozé de Carvalho, equally the foe of the fidalgos and of religion’» (Vol. I, p. 226), daí que seja um alvo a abater: «‘I hazard all to destroy that upstart Carvalho, who so insolently lords it over us nobles, by birth his masters.’» (Vol. I p. 229). Para ser realista na apresentação do clima que pairava no reino, o escritor ficciona momentos onde se antevê o temor causado pelo despotismo do protegido do rei. Assim, o leitor, para além de se deparar com o despeito dos aristocratas, também encontra personagens menos arrojadas que reconhecem poder sucumbir às mãos do seu adversário: «‘Oh, say not so, your Majesty. Do not thus yield to the grasping ambition of that enemy of our race, who seeks to rise by their destruction,’ exclaimed Donna Theresa.» (Vol. III, p. 276)

Para além de todas as personagens estarem conscientes de quem governava Portugal no reinado de D. José, a maioria, devido a tudo o que já foi explicitado, tinha uma visão extremamente pessimista do primeiro-ministro e não a ocultava. O jesuíta Jacinto da Costa, devido às inimizades que a sua congregação tinha com o ministro,

considerava-o o pior dos inimigos: «‘Sebastião Jozé de Carvalho, the minister of the king, whose dauntless courage, boundless ambition, and the unscrupulous means he employs, make him more to be feared than any who have ever yet appeared in arms against us.’» (Vol. I, p. 119) Os representantes da nobreza tinham a mesma aversão a este homem: «‘Would it not be a proud thing to be a king, to trample on the neck of that insolent plebein Carvalho, who now lords it so boldly?’ ‘He is a bad man, my lord,’ answered the Duchess, meekly; ‘and Heaven will punish him.’ ‘Bad! He is the incarnation of the evil one [...]’». (Vol. I, p. 236) Perante tanto ódio e receio, não admira que já na altura circulasse a sua fama de déspota e tirano:

“Does the preserver of this country require a body guard?”

“The corrector of abuses, we should say, or the despotic tyrant, as his enemies call him, does,” observed the Captain, cautiously. “Alas! by such means only can our countrymen be governed.” (Vol. III, p. 333)

Embora na época não se tivesse em conta a voz dos populares, e nem mesmo a historiografia lhes atribua um papel de relevo, o autor faz questão de evidenciar que também estes estavam conscientes das mudanças que ocorriam no país:

«There is now one in Portugal who is each day becoming a greater favourite of our lord the king, and who can do anything in the country, who rules the holy Church, who rules the people, and who seeks to rule the fidalgos also. Oh, he’s a great man, doubtless, but he’s much to be feared.» (Vol. I, p. 103)

Uma vez que a política pombalina não pode ser julgada apenas pelo despotismo e tirania exclusivamente apontados por muitos, e de forma a mostrar uma certa

imparcialidade, o escritor coloca o Senhor Pinto a elogiar as qualidades governativas do seu amigo:

“No other than Sebastião Jozé de Carvalho,” answered the Captain; one of the ministers of the king, who does more work in a day than the other two in a month, and has more brains in his head and courage in his heart than all the fidalgos in Portugal put together. You will do well to follow his request; for he is not fond of having his wishes neglected.” (Vol. I, pp. 141-142)

No entanto, esta personagem, que no meio de vícios, indolência, fanatismo e crueldade, acaba por ser um exemplo positivo devido aos valores com que rege a sua conduta, consegue reconhecer a tirania do governante:

“He is a man not to be trifled with; and though he is a firm friend to those who please him, he is a relentless enemy to any who venture to oppose his objects” [...] “Though he is my patron and friend, and a man with many qualities I admire, I know his faults, and they are terrible ones. Pity is an utter stranger to his bosom, and the life of man he looks upon as a thing of nought, to be disposed of at his pleasure.” (Vol. I, pp. 144-145)

Por sua vez, Kingston, sabendo da confiança incondicional que D. José depositava no seu súbdito, apresenta-o sempre a ceder o poder em prol do seu ministro. Devido ao facto de o rei dar plenos direitos a Pombal para agir de acordo com o seu entendimento, só o podia ter em grande estima:

“Sebastião Carvalho is no pretender, but has truly at heart the weal of my kingdom, with a mind to conceive, and a soul to execute, great purposes; and where is there a man in Portugal to be compared to him, either in mental or personal qualities.” (Vol. II, p. 62)

Tendo em conta que neste clima de tensão muitos dos que rodeavam os detentores do poder tinham, provavelmente, uma atitude de adulação, de forma a retratar também essa realidade, o autor coloca a personagem Teixeira, o companheiro nocturno do rei, a manifestar a sua satisfação pelos governantes que o país possuía, talvez para lisonjear o seu soberano: «‘The country is truly blessed, which possesses so good a King, and so wise a Minister,’ said the confidant.» (Vol. III, p. 143)

Por sua vez, Kingston concebe o ministro como uma figura muito objectiva, com um pensamento bastante claro em relação aos seus propósitos, muito consciente do estado da nação e acima de tudo muito atenta e desconfiada de qualquer oposição que lhe fosse levantada. Num dos muitos monólogos atribuídos a Sebastião Jozé, a personagem, por ser conhecedora da ociosidade e prepotência dos nobres, está ciente do perigo que esta classe representa para a sua autoridade:

“I must break the pride of these arrogant fidalgos, or they will lord it over the king himself, – base wretches, whose whole being is composed of avarice and the most sordid selfishness, without valour, honour, or patriotism, – who care not for the fate of their country, so that they can undisturbedly enjoy their own luxuries. Ah, miscreants! I will overwhelm you when you little expect it!” (Vol. II, p. 23)

Através deste pequeno discurso, somos remetidos para a obra de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*²⁵⁴, uma vez que aqui a personagem do ministro revela ser um estratega, que analisa as posições dos seus inimigos. Não se pode negar que estas reflexões têm um cariz político muito evidente, pois está em causa a detenção do poder para governar um país. Neste caso, ao contrário dos nobres, o motivo que o leva a agir não é o interesse pessoal mas o estado da nação. Ao longo do romance, o autor vai

²⁵⁴ Machiavelli, *The Prince*, 1994.

evidenciar esta faceta da personagem de não olhar a meios para atingir os fins. Embora estejamos perante uma figura com características maquiavélicas, o facto de se destacar a sua preocupação pela pátria talvez seja uma forma de justificar ou desculpabilizar muitas das medidas que caracterizaram a política pombalina.

Traçado o quadro de inimizades, o leitor depressa se encontra envolvido num ambiente de ódio e intrigas que evolui para uma conspiração de várias personagens, no intuito de acabar com o poder do ministro. Todavia, quase de imediato, chegam à conclusão de que a única maneira de o destruir é através do regicídio:

“The only foe we have to fear is the Minister; and we must endeavour, by exhibiting our love and devotion to our sovereign, to counteract his evil influence.”

“It will be the very way to increase the suspicions of the King,” returned the Marchioness. “Half measures are of no avail. If we are to retain our wealth and influence, if we are to remain grandees of Portugal, we must either compel the King to dismiss his counsellor, or he himself must suffer the punishment of his obstinacy.”

“What mean you?” exclaimed the Marquis, with an alarmed expression of countenance.

“I mean, my lord,” returned Donna Leonora, with a firm voice, “that the King who dares insult his nobles, who interferes with our privileges, who is a despiser of religion, and heaps contumely on its ministers, must die.” (Vol. III, pp. 83-84)

Apesar de este diálogo entre os marqueses de Távora poder ser interpretado como uma reconstituição ficcional das conversas que possivelmente despoletaram no seio das várias famílias nobres com o descontentamento vivido, tem como finalidade ser o mote para demonstrar a participação destes fidalgos na conspiração. Através deste excerto, podemos aferir que o autor, para ir ao encontro da versão histórica que o marquês de Távora, mesmo submetido a tortura, sempre negou o seu envolvimento na

conjura²⁵⁵, traça uma imagem da personagem que remete para a sua inocência. Perante as insinuações da esposa, revela-se consciente dos seus deveres de vassalo, mostrando-se fiel ao rei e completamente avesso à ideia de regicídio. Mesmo num estado mais avançado da narrativa, num episódio ficcional onde vários elementos da nobreza se reúnem com o padre Malagrida para debaterem o regicídio, o marquês de Távora não se encontra presente. Notando a sua ausência, algumas individualidades comentam que não está a par de tão importante e secreta deliberação, porque os filhos receavam que, se tivesse conhecimento da mesma, opor-se-ia. (Vol. III, p. 114) Este tipo de comentários que o autor vai introduzindo no decorrer da acção contribui deste modo para a construção do carácter da personagem.

Por sua vez, Donna Leonora, personagem representativa da figura histórica de D. Leonor, marquesa de Távora surge, indirectamente, caracterizada como determinada, arrojada, destemida, mas, aos olhos do leitor, também imprudente. As suas acções e falas foram muito bem elaboradas por William Kingston, pois remetem sempre para um espírito altivo ressentido pelo menosprezo do monarca. Não só pertencia a uma das mais prestigiadas famílias do reino, como de 1750 a 1755 havia acompanhado o seu marido ao Oriente para ocuparem o notável cargo de vice-reis da Índia, onde faustosamente representaram o soberano. Habituada a ser tratada com honras inerentes ao seu estatuto social, a marquesa não fica indiferente à forma desinteressada como é recebida quando regressa à metrópole. Para além de não lhes terem sido devotadas as mesmas homenagens que na despedida, cedo se apercebe que haviam ocorrido mudanças, sendo que neste novo ambiente político a nobreza já não tinha a mesma proeminência de outros tempos. D. Leonor de Távora é uma figura incontornável da História de Portugal. Para além da trágica morte a que foi condenada, que em vez de

²⁵⁵ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 155.

apagar a sua linhagem dos anais da História como era o propósito de Sebastião José de Carvalho e Melo²⁵⁶ ainda a perpetuou com mais exuberância, a marquesa era reconhecida por todos pela sua beleza e afinidade com a cultura e as Artes²⁵⁷. Perante a determinação com que D. Leonor apresenta as suas convicções quanto à necessidade da morte do rei, o leitor não se admirará quando no enredo se deparar com o seu envolvimento na conspiração.

Neste romance os jesuítas aparecem como os instigadores do atentado, perspectiva que os anais da História relatam como sendo a convicção do Marquês de Pombal²⁵⁸. Para além do ódio conhecido que o ministro devotava a estes eclesiásticos, o facto de o padre Malagrida ter vaticinado perigos à vida do monarca caso este não alterasse a política relativa às missões e aos índios do Brasil²⁵⁹ levou a que Sebastião José tivesse um motivo para considerar que toda a ordem religiosa estivera envolvida no atentado. Kingston ficciona algumas cenas onde os vemos a insinuar aos fidalgos que a solução para todos os seus problemas é a morte do rei. Numa dessas passagens, o ferocíssimo inimigo de Sebastião José, padre Malagrida, induz o duque de Aveiro a pensar no regicídio como uma acção divina:

“Holy Father, I believe your words,” answered the Duke, trembling.

“Rememberest thou not, then, that in thy veins flows the royal blood of Portugal? Then why not mount that throne when he who now reigns has departed? Say! ought he to rule a Catholic people, who cherishes the persecutor of our holy religion, who confides in one who would destroy the bulwarks of the Church, who has driven its most devoted servants from his presence? No, my son, I will answer for you, no. Such a man ought not to live, and blessed is he who does the work of Heaven in destroying him.”

²⁵⁶ «Aos fidalgos foram os bens confiscados, as casas arrasadas, apagados os brazões; e o apelido de Távora declarou-se extinto em Portugal.», in *Idem*, p. 156.

²⁵⁷ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 109-201; Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, pp. 108-113.

²⁵⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 41.

²⁵⁹ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp.145 e 152.

The Duke stood gazing on the Jesuit as one whose senses are bewildered by the sudden communication either of joyful or disastrous intelligence. Had he ever before indulged in thoughts such as these words conjured up? Yes, he had; but, as he thought, he trembled; but now all his fears were banished, and those imaginings which he had before fancied were the instigations of the evil one, he was now told, were the inspirations of the Divine will. (Vol. I, p. 227)

A passagem transcrita, para além de envolver o duque de Aveiro na conspiração instigada pelos jesuítas, vai fundamentar a versão de que o duque fora o autor do atentado porque pretendia substituir o rei no trono²⁶⁰.

A marquesa de Távora é outra personagem que surge como vítima da manipulação de um jesuíta. Na narrativa, por ter seguido os conselhos do padre Jacinto da Costa, transforma-se na líder da conspiração que se preparava contra o rei, acolhendo em sua casa todos aqueles que se opunham ao regime:

On quitting the young Marchioness, Father Jacinto took his way to Belem, where the old Marquis of Tavora had a Quinta. Here Donna Leonora, his wife, was now residing, since the destruction of their palace in the city; and here she held her coteries of all who were inimical to the King, and haters of his Prime Minister. Of these there were a very large class in the country, some angry at being deprived of the monopoly of legislating, which they had so long enjoyed, without one single qualification for the purpose, except a very common one, the love of place; and others, justly incensed at the cruelty and unwarrantable tyranny of the Minister. (Vol. II, p. 319-320)

No trecho apresentado, o narrador apresenta D. Leonor como a anfitriã das reuniões contra o governo, onde para além de estarem presentes vários fidalgos se encontravam igualmente membros da Companhia de Jesus. Nesta cena ficcionada por

²⁶⁰ «Mas, quando em Dezembro foram presos os fidalgos, já se dizia que o duque tivera o intento de se proclamar rei, que havia dois milhões de moeda cunhada com a sua efigie e decretos impressos em seu nome, finalmente que uma das ilhas dos Açores se tinha levantado e o aclamara.», in *Idem*, pp. 148-149.

Kingston, visualizamos o padre Jacinto a ir ao encontro da marquesa de Távora. É importante lembrar que, no romance, o jesuíta Jacinto da Costa, tio do herói romântico Luís de Almeida, ao contrário do padre Malagrida, é retratado como um ser lúcido e maquiavélico, que faz uso de todos os meios, nomeadamente de Malagrida, para que a sua ordem se sobreponha ao poder do monarca. Apesar da construção desta personagem estar envolta em muita ficção, quando o duque de Aveiro se vê obrigado a delatar os instigadores da conjura, entre os jesuítas nomeados está o padre Jacinto da Costa²⁶¹. Nuno Gonçalo Monteiro, através da análise das memórias da 11.^a condessa de Atouguia, D. Mariana de Távora, filha da marquesa de Távora, confirma que desde o terramoto intensificou-se o contacto entre os jesuítas e as fidalgas, que neles procuravam conforto espiritual. Todavia, os frequentes encontros religiosos entre as duas classes inimigas de Sebastião José de Carvalho e Melo inevitavelmente adquiriram contornos políticos. A constante ligação estabelecida entre D. Leonor e o emblemático padre Malagrida deve-se ao facto de este ter sido o orientador espiritual da marquesa, bem como de muitas outras aristocratas²⁶².

Do excerto transcrito, queremos ainda salientar um comentário do autor-narrador. Quando se refere aos descontentamentos da nobreza, insiste, tal como já o havia feito em outros momentos narrativos, na falta de qualificações dos fidalgos para o desempenho dos cargos que habitualmente ocupavam e que lhes eram atribuídos apenas devido ao seu estatuto social. Esta sua observação não pode ser dissociada do facto de ser oriundo de uma nação onde a governação do país, não obstante tratar-se de uma monarquia, era da responsabilidade de indivíduos a quem eram reconhecidas as competências para assumir cargos tão importantes.

²⁶¹ Mário Domingues, *op. cit.*, p. 213.

²⁶² Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, pp. 114-115.

Para além das animosidades já anteriormente referidas, a própria História comenta que uma das possíveis causas para o envolvimento da família Távora na tentativa de regicídio tem a ver com o despeito sentido ao ter conhecimento do envolvimento amoroso entre a esposa do jovem marquês de Távora e o monarca. Com o surgimento dos boatos de que o rei havia sido vítima de uma tentativa de homicídio, os Távora são apontados como os autores do crime. Na verdade, um dos divulgadores desses rumores é o próprio duque de Aveiro, que considerava que desviar as atenções para essa família ficaria ilibado. Todavia, o facto de no dia a seguir ao atentado ter aparecido no Paço para saber do estado de saúde de sua majestade e de se ter mostrado conhecedor de que o rei havia sido vítima de um atentado, dado que havia sido ocultado, e para além disso insinuar que os culpados seriam os Távora, levou a que as suspeitas recaíssem na sua pessoa. Na sua primeira confissão, pelas mesmas razões apontadas, indica os Távora como os responsáveis pela tentativa de regicídio²⁶³.

Para mostrar até que ponto esta relação amorosa foi importante no destino político do país, o nosso romancista recria este relacionamento adúltero, mas mais uma vez atribui este infortúnio à malvadez dos jesuítas. Ficciona, assim, um encontro entre o padre Jacinto da Costa e D. Teresa de Távora, onde o primeiro aconselha a marquesa a envolver-se com o rei para contribuir para a causa da destruição do ministro:

“Think of the ends proposed. It is not the King I wish to injure; I alone seek to counteract the machinations of that arch enemy of your family, and of my order, the Minister Carvalho. Could you once gain that complete ascendancy over the King which is within your power, you might not only rule him, but the Minister himself would become powerless to injure any of those connected with you by kindred and by love. Believe me, if you hesitate, that treacherous man has sworn, and will not fail in his oath, to ruin all your race, for their haughty contempt of his plebeian extraction.” (Vol. II, p. 311)

²⁶³ *Idem*, pp. 104-128.

De forma a dar mais consistência a esta versão de que os Távora haviam tentado assassinar o rei para limpar a honra do seu nome, o escritor deixa-nos visualizar o momento em que o jovem marquês de Távora descobre o envolvimento da esposa com o monarca. Deste modo, o próprio leitor passa a ser testemunha dos planos de vingança do marido ultrajado:

Early in the morning, the young Marquis sought Donna Leonora, his mother, eager to learn if she had sanctioned the intimacy between the King and his wife. She confessed that she had done so, and her motives for the act; which, although it satisfied him that his wife was not so much to blame as he had suspected, did not lessen his anger against his sovereign, or cause him to alter any of the plans of revenge he had harboured in his bosom. His conduct towards the King, when told to his mother, caused that ambitious lady to hurry on events which might otherwise have been longer delayed; for feeling that the Monarch would take the earliest opportunity to punish the insolence of his subject, she determined to use her best endeavours to prevent his having the power to do so. (Vol. III, pp. 26-27)

Apesar de o leitor se compadecer e solidarizar com a dor deste marido, não nos podemos esquecer de que esta revolta e a busca da honra são valores de um cavalheiro vitoriano, que em termos temporais está um pouco distante da figura histórica que esta personagem representa. No período retratado ainda era comum o rei escolher as amantes entre as mais notáveis damas da corte. Esta relação amorosa, ao invés do que se pode querer alegar no romance, não era desconhecida dos Távora. Muito se especulou sobre os proveitos que dela poderiam usufruir, comentando-se que os marqueses esperavam que o monarca lhes atribuísse o título de duques²⁶⁴. Na verdade, a própria narrativa dá conta de que este envolvimento era do conhecimento de D. Leonor, que incentivava a

²⁶⁴ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 201-202.

nora a manter essa união com o soberano para que os nobres conseguissem derrubar o ministro. Ainda em relação ao possível despeito, na ficção o rei está consciente de que nenhum dos seus súbditos ousará opor-se-lhe por um motivo como o adultério: «but methinks none of my nobles are of that jealous disposition, that they would endeavour to revenge themselves for the honour I pay their wives.» (Vol. III, p. 142). Até mesmo quando no curso do interrogatório o duque de Aveiro deu como motivo a honra da família para os Távora terem sido os autores do atentado, foi de imediato desacreditado e obrigado a confessar a sua culpabilidade²⁶⁵.

Tendo em conta todos estes factores e tal como declarou em vários momentos do romance, o autor está convencido da inocência desta família, atribuindo a responsabilidade do atentado ao duque de Aveiro. Mantendo-se bastante fiel às fontes históricas por ele consultadas, Kingston relata como o duque e os seus cúmplices, todos mascarados e a cavalo, atiraram contra a carruagem do rei, na noite de 3 de Setembro de 1758, quando este regressava de um encontro amoroso com D. Teresa. Onde a narrativa do romancista difere do que está gravado nos anais da História é no local onde o monarca se dirigiu após ter sido atingido. Enquanto os historiadores afirmam que o rei recorreu à casa do seu cirurgião – «Deu ordem pronta ao cocheiro para se dirigir a casa do cirurgião-mor, no bairro da Junqueira, onde recebeu o primeiro curativo.»²⁶⁶, o narrador diz que foi para o palácio do marquês de Tancos e só aí mandou chamar o seu médico:

²⁶⁵ «Às primeiras perguntas assacou logo o crime aos Távoras. O marquês, pai, era *muito delicado em matérias de honra e pundonor*; percebera o procedimento da nora em uma festa, na casa dela, poucos dias antes do atentado; daí provinha rezear o duque haverem-se os parentes arrojado àquele excesso. A isto o juiz Pedro Cordeiro, talvez Carvalho que presidia, retorquiu céptico não ser a resposta verosímil; porque ‘não cabia no juízo humano que o marquês de Távora e mais pessoas de família ignorassem o que era notório aos estranhos’. O marquês e todos da casa estavam informados; nas conversações domésticas aludia-se ao facto, como o duque sabia. Quanto à razão de pundonor – com cinismo continuava – era fútil, *porque nunca se viram zelos de vassalo para soberano*. [...] Tão cabais pareceram ao duque as razões que, desconcertado, sem inventiva para mais, e apreensivo talvez da tortura, confessou.», in J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 151-152.

²⁶⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, p. 38.

The postilion, Custodio da Costa, [...], as soon as he perceived, after driving some way, that he was not followed, stopped the carriage, when his anxiety for his Majesty's safety was relieved by hearing his voice ordering him to proceed to the palace of the Marquis of Tancos, which was close at hand. [...]

The King, who was seated on a chair, was pale, but perfectly calm. "I have met with an accident, my friend, though I know not its extent," he said. "Send for Senhor Assiz, my chief surgeon, and speak to no one else of the affair." (Vol. III, pp. 145-146)

Embora não tenhamos relatos da forma como Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu a notícia do atentado, Kingston, tendo em conta a forma como o ministro lidou com esta situação, reconstrói os momentos em que a personagem adquire plenos poderes para julgar os criminosos que descobrisse estarem envolvidos neste gravíssimo delito:

"I will discover every one of the instigators and perpetrators of this atrocious outrage; and I ask but one condition of your Majesty: - Let me deal with the vile monsters as I may deem expedient, and all others shall learn such a lesson that, from thenceforth, your Majesty shall have no cause to dread a recurrence of such deeds. Will you, my Liege, grant this promise, which you owe to your own safety, and to the happiness of your people?"

"I give you the power you ask, my friend," said the King.

"Then am I satisfied," said the Minister.

Those words sealed the fate of the nobility of Portugal. (Vol. III, p. 149)

Como podemos constatar, o autor imprime bastante dramatismo a esta cena ao colocar na fala do ministro adjetivos com uma carga negativa muito forte – «atrocious outrage», «vile monsters» – e ao exigir do soberano uma atitude para garantir a sua segurança e a felicidade do povo. Este pedido de plenos poderes para condenar os

envolvidos na conjura assemelha-se à passagem por nós analisada onde na altura do terramoto o ministro solicitava ao monarca que lhe permitisse agir de acordo com o seu entendimento. Aqui, novamente, estamos perante um rei fragilizado que acede ao desejo do seu súbdito. Estas sucessivas cenas de cedência de poder vêm ao encontro da versão histórica de que quem realmente governou ao longo dos vinte e sete anos do reinado de D. José I foi Sebastião José de Carvalho e Melo, o onnipotente Marquês de Pombal. Neste trecho encontramos ainda mais um comentário do autor-narrador, que acutilantemente encerra o diálogo com uma frase que remete para a fraqueza do rei. A sua observação demonstra que, caso o monarca não concedesse plenos poderes ao ministro, as principais famílias da nobreza portuguesa não teriam sido atrozmente extintas.

Segundo o autor-narrador, a prontidão do ministro em encontrar os culpados devia-se à preocupação com a sua própria pessoa: «Carvalho listened with breathless anxiety, and well he might; his fame, his life, and power depended on the preservation of the King.» (Vol. III, p. 148) Este receio era igualmente partilhado por D. José I, que a partir do atentado atribuiu uma guarda de cavalo a Sebastião José para que o protegesse em todas as suas deslocações. Quando teve coragem de sair do Paço, o monarca também passou a fazer-se acompanhar de uma guarda de cavalo²⁶⁷.

No dia a seguir ao delito, surgiram rumores de que o rei havia sido vítima de um atentado, pois tinham sido ouvidos tiros no mesmo local e hora do acidente. Contudo, ignorando os boatos, no dia 7 saiu um decreto que anunciava que a rainha assumiria a regência pelo facto de o rei se encontrar doente. No dia 14 outras notícias vieram a público. Davam conta que D. José I fora sangrado por motivo de uma queda no palácio e apenas a 7 de Dezembro se confirmava a plena cura do monarca. No entanto, a notícia

²⁶⁷ Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 209-210.

oficial de que a moléstia do rei se devia a um atentado só seria conhecida a 13 de Dezembro através de um edital com data de 9²⁶⁸. Na nossa ficção histórica, também se alude ao facto de que durante várias semanas não houve qualquer referência por parte do governo sobre o atentado:

Several weeks passed tranquilly away, so tranquilly that men began to suppose they had mistaken the character of the Prime Minister, and that, weary of bloodshed and severity, his government was to be henceforth one of mildness and conciliation. The larger number were loud in their praise of the great man; favours which had long been sought for were now granted, promises were made to others, even his former enemies appeared forgiven; the Duke of Aveiro, among others, requested leave to retire to his country seat at Azeitaõ, and permission was instantly given him to do so. Some few suspected, it is true, that this mild behaviour was like the treacherous calm before the hurricane; but they were cautious, and uttered not their opinion. (Vol. III, p. 167)

Na realidade, toda a calma que se fazia sentir não passava de uma estratégia do maquiavélico ministro para descobrir o nome de todos os que haviam estado de alguma forma envolvidos na conspiração contra o soberano. Na ficção, vemos como o rei ficou deveras surpreendido com os resultados que lhe foram apresentados. Aqui, para além da imagem de um rei fraco, o autor traça-o como sendo igualmente ingénuo:

“Holy Virgin!” exclaimed Joseph, his voice trembling with agitation as his eye glanced down the long list of names. “Here are many of the most powerful and wealthy nobles of my land. It is impossible that they can all be traitors. Some of them I have ever deemed the most loyal and obedient of my subjects.” (Vol. III, p. 200)

²⁶⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, pp. 38-39.

Na narrativa, Sebastião José aproveita a oportunidade para se vingar dos seus inimigos: «‘Still greater, therefore, is their treachery; Sire, and greater must be their punishment,’ returned Carvalho, firmly.» (Vol. III, pp. 200-201). Mostrando-se implacável, pede ao rei que assine os mandados de captura:

“Surely the assassins must have been villains of a lower order. Aveiro, the Tavoras, never could have done the deed.”

“There are strong proofs of their guilt; and on their trial there will yet appear stronger,” answered the Minister. “On my head be their blood, if they be innocent. I must request your Majesty to sign these warrants for their apprehension, and I will issue them when I see a favourable opportunity. We must proceed with caution, for they have a powerful party in their favour. Unless this is done, I cannot, Sire, answer from day to day for the security of your life or crown.” (Vol. III, p. 201)

É curioso notar que o autor coloca a personagem principal a referir que no julgamento irão aparecer mais provas sobre a culpabilidade dos suspeitos. Para os leitores conhecedores deste período histórico, estas palavras são um indício das torturas que irão ser utilizadas nos interrogatórios para extrair incriminações e confissões. Por outro lado, a frase «On my head be their blood, if they be innocent» não deixa de ser irónica, pois o autor já por várias vezes manifestou a sua crença na inocência dos Távara. Além disso, os próprios historiadores apontam este aspecto da acção pombalina como sendo o lado negro do estadista²⁶⁹ que teve a ousadia de, numa outra esfera da política, implementar reformas num país obsoleto e avesso à mudança.

²⁶⁹ «De uma maneira cruel, impiedosa, com verdadeiros requintes de malvez, Sebastião José de Carvalho e Melo, agora conde de Oeiras, como a sua ânsia de grandeza tanto ambicionara, acabava de esmagar inteiramente os seus inimigos. Nunca se ministrara em Portugal uma justiça tão cruel. Nem nos recuados tempos medievais de D. Afonso IV ou de D. Pedro, *o Cru*, nem no de D. João II em luta com a nobreza, se fizera tão grande razia nas mais altas classes da nação.», in Mário Domingues, *op. cit.*, p. 236.

5.6. Processo e condenação dos Távora

Como referido anteriormente, a detenção dos suspeitos só ocorreu a 13 de Dezembro, antes mesmo de ser noticiado oficialmente que o rei havia sido vítima de um atentado. A narrativa dá conta de como os indiciados foram encarcerados sem que o resto da sociedade se apercebesse:

It was an admirable device of the Minister's to prevent a disturbance, had he dread one; for all those whom he had reason to suspect were, like Luis, requested to walk on one side, when they were quietly apprehended, and driven off to prison, without any of their friends suspecting what had become of them. (Vol. III, p. 216)

Para além da captura do inocente Luís d'Almeida, o narrador descreve ao pormenor as prisões dos diferentes membros da família Távora, do duque de Aveiro e do seu comparsa Manuel. Em relação à personagem Policárpio, o escritor ficcionaliza a sua fuga, pois reza a História que, apesar do criado do duque ter sido declarado culpado, nunca o conseguiram apanhar, tendo sido executado em efígie²⁷⁰. Também Camilo Castelo Branco dedica algumas páginas de *O Perfil do Marquês de Pombal* a José Policarpo de Azevedo, para evidenciar que este foragido conseguira ludibriar a apertada vigilância e perseguição do implacável ministro²⁷¹. O romancista reescreve este momento em branco na História, descrevendo minuciosamente a mutação que Policárpio sofreu ao disfarçar-se de mendigo:

For many years was that wretched figure seen roaming from spot to spot, expecting every instant to be recognised, daring to confide in no one,

²⁷⁰ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 156.

²⁷¹ *Op. cit.*, pp. 45-65.

without a friend in the world, conscience stricken and miserable, yet clinging to life – no one suspecting that beneath those rags was hidden the atrocious criminal, Joseph Policarpio. (Vol. III, p. 225)

Perante trechos como este, constatamos que é neste tipo de momentos narrativos que a ficção procura colmatar as lacunas da História. Na ausência de informações sobre o que terá acontecido a tal figura, Kingston faz uso da liberdade que o seu estatuto de escritor, e não de historiador, lhe atribui e reconstitui através da sua imaginação um momento passível de ter ocorrido.

Após terem sido detidos, os aristocratas foram encaminhados para os novos cárceres edificados no Pátio dos Bichos, dependência da quinta real, em Belém. As fidalgas eram enclausuradas juntamente com as suas filhas em mosteiros e os indivíduos de baixa graduação tinham como destino as cadeias locais. Consta-se que em Janeiro já haviam sido ultrapassadas as mil detenções relacionadas com a tentativa de regicídio²⁷². De acordo com o narrador, o encarceramento dos suspeitos ficou perpetuamente manchado pelas péssimas condições em que eles se encontravam. Apelando à piedade do leitor, enfatiza o facto de até as próprias instalações terem sido concebidas para acolher animais selvagens e não seres humanos. Este argumento salienta a desumanidade com que os prisioneiros foram tratados:

Words are insufficient to describe the sufferings of the high-born captives who lay in those wretched cells, formed to contain wild beasts instead of human beings, whither the stern policy of the Minister had condemned them to be conveyed. Kept apart from each other, in darkness and solitude, though near enough to hear each other's groans and cries, they were allowed no change of garments from those in which they were first apprehended; straw heaped in a corner on the floor, unswept since the removal of its former savage inhabitants, formed their places of rest; the coarsest food, sufficient to sustain nature, was

²⁷² J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 151.

alone supplied them, and no one but the officers of justice was allowed to visit them. (Vol. III, p. 268)

Os interrogatórios são igualmente um ponto delicado, pois os métodos utilizados – incluindo obviamente a tortura – faziam com que os interrogados dissessem tudo o que era esperado deles. O duque de Aveiro, o primeiro a ser ouvido, após não aguentar mais o sofrimento, declarou-se culpado e incriminou outros nobres, nomeadamente os Távora²⁷³. Através do seu silêncio, o narrador põe em questão a veracidade das suas declarações: «Whether his account was true, or whether it was the invention of his brain wrought into madness by agony, has never yet been satisfactorily determined. We leave our readers to form their own conclusions.» (Vol. III, p. 271) É interessante verificar que após a narração da forma dúbia como o processo foi sendo conduzido, é relegado para os leitores o papel de avaliar e ajuizar não só os métodos utilizados, bem como os resultados obtidos. É evidente que embora o narrador não manifeste explicitamente a sua opinião, através de estratégias narrativas foi conduzindo o leitor para uma determinada percepção dos factos, levando-o a concluir que o recurso a métodos nada ortodoxos demonstra a parcialidade da inquirição, bem como a mais completa ausência de fiabilidade das conclusões obtidas.

Depois de muito ter elogiado o ministro pela sua acção nos momentos de aflição que invadiram Lisboa, o autor-narrador não consegue ter a mesma opinião em relação a este processo: «We do not venture to describe more minutely the dreadful scene of tyranny, injustice, and human suffering.» (Vol. III, p. 271) O narrador não se cansa de mostrar ao leitor a parcialidade com que o Marquês conduz este processo, revelando que terá ido ao extremo de instaurar um tribunal especial para julgar o caso:

²⁷³ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, p. 120.

On the first day, the judges appointed by the Minister to preside could not come to an agreement; two of them firmly refusing to sign the process. [...] He therefore instituted another court, taking care that the presidents should be creatures entirely devoted to his service, and the result of the trial may be anticipated. (Vol. III, p. 271-272)

O excerto transcrito demonstra que William Kingston também estava informado acerca do processo, utilizando esses dados, com mais ou menos pormenores, para construir a sua história, mantendo-a sempre com um cariz de veracidade. Através de um decreto com data de 9 de Dezembro, instituiu-se um tribunal de inconfidência ao qual os três Secretários de Estado presidiriam (Sebastião José de Carvalho e Melo, D. Luís da Cunha e Tomé Joaquim da Costa)²⁷⁴. Para além da parcialidade e dos métodos pouco ortodoxos utilizados, este processo também é caracterizado pela celeridade com que foi concluído. Apesar das centenas de arguidos, os interrogatórios que interessavam ser feitos foram realizados até dia 8 de Janeiro e no dia seguinte o processo foi enviado à Mesa de Consciências e Ordens, foro privilegiado dos réus pertencentes às ordens militares, como era o caso do duque de Aveiro, do marquês de Távora e do conde de Atouguia. Esta mera formalidade não alterou em nada as conclusões que haviam sido apresentadas e apenas dois dias depois, a 11 de Janeiro, o tribunal pronunciou-se entregando os réus ao poder civil. Por sua vez, ao único defensor nomeado para este caso foram-lhe concedidas algumas horas para ler os autos e preparar a defesa. Na noite do dia 12, os acusados conheciam a sua sentença²⁷⁵. Também no nosso romance, o leitor é confrontado com a celeridade deste monstruoso processo:

I come now from the trial of the once so-called Duke of Aveiro, the Marquis of Tavora, and their associates: the judges have found them guilty of

²⁷⁴ *Idem*, p. 117.

²⁷⁵ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 151-156.

the most atrocious of conspiracies, and have condemned them cordingly. (Vol. III, p. 279)

As sentenças atribuídas foram implacáveis e inclementes. Várias famílias inteiras da nobreza, nomeadamente a do já referido marquês de Alorna, e alguns membros da Companhia de Jesus, ficaram durante anos a fio esquecidos nos calabouços das mais horrendas prisões. Aos que foram considerados estar directamente ligados ao atentado – família Távora, duque de Aveiro e os subordinados deste – foi-lhes imposta a pena capital. No dia 13 de Janeiro de 1759, antes de serem executados, os condenados sofreram horrorosos suplícios em praça pública e, por fim, os seus corpos foram queimados e as cinzas atiradas ao rio²⁷⁶. Este acontecimento, que marcou inegavelmente a acção do Marquês de Pombal, foi narrado no nosso romance ao longo de várias páginas. Nelas, o narrador, além de dramatizar as cenas de execução dos nobres, descreve o ambiente e as pessoas que pacientemente assistiam àquele espectáculo mórbido e sanguinário.

Antes do início do capítulo dedicado a este episódio negro da História de Portugal, o autor-narrador, enquanto cidadão inglês, faz um juízo de valor sobre toda esta situação:

We would gladly avoid detailing the following narrative, but no one who is writing the life of the great Prime Minister of Portugal can pass it over in silence; and while his name is mentioned in history, so will be the dreadful tragedy in which he was the principal actor, with the execrations of all who have a sentiment of pity for human suffering in their bosoms; even had the sufferers been proved guilty, which we, as Britons, and lovers of our own just laws affirm they were not. Guilty in the sight of Heaven, some of the accused too probably were, but by no law founded on common equity or humanity were they proved so. (Vol. III, p. 282)

²⁷⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, Vol. VI, pp. 43-44.

Neste comentário, para além de indicar o ministro do rei como o responsável da injustiça cometida, Kingston compara o sistema de justiça português ao inglês. Através da ironia – “great Prime Minister”, da responsabilização do Marquês e do enaltecimento da justiça inglesa, da qual se mostra orgulhoso, evidencia não só a distância entre os sistemas judiciais dos países aliados mas também a superioridade da justiça inglesa. Aqui o escritor deixa evidente a sua crença na inocência dos condenados, criticando o facto de estes terem sido condenados sem que a sua culpabilidade tivesse sido efectiva e cabalmente comprovada. Contrariando um pouco esta repugnância, o historiador Kenneth Maxwell, também britânico, esclarece que para a época em questão os castigos atribuídos não diferiam dos que eram aplicados em outros países quando ocorriam crimes de lesa-majestade, sendo que o inusitado da situação residia no facto de os sentenciados pertencerem às famílias mais nobres do país²⁷⁷.

Joaquim Veríssimo Serrão, entre muitos outros autores, devido à inexistência de provas que comprovem o envolvimento dos Távora na conspiração, demonstra, igualmente, a sua crença na inocência desta família:

Havendo uma onda de mal-estar contra o secretário de Estado, não se prova que o papel dos Távora fosse além de uma corrente de opinião, encobertamente agravada pelo escândalo da marquesa nova. Mas daí a implicar a família na conjura vai a larga distância entre culpas não provadas e a intenção de a incluir na nobreza palaciana que o monarca tinha por desafecta.²⁷⁸

²⁷⁷ «O tratamento dos conspiradores não estava em desarmonia com os costumes europeus do século XVIII. Em 1775, o malsucedido assassino de Luís XV da França, Robert-François Damiens, foi submetido a todas as formas de castigo físico em uso na época, até que finalmente, horas depois, o *coup de grâce* foi administrado. O incomum no caso dos Távora e do duque de Aveiro foi a posição social das vítimas. O duque de Aveiro, Dom José Mascarenhas, era o nobre mais poderoso de Portugal depois da própria família real e presidente do supremo tribunal. O marquês de Távora Velho era general e director-geral da cavalaria e havia servido como vice-rei da Índia. O conde de Atouguia era responsável pela guarda do palácio do rei.», in Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 88.

²⁷⁸ *Op. cit.*, Vol. VI, p. 44.

No entanto, apesar de admitir a injustiça cometida, o historiador é peremptório em afirmar que o único responsável é D. José I, pois sem o seu consentimento Pombal não teria poder para agir:

Para além do carácter violento do secretário de Estado, marca da sua indómita vontade, a questão dos Távoras, com tudo o que a mesma revela de arbitrário, apenas teve um responsável à face da lei e que o ficou também a ser perante a história: o rei D. José I. Que Sebastião de Carvalho desejasse o castigo dos incriminados, por vingança pessoal ou ódio político, não é afirmação que se rejeite. Mas que tivesse sido o motor da sentença, contra a vontade do monarca ou sendo este indiferente ao processo, eis o que nenhum historiador imparcial está em condições de admitir.²⁷⁹

O nosso escritor está consciente de que o ministro precisava da autorização do rei para agir, daí que nos apresente numerosas cenas onde o Marquês pede poderes ao monarca e lhe leva documentos para assinar. No entanto, paralelamente a estes episódios, há muitas outras passagens onde nos deparamos com um ministro que manipula completamente o seu soberano:

“Men would blame me, did they know the game I played,” he thought, “but ’tis the way by which alone I can manage my weak and indolent master: - master!” he muttered, in a scornful tone, “let me say, my slave, my tool! I can brook no master. While he is occupied by some mad folly, or new passion, he will gladly resign all but the empty shadow of power into my hands, and it must be my care to keep him thus employed, while I silence, and for ever, all opposition from without to my aims.” (Vol. III, pp. 302-303)

Para além do estadista, todas as outras personagens do romance estavam conscientes de que quem realmente tinha o poder era Sebastião José. No já referido

²⁷⁹ *Idem*, p. 46.

episódio em que o judeu António pede como recompensa a abolição das discriminações contra o seu povo, o sapateiro, perante as hesitações de Carvalho, diz-lhe que ele é o único que governa:

“You know well that, of myself, I have no power to grant this one.”

“Pardon me, your Excellency, I know well the power, both to will and act, rests with you, and you alone,” answered Antonio, vehemently. (Vol. III, p. 198)

O próprio D. José, que o narrador classifica de «weak and timid Monarch» (Vol. III, p. 272), quando a sua amante D. Teresa lhe vai pedir misericórdia para os condenados, confessa que age de acordo com o que lhe é sugerido pelo seu ministro e que não pode tomar nenhuma decisão sem o consultar:

“Rise, madam, rise. I have no enmity against your relations. It is not I who accuse them. They have been tried by the laws of the country, and, if guilty, I have resigned all power over them. My crown, my life, the happiness of my people, and the tranquillity of the land, require their punishment. It is by my Minister’s advice I act thus, and to him you must plead their cause.” [...]

“I cannot rise till I hear their pardon pronounced by your gracious lips,” returned Donna Theresa. “Let me, to prove my innocence of betraying them, be the bearer of your forgiveness.”

“I do forgive them,” answered the King; “yet, in so important a matter, I may not act further without consulting my Minister.”

“Then their doom is sealed!” cried the unhappy lady. (Vol. III, pp. 275-277)

Ao analisarmos este diálogo entre estas duas personagens, podemos concluir estarmos perante uma cena extremamente caricata. Após vários momentos onde o rei se apresenta descontrolado emocionalmente devido aos problemas com que se depara,

aqui, apesar de ceder aos pedidos da amante, revela-se demasiado impotente para se opor à vontade do seu ministro.

Tendo em conta estes exemplos, que não passam de meras ficcionalizações de episódios que poderiam ter acontecido mas que não estão registados nos anais da História, podemos afirmar que William Kingston estava convicto de que durante os vinte sete anos de reinado de D. José I, a figura que realmente governou foi Sebastião José de Carvalho e Melo. Arnaldo Gama, em *Um Motim Há Cem Anos*, revela partilhar a mesma ideia:

Tal era Sebastião José de Carvalho e Mello, que poucos annos depois da época, em que d'elle estamos falando, foi creado conde de Oeiras e depois marquez de Pombal, por el-rei D. José I, que elle chamava seu senhor, mas que em verdade pouco mais era do que o escravo submisso do talento e do tino governativo do ministro.²⁸⁰

Esta passagem, retirada também de um romance, reflecte claramente o que uma grande parte dos interessados por este período considera sobre este reinado. Por mais que se argumente que só o rei tinha plenos poderes para comandar o seu país e tudo o que se efectuava tinha que ser com o seu consentimento, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo é incontornável. Uma grande evidência da sua soberania é o facto de este período ser designado de Era Pombalina, entre outros epítetos, que remetem para a figura do Marquês de Pombal, em vez de, por exemplo, Era Josefina.

Colocando agora de parte a questão de quem foi realmente o verdadeiro soberano no reinado de D. José I, e fazendo uma análise geral dos dois temas aqui desenvolvidos – Motim do Porto e Condenação dos Távora –, que remetem para o carácter despótico e tirânico do Marquês de Pombal, concluimos que estes dois

²⁸⁰ *Op. cit.*, p. 472.

episódios da História portuguesa são representativos da mudança política que se fazia sentir em Portugal. Como fomos referenciando ao longo deste estudo, constata-se que a partir de meados do século XVIII tem início uma maior centralização de poderes no rei. A coroa pretende constituir-se em centro único do poder e da ordenação social, eliminando os centros políticos periféricos. Para se alcançar esta soberania, o recurso à justiça vai ser o meio utilizado.

Ao contrário de outros tempos em que a punição real tinha uma função quase exclusivamente simbólica, com este novo reinado passa a desempenhar um papel normativo prático. Segundo José Mattoso «Ao punir, pretende-se, de facto, controlar os comportamentos, dirigir, instituir uma ordem social e castigar as violações a esta ordem.»²⁸¹ É irrefutável que o agravamento do rigor do sistema penal da coroa coincide com a chegada de Sebastião José ao governo. Desde que iniciou funções como ministro aumentou a frequência da aplicação da pena de morte, sobretudo nos casos que representavam uma clara oposição política à coroa. Os episódios desenvolvidos por William Kingston são ilustrativos de como os envolvidos nessas manifestações de oposição ao governo foram cruelmente punidos.

O único meio que o estadista encontrou para impor reformas necessárias a um país obsoleto, onde a aristocracia e o clero eram claramente forças opositoras da mudança, foi o meio judicial. Todavia, o elevado número de penas capitais aplicadas passou a subverter o objectivo de instituir uma nova ordem social, abafando qualquer oposição que lhe fosse feita. Deste modo, rapidamente se passou a encarar o justicado como vítima deste sistema repressivo e cruel²⁸².

²⁸¹ José Mattoso, *op. cit.*, Vol. IV, p. 252.

²⁸² *Idem*, pp. 251-256.

5.7. O desfecho do Romance

Depois de termos focado todos estes aspectos sobre os quais o nosso romancista se debruçou tão laboriosamente, resta apenas referir que sobre a política pombalina, após a condenação dos Távora e a expulsão dos jesuítas do país, não há praticamente quaisquer referências. O escritor limita-se a concluir a sua história dando-nos sínteses do sucedido ao herói da narrativa de cariz ficcional e do destino do protagonista da narrativa histórica.

O nosso herói romântico, depois de ter sido preso injustamente por suposto envolvimento na conjura, acabou por ser recompensado com o amor. No que historicamente teria sido impossível, Sebastião José reconhece o seu erro e, secretamente, manda libertar Luis d'Almeida na condição de que este saia do país, não revelando a ninguém o sucedido. Depois de libertar a sua amada da clausura do convento, os dois refugiam-se em Inglaterra onde viveram felizes para sempre:

Favourable breezes carried them to the free and happy shores of England, where, a few days after their landing, they were married, with due pomp, at the Portuguese Embassy, a measure Gonçalo Christovão highly approved of, when he discovered that the Senhor d'Almeida had settled a handsome fortune on his nephew. (Vol. III, p. 348)

O destino do nosso estadista não terminou de uma forma tão feliz. Embora no romance seja apenas referido que Sebastião José foi deposto após a morte do seu rei e exilado na sua terra, sabemos que os últimos anos de vida do Marquês de Pombal foram bastante sofridos. Quando em 1777 D. Maria I ascendeu ao trono, Sebastião José deixou as suas funções. A 26 de Setembro de 1779 é aberto um inquérito para averiguar os excessos que o Marquês havia cometido. Apesar de estar gravemente doente e da idade

avançada, os interrogatórios começam a 11 de Outubro, terminando a 15 de Janeiro do ano seguinte. Por sua vez, o veredicto só sai a 16 de Agosto de 1781. Aí a rainha manifesta que o perdoa, mas exige que se mantenha desterrado da corte. Poucos meses depois, a 8 de Maio de 1782, Sebastião José de Carvalho e Melo acaba por falecer vítima de chagas purulentas, uma espécie de lepra ²⁸³.

Sobre o destino da personagem Sebastião José, William Kingston deixa-nos estas últimas linhas do seu romance:

The fate of the Prime Minister is well known. On the death of Joseph, he was deprived, by Donna Maria I., of his offices, and banished to his native town, where, at an advanced age, he died, his sons inheriting his titles and property, of which his enemies could not deprive him. (Vol. III, p. 348)

Lidos e analisados os três volumes que compõem *The Prime Minister*, é interessante verificar que embora o nosso escritor inicie o seu romance com a apresentação da personagem ficcional Luís de Almeida, termina-o com um brevíssimo resumo sobre a vida do Marquês de Pombal após a morte de D. José I. Não obstante todos os elementos ficcionais que foram introduzidos na narrativa, a decisão de finalizar o romance com dados históricos vem reforçar a ideia que o autor-narrador foi passando ao longo das cerca de mil páginas, de que as informações por ele transmitidas se baseavam em dados que havia recolhido durante as suas pesquisas. Concluimos assim que até mesmo no encerramento da sua H/história William Kingston investe em estratégias que atribuam veracidade à sua ficção histórica.

²⁸³ J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 276-313. V. igualmente Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal – O Homem, o Diplomata e o Estadista*, pp.167-190.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. Estudo da recepção da obra *The Prime Minister*

Para finalizarmos o estudo de *The Prime Minister*, gostaríamos de analisar a recepção que a obra teve aquando da sua publicação. Muito provavelmente o público-alvo deste romance seria a comunidade inglesa. A principal evidência reside no facto de ter sido escrito em língua inglesa e nunca ter sido feita uma tradução, quer para português, quer para outra língua onde o tema eleito fosse do interesse da população. Por outro lado, no que diz respeito a um público português, uma vez que a narrativa versa sobre um período específico da História portuguesa, podemos referir que só a partir do ano de 2005 é que passou a existir uma cópia disponível de *The Prime Minister* em Portugal.

A divulgação desta obra de William Kingston, segundo os dados que conseguimos obter, parece ter sido feita unicamente entre os leitores britânicos. Através das nossas pesquisas pelas obras do autor e pelos periódicos ingleses publicados entre 1845 e 1846, encontrámos quatro recensões críticas a *The Prime Minister*²⁸⁴. No número 6 da revista *The Lusitanian*, onde o nosso escritor era colaborador, foi publicado um “Literary Notice” sobre a obra:

²⁸⁴ Maria da Conceição Emiliano faz referência a outras duas críticas, publicadas em *The Spectator* (London, March 29, 1845) e em *The Athenaeum* (London, August 16, 1845), mas como não conseguimos ter acesso às mesmas não serão aqui comentadas. Todavia, veja-se a sua análise em *William Henry Giles Kingston: Percursos Lusitanos*, p. 28.

Perhaps there is no character in Portuguese history which has called forth so many conflicting opinions as that of Sebastião José de Carvalho – better known by his title of Marquis of Pombal – the all powerful Minister of Dom José. Praised to the skies by some of his historians, abused and vituperated by others – his administration is involved in a mass of contradictions, that render it, notwithstanding its comparatively modern date, one of those periods of Portuguese history of which we know the least with any certainty; – all parties however seem now to agree that his great object was the aggrandizement of his native country, and that in pursuit of this, individual or incorporated rights were recklessly trampled upon whenever they happened to cross his path – At times too it appears doubtless that the power he wielded was used for any but rightful purposes, and that the personal piques, and private quarrels of the man, were fearfully avenged by the unsparing Minister. This Personage is the Prime Minister, who though not exactly the hero of the tale before us, is the person upon whom all the other characters depend. It had been our intention to write an elaborate review of this book – but Mr. W. H. Kingston is well known to almost all our readers; and is our friend, and collaborator in the Lusitanian [...]. We shall confine ourselves therefore to giving a few extracts from the work. [...] In conclusion we cannot help congratulating Mr. Kingston on the great improvement in style and language which the Prime Minister, exhibits – and shall hail with pleasure the appearance of the tale which he is at present preparing.²⁸⁵

Como podemos constatar pela dimensão da crítica que lhe foi atribuída, a realização deste trabalho sobre o Marquês de Pombal teve um lugar de destaque neste periódico literário. Se por um lado «o objectivo primordial da revista era servir de veículo de divulgação de Portugal e da sua cultura entre os ingleses»²⁸⁶, ao que este tema é propício; por outro, o facto de William Kingston, tal como se encontra referido no texto transcrito, ser já um escritor a que os leitores se haviam acostumado, ser um amigo entre as pessoas da comunidade e colaborador da revista levava a que os seus

²⁸⁵ *The Lusitanian*, nº 6, Porto, 1845, pp. 342-348.

²⁸⁶ João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto, The Lusitanian (1844-1845)*, p. 2.

textos suscitassem interesse. Para além de se apresentar o assunto do romance, evidenciando o carácter contraditório da figura que havia governado o país na segunda metade do século XVIII, são apresentados alguns excertos da narrativa. Esta estratégia teria o objectivo de fazer com que os leitores adquirissem um conhecimento mais concreto da obra em questão e que, surpreendidos pelo pendor deste trabalho, fossem levados a ler a ficção do seu compatriota. Tal como concluímos com o nosso estudo, também aqui se salienta que, embora o título do romance induza o leitor na ideia de que o protagonista da história é o primeiro-ministro, ele não é o herói da narrativa. Apesar de não ser fornecida essa informação, sabemos que é a personagem Luís de Almeida. Não obstante esta tentativa de esclarecer a ambiguidade do título, afirma-se que todas as personagens dependem do Marquês de Pombal e conseqüentemente é em torno dele que se desenrola a acção. É ainda de salientar que William Kingston é congratulado pelo facto de com este romance demonstrar que apurou o seu estilo de escrita. Tendo em conta que o autor visado nesta recensão era colaborador de *The Lusitanian*, não é de admirar que lhe sejam dirigidos rasgados elogios.

Na conceituada revista *Ainsworth's Magazine The Prime Minister* foi divulgado da seguinte forma:

Mr. Kingston's "Prime Minister" is rather an historical tale than a work of fiction, and as such possesses more than ordinary merit. The tale concerns itself with Portugal, in which country the author has resided for some time; and the epoch chosen commences with the summer of 1755, the year of the great earthquake of Lisbon [...]. The "Prime Minister" is Sebastian Joseph de Carvalho, afterwards Marquis de Pombal, one of the most energetic men his country ever produced, and who began whatever reforms have been attempted to be carried out in modern times in those countries; "but," says Mr Kingston, "he was, like Napoleon, never prevented from doing what he considered necessary to forward his own views, either political or private, *by any laws, human or divine*. [...] How difficult is it, then, to associate with such feelings

the calm indifference with which a minister can carry on public affairs, while the first of the nobility are languishing in dark and damp dungeons for mere opinion's sake! [...] Mr. Kingston says he has not described the Marquis de Pombal as performing one action that is not well authenticated. This will render a story of considerable power and interest, still more acceptable to those who may wish for a truthful delineation of Portuguese manners and principles. It is a tale, indeed, of no ordinary people or times, dyed as the latter were in all the various hues of passion, fanaticism, cupidity, violence, and crime. Such a work could, indeed, only have been produced under the favourable circumstances enjoyed by its accomplished author.²⁸⁷

Como se pode verificar, o facto de o nosso autor ter eleito o romance histórico para desenvolver o tema que escolheu é tido como meritório. Esta apreciação está relacionada com o prestígio que este género literário alcançara no século XIX. Também nesta recensão se faz uma apresentação do assunto do romance, evidenciando-se novamente o Marquês de Pombal como a figura mais empreendedora da História de Portugal em oposição à forma despótica e tirana como colocou em prática a sua política. Embora não sejam introduzidos excertos da obra, o interesse dos leitores é suscitado através dos enfáticos juízos de valor impressos, onde se pode intuir um certo distanciamento relativamente à crueldade praticada em nome da evolução do país. Após esta brevíssima síntese, afirma-se que o tema trabalhado é interessante, principalmente para aqueles que através desta história quiserem adquirir conhecimentos acerca do povo português. Para finalizar, elogia-se o autor, acentuando-se que uma obra desta envergadura só poderia ser realizada por alguém que conheceu e vivenciou a realidade portuguesa. Não é de admirar que também esta crítica seja favorável a William Kingston, pois, como vimos quando analisámos o seu percurso biográfico, foi também colaborador desta revista, tendo aí publicado algumas das narrativas de tradição oral que recolheu em Portugal.

²⁸⁷ *Ainsworth's Magazine*, Vol. VII, 1845, pp. 391-392.

Quanto à recensão publicada em *The Critic*, deparamo-nos com uma posição completamente diferente das analisadas anteriormente:

The Prime Minister; an Historical Romance. By William H. G. KINGSTON, author of "The Circassian Chief," &c. In 3 vols. London, 1845. Bentley.

THE title of this novel is deceptive. It is not, as the reader of the advertisement will conclude, a tale of political or even of English life, but a romance, the subject of which is borrowed from the history of Portugal, the prime minister who plays the part of hero, being the Marquis of POMBAL, whose memoirs were published about two years ago, probably suggesting the theme and supplying many of the materials for the fiction before us.

[...]

Such a man was a good character for an able novelist to place in the centre of the group, to which it is the business of his work to give complicated movements directed to a definite end; and Mr. KINGSTON has contrived to gather about him a variety of personages of various stations, pursuits, and nations, and to set them in motion with considerable artistic skills. [...] And he has brought together a sufficiency of exciting incidents to amuse the pleasure-seeking reader. But withal there is something wanting to the completeness of the romance. Its interest is not equal to the importance of its subject. There is too evident an effort at novel-writing. The author does not appear so much to have adopted the form of romance from any decided inclination of his tastes and talents in that direction, as from a speculative belief that romance was more likely to sell than formal history; and, therefore, he puts material collected for the one into the form of the other, almost entirely forgetting the spirit that is required to give life and motion and reality to the fiction. [...]

His narrative passages make the best parts of the volumes, and there is an ease and even elegance about them which in some measure compensate the defects we have noticed, and will justify the addition of *The Prime Minister* to the circulating library that is not much restricted in its choice, and to the list of books to be borrowed by the reader whose time is not very precious.²⁸⁸

²⁸⁸ *The Critic*, Vol. I, 1845, pp. 449-450.

No início, verificamos que há o cuidado de esclarecer o leitor sobre uma hipotética interpretação errónea do título de *The Prime Minister*. Uma vez que tinha como público-alvo essencialmente cidadãos ingleses, estes poderiam inferir que se tratava de uma obra política ou sobre a sociedade Inglesa, em vez de um romance acerca de um dos mais emblemáticos estadistas portugueses. Os possíveis interessados nesta nova obra são então informados de que o herói do romance é o Marquês de Pombal. A isto acrescenta-se que dois anos antes haviam sido publicadas as suas «memoirs» e que provavelmente tinham sido utilizadas como fonte de inspiração para o tema de *The Prime Minister*, mas igualmente como fonte bibliográfica. A obra aqui referida é *Memoirs of the Marquis of Pombal* de John Smith, em dois volumes, publicada em Londres em 1843, e já por nós citada e analisada neste nosso estudo. Como havíamos constatado, William Kingston no prefácio do seu romance faz referência a esta obra de John Smith para esclarecer o seu leitor de que apenas tivera contacto com *Memoirs of the Marquis of Pombal* quando o seu romance já tinha sido enviado para Inglaterra para publicação²⁸⁹. Ao tentar evidenciar que não utilizou essa obra como fonte, descartando eventuais acusações de plágio, contraria o argumento do autor desta recensão de que Kingston poderá ter utilizado essas «memoirs» para colher informação e construir a sua ficção.

Para além deste aspecto que revela um certo desconhecimento dos argumentos de William Kingston no prefácio do próprio romance, o que mais sobressai desta recensão é a crítica negativa que é feita a *The Prime Minister* e ao seu autor. Se por um lado se admite que o tema escolhido pode constituir um bom argumento para um romance, por outro acusa-se Kingston de não ter talento para tal empresa. Chega-se ao ponto de, insultuosamente, sugerir que o escritor optou por este género literário em

²⁸⁹ *The Prime Minister*, Vol. I, Prefácio, p. ix.

detrimento de da área da historiografia por se tratar de um género mais vendável e de êxito editorial garantido. Como verificámos, uma das características do romance histórico é a utilização de estratégias narrativas que levem o leitor a assumir que aquilo que o narrador afirma é baseado em factos verídicos e não ficcionais. Assim sendo, podemos interrogar-nos se a utilização de um narrador a dirigir-se constantemente ao seu narratário para o esclarecer de que aquilo que contava estava inscrito em documentos e manuscritos consultados constitui uma estratégia suficientemente eficaz e surtiu tanto efeito no responsável por esta apreciação que o mesmo acabou por confundir a história de Kingston com a História.

Seria de esperar que, numa revista de crítica literária onde William Kingston não era colaborador, fosse feita uma análise mais imparcial do seu trabalho do que as patentes em *The Lusitanian* e *Ainsworth's Magazine*. Todavia, uma crítica cujo autor revela não ter lido *The Prime Minister* com a atenção que lhe é devida, pois se o tivesse feito não afirmaria que *Memoirs of the Marquis of Pombal* poderia ter sido uma fonte utilizada por Kingston, não deveria ser tão mordaz. Era igualmente desnecessário desprestigiar William Kingston, bem como os seus leitores, indo ao ponto de insinuar que ler este romance é tempo perdido.

Reconhecendo a severidade com que comentou a ficção de Kingston, o crítico desta revista, ao apreciar *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, embora reafirmando que o romance histórico não se adequa ao estilo do autor, parece querer retratar-se dando uma imagem mais amistosa do nosso escritor:

Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil. By W. H. G. KINGSTON,
Esq. in two vols. Parker. 1845.

Mr. KINGSTON is a cheerful, good-tempered, open-hearted, and open-handed gentleman, who goes about the world accommodating himself readily to all companies, making friends everywhere, - looking at the bright side of things,

and the best features, mental and bodily, of persons; quick to observe whatever presents itself upon the surface of society, too easy or too indolent to dive below and search into causes. Such he is shewn to be, not only by the volumes before us, but by his novel of *The Prime Minister*, which we noticed in THE CRITIC some time since with little approbation, because it was evident that he had applied himself to novel writing, as being the most popular form of composition and not as that to which his genius had prompted him.

In these *Lusitanian Sketches* he is seen to much greater advantage.²⁹⁰

Por fim, constatámos que o prestigiado jornal *The Times* dedicou parte de algumas das suas colunas à divulgação do romance histórico de William Kingston. Nesta apresentação, reconhece-se que, pela qualidade de trabalhos anteriores, o escritor é merecedor de ser referenciado. Quanto à narrativa, para além do leitor ser informado acerca do seu assunto, comenta-se que é muito interessante pelos elementos de verdade que contém e pelas descrições realistas dos usos e costumes do povo retratado. Para exemplificar, são transcritos alguns trechos, que se prolongam pelo suplemento do jornal:

THE PRIME MINISTER; AN HISTORICAL TALE OF PORTUGAL

By WILLIAM H. G. KINGSTON.

We are obliged, for want of space to leave ordinary novels unnoticed; but the author of the tale before us has lifted himself so far out of the usual track as fairly to challenge some special observation.

The main action of this work is the suppression of the great conspiracy of the Jesuits and nobles of Portugal, in the middle of the last century, by the celebrated Minister, the Marquis of Pombal. This public history is threaded by a personal narrative of the adventures which befel a loving young couple of high degree; and if we are literally to believe the declarations of the author, even these private adventures rest on a foundation of historical truth. He was for some time a resident at Oporto, and enjoyed free access to the public library there [...]. Be the sources what they may, the story possesses great interest from

²⁹⁰ *The Critic*, Vol. II, 1845, pp. 534-535.

that air of truth and nature which is given to all its pictures by his intimate acquaintance with the scene of the action, and with the national habits and manners of the actors. Of this graphic merit the following passage will afford a fair sample.²⁹¹

No que nos diz respeito, por todos os aspectos analisados, concluímos que *The Prime Minister* é uma obra deveras interessante, não só pelo tema tratado, mas pela forma como o autor foi capaz de mesclar a ficção com a História. Se para um leitor que não conhece a História de Portugal nem do seu povo este romance pode ser uma forma de adquirir alguns conhecimentos de uma forma prazerosa, para um leitor informado os dados que possui vão-lhe permitir explorar e interpretar uma mais vasta rede de significados patente em *The Prime Minister*.

²⁹¹ *The Times*, Friday, September 5, 1845, p. 8. *Supplement to The Times*, London, Friday, September 5, 1845, N.º. 19,021.

6.2. Conclusão

Uma das motivações para o estudo de *The Prime Minister* foi o facto de ainda não ter sido empreendido um estudo crítico acerca desta obra. Embora William Kingston seja um escritor prestigiado na Era Vitoriana, é reconhecido essencialmente como autor de literatura juvenil. Para além desta faceta mais visível, também lhe foi atribuído mérito pelas obras de carácter interventivo e autobiografista. Estas últimas, enquadradas na literatura de viagens, devido ao facto de conterem relatos muito interessantes acerca do nosso país e do povo lusitano, acerca da sua experiência na sociedade portuguesa e sobre as relações anglo-portuguesas, suscitaram o nosso interesse, o qual aumentou através da leitura de estudos portugueses que lhe haviam sido dedicados²⁹². Constatando que, por várias vezes, Kingston destacara o Período Pombalino nas suas reflexões, considerámos ser interessante verificar como desenvolvera este tema numa narração de três volumes, que o próprio autor cataloga de «historical romance».

Apesar do género literário da narrativa em análise, verificámos a existência de uma significativa intertextualidade entre *The Prime Minister* e as restantes obras de Kingston. Quanto à literatura juvenil, o que mais se evidencia é o recurso ao mesmo tipo de temas e de estratégias narrativas no intuito de envolver o leitor. No que respeita as obras de cariz autobiográfico, constatámos que os dados que utiliza na composição do seu romance não se devem apenas à pesquisa e à consulta de bibliografia que afirma ter realizado. O facto de ter residido em Portugal e de ter viajado pelo país deu-lhe conhecimentos imprescindíveis para descrever e narrar alguns episódios, como os dedicados às viagens de Luís de Almeida, bem como de outros fidalgos, entre Lisboa e

²⁹² Maria Emiliano da Conceição Albuquerque, *op. cit.*, 1988 e João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *op. cit.*, 2001.

o Porto; à descrição das estalagens e da importância destas para os viajantes; aos perigos presentes numa viagem; à insegurança nas ruas da capital; aos conventos; entre muitos outros já referidos e analisados neste estudo. Nas suas obras de cariz autobiográfico, Kingston desenvolve temas que depois utilizados como ficção em *The Prime Minister* são na realidade testemunhos da sua própria vivência. A importância da sua experiência em Portugal é tão marcante, que se torna impossível atenuá-la numa obra caracterizada pelo seu cunho ficcional. O autor constantemente coloca na voz do narrador comentários que remetem para a sua estada no nosso país, fazendo com que neste caso se dissipe a barreira entre autor e narrador.

Através da nossa análise, verificámos que o leitor foi apresentado com uma interessante versão romanceada da Era Pombalina. O nosso escritor, com as deleitosas intrigas de cariz ficcional que se mesclam com as de pendor mais histórico, consegue que até mesmo um leitor informado mantenha o seu interesse aguçado até à última página do romance. Em vez de tecer a narrativa em torno de todos os aspectos que marcaram o reinado de D. José I, William Kingston, centrando-se na figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, elege alguns momentos que considera os mais emblemáticos. Utilizando esses acontecimentos inscritos na historiografia como cenário, faz uma harmoniosa junção entre elementos ficcionais e históricos. O resultado é uma obra de fruição estética, que, embora tendo como limites as barreiras da ficção, oferece uma visão da sociedade setecentista e dos principais acontecimentos que marcaram esse período.

Acerca das intrigas de cariz ficcional, concluímos que estas têm como função servir de cenário à narrativa de carácter histórico, ilustrar os usos e costumes da sociedade setecentista portuguesa e assegurar que o leitor se envolve nessas peripécias ficcionais, garantindo que o seu interesse e o desejo de conhecer o desfecho das mesmas

se mantenha desde o início até ao fim da narrativa. Na verdade, estas intrigas, que têm muitas das características presentes na literatura juvenil de Kingston, são o factor preponderante para que um leitor informado, para além de comprovar a veracidade dos dados históricos aí registados, continue motivado na sua leitura e não se enfade com uma narrativa histórica que poderá não acrescentar nada de novo ao seu conhecimento.

No que diz respeito ao enredo histórico, concluímos que se revela um interessante “testemunho” do Período Pombalino. Indo ao encontro do que afirmara no prefácio, o autor mantém-se fiel às fontes bibliográficas consultadas no curso da sua pesquisa. Ao longo do nosso estudo, fomos confrontando a narrativa de Kingston com trabalhos historiográficos para verificar em que medida os dados inscritos nos anais da História foram ou não subvertidos. Concluímos que o nosso romancista encarnou o papel de historiador, tendo o cuidado de ser muito rigoroso com todas as informações referentes a acontecimentos históricos. Com a utilização desta metodologia, o autor corria o risco de produzir uma obra meramente factual. Todavia, para além de trabalhar toda a informação recolhida e de a colocar ao serviço da sua ficção, foi capaz de efabular episódios para colmatar as lacunas presentes na História. Embora conscientes de que um romance histórico não pode ser lido como uma obra historiográfica, da análise realizada, consideramos que *The Prime Minister* para além de apresentar um retrato muito fiel dos acontecimentos mais marcantes do reinado de D. José I, presenteia-nos com momentos narrativos que poderiam ser mais uma versão da História, das muitas que se encontram à margem daquela que foi institucionalizada e se tornou oficial.

Por outro lado, não podemos deixar de evidenciar que, embora Kingston queira adoptar a mesma postura que os historiadores e afirme a imparcialidade exigida, em muitos momentos deixa escapar o seu ponto de vista. Não conseguindo distanciar-se da

sua génese e formação britânicas, para além das alusões às relações anglo-portuguesas, encontrámos alguns comentários onde é referida a superioridade inglesa relativamente à sociedade portuguesa. Aqui, embora teça muitos elogios ao povo e nação lusitanos, inevitavelmente, deixa transparecer o orgulho de ser britânico. No que diz respeito à actuação pombalina, também não consegue ser imparcial. Nos aspectos que considera dignos de louvor faz os respectivos elogios, mas nos que julga serem repreensíveis não se coíbe de os criticar.

Com estas reflexões não foi nossa pretensão adoptar uma das correntes que vêem o Marquês de Pombal como o “iluminado” ou como o “déspota tirano”. Tendo como base a ficção histórica de William Henry Giles Kingston, quisemos ver como é que o escritor interpretou e reescreveu o Período Pombalino. Embora não pretendendo evidenciar qual a nossa opinião sobre Pombal, queremos apenas exprimir que esta figura não pode nem poderá jamais ficar esquecida nos anais da História. Apesar de o preço ter sido elevado, o estadista, cujo nome o tempo não apaga, deixou um legado que ainda no século XXI é visível. Dezenas e dezenas de gerações, consciente ou inconscientemente, têm usufruído das reformas que o tão amado e tão odiado Marquês de Pombal pôs em curso.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA ACTIVA

1. William Henry Giles Kingston

1. 1. Obras

KINGSTON, William Henry Giles, *The Prime Minister: An Historical Romance*, 3 vols., London, Richard Bentley, 1845.

-----, *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, 2 vols., London, John W. Parker, 1845.

-----, *My Travels in Many Lands, Narrated for My Young Friends*, London, W. Kent and Co., 1862.

-----, (Ed), *Tales for Old and Young of All Classes, by Many Authors*, London, William Kent and Co., 1862.

1. 2. Artigos em periódicos

Kingston's Magazine for Boys, An Illustrated Monthly Miscellany

«Ciudad Rodrigo, and How We Took it, By an Old Soldier», in -----, London, W. Kent and Co. and Bosworth and Harrison, Vol. VI, 1862, pp. 61-64.

New Monthly Magazine and Humorist

«Modern Portugal», in -----, London, Chapman and Hall, Vol. LXXIX, n.º 315, March 1847, pp. 386-396.

«The Last Insurrection in Portugal», in -----, London, Chapman and Hall, Vol. LXXX, n.º 317, May 1847, pp. 95-101.

«A Year in Portugal During the Late Rebellion», in -----, London, Chapman and Hall, Vol. LXXXI, 1847, 127-144.

The Lusitanian, Porto, Tipografia da Revista, 1844-1845.

«The Jew's Revenge», in -----, n.º 4, March 1845, pp. 107-118; n.º 5, April 1845, pp. 219-229; n.º 6, June 1845, pp. 273-281.

«Literary Notice», in -----, n.º 6, 1845, pp. 342-348.

The People's Journal

«Portugal», in -----, London, People's Journal Office, 69, Fleet Street, Vol. III, n.º 71, May 8, 1847, pp. 264-266.

The Portfolio

«Commercial Treaty with Portugal, Letter to the Editor of the Portfolio», in -----, London, Printed for John Olivier, and Sold by Simpkin Marshall and Co., Vol. IV, n.º 18, March 1st., 1845, pp. 244-249.

«Portugal and an Iberian Monarchy; To Which the Attention of Ungothised Slaavs and Greeks Is Requested», in -----, Vol. IV, n.º 14, Sept. 1st, 1844, pp. 249-269.

The Union Jack, Tales for British Boys

«To the Readers of "The Union Jack."», in -----, London, Griffith and Farran, Vol. I, n.º 18, April 29, 1880, p. 288.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

1. Obras e artigos sobre William Henry Giles Kingston (ou que a ele se referem)

«Kingston, William Henry Giles (1814-1880)», in *The Encyclopaedia Britannica, A Dictionary of Arts, Sciences, Literature and General Information*, 11th ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1911, Vol. XV, p. 820.

«Light Literature of the Month», in *Ainsworth's Magazine*, London, Vol. VII (January – June), 1845, pp. 391-392.

«*Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*. By W. H. G. KINGSTON, Esq. In two vols. Parker. 1845.», in *The Critic – Journal of British & Foreign Literature – New Series*, London, Vol. II (May – December), 1844-1845, pp. 534-535.

The British Museum General Catalogue of Printed Books, Photolithographic edition to 1955, London and Wisbech, The Trustees of the British Museum, 1962, Vol. 123, pp. 515-532.

The National Union Catalog, Pre-1956 Imprints, London, Mansell Information, Publishing, Ltd., 1973, Vol. 297, pp. 54-76.

«*The Prime Minister; an Historical Romance*. By WILLIAM H. G. KINGSTON, author of “The Circassian Chief,” &c. In 3 vols. London, 1845. Bentley.», in *The Critic – Journal of British & Foreign Literature – New Series*, London, Vol. I (August – May), 1844-1845, pp. 449-450.

«*The Prime Minister; an Historical Tale of Portugal*. By William H. G. Kingston.», in *The Times*, Friday, September 5, 1845, p. 8; *Supplement to The Times*, London, Friday, September 5, 1845, N^o. 19,021.

«W. H. G. Kingston, 1814-1880», in *Books Collecting and Library Monthly*, London, Published by Books Collecting and Library Monthly, n.º 3, July, 1968, pp. 18-23.

BOASE, Frederic, *Modern English Biography, containing many thousand concise memoirs of persons who have died since the year 1850*, 6 vols., London, Frank Cass and Co., 1892-1921, Vol. II, col. 237-238.

BRATTON, J. S., *The Impact of Victorian Children's Fiction*, London, Croom Helm, Totowa, New Jersey, Barnes and Noble Books, 1981, pp.115-133.

BROWNING, D. C., *Everyman's Dictionary of Literary Biography, English and American*, Revised ed., London, J. M. Dent and Sons, 1960 (1.^a ed., 1958), p. 386.

BUCHANAN-BROWN, J. (Gen. Ed.), *Cassell's Encyclopaedia of World Literature*, Revised and enlarged, 3 vols., London, Cassell and Company, 1973, (1.^a ed., 2 vols., 1953), Vol. II, p. 795.

DODERER, Klaus (Ed.), *Lexicon der Kinder und Jugendliteratur (Ergänzungs und Registerband)*, Weinheim und Basel, Bettz Verlag, 1982, pp. 335-336.

DOYLE, Brian, *The Who's Who of Children's Literature*, London, Hugh Evelyn, 1968 (1st Ed.), pp.163-164.

DRABBLE, Margaret (Ed.), *The Oxford Companion to English Literature*, 5th ed., Oxford, Oxford University Press, 1985, p. 536.

EMILIANO, Maria da Conceição de Albuquerque, *William Henry Giles Kingston: Percursos Lusitanos*, Dissertação inédita de Mestrado, Lisboa, F.C.S.H., U.N.L., 1988.

GIRLING, D. A. (Ed.), *Everyman's Encyclopaedia*, 6th ed., 12 vols., London, J. M. Dent and Sons, 1978, Vol. VII, p. 211.

- HENTY, G. A., «Death of Mr. W. H. G. Kingston», in *The Union Jack*, London, Griffith and Farran, Vol. I, n.º 35, Aug. 26, 1880, p. 560.
- HOUGHTON, Walter E., *The Wellesley Index to Victorian Periodicals, 1824-1900, Tables of Contents and Identification of Contributors with Bibliographies of Their Articles and Stories*, 5 vols., Toronto, University of Toronto Press, 1966-1989, Vol. III, pp. 27, 31-38, 42, 271, 273, 281, 283, 284; Vol. IV, pp. 5-14, 104, 109, 111, 660.
- KEMP, Peter (Ed.), *The Oxford Companion to Ships and the Sea*, London and New York, Oxford University Press, 1976, p. 451.
- KINGSFORD, Maurice Rooke, *The Life, Work and Influence of William Henry Giles Kingston*, Toronto, Ryerson Press, 1947.
- KIRK, John Foster, *A Supplement to Allibone's Dictionary of English Literature and British and American Authors*, 2 vols., Detroit, Gale Research Company, 1965 (1.^a ed., 1891), Vol. II, pp. 953-954.
- KUNITZ, Stanley J.; HAYCRAFT, Howard (Eds.), *British Authors of the Nineteenth Century*, New York, The H. W. Wilson Company, 1936, p. 352.
- LOFTS, W.O.G.; ADLEY, D.J. (Eds), *The Men Behind Boy's Fiction*, London, Howard Baker Publishers, 1970, pp. 214-215.
- LOW, Sampson (Compil.), *The English Catalogue of Books Published from January, 1835, to January, 1863, Comprising the Contents of the 'London' and the 'British' Catalogues, and the Principal Works Published in the United States of America and Continental Europe, With the Dates of Publication, in Addition to the Size, Price, Editor, and Publisher's Names*, Reprinted with the permission of the Publisher's Circular Ltd., Millwood, New York, Kraus Reprint Co., 1976, (1.^a ed., London, Sampson Low, Marston and Co., 1835-1863), p. 430.

MACAULAY, Rose, *They Went to Portugal*, Harmondsworth, Penguin Books, 1985, (1st ed. 1946), pp. 241, 242, 409.

MITCHELL, Sally, HERR, Michael (Ed. And Research Assistant), *Victorian Britain, an Encyclopaedia*, Chicago and London, St. James Press, 1988, pp. 146.

SANDERS, Lloyd C. (Ed.), *Celebrities of the Century, Being a Dictionary of Men and Women of the Nineteenth Century*, London, etc., Cassell and Company, 1887, p. 635.

SILVA, João Paulo Ascenso Pereira da, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto, The Lusitanian (1844-1845)*, “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001.

----- . «Transforma-se o perseguidor na coisa perseguida: A “Vingança do Judeu” segundo William Henry Giles Kingston», in *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Directora: Prof.^a Doutora Maria Leonor Machado de Sousa, Lisboa, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2001, pp. 279-297.

SUTHERLAND, John, *The Longman Companion to Victorian Fiction*, Longman House, Burnt Mill, Harlow (Essex), Longman, 1988, pp. 357-358.

2. O Marquês de Pombal e o Período Pombalino

2.1. Obras e artigos

ARAÚJO, Ana Cristina, *O Terramoto de 1755 Lisboa e a Europa*, Porto, Clube do Coleccionador dos Correios, 2005.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *O Marquês de Pombal e a Sua Época*, 2.^a ed., Lisboa, Clássica Editora, 1990.

- BOIÇA, Joaquim, BARROS, Maria de Fátima (Coords.), *A Terra Tremeu, O Mar Transbordou*, Oeiras, Artinvento, 2005.
- , *1755 A Memória das Palavras*, Oeiras, Cromotipo Artes Gráficas, Edição da Câmara de Oeiras, 2005.
- BOURGOING, Jean-François (Ed), Tradução de Francês para Inglês por John Joseph Stockdale, *Travels of the Duke de Chatelet in Portugal*, 2 vols., London, J. Stockdale, 1809.
- BUESCU, Helena Carvalhão et al. (Orgs.), *1755: Catástrofe, Memória e Arte*, Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, Edições Colibri, 2006.
- , CORDEIRO, Gonçalo (Coord.), *O Grande Terramoto de Lisboa – Ficar Diferente*, Lisboa, Gradiva, 2005.
- CAMACHO, Pedro (Dir.), «1 de Novembro de 1755 – O Dia que Abalou o Mundo», in *Visão*, n.º 660, Edição Especial, 27 de Outubro de 2005.
- CAMPOS, Isabel Maria Barreira de, *O Grande Terramoto (1755)*, Lisboa, Editorial Parceria, 1998.
- CHANTAL, Suzanne, *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2005.
- CHEKE, Marcus, *Dictator of Portugal: A life of the Marquis of Portugal (1699 – 1782)*, 1st ed., London, Sidgwick and Jackson, 1947.
- COELHO, J. M. Latino, *Marquez de Pombal*, Lisboa, Artemágica Editores, 2003.
- DOMINGUES, Mário, *Marquês de Pombal – O Homem e a sua Época*, Lisboa, Prefácio, 2002.

- FERREIRA, Carla Sofia, «Uma História, Duas Perspectivas: Richard Twiss e Nathaniel William Wraxall – Uma Visão Britânica do Portugal Pombalino», Dissertação de Mestrado, Lisboa, F.C.S.H, U.N.L., 2009.
- FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Viseu, Bertrand Editora, 1987.
- , *História da Arte em Portugal: O Pombalismo e o Romantismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2004.
- FRANCO, José Eduardo, RITA, Annabela, *O Mito do Marquês de Pombal – A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria*, Lisboa, Prefácio, 2004.
- GARCIA, Emygdio, *O Marquez de Pombal: Lance d'olhos sobre a sua sciencia, politica e administração; ideias liberaes que o dominavam; plano e primeiras tentativas democraticas*, Lisboa, Officina Typographica, 1905.
- KENDRICK, T. D., *The Lisbon Earthquake*, London, s. ed., 1956.
- LOPES, António, *Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus – Correspondência Inédita ao Longo de 115 Cartas*, Cascais, Principia, 1999.
- , *Enigma Pombal*, Lisboa, Roma Editora, 2002.
- MARTINS, Rocha, *O Marquês de Pombal Desterrado*, Lisboa, Edição da Empresa Nacional de Publicidade,
- MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*, Vol. IV, s. 1., Círculo de Leitores, 1993.
- MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

- MENDES, António Rosa, *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal – Intelectuais e Poder no Absolutismo Esclarecido*, «Série Dissertações», Cascais, Patrimonia Historica, 1998.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- MOORE, George, *Lives of Cardinal Alberoni, the Duque of Ripperda, and Marquis of Pombal*, London, J. Rodwell, 1814.
- NEVES FERREIRA, Ana Filomena, «O Terramoto de 1755 e a Influência da Arte Britânica na Arquitectura Portuguesa Setecentista», Dissertação de Mestrado, Lisboa, F.C.S.H, U.N.L., 2008.
- PEREIRA, Gonçalo, «Lisboa, 0.11.1755 – O dia em que tudo ruiu», in *National Geographic Portugal*, n.º 56, Novembro 2005, pp. 82-107.
- RATTON, Jacome, *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do Seu Tempo em Portugal, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, Fenda, 1992.
- REAL, Miguel, *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*, Matosinhos, Quidnovi, 2005.
- ROLLO, Maria Fernanda et al. (Coords.), *História e Ciência da Catástrofe – 250º Aniversário do Terramoto de 1755*, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, 2007.
- ROSAS, Fernando (Dir.), «No Tricentenário do Nascimento – Pombal e a Questão do Douro» in *História*, n.º 17, Ano XXI, Nova Série, Carnaxide, Edição Publicultura, Setembro de 1999.
- , «1755 – O Terramoto de Lisboa» in *História*, n.º 80, Ano XXVI, 3.ª série, Barcarena, História – Publicações e Conteúdos Multimédia, Outubro de 2005.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Coord.), *Pombal Revisitado*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1984.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal – O Homem, O Diplomata e O Estadista*, 2.^a ed., Lisboa, Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1987.

----- *História de Portugal*, Vol. VI: [1750-1807] – O Despotismo Iluminado, 2^a ed. [ed.rev.], Póvoa de Varzim, 1990.

SILVA, Francisco, *Catálogo da Importante Biblioteca dos Marquezes de Pombal*, Lisboa, Obras Impressas e Manuscritas, 1888.

SMITH, John, *Memoirs of the Marquis of Pombal*, 2 vols., London, Longman, 1843.

STOCK, Maria José (Dir.), «Marquês de Pombal», in *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.ºs 15-16, Lisboa, Instituto Camões, 2003.

TAVARES, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Edições Tinta da China, Lisboa, 2005.

VIEIRA, Pedro Almeida, «O Maquiavel do Iluminismo», in Joaquim Vieira (Dir.), *Grande Reportagem*, n.º 251, Ano XVI, 3.^a série, Lisboa, Global Notícias, 29 de Outubro de 2005.

2.2. Obras de Ficção

BESSA-LUÍS, Agustina, *Sebastião José*, 2^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 2003.

CASTELO BRANCO, Camilo, *O Perfil Marquês de Pombal*, Lisboa, Folhas e Letras, 2003 (Edição original 1936).

GAMA, Arnaldo, *Um Motim Há Cem Anos*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira, 1896.

ROSA, Luís, *O Terramoto de Lisboa e a Invenção do Mundo*, Lisboa, Editorial Presença, 2004.

3. O Período Vitoriano

ALTICK, Richard D., *Victorian People and Ideas – A companion for the modern reader of Victorian Literature*, New York, Norton & Company, 1973.

COOKE, John D., STEVENSON, Lionel, *English Literature of the Victorian Period*, New York, Appleton-Century-Croft, Inc, 1949, pp. 419-422.

HOUGHTON, Walter E., *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870*, London, Yale University Press, 1957.

KELLETT, E. E., «The Press», in G. M. Young, *Early Victorian England, 1830-1865*, 2 vols., London, Oxford University Press, Humphrey Milford, 1934, Cap. IX, pp. 3-80.

MITCHELL, Sally, HERR, Michael (Ed. And Research Assistant), *Victorian Britain, an Encyclopaedia*, Chicago and London, St. James Press, 1988, pp. 145-149.

NEWSOME, David, *The Victorian World Picture – Perceptions and Introspections in an Age of Change*, London, Fontana Press, 1998.

4. As Relações Anglo-Portuguesas

ALMADA, José de, *Para a História da Aliança Luso-Britânica*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional, s.d.

- BRASÃO, Eduardo, *The Anglo-Portuguese Alliance*, London, Sylvan Press, 1957.
- CASTRO, Armando, *A Dominação Inglesa em Portugal, Estudo Seguido de Antologia, Textos dos Séculos XVIII e XIX*, 2.^a ed., Porto, Edições Afrontamento, 1974 (1.^a ed., 1972).
- DELAFORCE, Angela (Coord.), *Portugal e o Reino Unido, A Aliança Revisitada*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GUEDES, Armando Marques, *A Aliança Inglesa Sob o Signo da Dinastia de Bragança*, s.l., Fundação da Casa de Bragança, 1958.
- MACAULAY, Rose, *They Went to Portugal*, Harmondsworth, Penguin Books, 1985, (1st ed. 1946).
- , *They Went to Portugal Too*, Manchester, Carcanet Press, 1958.
- PRESTAGE, Edgar, *A Aliança Anglo-Portuguesa*, Coimbra, Publicações da Biblioteca da Universidade, 1936.
- SELLERS, Charles, *Oporto Old and New*, London, Herbert & Harper, 1899.
- SOUSA, Carlos Hermenegildo de, *A Aliança Anglo-Portuguesa*, Porto, Edições Maranus, 1939.

5. Romance Histórico

- «The Historical Romance», in *Blackwood's Magazine*, London, Vol. LVIII, N.º CCCLIX, September, 1845, pp. 341-356.

- BAKER, Ernest Albert, *A Guide to Historical Fiction*, London, Routledge, 1914.

- BALDERSTON, Daniel (Ed.), *The Historical Novel in Latin America: A Symposium*, Ediciones Hispamerica-Roger Thayer Stone Center for Latin American Studies, Tulane University, 1986.
- BLAND, Caroline, «Prussian, Rhinelander or German? Regional and National Identities in the Historical Novels of Clara Viebig», in Osman Durrani e Julian Preece (Eds.), *Travellers in Time and Space: The German Historical Novel*, Amsterdam, Rodopi, 2001, pp. 383-400.
- BUCKLEY, J. A., WILLIAMS, W. T., *A Guide to British Historical Fiction*, London, Harrap, 1912.
- CAM, Helen Maud, *Historical Novels*, London, Routledge & Kegan Paul, 1961.
- CULLER, Jonathan, «Toward a Theory of Non-Genre Literature», in *Theory of the Novel: A Historical Approach*, Ed. por Michael Mckeon, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 51-56.
- DERRIDA, Jacques, «The Law of Genre», in *On Narrative*, Ed. por W. J. Mitchell, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1981, pp. 51-77.
- FERRIS, Ina, *The Achievement of Literary Authority: Gender, History, and the Waverley Novels*, Ithaca, Cornell University Press, 1991.
- FLEISHMAN, Avrom, *The English Historical Novel: Walter Scott to Virginia Woolf*, London, The Johns Hopkins Press, 1971.
- FOLEY, Barbara, *Telling the Truth: The Theory and Practice of Documentary Fiction*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1986.
- GEARHART, Suzanne, *The Open Boundary of History and Fiction: A Critical Approach to the French Enlightenment*, Princeton, Princeton University Press, 1984.

- GORP, Hendrik van, MUSARRA-SCHROEDER, Ulla (Eds.), *Genres as Repositories of Cultural Memory. Volume 5 of the Proceedings of the XVth Congress of the International Comparative Literature Association "Literature as Cultural Memory"*, Leiden 16-22 August 1997, Amsterdam, Atlanta GA, 2000.
- HIRSCH, E. D, «From Validity in Interpretation», in *Theory of the Novel: A Historical Approach*, Ed. por Michael Mckeeon, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 14-33.
- HUTCHEON, Linda, «‘The pastime of Past Time’: Fiction, History, Historiographical Metafiction», in Michael J. Hoffman e Patrick D. Murphy (Eds.), *Essentials of the Theory of Fiction*, Durham-North Carolina, Duke University Press, 1998, pp. 473-495.
- LARANJEIRA, Maria Cristina Mello, *O Ensino da Literatura e a Problemática dos Gêneros Literários*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1996.
- LASCELLES, Mary, *The Story-Teller Retrieves the Past: Historical Fiction and Fictitious History in the Art of Scott, Stevenson, Kipling, and Some Others*, New York, Oxford University Press, 1980.
- LEE Horsley, *Political Fiction and the Historical Imagination*, London, Macmillan, 1990.
- LITZ, A. Walton, «The Genre of Ulysses», in *James Joyce: A Collection of Critical Essays*, Ed. por Mary T. Reynolds, New Jersey, New Century Views, 1993, pp. 109-117.
- LUKACS, Georges, *The Historical Novel*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981.
- MANZONI, Alessandro, *Del Romanzo Storico: On the Historical Novel*, tradução do italiano para Inglês de Sandra Bermann, Lincoln, University of Nebraska Press, 1984.

- MARINHO, Maria de Fátima, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999.
- , *Literatura e História – Actas do Colóquio Internacional*, Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras do Porto, 2004.
- , *Um Poço Sem Fundo – Novas Reflexões Sobre Literatura e História*, Porto, Campo das Letras, 2005.
- MARTIN, Rhona, *Writing Historical Fiction*, London, A & C. Black, 1988.
- MARTINS, Adriana, *História e Ficção – Um diálogo*, Lisboa, Fim de Século, 1994.
- MATTHEWS, Brander, *The Historical Novel and Other Essays*, New York, Charles Scribner's Sons, 1914.
- MCEWAN, Neil, *Perspective in British Historical Fiction Today*, London, Macmillan, 1987.
- MCKEON, Michael, *Theory of the Novel: A Historical Approach*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 2000.
- MITCHELL, W. J., *On Narrative*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1981.
- OREL, Harold, *The Historical Novel from Scott to Sabatini: Changing Attitudes Towards a Literary Genre, 1814-1920*, London, Macmillan Press, 1995.
- PUGA, Rogério, *O Essencial sobre o Romance Histórico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

-----, «A ‘Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra’ por Teófilo Braga: Rupturas e Continuidades em torno de um Episódio Literário»,
Dissertação de Mestrado, Lisboa, F.C.S.H., U.N.L., 2006.

-----, «*A World of Euphemism*. Representação de Macau na Obra de Austin Coates»,
Tese de Doutoramento, Lisboa, F.C.S.H., U.N.L., 2006.

RANCE, Nicholas, *The Historical Novel and Popular Politics in Nineteenth-Century England*, London, Vision Press, 1975.

ROBERTS, David, THOMPSON, Philip (eds.), *The Modern German Historical Novel: Paradigms, Problems and Perspectives*, New York, Berg, 1991.

TORGAL, Luís Reis, *História da História em Portugal Séculos XIX – XX*, Vol. I, s. l.,
Temas e Debates, 1998.

6. Periódicos Ingleses consultados

Ainsworth's Magazine (Vol. III, 1845, pp. 391-392; Vol. VII, 1845; Vol. VIII, 1846;
Vol. IX, 1846; Vol. X, 1846, pp. 421-430)

Bentley's Miscellany (Vol. XVII, 1845; Vol. XVIII, 1845; Vol. XIX, 1846; Vol. XX,
1846)

Blackwood's Edinburgh Magazine (Vol. LVI, n.º 345, July, 1844, pp.100-113)

Blackwood's Magazine (Vol. LVII, 1845; Vol. LVIII, 1845, pp. 341-356; Vol. LIX,
1846, Vol. LX, 1846)

Book Collecting & Library Monthly (N.º 3, London, July, 1968, pp. 18-23)

Edinburgh Review (Vol. LXXXI, 1845; Vol. LXXXII, 1845; Vol. LXXXIII, 1846; Vol.
LXXXIV, 1846; Vol. LXXXV, 1847; Vol. LXXXVI, 1847, pp. 176-187)

Edinburgh Review – Contributions (Vol. III, 1846; Vol. IV, 1844)

Chambers's Edinburgh Journal (Vol. I, 1844; Vol. III, 1845; Vol. V, 1846; Vol. VI, 1846)

Dublin University Magazine (Vol. XXV, 1845; Vol. XXVI, 1845, pp. 635-655; Vol. XXVII, 1846; XXVIII, 1846)

Metropolitan Magazine (Vol. XLII, 1845; Vol. XLIII, 1845; Vol. XLIV, 1845; Vol. XLV, 1846; Vol. XLVI, 1846; Vol. XLVII, 1846)

New Monthly Belle Assemblée; a Magazine of Literature and Fashion (Vol. XXIV, 1846; Vol. XXV, 1846)

Prospective Review: A Quarterly Journal of Theology and Literature (Vol. I, 1845; Vol. II, 1846)

Sharpe's London Magazine: a Journal of Entertainment and Instruction (November 1845 – April 1846, pp. 83-87)

Tait's Edinburgh Magazine (Vol. XII, 1845; Vol. XIII, 1846)

The Critic – Journal of British & Foreign Literature – New Series (Vol. I, 1844-45; Vol. II, 1844-45; Vol. III, 1846; Vol. IV, 1846)

The Dublin Review (Vol. XVIII, 1845; Vol. XIX, 1845; Vol. XX, 1846; Vol. XXI, 1846)

The Eclectic Review (Vol. XV, 1845)

The Foreign Quarterly Review (Vol. XXXIV, 1844-45; Vol. XXXV, 1845; Vol. XXXVI, 1845-46)

The North British Review (Vol. II, 1844-45; Vol. III, 1844-45; Vol. IV, 1845-46; Vol. V, 1846)

The People's Journal (Vol.III, N° 71, May 8, 1847, pp. 264-266)

The Shilling Magazine (Vol. III, 1846; Vol. IV, 1846)

The Times (Friday, September 5, 1845, p.8; *Supplement to The Times*, Friday, September 5, 1845, N°. 19,021)

The Union Jack (Vol. I, N.º 18, April 29, 1880; Vol. I. N.º 35; August 26, 1880, p. 560)

Westminster Review (Vol. XLIII, 1845; Vol. XLIV, 1845; Vol. XLV, 1846; Vol. XLVI, 1845)

7. Obras sobre Teoria da Literatura

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de, *Teoria da Literatura*, 8.^a ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1997.

CEIA, Carlos, *De Punho Cerrado: Ensaios de Hermenêutica Dialéctica da Literatura Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

HERMAN, David, *Narratologies: New Perspectives and Narrative Analysis*, Columbus, Ohio State University Press, 1999.

LOURENÇO, Eduardo, *O Canto do Signo: Existência e Literatura*, Lisboa, Presença, 1993.

MACHADO, Álvaro, PAGEAUX, Daniel- Henri, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Lisboa, Edições 70, 1988.

RIBEIRO, Maria Aparecida, *História Crítica da Literatura Portuguesa: Realismo e Naturalismo*, Vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1994.

RODRIGUES, Ernesto, *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

TROUSSON, Raymond, *Temas e Mitos: Questões de Método*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

8. Obras de Referência

BOMPIANI, Valentino (Dir.), *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, s.l., Artis-Bompiani, Vol. I, 1966; Vol. III, 1976; Vol. IV, 1979.

CASTRO, Francisco Lyon de (Ed.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Organizado pelo Instituto Português do Livro e da Leitura, s.l., Publicações Europa- América, 1990.

COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, 3.^a ed., Porto, Livraria Figueirinhas, 1982.

Dictionary of Literature, Brockhampton Reference Series, London, Brockhampton Press, 1995.

LISBOA, Eugénio, *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Vol. II, Organizado pelo Instituto Português do Livro e da Leitura, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1991.

MACHADO, Álvaro Manuel (Org. e Dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

REIS, Carlos e Maria da Natividade Pires, *História Crítica da Literatura Portuguesa: O Romantismo*, Vol. V, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1999.

-----, LOPES, Ana Cristina M., *Dicionário de Narratologia*, 7.^a ed., Coimbra, Almedina, 2000.

SARAIVA, A. J., LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a ed., Porto, Porto Editora, 1996.

SILVA, Inocência F. da., *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.

ZUQUETE, Afonso (Dir.), *Nobreza de Portugal*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

9. *Varia*

BRATTON, J. S., *The Impact of Victorian Children's Fiction*, London, Croom Helm; Totowa, New Jersey, Barnes and Noble Books, 1981.

BRIGGS, Asa, *História Social de Inglaterra*, Tradução de Eduardo Nogueira, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

EGOFF, Sheila A., «Children's Periodicals of the Nineteenth Century, A Survey and - bibliography», in *Library Association Pamphlet N.º 8*, London, The Library Association, 1951, pp. 3-26.

JONES, Alun Richard, TYDEMAN, William (Eds.), *Coleridge: The Ancient Mariner and Other Poems*, London, Macmillan, 1973.

MACHIAVELLI, Nicola, *The Prince*, edited by Quentin Skinner and Russell Price, Cambridge, University Press, 1994.

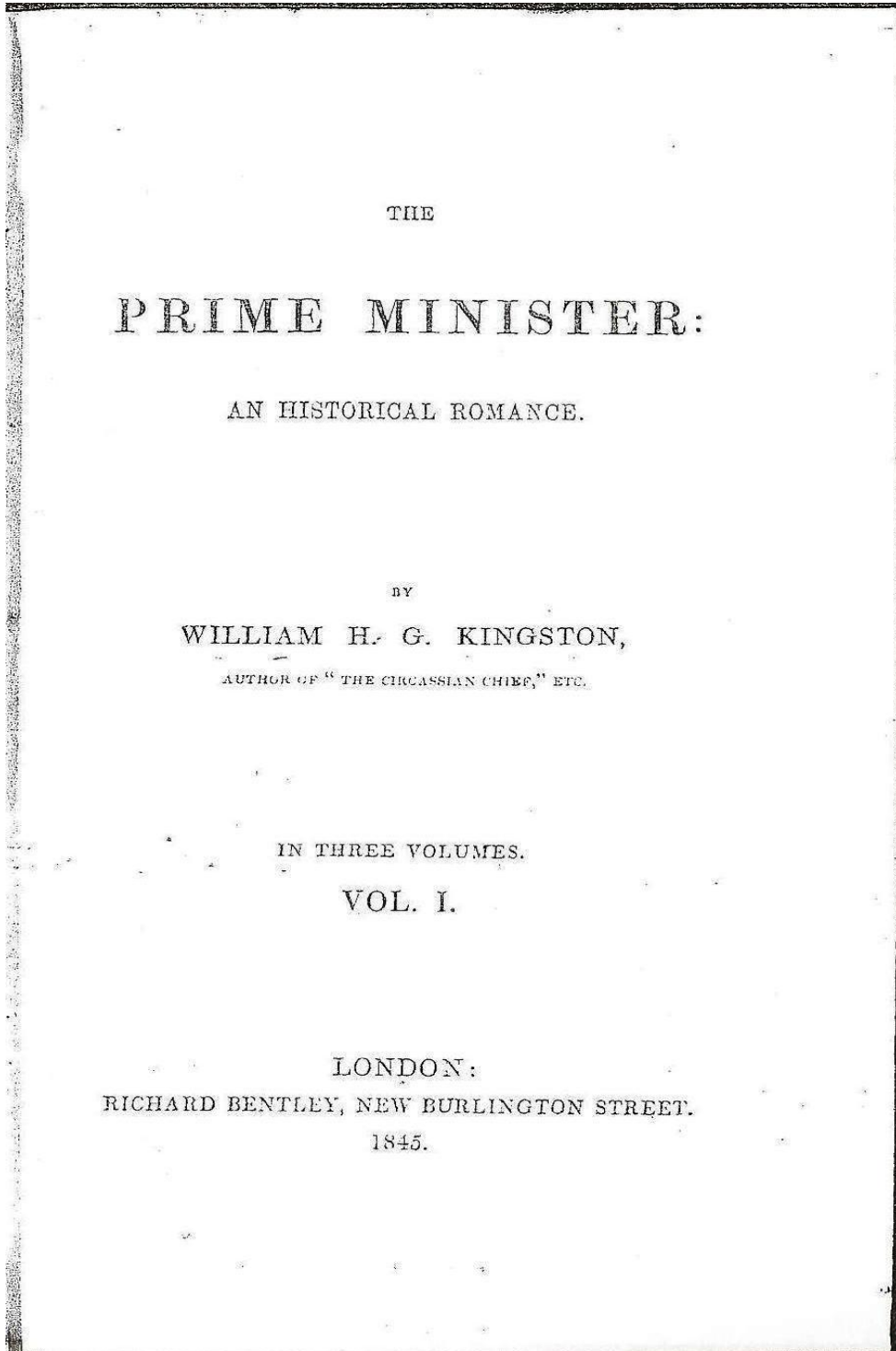
MORGAN, Kenneth (Ed.), *The Oxford Illustrated History of Britain*, Oxford and New York, Oxford University Press, 1997.

SCHILLER, Friedrich, *Die Räuber*, Stuttgart, Reclam, 1958.

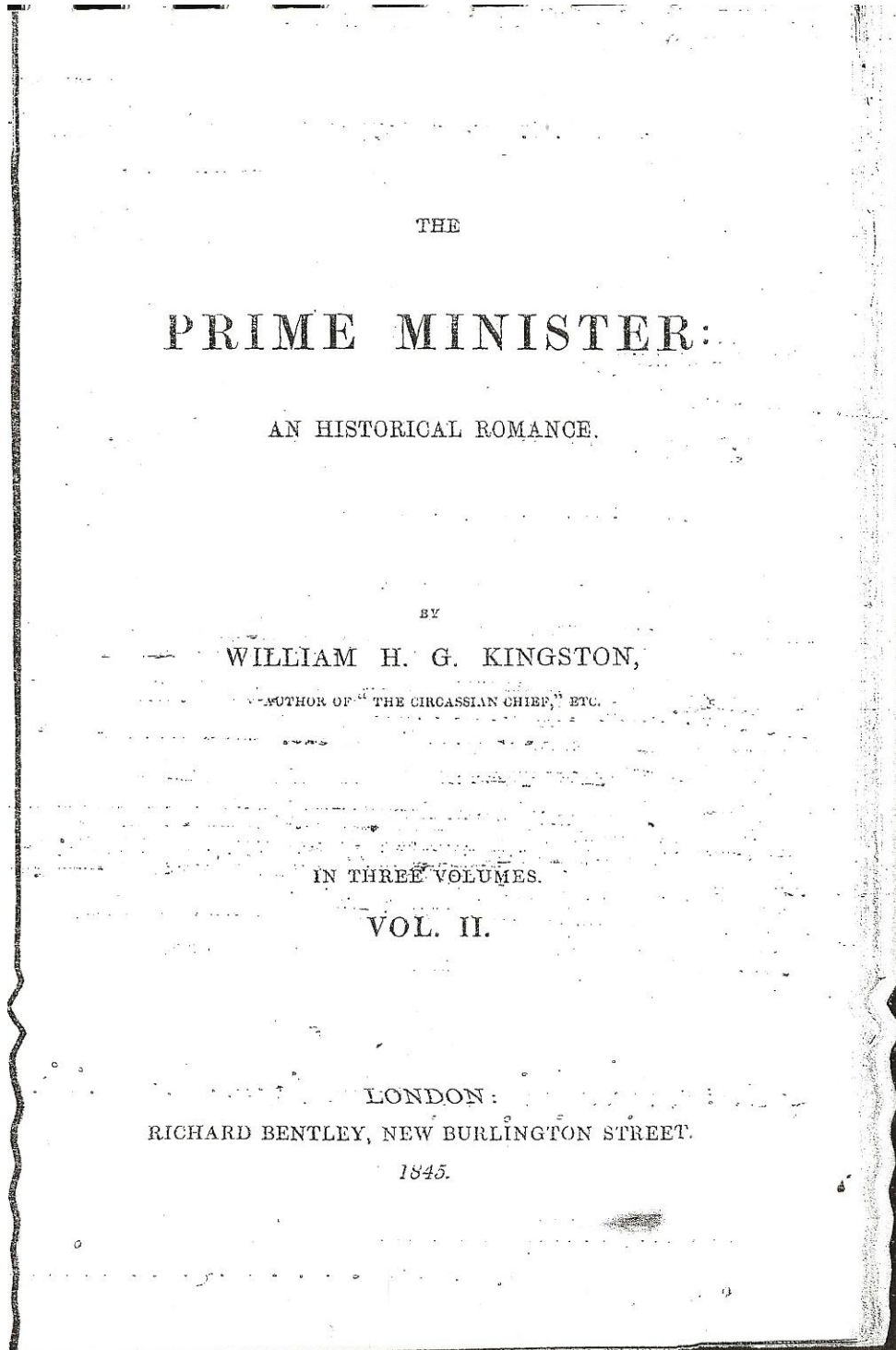
WORDSWORTH, William, COLERIDGE, Samuel Taylor, *Lyrical Ballads*, London,
Macdonald and Evans, 1976.

ANEXOS

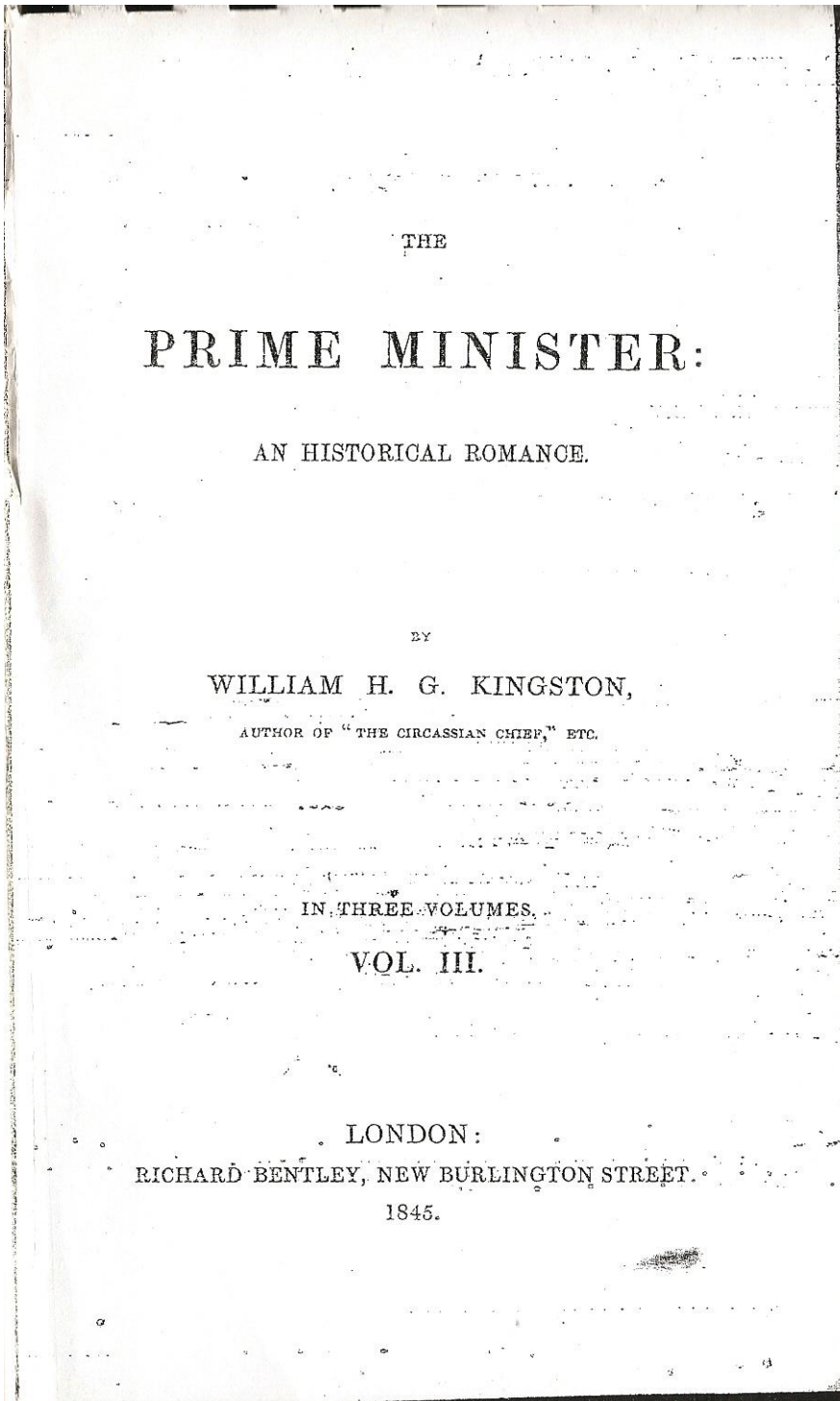
Frontispício *The Prime Minister* de William H. G. Kingston, Vol. I.



Frontispício de *The Prime Minister* de William H. G. Kingston, Vol. II.



Frontispício de *The Prime Minister* de William H. G. Kingston, Vol. III.



Recensão crítica a *The Prime Minister*, presente no n.º 6 da revista *The Lusitanian*, Porto, 1845, pp. 342-348.

THE LUSITANIAN.

343

vette at sea — a most spirited description of a storm follows, during which the vessel is attacked by a Saltee Rover, a desperate engagement takes place, the conclusion of which is thus described.

At the same moment, the glare of the forked lightning exhibited a hundred swarthy turbaned figures on the nettings and lower rigging of the Rover, and like a rush of force vultures on their prey, with loud yells, the foremost threw themselves on the deck of the Corvette, when the upper works of the two ships again separated.

“ Onward, my men, onward ! ” shouted Captain Pinto, rushing forward to repel them at the head of a party of his best seamen, with Don Luis by his side, who at the first fierce onset, warded off a blow which might have proved fatal to the gallant chief. But the pirates fought with all the ferocity of despair and fanaticism, for they neither expected nor asked for mercy; their only hope was in victory. Yet, notwithstanding the desperate resistance they made, they could not withstand the superior numbers of the Portuguese: Loudly rung their fierce war cries; their sharp sabres flashed brightly as they strove for life, every moment expecting to be reinforced by their friends, who waited but the returning roll, when the upper work of the ships should again meet, to rush on board; the flashes from the muskets of the marines, and the pistols of the seamen between the gleams of lightning alone exhibiting the combatants to each other, all the lights on board, having been extinguished to prevent the enemy from taking aim. Again they rallied, the Portuguese giving way. A gigantic Moor who had fallen as they first leapt on board, now extricating himself, attacked Don Luis with such desperate fury, that, although he defended himself with courage and coolness, he would have been overthrown, had not Pedro contrived to get a cut at the Moor’s arm, which brought him bleeding to the deck. The brave captain, once more calling upon his men, pressed the Moors hard: inch by inch they were cut down, or forced back, till they were driven over the nettings into the dark yawning gulph below, or ground by the sides of the ships. But this short success had cost the Portuguese dear, and even their chief felt that they could with difficulty contend against the swarm of desperate miscreants who were ready at the moment to throw themselves headlong among them, nor had the people abt yet succeeded, in spite of all their efforts, in clearing the rigging.

Again the netting of the two ships touched, and uttering loud yells,

LITERARY NOTICE.

“ THE PRIME MINISTER ” by W. H. KINGSTON.

Perhaps there is no character in Portuguese history which has called forth so many conflicting opinions as that of Sebastião José de Carvalho — better known by his title of Marquis of Pombal — the all powerful Minister of Dom José. Praised to the skies by some of his historians, abused and vituperated by others — his administration is involved in a mass of contradictions, that render it, notwithstanding its comparatively modern date, one of those periods of Portuguese history of which we know the least with any certainty: — all parties however seem now to agree that his great object was the aggrandizement of his native country, and that in pursuit of this, individual or incorporated rights were recklessly trampled upon whenever they happened to cross his path — At times too it appears doubtless that the power he wielded was used for any but rightful purposes, and that the personal piques, and private quarrels of the man, were fearfully avenged by the unsparing Minister. This Personage is the Prime Minister, who though not exactly the hero of the tale before us, is the person upon whom all the other characters depend. It had been our intention to write an elaborate review of this book — but Mr. W. H. Kingston is well known to almost all our readers; and is our friend, and collaborator in the Lusitanian, and

“ Praise from a friend, or censure from a foe
is lost on hearers who our merits know.”

We shall confine ourselves therefore to giving a few extracts from the work. The story opens on board a Portuguese Cor-

crowds of the foe men hurled themselves from their posts in the rigging with their gleaming sabres in hand; but it was to destruction; for at that instant a tremendous sea rushed up between the two ships, tearing away all the fastenings which held them aloft. The Rover made one roll to starboard; a vivid flash of lightning threw a momentary lurid glare over her, as her crew were seen to spring upon the larboard rigging, every lineament of their dark features distorted with the wildest rage and despair—those livid, demoniac countenances were long fixed in the memory of all who saw them. The wild frothy sea leaped high between the two barks, but the pirate rose not again; a piercing shriek of agony was the last sound heard ascending in the night air, high above the loud roaring of the tempest. For one instant only were the masts and spars of the Salloe rover seen ere the dark waves rolled triumphantly over the spot where she had been.

The Portuguese gazed with horror, for from such a fate, too, they narrowly escaped through Heaven's mercy. Continuous flashes of lightning darted from the clouds, exhibiting, far astern, the outstretched arms and despairing features of the sinking wretches; but they were pirates, accursed by Heaven and man, and deserved no aid, could any have been afforded them; and the victors bounded on proudly in their course.

We would willingly extract the whole of the glowing description of the terrible Earthquake of 1755, but as it would occupy too much space, we must content ourselves with the following.

The moment this idea occurred to him, he urged on his steed as fast as he could venture to proceed over the ill paved, and rugged streets, till he arrived near the Convent of Santa Clara; he then slackening his pace, rode under its lofty walls, gazing up anxiously at each window as he passed, but she whom he sought appeared not. Twice had he passed, and he began to despair of seeing her, fearful also that his remaining there might attract observation, and suspicion on himself, when, like a bright light in the black obscurity of the midnight sky, at one of the hitherto dark windows, towards which his eyes were turned, appeared a female form.

A lover's sight was not to be deceived: his heart beat with raptures, as he beheld his Clara; nor was she slow as her glance fell on the street beneath, in recognising him who had not been absent

from her thoughts since they parted. She dared not speak, even could her voice have been heard; but her gaze convinced him that his presence caused her no displeasure. Neither could tear themselves away from the spot they occupied; yet, alas! it was the nearest interview they could hope to enjoy. For some minutes they remained regarding each other with looks of fond affection, when, on a sudden, the docile animal Luis rode snorted and neighed loudly, and then trembled violently. A deep low noise was heard, like carriage wheels passing at a distance; it increased, as if a thousand chariots were rushing by, shaking the Earth by their impetuous course. Clara uttered a shriek of terror; for she beheld her lover's steed dash furiously onward, to escape from the dreaded approach of impending ruin. The ill-omened sounds increased. The rider in vain checked him with the rein—the animal uttered a cry of agony, and rearing high in the air, as if struck by a shot in the chest, fell backwards with him to the ground. Luis now in front of the principal entrance to the convent, was uninjured; and, disengaging himself from his fallen steed, which, rising, galloped madly away, he turned towards the gateway of the building. Again that dread-inspiring convulsion wrenched the solid ground. Shrieks and cries of terror rose on every side. The great gates were thrown open, and crowds of nuns were seen issuing forth, in the wildest confusion and despair, flying they knew not whither, the hopes of self preservation urging them onward, thoughtless of all they left behind; and from the door of the adjacent church, a like panic struck mass were seen rushing forward—men, women, and children—the wealthy and the poor—the noble and the beggar—ladies in their silken robes, and priests in their sacerdotal vestments, in one confused concourse all trying to pass each other; the aged and the feeble overthrown and trampled on by the young and vigorous. But the implacable spirit of destruction made no distinction between age or sex, strength or weakness, none could withstand the vast masses of masonry which came hurled on their heads; some few escaped unscathed amid the tremendous shower, but every moment fresh hundreds lay crushed beneath the superincumbent ruins. But Luis, where was he amid the wild uproar and confusion? One only object, one thought filled his imagination. Clara, his own beloved, was within those tottering walls! Could he save her? Not an instant's idea of self preservation crossed his mind. He flew, as he rose from the ground, towards the gate. His eye ranged over the affrighted countenances of the recluses, but she was not among them. It was impossible she could have reached the entrance in time. He

endeavoured to urge his way among them, to enter the house of Clara's name, but no one could understand or answer him. A fair girl came flying past him, shrieking with fear; a vast stone fell from the gateway, and in an instant, that lovely form lay crushed beneath it, a shapeless mass. He stayed, not in his course, but as he rushed on, « Oh, God! » he cried, such might be Clara's fate! His bosom heaved, bursting with his dreadful feelings: he shrieked, but his voice appeared choked, and without strength. The Father confessor passed, followed by the Lady Abbess, for whom he stayed not, though with cries, and implored him to aid her, yet both escaped, and thanked Heaven their righteousness had saved them. While two innocent girls shared the destiny of the former, Luis looked not behind him at their fate; far more terrible dangers were before him, and she whom he sought was in the midst of them! Words cannot paint the horrors which surrounded him; and with far greater rapidity did he rush onward than the uae we must take to describe his progress. Ho, at length, broke his way past the affrighted females, and terror stricken monks who impeded his course, but the strength with which his eagerness to proceed inspired him, was even greater than that which their fear gave to the latter; and triumphing over all obstacles, he reached a large quadrangle, in the right of which appeared a broad staircase, which he knew must lead in the direction where Clara had been. Was she there now? He stayed not to reckon chances. Love gave him the instinct of the Indian to traverse the trackless desert: he hesitated not a moment to consider the path he was to take; for all his thoughts and energies were concentrated on one point — to discover the spot where Clara was to be found. He flew up the stone steps, which yet stood firm, though broken by aures appeared in the walls on each side; he traversed with the speed of the frightened deer, a long corridor, leaping over many a chasm already formed in the floor; the ceiling, at every step, falling on him from above; the ends of the stout beams bending down threatening instant destruction, as their supports, giving way, were leaning toward the street. His breathing, was nearly stopped by the exertion and by the clouds of dust which surrounded him, and which also obscured his sight.

The mortal struggle, between the Marquis of Pombal and the Jesuits, which ended in the total overthrow and expulsion

of the latter, from the Portuguese dominions is well introduced, though we do not altogether agree with the author in his almost morbid fear of the Sons of Loyola at the present day. Here follows one of the scenes in which their intrigues are described.

« Do you bring me any news, holy father? » Said the Marchioness, as the Jesuit was ushered into the apartment in which she was seated; and her attendants, at a sign from her, had withdrawn. « Will the King revoke the sentence of banishment pronounced against that pious saint and holy father, Malagrida; or must we still be deprived of his righteous counsels and exhortations? »

« Alas, lady! the heart of the king is still hardened, I fear through the evil advice of that incarnation of the prince of sin, » answered the priest. « He has not only not revoked the sentence, but is planning fresh aggressions against our church and holy religion. Before long, if such unheard of wickedness is not put a stop to, we shall become a nation of atheists and heretics.

« The words of the sainted Malagrida will come too true, » exclaimed the Marchioness: « our altars will be profaned, and our holy priests driven into exile. His advice must be followed. This wicked King must be removed.

« Heaven forbid that I should say so, » said father Jacinto.

« Ho is the Lord's anointed, and the heritage of this Kingdom is his. My brother Malagrida cannot counsel aught that is wrong; but I would first use milder means. I would seek to turn his heart from wickedness, and lead him to the path of righteousness.

« Has not that been tried, Father, and found to fail? » exclaimed the proud Marchioness, impatiently. « Has he not refused to listen to the words of our religion, and banished from his presence those who are alone able to teach them to him? By what other means then, can you hope to work his conversion? »

« By the gentle influence of your sex, lady, may that happy end be accomplished. The King loves your daughter in law, Donna Theresa, with the most ardent passion; but she is cold and indifferent to him, and faithful to her husband. By her means might his heart be turned to religion, if she would exert her power over him. This she will not do while she fears the censure of the world, who, misinterpreting her conduct; will deem her guilty of infidelity to her husband, while she is innocent of any crime.»

« What, father, you would not ask my daughter in law to dishonour the proud name she bears! exclaimed the Marchioness.»

« Heaven forbid, » interrupted the Jesuit. « I would ask her only to do that which is right. She possesses the means of gaining power in favour of a holy cause, and I would counsel her to exert it. But I say, of her own accord she will not do so; her youth and timidity, her fear of offending you, and her husband, prevent her from encouraging the advances of the King. Were you on the contrary, to sanction her bold efforts to enchain him completely, her scruples would cease; and the censorious world would then be convinced that she was guilty of dishonouring her noble husband, your son, and that she received the visits of the King through that pure friendship which draws persons of similarity of tastes and disposition together.»

« I comprehend your reasons, Father, and pardon me that I should for a moment have misunderstood your expressions. I will see Theresa, and persuade her no longer to treat the King so coldly. I was aware that he had visited her; but my son is still ignorant of the fact, and it will be better not to inform him of it yet: he is young and passionate, and might not understand our motives.»

« Your caution is advisable, lady. » said the Jesuit. « It is a wise plan never to communicate our intentions to more persons than is necessary; and I would advise you to speak on this subject to no one else.»

« I will follow your counsel, Father, » answered the Marchioness. « But, tell me, should Theresa not succeed in turning the King from his evil course, and should he still persist in persecuting the servants of the church, what means must we then pursue?»

« Any will be justifiable, » responded the Priest. « Events are in the womb of time, and according as they appear, so must we guide their course.»

In conclusion we cannot help congratulating Mr. Kingston on the great improvement in style and language which the Prime Minister, exhibits — and shall hail with pleasure the appearance of the tale which he is at present preparing.

EDITORS' TABLE.

1. *Emma, ou a Esperança,*
2. *Revista Universal.*
3. *Annaes Maritimos e Coloniaes.*
4. *Mr. Skeridan Knowles' Lectures.*

Emma.

A small volume of poems with this title was put into our hands the other day, by a friend of ours. The versification is in general easy, and good, and though the poems betray but little originality of ideas, yet they are written with skill and good taste. Their author is Sr. Nuno de Sousa Moura, a resident of the Villa da Feira.

Revista Universal Lisbonense.

We notice with pleasure the appearance of the first number of the fifth volume of this interesting periodical, and trust that it will continue to meet with that success, which the talent and care displayed in its pages so well deserve. We take this opportunity of thanking the Editors of the *Revista* for the favors we have received from them, and shall gladly continue the exchange of our magazines.

Recensão crítica a *The Prime Minister*, presente na revista *Ainsworth's Magazine*, Vol. VII, 1845, pp. 391-392.

LIGHT LITERATURE OF THE MONTH.*

"SAINT PATRICK'S EVE" is one of the best of Mr. Lever's many able productions. In its objects and aim it is serious rather than light, and proves that its writer is as great a master of the pathetic as he is allowed to be of the humorous. We have ever expressed a consistent disapprobation of those literary efforts which, assuming a vast sympathy for the poor deny all merit in the rich, and are rather an attack upon the one than a defence of the other. Instead of inculcating patience and submission in adversity, these works fill the aching heart with discontent. It is satisfactory to find Mr. Lever eschewing all such false and mischievous philosophy. His poor Irishman is skilfully and touchingly portrayed. The story of little Patsy, left an orphan by the visitation of the cholera, is full of affecting incident; and the love, even of a peasant, is touched with a delicate sensibility that lends to the tale a truthful and genuine pathos, and imparts to it high moral and intellectual beauty.

"The rights and privileges of landed proprietorship," remarks Mr. Lever, "have as many duties as adversity has sorrows; those to whom Providence has accorded many blessings, are but stewards of his bounty to the poor; and the neglect of an obligation so sacred as this charity, is not only a grievous wrong, but may also be the origin of evils, for which all efforts to do good through life will be but a poor atonement." Mr. Lever does not enforce these principles by details of grief, which become repugnant, because they are irremediable; but he arouses sympathy, by legitimate means, and deals even justice to all parties.

Miss Camilla Toulmin's "Lays and Legends" form a very beautiful quarto volume, profusely illustrated by engravings on steel and woodcuts. The legends, which in themselves are very charming, are ingeniously interwoven with a tale of every-day life, "linking memories of the romantic past to a story of the real, thoughtful, stirring present." The poetry is, perhaps, of a higher character than the prose—witness the beautiful Song of the Trees, exquisitely illustrated by Williams. The legends of Sir Francis Drake are picturesque and amusing; and there are many pleasing pictures of English life interspersed throughout the volume, which deserves a place on every drawing-room table.

Mr. Kingston's "Prime Minister" is rather an historical tale than a work of fiction, and as such possesses more than ordinary merit. The tale concerns itself with Portugal, in which country the author has resided for some time; and the epoch chosen commences with the summer of 1755, the year of the great earthquake of Lisbon, previous

* St. Patrick's Eve. By Charles Lever. 1 vol.

Lays and Legends illustrative of English Life. By Camilla Toulmin. 1 vol. 4to.

The Prime Minister: an Historical Tale of Portugal. By William H. G. Kingston. 3 vols.

The Battle Cross: a Romance of the Fourteenth Century. By John Brent. 3 vols.

The Gitana: a tale in three volumes. Saunders and Otley.

Letters from the Orient; or, Travels in Turkey, the Holy Land, and Egypt. By Ida, Countess Hahn-Hahn; translated from the German, by the author of "Caleb Stakely."

The English Ceres. Engraved by G. H. Every, from a painting after nature, by the late Madame Soyer.

to which period the weak, bigoted, and profligate King John the Fifth, after allowing his country to sink into a state bordering on ruin, had finished his pernicious reign and worthless life, being succeeded by his son Joseph the First. The "Prime Minister" is Sebastian Joseph de Carvalho, afterwards Marquis de Pombal, one of the most energetic men his country ever produced, and who began whatever reforms have been attempted to be carried out in modern times in those countries; "but," says Mr. Kingston, "he was, like Napoleon, never prevented from doing what he considered necessary to forward his own views, either political or private, *by any laws, human or divine*. It is impossible, in perusing such fearful accounts of barbarous sacrifices made to an iron policy (and which Mr. Smith has attempted to palliate, by saying that some of equal cruelty have taken place in France and Germany), not to wonder that such things could have been in the eighteenth century, if we did not know that the same are of yearly occurrence both in Portugal and her sister in sanguinary policy—Spain, in the nineteenth century. These people are essentially religious, even to bigotry and superstition. They persecute, imprison, and torture, for conscience' sake. How difficult is it, then, to associate with such feelings the calm indifference with which a minister can carry on public affairs, while the first of the nobility are languishing in dark and damp dungeons for mere opinion's sake! How still more difficult to justly appreciate the coolness with which, for the sake of temporary ascendancy, the minister awaits that retributive doom to which he must know he has most certainly consigned himself!" Mr. Kingston says he has not described the Marquis de Pombal as performing one action that is not well authenticated. This will render a story of considerable power and interest, still more acceptable to those who may wish for a truthful delineation of Portuguese manners and principles. It is a tale, indeed, of no ordinary people or times, dyed as the latter were in all the various hues of passion, fanaticism, cupidity, violence, and crime. Such a work could, indeed, only have been produced under the favourable circumstances enjoyed by its accomplished author.

Mr. Brent's "Battle Cross" is dedicated to Lord Albert Conyngham, as holding, by his love of literature and antiquarian research, a distinguished station among his countrymen. It is a romance of the good old school, taking for its epoch the good old times of the border warfare, as it was in its hottest period. The "Battle Cross" is the name of a monument erected on the field where was fought that dreadful combat, in which James, Earl of Douglas, fell mortally wounded, and the renowned Hotspur was taken prisoner. This is a period of English history to which, however, an interest of a different character is imparted, by the great moral and intellectual struggle which had commenced between the followers of John Wycliffe and the ecclesiastical hierarchy of the day; and Mr. Brent has availed himself of these materials with much tact and skill.

A tale like "The Gitana" addresses itself particularly to the lovers of light literature. Its incidents are numerous, and the characters (carried through two generations) are very felicitously portrayed. As a fiction, although of a somewhat sombre cast, it is rendered pleasing by the light of a vivid imagination, and by a correct and gracefully regulated taste. There is also much tenderness of feeling, especially in the female characters, and this interest is well sustained throughout.

Recensão crítica a *The Prime Minister*, presente na revista *The Critic*, Vol. I, 1845, pp. 449-450.

THE CRITIC.

449

pected confessions of love for him, he is reported to have hidden himself in a niche near their chamber, where he could hear their conversations in bed. To his extreme vexation they talked of everybody but himself, and he had the additional mortification to learn that his favourite mistress, the Duchess of MONTESPAN, had carried on a previous intrigue with DE ROHAN. This excites the bitterest feelings of jealousy in the royal mind, and the *Grand Monarque* descends to the most petty measures of annoyance towards the object of his spleen, and crowns them with the studied insult here described:—

Thus, in the scene about to follow, can the reader imagine what is to decide the fate of M. De Rohan? What is to alarm for a few minutes the whole Court of France, and to keep Louis XIV., the despotic and absolute Louis XIV., in a cruel anxiety? Can the reader imagine what is to give rise to a violent struggle between the King and his revolted subject? Can the reader imagine it to be the refusal or acceptance by the King of a miserable hazel wand?

In a word, it was the custom that as soon as the Court arrived at the place of meeting, the Grand Master of the Royal Venerie, approaching the King, according to the privilege of his office, at the moment of drawing cover, should give into his royal hands a wand of hazel, about two feet in length, intended for the purpose of pushing aside the boughs of trees during the chase. This hazel rod was called the estortuary. In the same manner, at the death of the stag, it was the duty of the Grand Master of Venerie to offer the stag's foot to the King.

Nothing, one must admit, could appear at first sight more puerile than the offer of this hazel wand and of this foot; and yet, according to the ceremonial of venerie, the right of directly presenting to the Prince these symbolical emblems of the two acts which open and close a hunt was a mark of supremacy, as full of meaning for the Grand Master of Venerie as the epaulette to an officer, or the right of being covered to the president of a supreme court.

Thus, in the hypothesis of De Rohan's seeing the King, in the face of his whole court, refuse the estortuary which he offered him, whilst taking it at the hands of a subaltern, would not the Grand Master have cause to be mortally offended?

And offence was taken accordingly. The Master of the Venerie, stung to madness, joined Latrèaumont, a mere adventurer, and a political visionary called Van Enden, in a conspiracy, which was ultimately discovered and defeated.

Such is the incident chosen by EUGENE SUE for the novel before us. His purpose is to exhibit the true character of Louis XIV. as made up of meanness and duplicity. He mercilessly strips the Grand Monarque of the gilt and buckram in which history, repeating the flatteries of courtiers, had clothed him.

LOUIS is drawn with extraordinary skill. The delicate shadings of a master's hand are visible in every part of this finished portraiture. If EUGENE SUE had written nothing but this, it would have sufficed to command for him a distinguished place in the library of fiction.

The interest of the tale, as such, lies of course in the story of the conspiracy. In it are introduced many personages of more or less importance. But, strange to say, not one of them is so true and life-like as might have been expected from the indisputable capacities of the author. Latrèaumont is a brutal bully, copied from the stock pieces of the stage rather than from real life. Van Enden is altogether an *ideal* enthusiast. Mauritia is only virtuous after a fashion. Nevertheless, it is a novel which must be read with pleasure, and may be ordered with safety.

St. Patrick's Eve. By CHARLES LEVER. Chapman and Hall. 1845.

NUMBERLESS are the forms in which Irish politics make their appearance. Not long since we had occasion to notice a novel by Mr. CARLETON, illustrative of the mischiefs flowing from the landlord and tenant system. Mr. LEVER has now undertaken, in the shape of a clever and amusing fiction, to exhibit the evils of absenteeism.

Already more than once we have warned our readers against publications of this class. They are necessarily partial. The novelist enjoys the privilege of unlimited invention, and he will be very loath to resign it, especially as it is always more easy to call in the aid of imagination than to collect and verify facts. Moreover, there is the natural tendency to prove his case; and as he is allowed to make his proofs, he will assuredly strain a point that his own side may seem to have the

best of it. Hence it is that we warn our readers not to place such implicit faith in the pictures so ably drawn by Mr. LEVER, as to permit their judgments to be swayed by them; and the hint is the more needful in this case, because the novelist possesses very considerable power of portrait-painting; and there is no trifling danger of his readers being tempted to mistake his vivid creations for realities.

Viewed as a mere novel, apart from its didactic design, and *St. Patrick's Eve* must be pronounced a clever picture of Irish character and life. Mr. LEVER, indeed, seems thoroughly to understand the Irish mind, and he catches it in its various phases, and transfixes it upon paper with a skill which few novelists of his country have equalled. But he has fallen into the error of exaggeration, almost unavoidable in such a design. His villain is too demoniacal. His landlord is too weak. Perhaps there are such men as Owen Connor, stimulated to desperate deeds by oppression, or rather, it may be, there were such; but we doubt if they are to be found now. And it is somewhat hard to array a past state of society in judgment against the present race of landlords, who really have eschewed the ways of their forefathers, and assumed the bearing demanded alike by religion, by justice, by good policy. Absenteeism is an evil, but it is the least of evils in Ireland. The farmer there, if he would but rely upon himself, might thrive equally well, perhaps better, with a landlord distant than under his immediate eyes. The fault is in the people, who want the quality of *steadiness* so characteristic of their English neighbours, and the source of all their superiority. With his brilliancy of talent, his eloquence, his versatility, his good humour and cheerfulness, the Irishman needs the perseverance and practical good sense essential to worldly prosperity; and we fear that until these be imparted by education and the example of Englishmen settling among them, we shall continue to see the evils which Mr. LEVER has sought, in *St. Patrick's Eve*, to lay to another source.

We need not say that the volume will well reward perusal. It is richly illustrated with woodcuts, and in addition to being amusing fiction, it will be an ornament to the drawing-room table.

The Prime Minister; an Historical Romance. By WILLIAM H. G. KINGSTON, author of "The Circassian Chief," &c. In 3 vols. London, 1845. Bentley.

The title of this novel is deceptive. It is not, as the reader of the advertisement will conclude, a tale of political or even of English life, but a romance, the subject of which is borrowed from the history of Portugal, the prime minister who plays the part of hero, being the Marquis of POMBAL, whose memoirs were published about two years ago, probably suggesting the theme and supplying many of the materials for the fiction before us.

The Marquis of POMBAL, as our readers probably well know, made some stir in Portugal about a century since, by his gigantic efforts to reform the multiplied abuses which had grown up alike in the institutions and the government of that country. He was partially successful; but there was wanting the solid substratum of a sensible people, upon which alone substantial national progress can be based, and so his reforms perished with their author.

Such a man was a good character for an able novelist to place in the centre of the group, to which it is the business of his work to give complicated movements directed to a definite end; and Mr. KINGSTON has contrived to gather about him a variety of personages of various stations, pursuits, and nations, and to set them in motion with considerable artistic skill. He has omitted no opportunity for picturing the social manners of the age, and the habits and customs of the people; and he has brought together a sufficiency of exciting incidents to amuse the pleasure-seeking reader. But withal there is something wanting to the completeness of the romance. Its interest is not equal to the importance of its subject. There is too evident an effort at novel-writing. The author does not appear so much to have adopted the form of romance from any decided inclination of his tastes and talents in that direction, as from a speculative belief that romance was more likely to sell than formal history; and, therefore, he puts material collected for the one into the form of the other, almost entirely forgetting the spirit that is required to give life and motion and reality to the fiction. Mr. KINGSTON wants many of the requisites for

the true novelist. He cannot frame a thoroughly consistent and probable plot; he cannot well perceive the nice shades of character necessary to give a human interest to fictitious creatures; his personages are automata, not men and women; the dialogues he puts into their mouths are not conversations but declamations; formal essays, prosily conceived and delivered, and therefore tediously dull.

Mr. KINGSTON'S excellence lies in his descriptions; they are sufficiently vivid to stamp themselves upon the imagination, and form distinct images there. His narrative passages make the best parts of the volumes, and there is an ease and even elegance about them which in some measure compensate the defects we have noticed, and will justify the addition of *The Prime Minister* to the circulating library that is not much restricted in its choice, and to the list of books to be borrowed by the reader whose time is not very precious.

Mount Sorel, or the Heiress of the De Veres. By the author of "Two Old Men's Tales." In 2 vols. London, Chapman and Hall. 1845.

We continue to entertain very considerable doubt of the ultimate success of the bold innovation upon established practices attempted by Messrs. Chapman and Hall. It is not that we approve the old system of three-volumed novels, inflated by broad margins and huge types, and published at the extravagant price of one guinea and a half. It is not that we question the practicability of making an immense reduction in the prices of novels, with advantage both to bookseller and author; we are in doubt only whether Messrs. Chapman and Hall have lighted upon the golden mean. By economy of paper, they have reduced the size from three volumes to two, and the price from thirty shillings to twelve shillings. But is this a sufficient reduction to insure a larger increase of circulation, and is it not too great for profit at the ordinary sale of works of this class. A moment's reflection will shew, that if the profits on novels were not previously exorbitant they cannot be reduced in price by one-half and still yield a profit, unless the sale be increased in like proportion. But will a reduction in the price, from thirty shillings to twelve shillings, command such an enlarged circulation?

Our impression is, that it will not accomplish this object, and for these reasons.—At present the sale of novels is almost exclusively limited to the circulating libraries, and a few of the large book-clubs; they are rarely bought by private persons, who prefer to borrow a book the cost of which is enormous, but which, after it is read, becomes almost worthless. The libraries who now buy must do so, whatever the price; and a new circle of buyers can only be tempted by a reduction of price. The problem to be solved by experience is, what price would private persons be inclined to pay for the advantage of buying instead of borrowing?

Now, it appears to us, that in the enterprise before us, the price is still too great to induce the public to purchase. Twelve shillings will, equally will thirty shillings, incline individuals to borrow rather than buy. In our judgment, a large general circulation could only be secured by adopting the French plan, and publishing novels in small neat volumes, at two shillings each; and we are satisfied that such an experiment would be entirely successful.

But this is apart from our proper purpose, which is to pronounce an opinion upon the merits of *Mount Sorel* as a literary production. And the report must be emphatically in its favour. To most of our readers the previous productions of the authoress must be well known. *The Two Old Men's Tales* cannot be forgotten by any who may have enjoyed the pleasure of their perusal. And *Mount Sorel* possesses all the merits that distinguished them, with their defects. It is a work of a very high class indeed,—a fiction that promises a longer life than is usually the lot of novels, which perish with the reason that gave them birth. The authoress excels in the portraiture of delicate shades of character. She delights to bring into strong contrast persons of opposite tastes, opinions, pursuits, and tendencies; and then to shew how under the most seeming diversity there lies the same human heart, but slightly differing from its fellows in its substantial qualities, and much like them in its admixture of good and evil. In this manner is Mr. De Vere, the haughty aristocrat, exhibited side by side with Mr. Higgins, the man of the people, to their mutual advantage. The folly of extreme opinions of one kind

is admirably shewn. Seldom have we seen a character so delicately drawn as that of Clarica, the heroine; and with masterly skill is the quarrel of the lovers evolved. Altogether *Mount Sorel* is one of the very few good novels the season has produced; and the experiment of Messrs. Chapman and Hall cannot have a fairer trial than with a work which is likely to take its place as an addition to the library of standard fiction.

The Freaks of Cupid; a Novel. By an Irish Bachelor. In 3 vols. Newby. 1845.

A SPECIES of elaborate farce, or rather a collection of farcical scenes, abounding in broad Irish humour, and full of animal spirits. The plot is the merest shadow; but it is used only as a thread, whereby to string together a number of after-dinner stories, practical jokes, racy dialogues, and comic situations, which can be read and enjoyed apart from their contexts, and which possess at least this advantage, that they do not weary by over-elaboration. The pretensions of this fiction are not large, and it may be pronounced equal to its aims: the author intended only to help his readers to a few hours of light-hearted merriment, and in this modest design he has been successful.

Maid of Honour; a Tale of the Court of George I. In 3 vols. Colburn. 1845.

IF interest could be given to a fiction by the introduction of a multitude of persons of note, contemporaries of the hero and heroine, this would be one of the most attractive novels of the season. The author has pressed into his service every statesman, writer, artist, soldier, and sailor of celebrity who flourished about the period of his story, with little regard for probabilities, and utterly careless whether or no their presence serves to advance his narrative. He is obviously altogether unequal to the task he has undertaken. His conceptions of character are misty and his sketches of it rude. He cannot throw life into his men and women, and altogether *The Maid of Honour* is not a novel which we can commend to the librarian or to his patrons.

The Parish Rescued: or Laymen's Duties, Rights, and Dangers. By the Rev. W. F. Wilkinson, M.A. &c. Hatchard. 1845.

ANOTHER specimen of controversial divinity in the shape of fiction. We have so often before expressed our objections to this class of novel, and our reasons for those objections, that we need not now repeat them. Enough to say, that the *Parish Rescued* is composed expressly to vilify one set of opinions and to exalt another, and that alone should suffice to exclude it from favour, even though it possessed all that ability in its composition, which is so entirely wanting in the work before us.

POETRY AND THE DRAMA.

True at Last. A Tragedy. London. Mitchell.

THIS is a tragedy only tolerable in parts, and, as a whole, trashy. It is not suited to the stage, for it wants that nervous action, and that stirring dialogue which alone fix the attention of an audience. A poet who scribbles an ode to a daisy, or a sonnet to his lady's eyebrows, risks but little by a failure; but not so he who has the courage to attempt the drama. Many fail in the drama from a want of stage tact. They can draw individual character, but, like an indifferent artist, have no knowledge of grouping figures. Others, and the most numerous, know something of stage management, but lack the power to combine with it the management of the passions. We never read in their characters the growth of feeling, but love, jealousy, revenge, and murder spring from them already fashioned and ripe. *True at Last* is, for the most part, the veriest prose, usurping the measure of rhyme. *Alden*, a miser, addressing his child thus, is enough to shew the author's extreme bad taste:—

Child, had you struggled 'gainst the word's great crowd
As I have *done*, and *felt* the want of gold
As I have *done*, you would have hoarded it
As I have *done*.

The second line—"felt the want of gold as I have done!"—

Recensão crítica a *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, presente na revista *The Critic*, Vol. II, 1845, pp. 534-535. Referência a *The Prime Minister*.

The astonishment that prevailed among the crew of the *Vanguard*, Lord Nelson's flag-ship, when they were convinced it was a coffin which had been brought on board, will be long remembered by their officers. "We shall have hot work of it, indeed," said one of the seamen; "you see the admiral intends to fight till he is killed, and there he is to be buried." Lord Nelson highly appreciated the present, and for some time had it placed upright, with the lid on, against the bulk-head of his cabin, behind the chair on which he sat at dinner. At length, by the entreaties of an old servant, he was prevailed on to allow it to be carried below. When his lordship left the *Vanguard*, the coffin was removed into the *Foudroyant*, where it remained, for many days, on the gratings of the quarter-deck. While his officers were one day looking at it, he came out of the cabin: "You may look at it, gentlemen," said he, "as long as you please; but, depend on it, none of you shall have it." It is satisfactory to state that Nelson was actually buried in this coffin.

But the evil genius that had so often contrived to mar his influence at the Admiralty, and of which some instances were recorded in our notices of the former volumes, still contrived to poison against him the ear of royalty, and to deprive him of a portion of the honours to which he was entitled—measuring his services by those of others. Sir JOHN JERVIS had been created an Earl for the battle of St. Vincent, and Admiral DUNCAN a Viscount for Camperdown; but NELSON, for the Nile, which so far surpassed them in brilliancy and in importance, was promoted only to the dignity of a Baron. The announcement was thus made to him:

Admiralty, 7th October, 1798.

My dear Lord,—I have the greatest satisfaction in obeying his Majesty's commands, by acquainting you that his Majesty has been graciously pleased to testify his Royal approbation of your conduct in the signal and brilliant Victory you obtained over the French Fleet on the 1st of August, by conferring on you the dignity of a Baron of Great Britain, by the name, style, and title of Baron Nelson of the Nile, and of Burnham Thorpe, in the county of Norfolk. In congratulating your lordship on this high distinction, I have particular pleasure in remarking, that it is the highest honour that has ever been conferred on an officer of your standing in the Service, and who was not a Commander-in-Chief; and the addition to the title is meant more especially to mark the occasion on which it was granted, which, however, without any such precaution, is certainly of a nature never to be forgotten.

No wonder that Lord HOOD should comment on this palpable pretext after this fashion:

In my humble judgment, a more flimsy reason was never given. All remunerations should be proportionate to the service done to the public, let the officer who does it be first, second, or third in command. But, in fact, your lordship stood in the situation of Commander-in-Chief off the mouth of the Nile, and could not possibly receive any advice or assistance, at the distance of near a thousand leagues from Earl St. Vincent, and conquered from your own personal zeal, ability, and judgment. I do assure you, my dear and much-loved lord, I am not singular in the sentiments I have stated. They are in unison with the general voice of your grateful country.

While thus receiving honours and wealth, he was not forgetful of his friends. We find him continually putting in claims for promotions for deserving officers, and endeavouring to secure to every one his due share of the common glory. He divided among his family 2,000*l.* out of the East India Company's munificent grant, and settled 500*l.* a year upon his father out of the estate presented to him by the King of Naples. He was then commanded to the Bay of Naples, and he went reluctantly; and now began the unhappy portion of his life—the blot upon his fame dead, as it was the source of his great disquietude living. Here it was that his attachment for Lady HAMILTON commenced, and which ultimately separated both of them from society. How far the manners of the Court and people with whom he was abiding had produced this moral lapse is a question which future philosophers may discuss, but it is evident from the letters that the change was gradual, probably imperceptible to himself. The court of Naples, which at the beginning he had so hated and despised, he learned by degrees first to endure, then to like, as its habits fell in with his own impetuous passions. The fact appears to be that the King and Queen of Naples, the latter more especially, had seen his growing attachment to Lady HAMILTON, and had cleverly contrived to win him by shewing attention to and

regard for her. Hence, such passages as these in his correspondence at this period. "She (the Queen) begs me not to quit Palermo; for that Sir WILLIAM and Lady HAMILTON, and myself are her only comforts."—"I could lay down my life for such good and gracious monarchs."—"I am here, nor will the King or Queen allow me to move."

The whole character of the man changed with this unfortunate passion. Like all minds conscious of guilt he was ill at ease, and his self-reproaches found vent in peevishness towards others, and sometimes in desponding language as respects himself. As for instance in the following:

Our great queen, who truly admires you, our dear, invaluable Lady Hamilton, our good Sir William, and give me leave to add myself to this excellent group, have but one opinion about you, viz. that you are everything which is great and good. Let me say so. * * * Let me thank you for your goodness to Capt. Nisbet. I wish he may deserve it: the thought half kills me. My dear lord, there is no true happiness in this life, and in my present state I could quit it with a smile. May God Almighty bless you with health, happiness, and long life, is the fervent prayer of your affectionate friend,
NELSON.

Sir SIDNEY SMITH appears to have been the subject of much soreness for reasons not very intelligible. In various letters he expresses his feelings in no very mild tones.

If Sir Sidney was an object of anger, I would not serve unless he was taken away; but I despise such frippery and nonsense as he is composed of. * * * I shall, my lord, keep a sufficient force in the Levant for the service required of us, but not a ship for Capt. Smith's parade and nonsense—Commodore Smith—I beg his pardon, for he wears a broad pendant—has he any orders for this presumption over the heads of so many good and gallant officers with me? Whenever Sir Sidney Smith went on board the *Tigre* in state, as he calls it, the royal standard was hoisted at the mast-head, and twenty-one guns fired. The Turks, however, who love solid sense and not frippery, see into the knight, and wonder that some of Sir Sidney's superiors were not sent to Constantinople; but I have done with the knight.

Yet, while addressing such remarks as these to others, he could thus write to Sir SIDNEY himself:—

To Capt. Sir William Sidney Smith, H. M. Ship *Tigre*.
Palermo, 20th August, 1799.

My dear Sir,—I have received with the truest satisfaction all your very interesting letters to July 16th. The immense fatigue you have had in defending Acre against such a chosen army of French villains, headed by that arch-villain Buonaparte, has never been exceeded; and the bravery shewn by you and your brave companions is such as to merit every encomium which all the civilized world can bestow. As an individual, and as an admiral, will you accept of my feeble tribute of praise and admiration, and make them acceptable to all those under your command. * * * Be assured, my dear Sir Sidney, of my perfect esteem and regard, and do not let any one persuade you to the contrary. But my character is, that I will not suffer the smallest tittle of my command to be taken from me; but with pleasure I give way to my friends, among whom I beg you will allow me to consider you, and that I am, with the truest esteem and affection, your faithful humble servant,
NELSON.

And about the same period we find these "bloody instructions"—sad—sad detractions from our notions of the British seaman, brave but humane.

Your news of the hanging of thirteen Jacobins gave us great pleasure; and the three priests, I hope, return in the *Aurora*, to dangle on the tree best adapted to their weight of sins.

(To be continued.)

VOYAGES AND TRAVELS.

Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil. By W. H. G. KINGSTON, Esq. In two vols. Parker. 1845.
MR. KINGSTON is a cheerful, good-tempered, open-hearted, and open-handed gentleman, who goes about the world accommodating himself readily to all companies, making friends everywhere,—looking at the bright side of things, and the best features, mental and bodily, of persons; quick to observe whatever presents itself upon the surface of society, too easy or too indolent to dive below and search into causes. Such he is shewn to be, not only by the volumes before us, but by his novel of *The Prime Minister*, which we noticed in *THE CRITIC* some time since with little approbation, because it was evident that he had applied himself to novel writing, as being

the most popular form of composition and not as that to which his genius had prompted him.

In these *Lusitanian Sketches* he is seen to much greater advantage. Although there is an evident flimsiness about them, both in tone of thought and style of writing, yet are they just the sort of light, easy, lively reading, which pleases the many, who prefer a book which can keep them awake by its liveliness, and yet demands no toil of reflection or attention to be understood. It is a book which the listless may lounge over, lolling upon a sofa, during a wet day or a long evening, and which will just permit them to please themselves with the belief that they have not been wasting their time, without the fatigue of actual work. Hence will Mr. KINGSTON'S *Sketches* certainly be popular, and the extracts we shall make will, we think, fully bear out the view we have taken of them.

Mr. KINGSTON'S acquaintance with Portugal appears to date back for some years. These sketches, however, are of recent production, having been made since the autumn of 1843, when the tours began which furnished the materials for them. One of them was through Guimaraens and Salamonde, the route of the famous retreat of Marshal SOULT. A second took the direction of Coimbra, Busaco, and Almeida, crossing the frontier of Spain to Salamanca. A third was to the vine countries, of which a vivid description is given, and Mr. KINGSTON takes the opportunity to introduce some useful information as to port wine, and hints to buyers, that may be turned to profitable account.

An added value is given to these *Sketches* from the paucity of information relating to Portugal with which travellers have supplied us. It is rather strange that when tourists are looking out for some unworn tract whereon to exercise their limbs and pens, that Portugal should have been so long passed by, and that it should have been left to the sagacity of Mr. KINGSTON to bring home the first minute account of it which has been offered to the English readers for many years, during which its political and social condition have undergone so great a revolution. Certainly the subject would have admitted of a better book, but we are thankful for such as he has given us, and we must await the more solid information from some successor whose journal may be more substantial, but will scarcely be so pleasant and amusing.

Mr. KINGSTON introduces his notes with a dedication to the Earl of CARNARVON, which contains a deserved tribute to his lordship's merits, personal and literary. Having then briefly stated the direction of his various tours, he very frankly requests the reader to skip whatever may seem uninteresting. In like fashion we propose to ramble through his pages, and cull, by way of specimen, such passages as may strike our fancy.

At the cathedral at Guimaraens he gleans the following story of

THE TREASURES OF OUR LADY.

We wandered into the sacristy, but could find no one to shew us the treasures it contains. These treasures are called "The Treasures of Our Lady"—Os *Thesouros de Nossa Senhora*. A young lady of my acquaintance made an odd mistake on that subject when visiting Guimaraens some time ago—a very natural one, it must be confessed. On her first arrival, while dressing, the maid-servant at the hotel informed her that among the many wonderful things her native city contained were those in the cathedral, particularly "Os *Thesouros de Nossa Senhora*," which she understood—Our Lady's scissors. When, therefore, she with the rest of her party visited the sacristy, and several venerable priests, whose fair round bellies were with fat *caldo* lined, were standing round, and politely exhibiting the holy treasures of their shrine, she, after all had been shewn, with much hesitation, from considering that they might be unwilling to allow eyes profane to behold so valuable a relic, begged to see "the scissors of Nossa Senhora." "What does the lady want to see?" said one worthy priest, holding his sides, while his cheeks filled out, his lips curling, and a bright sparkle illuminating his eyes. "The scissors of Nossa Senhora!" said the young lady, quietly. "The scissors of Nossa Senhora! Ha! ha! ha! The scissors of Nossa Senhora! Ha! ha! ha!" repeated the priests in chorus; and never was such holy cackination before heard. At length the first who recovered his breath and voice, with tears in his eyes, explained, amid numerous bursts of merriment, that however much they should value so inestimable a treasure, they did not possess it; that they had already exhibited "as *thesouros de Nossa Senhora*," but that for "suas *tesouras*," they unhappily possessed them not. "Ha! ha! ha!" and again they all laughed.

Whoever visits the cathedral of Guimaraens, and wishes to hear a hearty laugh, let him ask to see the "scissors" of Nossa Senhora.

And here is a description of the town itself, a fair specimen of his graphic style:—

GUIMARAENS.

Few towns in Portugal are more beautifully situated, or surrounded by a more fertile and lovely country, than Guimaraens. In the orchards in the neighbourhood grow those delicious plums which, being dried, are packed in small round boxes by the nuns, and ornamented with silver and silk flowers. They are well known in England by the name of Guimaraens plums. I remarked particularly the great number of elegant crosses of every shape throughout the town, chiefly of stone, the stems of a light spiral form with merely a cross-piece at the top; also in every direction the numerous shrines, the architecture and ornaments of which were far from deserving of the same admiration. I understand that there are many other objects to be shewn in the town, which we did not see; particularly various relics of peculiar sanctity, not exhibited except to the devout eyes of true believers; but I trust on a second visit that I may be considered as such, and enjoy the inestimable satisfaction of viewing them, when I promise to give a full and exact description of their peculiar virtues. On leaving Guimaraens, we passed under a dark and venerable gateway of the ancient town, on which the hand of time had worked with slight effect; and we might have fancied ourselves a company of the knightly followers of the brave Alfonso Henrique, had we not been clothed in the effeminate habiliments of white jackets and straw hats, which I opine they did not wear. It were endless to describe the beautiful scenery we passed—on each side fertile valleys and laughing hills, rich orchards and luxuriant corn-fields, while every hedge was overhung by the slender tendrils of the vine loaded with its juicy fruit; so that, as we rode along, we might pick and eat to our heart's content. Such is the fertile province of the Minho—the bright gem of Lusitania's lovely land. There are, it is true, steep and rugged serras intervening—the bold outlines of the landscape: but far up their sides extend corn-fields or vineyards, and on their summits graze numerous flocks of sheep or goats. When the gradual extension of good roads enables the farmers to bring their produce at a less expense to market, not a spot of ground will remain unemployed; so that this province will become, for its size, one of the richest in the world, as it is now the richest in Portugal.

Again:—

LUSITANIAN LOVE-MAKING.

Among the peasantry love-making is a more refined affair than in England. A Lusitanian clown, when he meets his mistress respectfully takes off his hat, and stands leaning at some distance on his long stick, while she, on the other side of a gate, or with her basket resting on a wall, looks demurely on the ground, a smile playing on her lips, every now and then turning on her swain such sparkling glances from her bright eyes that it is no wonder his heart is inflamed—and I believe that very rarely is fickle or false. I have a very high opinion of the Portuguese peasantry, but particularly of the females, who are possessed of all the amiable qualities which adorn the sex throughout the world, with as large a share of beauty as generally falls to the lot of any.

He reached Guimaraens at night, and found it a scene of festivity which made rest impossible even for weary men. It was the vigil of the parent saint.

At the same time all the windows of the houses in the square were lighted up. Suddenly up went a rocket before our noses, and flames burst forth from the windows of the tower, while the whole platform on the summit appeared one mass of fire, among which dark figures could be seen moving about. Then rose up a flight of rockets, throwing their sparks in a fiery shower below. It was difficult to persuade oneself that the tower was not really in flames. As the rockets arose, so did the sound of some twenty large drums most unscientifically played, while the bell-ringers redoubled their efforts. "I hope this will not last all night," I exclaimed. "Depend upon it, it will: the people here are very pious." "By their works ye shall know them," said a friend. "By their fire-works, you mean," observed another. "Come, no joking on so serious a subject," I cried. "Oh dear! oh dear!" Bang, bang, bang! drum, drum, drum! whizz, whizz, whizz! What a burly-burly! The city must be on fire. Oh! hang these sort of righteous people. Away flew the rockets, more sonorous rang the bells, louder beat the drums. "There is such a noise, I cannot see to eat," exclaimed O'Shaughnessy. Bang, drum, whizz! there will be no end of it. "Thank the saints, the bell-ringers' arms must get tired," observed some one. "Do not solace yourself with that idea, my friend," said another; "there are relays of bell-ringers and

drummers; for every man who pulls those bells, and beats those drums, gets a dispensation for so many sins." "Oh dreadful! then the rockets cannot last for ever, that's a comfort." All this time we were hallooing at the top of our voices. "Well, I shall try to sleep. A midshipman slept through the battle of Navarino; and I don't think this noise can be much louder," cried the most sleepy of the party, with a hopeless yawn. At that moment the dreadful assemblage of somnifugeous sounds increased tenfold, but great was our delight to find it was a last effort. Suddenly the fires ceased to burn, the drums to sound, the rockets to whiz; the lights in the windows disappeared, the people retired to their homes; and in ten minutes not a noise was heard but the cry of a roving cat, or the howl of a hungry dog.

Very animated is this picture of

BATHING IN THE DOURO.

It is an amusing sight, and enlivened withal, to look at the rows of white tents, the beautiful girls and their elegant dresses, the crowds of spectators, each sheltered by a bright-coloured umbrella, and some thirty or forty ladies and gentlemen, fat and thin, tall and short, old and young, in the water together, dipping and spluttering, shouting and shrieking, as the white-crested wave rolls towards them—some attempting to swim, others, fearful of being carried out to sea, clinging to their attendants' arms, and endeavouring to make their escape to *terra firma*. Here an old woman bearing aloft a little cherub, independent of any costume, to dip it a due number of times—there a bathing-girl encouraging a stout old gentleman to venture into the water, after he has received the first souse on the head from the contents of a basin, to prevent his feeling the effect of the shock to his feet. Sometimes three or four young ladies will go in together, or a gentleman may be seen leading gallantly some fair one of his acquaintance: but everything is conducted with the strictest propriety and decorum; so that, however extraordinary the style may appear at first to the stranger, he soon becomes accustomed to it.

The most amusing scenes have passed, never to recur, when the friars came down to bathe. Some years ago there was an enormously fat friar, who was ordered to take a certain number of baths at a certain hour in the morning, and it was the general amusement to go down and see him perform the ceremony. He had ten persons to attend him, six men who stood on the shore holding ropes attached to his waist (for he had, conscious of his own floating qualities, a most pious horror of being washed away), and four women who accompanied him into the water. When they got him there, with a proper solicitude for his health, they took good care to make him perform his ablutions abundantly. While the men slackened the rope, they used to dip him and duck him most unmercifully, pressing his head down with their hands, like the merry wives of Windsor packing Sir John Falstaff into the clothes-basket. He dared not resist, for fear they should leave him to his fate, and they would not let him out till he had taken the prescribed number of dips—he spluttering, and crying, and praying, and swearing all the time. Now and then, though seldom, the same scene is enacted with a stout artisan, or a country farmer.

According to Mr. KINGSTON Portugal is in course of rapid improvement. Her government is becoming more stable; manufactures and commerce are increasing; education is spreading among all classes; superstition is losing its hold upon the masses; the monks, by whom the country was overrun but a few years since, are now treated with disrespect and derision; even the Pope is unpopular, and the doctrines and discipline of the Roman Catholic Church are openly questioned.

One of the most novel and interesting chapters is that devoted to the "Traits and Traditions of Portugal," and from this we shall take more largely. Here is one:—

THE BRUXA.

The most terrific of all the supernatural beings in Portugal is the *bruxa* (pronounced *broocha*). She is somewhat in her propensities like the Eastern ghoul, or vampire, from whom, probably, she was derived. In the daytime she is like any other woman, performing the duties of her household in a most exemplary manner. She may be a daughter of honest, good parents; she may marry, and have children; she may even be considered amiable, and is often very beautiful, though there is a certain fierce expression in her eye, and an ominous wrinkle on her otherwise fair brow, which the sceptical would suppose proceeded from care or affliction. Nobody can tell who are bruxas and who are not. They never allow any mortal to discover it; and woe betide the wretch who shall attempt to pry into their secrets! They are a heaven-cursed sisterhood—their souls pledged to the prince of darkness by a compact renewed every night. Some-

times their daughters become bruxas, if they by chance escape their infanticidal and vampirish propensities, or else they keep up their numbers by inveigling some hapless maiden whose heart has been turned from the right path, and who has abandoned the holy religion of the church, to join their association. She knows not whither she is to be led, or what is to be her fate, till it is too late to retract—when the fatal compact is signed and sealed with her blood—then, miserable girl! her shrieks, her cries are of no avail. Repentance is impossible; even the saints themselves have no longer power or will to preserve her. From sunset to sunrise this demoniacal power possesses her; for during the day she returns to her family, no one suspecting the dreadful truth. When darkness has overspread the world, and the spirits of evil are let loose, the bruxas rise from their couches, leaving, if married, their mortal and unsuspecting husbands, and flying to the company of their diabolical paramours. They are then, as a punishment for their crime we may suppose, transformed into the shape of some noxious bird of night—owls or bats of gigantic size. Away they fly at a prodigious rate, far from their homes, over hill and dale, but especially across marshes, stagnant pools, and lakes—unwillingly they skim along the surface, gazing on their hideous forms reflected in the water, and perfectly conscious of their fate. They will sometimes on these nocturnal rambles, encounter some friend or relation proceeding in one direction, and either by allurements, such as practised by Ariel in Prospero's Island, or by force, will carry him to an opposite point, far away from the one he wished to reach; indeed, over strangers or any body they meet they have the same power, provided he is not under the especial protection of the saints. Many a poor wretch has thus been led across the country, over rough rocks, and through brambles and briars, which have scratched his face and torn his clothes, till, almost worn to death, wet, weary, and bloody, he has at length returned home—his wife cursing the hellish bruxas who have thus maltreated and led him astray. Truly the wine-shops have less to answer for than the bruxas; for surely he could not have scratched his face against the bush hung up near the door, or, when drunk, have tumbled into a ditch! Oh, no! the good man was never drunk in his life—he is rather pale now from very natural fear—the diabolical bruxas did it all! After these demon-excited occupations, they, in one or other of the hideous forms allotted to them, with vampirish hunger will fly back to their peaceful homes, where sleep in calm repose their innocent offspring, born of a mortal father. Yet feeling a human loathing for their terrific task, their accursed propensities overcome their maternal love, and seizing on their babes, their black wings fanning them to repose, they suck the life-blood from their veins—dreadful fate! conscious all the time that they are destroying the only ones they love on earth. When they have destroyed these, they enter the cottages of their neighbours and friends, depriving of life in the same way their sleeping infants; and often when a child is found dead, livid, and marked with punctures, the sage women whisper to each other with fear and trembling, "A bruxa has done this," casting eyes of dread suspicion at each other, for no one knows who the bruxa may be. As the first streaks of the grey dawn appear, the miserable females return to their mortal forms, awaiting the time when they must perform their dread orgies, never forgetful of their fate. I do not think that the most poetical imagination could paint a more dreadful lot than that of the hapless bruxa—a being devoutly believed in, and dreaded, in most parts of the country.

Travels in Luristan and Arabistan. By the Baron de BODE. In 2 vols. London, 1845. Madden and Co.

THESE travels have greatly disappointed us. There was a freshness and promise about the names of Luristan and Arabistan which occasioned an instant call for the paper-knife and a hasty cutting of the leaves. Places so unfamiliar must be replete with novelty for eyes wearied with falling continually upon the same names in books of travel, proving how gregarious an animal is man, and how he loves to follow in the track of others, rather than explore a new path for himself.

And where are these two strangely-sounding countries? asks the reader. In a word, then, they are two provinces of Persia, the one inhabited by the Lurs, and thence called Luristan, and the other by Chab Arabs, and from them termed Arabistan.

And who was the Baron who thus dared their exploration? An *attaché* of the Russian embassy in Persia; a restless, reckless, adventurous gentleman, who had been selected for the post he filled on account of these and other qualifications that peculiarly fitted him for duties that were as much those of observation as of representation. A visit to Persepolis had been long and anxiously desired by the Baron, when at length an opportunity offered of which he was only too glad to avail

VOYAGES AND TRAVELS.

Kingston's Lusitanian Sketches.

(Concluded from page 536.)

We concluded our last week's notice with the tradition of the "Bruxa." Another still more curious is that of

THE LOBISHOMES.

A destiny scarcely inferior in wretchedness to the bruxa's is that of the *lobishomes*, except that, as far as I can learn, it endures only for this life, and is owing to no fault on their part. They are born under an inauspicious star, and a sad necessity rules their fate. Every family is liable to this curse, from the highest to the lowest in the land; and though they themselves are conscious of it, they keep it a profound secret, as it is considered a great disgrace to be afflicted with it. It is common to both sexes among young people; those who suffer from it never attaining an advanced age. I have been unable to learn at what time of life it appears. If seven sons or seven daughters are born in one family, the seventh generally is subject to the demoniacal influence; at all events, one of the younger ones. The only preventive against this fate is by christening one of the seven Adam: should this be neglected, it is almost certain to visit the family. In the daytime they are free from the spell; but even then wear a peculiarly sad and pained expression of countenance. They mope by themselves, are taciturn and reserved; never enter society if they can avoid it, and then evidently are incapable of its enjoyment. The lower orders sit by themselves, without speaking, in a corner near the kitchen-fire—the expression of their countenances wild and forbidding, their hair and beard long and tangled, their garments disarranged and squalid. In travelling through the country such beings are frequently pointed out as *lobishomes*. As night draws on, these hapless beings rush from their abodes—the high-born damsel from her bower, the noble youth from his baronial hall, or the hard-featured peasant from his humble cot. No human power can restrain them—the demon has entered into them—they seek some solitary wild spot, untrod by the foot of man. There they leave their habiliments, and are immediately transformed into the appearance of horses, with long flowing manes and waving tails, fire darting from their nostrils, fury in their eyes; yet fear it is which urges them on. Away they fly, fleet as the wind, over rugged mountains and deep valleys, across streams and winter-torrents, through frost and snow, rain, and the fierce lightning. Leagues are traversed in as many seconds—all other animals fly before them—they neigh in agony as they rush on, yet have no power to stop. On, on, on! their pulses beat quicker, their breath grows thick, but they cannot, they dare not, rest. They sweep round, forming a wide circuit some hundred leagues in extent, yet before the morning breaks they must return to the spot whence they set out; and there resuming their mortal forms, and donning their garments, they once more seek their homes, pale, fainting, and wretched. It is not surprising, after such a night's work, they should be averse to social intercourse. Often at midnight are the cottagers in remote districts startled from their slumbers by unearthly sounds, like the cry of a horse in agony; loud trampling is heard, and a noise as if a sudden blast passed by; and they exclaim, "It is some hapless *lobishome*; may the saints have mercy on him!" At times, also, as the shepherds are watching their flocks on the mountain's brow, they see a wild steed dash by, on the plain below, fleet as a fiery meteor, while the sheep and goats exhibit their consciousness of something supernatural, by scattering far and wide. Their faithful dogs, too, forget to obey their call; and it is with the utmost difficulty they contrive to reassemble their affrighted flocks. The *lobishomes* endure not this dreadful existence for more than seven years, if *evensa* many. Death invariably putting an end to their sufferings at the termination of that period, frequently before. I have been informed of but one mode of escape from this doom, or, it may be said, of being freed from this extraordinary species of enchantment. While in full headlong career, they should be boldly encountered by some fearless person, who must wound them slightly in the chest, so that their blood shall flow. No sooner does the ruddy current reach the ground than they are instantly restored to their proper forms. The malign influence henceforth has no further power over them; nor do they ever resume the appearance of a horse; they then become like other mortals. All well-authenticated narrations speak of the horse as the only form they are thus compelled to assume, though some persons suppose, from the name given them, it is that of a wolf; but this I have ascertained to be a mistaken notion. It is to be hoped political economy and liberal institutions will completely banish this curse from the families of Lusitania to the far lands whence it came.

There is another equally singular.

There is an extraordinary belief very general among the com-

mon people, and one very difficult to eradicate, or indeed to disprove, that the souls of the dead enter into the bodies of living persons, ejecting the rightful owners for the time being, in order to perform some duty neglected during their proper lifetime. The only name I can learn from them is *almas d'outro mundo*—souls of the other world; and they are supposed to be peculiarly favoured in thus being permitted to escape many of the pains and penalties of purgatory. If a person dies owing another a sum of money, he will enter the body of some one, and make him both gain the amount and pay the debt; afterwards returning contentedly to the world of spirits, and leaving his deputy unconscious of what has occurred. The country-people will frequently point out a person and say, That is not such a man, it is only his body; the soul is that of ———, mentioning the name of some one who has been dead some weeks or months.

In spite of the staggering blows which superstition has received of late years, its influence must still be very great. As witness

PENANCE IN PORTUGAL.

The Portuguese peasantry are still very much addicted to performing penances. As they are seldom very heavy, they find it an easy way of soothing their consciences. The most severe I have seen some poor women perform, such as crawling round a church many times on their bare knees: frequently they hang a bag of sand to their necks, to increase their toil, and let it run out as they proceed. This is done frequently under a pelting rain, the poor wretches literally tracing their progress with their blood. Sometimes these penances are inflicted by their confessors, for sins committed; at other times they are in fulfilment of vows made in consequence of recovery from sickness, or on account of finding any lost treasure. They are not in general, however, such sorrowful affairs. I have seen men with thick cloths tied round their knees; for though they had vowed to go round the church on their knees, they did not consider themselves obliged to spoil a new pair of trousers on the occasion; and as the handkerchief alone could not have preserved them, they were compelled to add pads also. They deserved as much credit as the pilgrims who boiled their peas which they put in their shoes. Young maidens frequently perform the same progress round the church, habited in thick cloth petticoats, and too often most irreverently laughing and joking all the time with attendant swains, who will on occasion most gallantly lift them over any very rough places. An old lady I formerly knew vowed to make a pilgrimage barefooted to a shrine at a considerable distance; but her friends persuading her it was more than she could perform in the way she first intended, she yet determined to keep her vow, so she ordered her sedan-chair, doffed her shoes and stockings, and was carried thither. Truly there appear to be many curious ways to heaven; and had I the creed of some persons, I might add, "few there be who find the right one;" but as I pity these poor people who are not taught better things, so, I believe, will their and my Maker. I do not give these accounts as amusing stories to be merely laughed at, but that the character of the people may be better understood. There is not an earnest, deep character; they have faith in what we consider absurdities, and yet they laugh at them. On being asked if they really believe in the efficacy of such things, a shrug of the shoulders is the general answer. "We are told to believe in them, and why not?" is the utmost that can be extracted from them. One then finds the question put to oneself, and one is compelled either to say things which are considered little less than treason against the church, or to hold silence. Thus the uneducated, ignorant peasant gains the day with her "*Pois não?*" Why not? Nor is this species of penance exacted only of human beings. Frequently cattle, which have escaped a murrain that has destroyed their fellows, are led round some favourite shrine; horses, oxen, asses, and swine sometimes, shewing most irreverent unwillingness to fulfil their owners' vows by the performance of what they, more wise, must look upon as a useless ceremony. From days of yore, I fear pigs have had few religious tendencies—the exceptions, at all events, are rare. These exhibitions are by no means grateful to the ear. Grunting and squeaking they go round; sometimes, too, the hinder part foremost, when the penitential hog takes it into his head to turn back the way by which he came. Asses shew more respect to the sacred edifice, though they do sometimes bray rather loudly; but oxen appear the most piously inclined of any. While I am laughing, I am reminded of a story told by a friend of mine of two ladies who made a vow to walk to Matozinhos, a distance of four miles, without speaking. They tried it nine times, and were at last compelled to undergo a severe penance to exonerate them from what they found to be impossible of performance. Another favourite vow, made chiefly by farmers, is to present to their church their own weight in corn or wax; for weighing which a large pair of scales are suspended in the sacristy, or some room adjoining the church, into which the votary and his produce are placed. Should he desire to recover

it again, he may commute it with money—a very wise arrangement of the priests!"

Mr. KINGSTON continually asserts his preference for the Portuguese over the Spaniards. "I have," he says, "more confidence in their virtue and their valour." But he admits the superior cleanliness and domestic comfort of the latter. The humblest cottage in Spain ought to put them to shame. The Spaniards have a very good idea of what we call comfort and tidiness, the Portuguese peasant not the remotest approach to it. "The cottage of the former is built to keep out the heat of summer as well as the frosts of winter; that of the latter admits every icy blast, while the rays of the sun pierce through their thin roofs." And to this let us add a companion picture of domestic life.

It is a sight calculated to move all the tender sympathies of our nature, to behold the fond wife bending over the sleeping form of her beloved spouse, his head resting on her lap, as he is stretched out at his length before the door of their humble home, the abode of peace and contentment, if not of wealth and cleanliness. There he reposes, recruiting his weary limbs, after a day spent in toil to gain provision for his numerous offspring, who are seen running about, or rolling in the mud with a few civilized pigs, in the most primitive state of simplicity—careless of the dust, the sun, the dirt, or the fleas. They exhibit slight tendency to dandyism; for it cannot be said that they indulge even in an approach to superfluous clothing, being either entirely free from any covering but the bright blue balmy sky and a light coating of dirt, or else habited in little shirts reaching to about the middle. She, the partner of his joys and woes, is in the mean time employed in passing her fingers with eager zeal amid his crisply curled locks, giving constant notice of her activity by the sharp crack of her nails, as they encounter the noxious intruders. I fear the cottage-doors of our peasantry in England can rarely exhibit scenes of such domestic endearment! A stranger may be surprised that it has never occurred to them to wash their heads; but I feel assured that it would cost them much to abandon the gratification they experience from their long-established method of cleansing themselves.

As we have already intimated, a considerable section of the work is devoted to an account of the vintage, the wine, and the wine trade. The English love of Portugal wines is not of modern origin. So long ago as 1749 no less than 22,738 pipes of it were imported here. The present company was formed in 1756. The vintage and the wine-making are thus described:—

When once the vintage has commenced, time is invaluable. The vineyards are crowded with persons, some plucking the sound grapes and filling large hampers with them, others separating the rotten or dry bunches, while the Gallegos are employed in carrying the baskets down the steep sides of the hills on their backs. The presses are stone tanks, raised high from the floor, about two to three feet deep, and from twenty to thirty square. A boy stands in the centre, and rakes the grapes as they are thrown in, so as to form an even surface. When full, twenty or thirty men with bare feet and legs jump in, and to the sound of guitars, pipes, fiddles, drums, and of their own voices, continue dancing, or rather treading, for forty to fifty hours, with six hours intervening between every eighteen, till the juice is completely expressed and the skins perfectly bruised, so as to extract every particle of colour. It is found necessary to leave in the stalks, in order to impart that astringent quality so much admired in port wine, as well as to aid fermentation.

After the men are withdrawn, the juice, the husks, and stalks, are allowed to ferment together from two to six days; the husks and stalks then rise to the top, and form a complete cake. By this means the colour is still further extracted from the skin. It is a very critical time, much depending on the judgment and practice of the superintendent as to the right moment to draw off the liquor; for so active is the fermentation, that it may be, if allowed to remain too long in the press, completely spoiled. Nothing but long experience can enable a person to judge on this point, and many young merchants who have attempted to do so have had cause to repent their interference with the farmer's business.

The taste of the wine before drawn off into the *tonels* is sweet, nauseous, and sickening; and it is of a dark muddy colour; so that one can with difficulty believe it can ever become the bright, sparkling, and astringent fluid it appears in the course of two or three years.

The *tonels* or vats into which the wine is drawn are in a building on a lower spot than the one which contains the press, a channel leading from it to them. They contain frequently thirty pipes each.

The period when the wine is thus drawn off is the time when

the rich and generous qualities of the grapes are to be retained, or lost never to be restored. From the rich nature of the Douro grape, the fermentation once begun will not stop of its own accord (even when the wine is drawn off from the husks and stalks), till it has caused it to become a bitter liquid, almost if not entirely undrinkable and useless, and finally vinegar. To retain, therefore, those much-prized qualities, it is absolutely necessary to add brandy at the very critical moment, so difficult to decide, before that stage which produces the bitterness commences. Brandy always has been and always must be added to the richer and finer wines, or from their very nature they overwork themselves, and, exhausting their own strength, are destroyed.

The grapes from which the rich luscious port wine is produced become, when hung up in the sun to dry, complete masses of sugar. This excessively saccharine matter, possessed only by those grapes growing in the positions most exposed to the sun's rays, gives that rich and fruity flavour of which the best port alone can boast. With the poorer and more watery grapes, the fermentation, not being so violent, will work itself out; and the little saccharine matter they contain completely disappearing, a dry light wine is the produce; which, though requiring brandy, requires less to preserve its good qualities, for the very reason that there are fewer good qualities to preserve. Such is the case with regard to the wines of Bordeaux. I do not mean to say that they do not possess good qualities, but that, being of a lighter nature than the best port, from the cooler climate or nature of the soil in which they are produced, the fermentation is not so violent, nor do they exhaust themselves from their own strength. No brandy is therefore requisite, and that delicious liquor claret is the produce; a successful imitation of which it has been vainly attempted to produce in Portugal.

In 1843 the produce was 72,462 pipes.

Of these, 13,002 pipes were approved for the English market, 15,714 were placed in the second quality list, 17,166 in the third and 21,580 were pronounced refuse, to be consumed only in the low taverns, or to be distilled into brandy. During the year 1843 only 21,244 pipes of port wine were shipped to England, a considerable deal of it probably of the fine vintage of 1840, which shews a great falling off from former years. Of the vintage 1844, 21,238 pipes were approved as of the first quality, and by an after division of them 14,000 only are permitted to be shipped for the English market, the produce being 66,566 pipes in all. During the year 25,493 pipes were exported to the United Kingdom. America takes some annually, some go to the continent, and a few hundreds have been sent to our Australian colonies, to our East-India possessions, and to China. Altogether the export for 1844 was only 8,453 pipes, exclusive of that to the United Kingdom. The system of approving wine sounds very well, and by it we may fancy in England that we should have all the good, and the rest of the world all the inferior, wine; but it is notorious, that though the best wine is generally approved, that very good wine is often pronounced unfit to be exported to Great Britain, and that yet much bad wine is sent to that country. The company, therefore, do not benefit the trade, though by imposing such restrictions they injure it, by keeping up the price of port wine, and allow in the mean time the taste for other wines to increase in England. The object for which this false scarcity is created, is to reduce the stocks of the native holders of wine in Villa Nova, whereby the price is for the time kept up, though ultimately they themselves will lose by the English refusing to drink their old worn-out wines.

The sale of the ports is thus conducted:

The company taste the wines in January; and, according as they think fit, issue tickets of approval or otherwise. The fair commences in the middle of February, previous to which the merchants hasten up to the wine-country, where they have establishments, and, accompanied by their head clerks, commissaries, and coopers, mounted on the backs of mules, and attended by a troop of servants on foot, they visit the different farms where the wine is kept. The wine is tasted from a silver saucer, with an elevation in the centre, which exhibits its colour; and as they taste, they make notes of the quality of each *tonel* in their books, which they compare on their return home. Sometimes the purchase is concluded on the spot, but generally the farmer proceeds to the merchants' houses to make his bargain. The purchase of wine requires all the judgment and knowledge of the merchant, his credit and profit depending on the work of a few days. It being concluded, he returns to Oporto. The wine is now drawn off into pipes, under the superintendence of a commissary, and is carried down over the most execrable roads to the river's side, in carts drawn by oxen. It is then embarked in large boats, carrying seventy pipes each, and brought to Villa Nova. Next it is stored in the merchants' vaults, or rather lodges, as they are called, they being entirely above ground. Here the wines are racked and lotted according to their respective qualities. The greatest care is now necessary in their treatment; they re-

quiring a little more delicate brandy. In about two years, or even in less, the fine wines of any superior vintage are considered in a fit state to ship to England. The older wines are kept from four to eight years in pipes before they are shipped, according to the quality required.

And we will conclude with Mr. KINGSTON'S useful practical instructions

HOW TO CHOOSE GOOD PORT.

To select a pipe or a bin of wine is a matter of consideration, and every man ought to recollect two things—the state of the weather and the state of his own stomach. Let him choose a fine bright day, but not a cold one. He ought to have spent the previous evening quietly at home, and ought not to have drunk more than a pint of wine, or he will run a great risk of making a mistake. If he is heated, he will like a thin rapid wine; and if he comes from the cold air, he will prefer a highly branded strong wine; neither of which will please him on the following day. This is a golden rule. Few persons can form an opinion of port wine by tasting it only once. After dinner, if you taste a dry old wine after sweets, or after drinking rich wine, the first will appear flavourless or casky. People often wrongly condemn fine old wine from not thinking of that fact. It must be remembered, in choosing wine from the cask, that it is seldom so soft, so bright, or so spiritous as wine in bottle. There are many other descriptions of port of less value, but very good; some rather coarser and rougher, others thinner and less rich, varying much, according to their age; so that it is impossible to give any advice respecting them. There are also lighter clarety wines, which are very nice when drunk new in Portugal, but requiring brandy to keep in England, else that peculiar flavour disappears, and their best quality is lost. It is absurd, in my opinion, to attempt to make the wines of Portugal like those of Bordeaux. Those who can get claret will not drink thin port instead, and those who cannot afford to drink the former prefer a good stout stomachic wine, which goes the furthest. The commoner sorts, and most to be avoided, are thin stinky wines, with considerable colour and no softness, or very dark wines, of a rapid sweet taste, yet rough and strong; or very light-coloured, almost tawny, no body or spirit, and pretending to be very old, at a low price. Doubt these last always. They have less harm in them than have others; but they are best known by negatives, and will never improve; whereas the coarser wines may. These sort of wines are shipped frequently to the inferior class of wine merchants; and a person desirous of abusing port has only, in order that he may obtain credit, to take a sample of them, and exhibit it as the stuff the Oporto merchants ship. He is thus certain, moreover, to create a prejudice against port wine among persons ignorant of the existence of the inferior sorts above described.

And with these testimonials to justify our opinion, we commend *Lusitanian Sketches* to the book club and circulating library, as one of the most readable works the autumn has produced.

FICTION.

The Impostor; or, Born without a Conscience. By the Author of "Anti-Countingsby." Phrenologically illustrated. In three vols. London, 1845. Newby.

THE author of this novel can boast of entire originality both in its design and execution. How far it may be deemed a successful performance is very dubious, and it is still more questionable whether it is likely ever to become popular. Still some credit attaches to the very attempt to strike out a new path, and a lenient judgment may justly be claimed for him who has been courageous enough to dare the experiment.

The Impostor is intended to be a philosophical fiction, each of whose characters shall illustrate the doctrines of Phrenology: such they are phrenologically, and so ought they to act and speak. The idea is not a bad one, but it would demand the genius of a Shakspeare to carry it out. Our author has not succeeded in embodying his own conceptions, although he exhibits considerable talent in various directions; perhaps it is a task beyond any human capacity, because it would require the union of boundless knowledge with a brilliant imagination.

But the author has another object—to advance Mesmerism, which is made a prominent topic both of discussion and description throughout the three volumes. Now the author will admit that we should be as anxious as himself to promote the diffusion of facts, which we believe because we have personally proved them. But we cannot think the course he has

adopted the best fitted for such an end. It is rarely that any science can be mingled with a fiction without injury, because the unthinking are apt to associate them in their minds thenceforth, and are perplexed between the false and the true—hesitating what is fact, what is fancy, and then, as the readiest mode of escaping the difficulty, they reject both.

This, however, is a matter more for his own consideration than for his reviewers, who are called upon to pass an opinion upon the result as a literary work, and not as respects its possible effect upon science or any of its branches.

Viewed as such, it must be admitted that *The Impostor* is not a successful novel. The philosophical design has overlaid the author's fancy, and there is a manifest want of coherency, the result of his endeavour to lose no occasion for promulgating his faith. Hence a constraint of manner. Then he is wanting in the constructive talent. He cannot weave a plot which shall be at once complicated and natural, imperceptibly involved, easily unravelled. But, on the other hand, he enjoys some qualifications that save his work from utter rejection. He has dramatic power, shewn in spirited dialogues, and wit, as exhibited in continual sparkling repartee, and a copious command of words wherein to express himself.

Occasionally, indeed, he indulges in commonplaces, almost in vulgarisms of expression, which he would do well to avoid in future, and which nothing can excuse but a suspicion we entertain that it is not from habit or want of education that they are employed, but from a preconceived design to adopt a familiar style; and thus the not uncommon but unconscious lapse from familiarity into vulgarity.

There is another remarkable feature of this novel. Fancy portraits of the principal characters are presented, accompanied with a phrenological analysis; the purpose being, as we presume, to convey to the reader a distinct idea of the form of the head and expression of the features that would belong to persons of such a mental constitution as that described. But, however excellent the design, the execution does not successfully embody it. The "heads" are too fanciful, and the effect of thus portraying them is to destroy that which constitutes no small portion of the reader's pleasure—the creation of his own ideals, which will ever surpass aught that the painter's or the graver's art can embody.

To those who are already familiar with the facts of Phrenology and Mesmerism this novel may be amusing, as a curious endeavour to convey those facts through the medium of a fiction, but it will scarcely add to their store of information. They who are either ignorant or incredulous are not likely to be attracted by it to inquiry, for they will be more tempted than ever to set down the whole to the account of the fancy. The mere novel-reader will welcome it as a variety, if nothing more; for to him a new theme—a new style, is always attractive: and therefore the larger libraries may, with advantage, place *The Impostor* upon their shelves.

The Wandering Jew: a Tale of the Jesuits. Complete. By EUGENE SUE. Translated from the French, by D. M. AIRD. London, 1845. Bruce and Wyld.

THIS is a remarkable edition of a very remarkable work. The entire of a novel, that in the original occupies we know not how many volumes, presented, in a faithful and spirited translation, unabridged, for a couple of shillings! It forms one of the valuable series of fictions which has been published in *The Novel Newspaper*. The mere announcement of such a work at such a price is sufficient to ensure for it an enormous sale.

Jack Hornet; or, the March of Intellect. By Dr. MILLINGEN, Author of "Adventures of an Irish Gentleman," &c. 3 vols. London, 1845. Bentley.

THE material for this novel is of the most commonplace description. The widow and daughter of a wealthy citizen, panting for aristocratic connection, gather together a company of such dregs of aristocracy as are ever ready to gratify the vanity of the vulgar rich by eating their good dinners, borrowing their money, and marrying their daughters. The adventures of such a set, enlivened by the jokes of Laurence Hornet and the absurdities of Jack Hornet, the follies of their half-witted friend the Baronet, and some subordinate characters, drawn with a broad, coarse pencil, which, however, is not wanting in humour and vigour of expression, make up the

44—the *Try*, again, same day—the *Mary*, of *Hayle*, for *Quebec*, on the 29th, in lat. 41, long. 41—the *Gloucester*, from *Olyde* for *Quebec*, on the 29th, in lat. 44, long. 18—the *Favourite*, on the 27th, in lat. 44, long. 17.

THE PRIME MINISTER, AN HISTORICAL TALE OF PORTUGAL.
By WILLIAM H. G. KINGSTON.

We are obliged, for want of space, to leave ordinary novels unnoticed; but the author of the tale before us has lifted himself so far out of the usual track as fairly to challenge some special observation.

The main action of this work is the suppression of the great conspiracy of the Jesuits and nobles of Portugal, in the middle of the last century, by the celebrated Minister, the Marquis of Pombal. This public history is threaded by a personal narrative of the adventures which befel a loving young couple of high degree; and if we are literally to believe the declarations of the author, even these private adventures rest on a foundation of historical truth. He was for some time a resident at Oporto, and enjoyed free access to the public library there, "a magnificent establishment, containing many thousand volumes in all languages." From this library, and from papers relating to the private history of several ancient families, he professes, whether in earnest or in jest we are not quite sure, to have obtained his chief materials. Be the sources what they may, the story possesses great interest from that air of truth and nature which is given to all its pictures by his intimate acquaintance with the scene of the action, and with the national habits and manners of the actors. Of this graphic merit the following passage will afford a fair sample. It describes a country inn, the resort of robbers, standing—

On the northern edge of a wild sandy common, broken into irregular hills, partially sprinkled with gum-cistus, garrigue, the flowering heath, and other low shrubs and plants, while, in the far distance, is perceived the long dark line of a pine forest. The ground on the other side of the inn is cultivated, though very imperfectly; and here and there a few mean cottages may be seen, with heaps of dirt in front, and pools of mud. The inn is a long, low building, the bush hung out on a pole in front, being the sign that all are welcome to enter. The stable is decidedly the best part of the building; though, by a partition of deal boards, an apartment is separated from it to the right, which serves the purpose of kitchen, parlour, and bedroom, to the greater part of the family and guests. On a low hearth, on one side of it, a wood fire blazes, the smoke escaping through the doors and windows as it best can; and on the walls near the fire-place are hung a few large and very ordinary kitchen utensils, the other parts being adorned with horse-furniture, rows of casons, dried fish, and other provisions of the coarsest sort. A rough deal table and benches run close to the wall the whole length of the apartment; and there is a shorter one on the opposite side, near the fire. The floor is of clay, perfectly black, and beaten hard, but worn into irregular undulations and holes where most trodden on. The further end of the room opened into a sort of stable-yard, from which freely entered at all times several long-legged thin white swine, with a youthful progeny of grunts, who were allowed to satisfy their insatiable natures, if not their appetites, by poking their snouts into every pan or vessel they met with in their peregrinations.

FOR THE REMAINDER OF THE NEWS, &c. SEE THE SUPPLEMENT TO THE TIMES OF THIS DATE.

Execution

No. 19,021.

... agent in London of the Roman Catholics of Ireland, as I had been for some years previously; indeed the only one since the Legislative Union of Great Britain and Ireland was established. When the object was obtained in 1825, the office was discontinued; but I have never read or heard of any other person who has since passed by the Irish Catholics, or in any way thereof, different from those of 1793.

I have, in recent publications, repeatedly expressed my opinion, communicated to His Majesty, and as I am extremely anxious to remove, if possible, this alleged ground of opposition to the Maynooth grant, I do not feel that I can furnish a more satisfactory proof of the sincerity of my public hostility to it, than by inserting here an extract from a private letter upon the subject, which I had the honour to address to the noble Lord, then Chief Secretary for Ireland, on the 15th of October, 1841, almost immediately after the accession of the Conservative Government to office. I trust that the opponents of the grant will recognise in it sufficient proof to satisfy their minds that I, the only Irish Roman Catholic, who, so far as I am informed, has published his resignation upon this subject, amicably with the proposer and promoters of the measure, perfectly free from any desire or expectation that this Maynooth grant should be the precursor of a State endowment for the Roman Catholic prelates and clergy of Ireland. The national provisions of the 15th, 16th, 17th, and 18th sections of the Maynooth Bill, which, in my humble judgment, provide most amply for all necessary control and superintendence of the Crown, in relation to the college, could not be introduced in terms, spirit, or principle, into any measure for such State endowment. With this brief introduction, I shall now insert the extract from my letter to Lord Blicke, as follows:—

"I shall proceed, at once, to state such facts or views as I may consider essential to aid your excellent upon a proposition for providing a State establishment for the Roman Catholic clergy of Ireland.

"The subject has been very often brought under the notice of the Roman Catholics, at their public meetings, and I do not recollect a single resolution, petition, address, or speech in its favour; at the same time I recollect very many public declarations against it.

"I do not believe that it would find support now, at any public meeting of Roman Catholics in Ireland; and, so far from allying agitation, I verily believe that no proposition would contribute so much to the stock of the agitators. There might be some supporters of it, but the opposing agitators would welcome it as a godsend for their cause. It would be well that the English baronet failed to estimate Catholicism by force, now sought to effect the same object by fraud. There might be dissensions created—there would be the people's priests and the 'people's' bishops, as contrasted with the 'Government' priests and the 'Government' bishops. Some of the ecclesiastical, priests, and bishops would accept the provision, while others would refuse it, and be the popular anti-government portion. You could not force them to accept it; and this want of unanimity would, of itself alone, insure continuous violent agitation.

"Before you advance one step, you must determine one most important point—namely, whether you are to appoint, or to share in the appointment of the ecclesiastics to whom the public money is to be paid, or to have the control or superintendence after appointment; or, whether, on the other hand, you are to be merely paymasters, to feed the patronage of Dr. —, and other prelates of that stamp.

"There never was any proposition more strenuously, or more sincerely, or more constantly opposed, than the plan of admitting the intervention of the Crown, in the appointment of Irish Roman Catholic authorities in their Church, as proposed by the Roman Catholic ecclesiastical and laical bodies, in every quarter of Ireland. I can, if desired, lay before your Lordship ample proof of the accuracy of this assurance, including resolutions, petitions, declarations, addresses to the Crown, remonstrances to the Pope, reports of deputations to his Holiness, &c., emanating from bishops, priests, and laymen, in large bodies, jointly and severally; looking in all manner of forms.

"On the other hand, there never was a single declaration or intimation, from any public meeting, of an opposite character, and favourable to such intervention of Government.

"Moreover, the question is placed in this dilemma—if the Government should be merely paymasters of some hundreds of thousands of pounds, annually, to persons whose appointment or conduct they would not control, such a position would be inconsistent with their duties as constitutional and responsible administrators of the public funds; if, on the other hand, such appointments and selections of salaried officers were placed in the hands of Government, the extent of influence and patronage could not be riveted without great and just constitutional jealousy.

"Again, let us suppose the measure to be actually proposed and carried, and in operation, as a law:—how far it would tend to ally agitation, even supposing, contrary to all probability, that the whole Roman Catholic community of Ireland, ecclesiastical and laical, should join in its approval and grateful acceptance. Why, my Lord, the very first, nay, the immediate result would be a general outcry for the relief of the Roman Catholic agricultural population, from the payment of the Protestant clergy and prelates. Nor would it be easy to controvert successfully the doctrine which would, undoubtedly, prevail to this effect:—'Surely, if they thought that we ought to be relieved from the payment of our own priests and bishops, they cannot be so hard upon reasonable, or so inconsistent, as to expect that we should continue to support their bishops and clergy, who do nothing for us.' He assured, my Lord, that the great body of our Irish landed proprietors, be they Protestants or Roman Catholics, would be very slow to discontinue the pecuniary and practical enforcement of that doctrine. They would come on such an agitation as has not been exceeded, or, perhaps, witnessed in our times.

"In truth, the proposition appears to me to be merely the introduction of a certain permanent evil, as a remedy for another evil, and a great evil too, but which may be rendered temporary by another process, free from any just objections.

"Let us turn for a moment to an estimate of its details. Supposing the Roman Catholic population to amount to 8,500,000 souls, an average supply of one priest to 1,600 persons would not be more than moderate; particularly when we consider the ritual observances of the Roman Catholic Church; and that the population is not confined, generally, in towns, or the country divided into large farms in Ireland; but, on the contrary, the population is extended over vast districts, and consists of cultivators of very small subdivisions of land.

"This average of one priest for 1,600 persons, would require a constant supply of 4,533 priests; and taking one-third of the number for parish priests, and the remainder as curates. Those two numbers, added to the bishops and abbots, would constitute the body to be provided for.

"In 1826 Lord Leveson Downer proposed that archbishops should have 1,500 a year; bishops, 1,000 a year; 500 a year, vicars, varying from 200 to 500 a year. I write from memory, so may not be perfectly accurate. Mark the results:—

4 Archbishops, at 1,600 each	6,400
23 Bishops, at 1,000	23,000
1,444 Parish priests, at 200	288,800
2,538 Curates, at 500	1,269,000

STATE PROVISION FOR THE ROMAN CATHOLIC HIERARCHY OF IRELAND.

... agent in London of the Roman Catholics of Ireland, as I had been for some years previously; indeed the only one since the Legislative Union of Great Britain and Ireland was established. When the object was obtained in 1825, the office was discontinued; but I have never read or heard of any other person who has since passed by the Irish Catholics, or in any way thereof, different from those of 1793.

I have, in recent publications, repeatedly expressed my opinion, communicated to His Majesty, and as I am extremely anxious to remove, if possible, this alleged ground of opposition to the Maynooth grant, I do not feel that I can furnish a more satisfactory proof of the sincerity of my public hostility to it, than by inserting here an extract from a private letter upon the subject, which I had the honour to address to the noble Lord, then Chief Secretary for Ireland, on the 15th of October, 1841, almost immediately after the accession of the Conservative Government to office. I trust that the opponents of the grant will recognise in it sufficient proof to satisfy their minds that I, the only Irish Roman Catholic, who, so far as I am informed, has published his resignation upon this subject, amicably with the proposer and promoters of the measure, perfectly free from any desire or expectation that this Maynooth grant should be the precursor of a State endowment for the Roman Catholic prelates and clergy of Ireland. The national provisions of the 15th, 16th, 17th, and 18th sections of the Maynooth Bill, which, in my humble judgment, provide most amply for all necessary control and superintendence of the Crown, in relation to the college, could not be introduced in terms, spirit, or principle, into any measure for such State endowment. With this brief introduction, I shall now insert the extract from my letter to Lord Blicke, as follows:—

"I shall proceed, at once, to state such facts or views as I may consider essential to aid your excellent upon a proposition for providing a State establishment for the Roman Catholic clergy of Ireland.

"The subject has been very often brought under the notice of the Roman Catholics, at their public meetings, and I do not recollect a single resolution, petition, address, or speech in its favour; at the same time I recollect very many public declarations against it.

"I do not believe that it would find support now, at any public meeting of Roman Catholics in Ireland; and, so far from allying agitation, I verily believe that no proposition would contribute so much to the stock of the agitators. There might be some supporters of it, but the opposing agitators would welcome it as a godsend for their cause. It would be well that the English baronet failed to estimate Catholicism by force, now sought to effect the same object by fraud. There might be dissensions created—there would be the people's priests and the 'people's' bishops, as contrasted with the 'Government' priests and the 'Government' bishops. Some of the ecclesiastical, priests, and bishops would accept the provision, while others would refuse it, and be the popular anti-government portion. You could not force them to accept it; and this want of unanimity would, of itself alone, insure continuous violent agitation.

"Before you advance one step, you must determine one most important point—namely, whether you are to appoint, or to share in the appointment of the ecclesiastics to whom the public money is to be paid, or to have the control or superintendence after appointment; or, whether, on the other hand, you are to be merely paymasters, to feed the patronage of Dr. —, and other prelates of that stamp.

"There never was any proposition more strenuously, or more sincerely, or more constantly opposed, than the plan of admitting the intervention of the Crown, in the appointment of Irish Roman Catholic authorities in their Church, as proposed by the Roman Catholic ecclesiastical and laical bodies, in every quarter of Ireland. I can, if desired, lay before your Lordship ample proof of the accuracy of this assurance, including resolutions, petitions, declarations, addresses to the Crown, remonstrances to the Pope, reports of deputations to his Holiness, &c., emanating from bishops, priests, and laymen, in large bodies, jointly and severally; looking in all manner of forms.

"On the other hand, there never was a single declaration or intimation, from any public meeting, of an opposite character, and favourable to such intervention of Government.

"Moreover, the question is placed in this dilemma—if the Government should be merely paymasters of some hundreds of thousands of pounds, annually, to persons whose appointment or conduct they would not control, such a position would be inconsistent with their duties as constitutional and responsible administrators of the public funds; if, on the other hand, such appointments and selections of salaried officers were placed in the hands of Government, the extent of influence and patronage could not be riveted without great and just constitutional jealousy.

"Again, let us suppose the measure to be actually proposed and carried, and in operation, as a law:—how far it would tend to ally agitation, even supposing, contrary to all probability, that the whole Roman Catholic community of Ireland, ecclesiastical and laical, should join in its approval and grateful acceptance. Why, my Lord, the very first, nay, the immediate result would be a general outcry for the relief of the Roman Catholic agricultural population, from the payment of the Protestant clergy and prelates. Nor would it be easy to controvert successfully the doctrine which would, undoubtedly, prevail to this effect:—'Surely, if they thought that we ought to be relieved from the payment of our own priests and bishops, they cannot be so hard upon reasonable, or so inconsistent, as to expect that we should continue to support their bishops and clergy, who do nothing for us.' He assured, my Lord, that the great body of our Irish landed proprietors, be they Protestants or Roman Catholics, would be very slow to discontinue the pecuniary and practical enforcement of that doctrine. They would come on such an agitation as has not been exceeded, or, perhaps, witnessed in our times.

"In truth, the proposition appears to me to be merely the introduction of a certain permanent evil, as a remedy for another evil, and a great evil too, but which may be rendered temporary by another process, free from any just objections.

"Let us turn for a moment to an estimate of its details. Supposing the Roman Catholic population to amount to 8,500,000 souls, an average supply of one priest to 1,600 persons would not be more than moderate; particularly when we consider the ritual observances of the Roman Catholic Church; and that the population is not confined, generally, in towns, or the country divided into large farms in Ireland; but, on the contrary, the population is extended over vast districts, and consists of cultivators of very small subdivisions of land.

"This average of one priest for 1,600 persons, would require a constant supply of 4,533 priests; and taking one-third of the number for parish priests, and the remainder as curates. Those two numbers, added to the bishops and abbots, would constitute the body to be provided for.

"In 1826 Lord Leveson Downer proposed that archbishops should have 1,500 a year; bishops, 1,000 a year; 500 a year, vicars, varying from 200 to 500 a year. I write from memory, so may not be perfectly accurate. Mark the results:—

4 Archbishops, at 1,600 each	6,400
23 Bishops, at 1,000	23,000
1,444 Parish priests, at 200	288,800
2,538 Curates, at 500	1,269,000

... about the country, highly regarded, very good fortune, many quack, making it, in not an ambitious opinion. The chaotic every in him was a Brown his Regent, readers quite rare elevated emotions, these die As the king of Low, as depicted elegant taste towards the Brum and Ind found his attitude natural unerringly sense to of a memory he was of work resource nation. As so one mood to be length; hand, it new own apparent ling time, I b follow, "E who present "E What coat no tute be I Ob "Tr took m lions," or compli turn it cannot "E and fore far "E fore far "E do me to rec Eric success fortun regain men; his means cumal calcol caluro playin of the Brum certit "The king's lion, a with four- "E I he ha some room shake "N makin "I boots "I Irish "I shal name